

REGINA CELIA RAMOS

**IMPACTO DO FUNDEF NA ESTRUTURAÇÃO DA REDE  
MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE  
PIRAPOZINHO-SP**

**Presidente Prudente-SP**  
2009




REGINA CELIA RAMOS

**IMPACTO DO FUNDEF NA ESTRUTURAÇÃO DA REDE  
MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE  
PIRAPOZINHO-SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação – da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Presidente Prudente, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi

**Presidente Prudente-SP**  
2009




Ramos, Regina Celia.  
R146i Impacto do FUNDEF na estruturação da rede municipal de ensino do município de Pirapozinho / Regina Celia Ramos. - Presidente Prudente : [s.n], 2009  
274 f. : il.

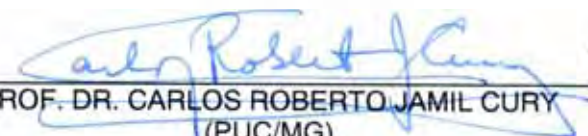
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Orientador: Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi  
Banca: Carlos Roberto Jamil Cury, Everaldo Santos Melazzo  
Inclui bibliografia

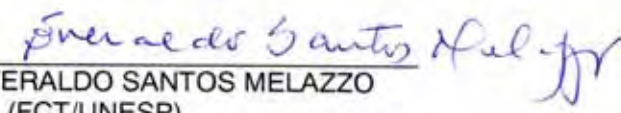
1. Políticas públicas. 2. Financiamento da educação. 3. FUNDEF. 4. Municipalização da educação. 5. Valorização do magistério. I. Autor. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

CDD(18.ed.) 370

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
PROF. DR. CRISTIANO AMARAL GARBOGGINI DI GIORGI  
(ORIENTADOR)

  
\_\_\_\_\_  
PROF. DR. CARLOS ROBERTO JAMIL CURY  
(PUC/MG)

  
\_\_\_\_\_  
PROF. DR. EVERALDO SANTOS MELAZZO  
(FCT/UNESP)

  
\_\_\_\_\_  
REGINA CÉLIA RAMOS

PRESIDENTE PRUDENTE (SP), 15 DE SETEMBRO DE 2009.

RESULTADO: APROVADA



## **Aos Nossos Filhos\***

*Ivan Lins / Vitor Martins*

Perdoem a cara amarrada  
Perdoem a falta de abraço  
Perdoem a falta de espaço  
Os dias eram assim

Perdoem por tantos perigos  
Perdoem a falta de abrigo  
Perdoem a falta de amigos  
Os dias eram assim

Perdoem a falta de folhas  
Perdoem a falta de ar  
Perdoem a falta de escolhas  
Os dias eram assim

E quando passarem a limpo  
E quando cortarem os laços  
E quando soltarem os cintos  
Façam a festa por mim

Quando lavarem a mágoa  
Quando lavarem a alma  
Quando lavarem a água  
Lavem os olhos por mim

Quando brotarem as flores  
Quando crescerem as matas  
Quando colherem os frutos  
Digam o gosto pra mim

(\*) Zé Roberto, Paulo, Déia, Celia, Nega, Dito, Luiz, Noemia, Zilda, Danielle, Roberta, Júnior, Elisângela, Bruna, Paulinho, Raquel, Déborah, Mônica, Gisela, Caio, Laís, Pedro, Eduardo, Ana Luiza, Anaí, Amana, Isadora, Marina, Darhana e Maria Paula.

## **DEDICATÓRIA**

Ao meu orientador Prof. Dr. Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi, por ter acolhido meu projeto, me incentivado e conduzido com paciência o desenrolar desta pesquisa.

À minha filha Mônica, mulher que a vida me deu de presente. Por existir e oferecer-me a oportunidade de participar do futuro.

Aos valorosos e amados Sérgio, Noemia, Anai e Amana. Por terem sido a nossa referência familiar nos momentos de crise.

À Eliana, aguerrida mulher que com um “pedido de natal” me deu uma boa razão para continuar “vivendo e aprendendo a jogar”.

Ao Nininho, adorável garoto que permanece vivo no coração e na mente de um adulto que, como eu, ama os números e acredita que estes podem ser elementos de um poderoso instrumento de compreensão e transformação da realidade.

Às minhas queridas e imprescindíveis referências sindicais. Pessoas corajosas que, em “tempos de chumbo”, arriscaram suas vidas participando da luta por uma escola pública de boa qualidade, alegre, democrática e universal.

A todos os meus professores. Por terem norteado com paciência meus passos no mundo das letras.

A todos os meus alunos. Por terem me ensinado as lições mais difíceis da vida profissional.

À querida amiga Albanete por ter vencido a difícil luta pela vida.

## AGRADECIMENTOS

À minha filha, por me perdoar pelas ausências em sua infância.

Aos que me amam e são presenças constantes e imprescindíveis em minha vida. Aqueles que, sem esperar algo em troca, participaram das vigílias nos momentos de depressão, da compreensão nos momentos de euforia e do suporte emocional nos momentos de fracasso. A vocês aqui representados pelo meu gato Romeu.



Aos que tornaram possível este sonho, mostrando-me nos livros um caminho para a construção de um mundo melhor. A vocês que me ajudaram a encontrar minha cota de felicidade partilhando conhecimentos, aqui representados pela Tigresa.



A você que na leitura deste trabalho sentiu ter contribuído com a construção de uma frase, um parágrafo, uma tabela, um gráfico, um mapa ou uma ilustração. Principalmente a você que se encontra espelhado em todas as páginas desta dissertação.

À Zilda Maria, minha irmã querida, pela preocupação com o alimento e a tranquilidade necessários durante as incontáveis horas vividas diante do computador.

Ao Luiz, irmão e filho querido. Por transformar em arte meus rabiscos, garantir a beleza da apresentação na defesa pública e o encantamento na cantoria final.



## LISTA DE SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educadores  
ACE – Admitido em Caráter Excepcional.  
ACT – Admitido em Caráter Temporário  
ADI – Auxiliar de Desenvolvimento Infantil  
ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação  
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo  
APM – Associação de Pais e Mestres  
CAE – Conselho de Alimentação Escolar  
CAQI – Custo-Aluno-Qualidade Inicial  
CEB – Câmara de Educação Básica  
CEB/CNE – Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação  
CELSA – Colégio Estadual Lúcia Silva Assumpção  
CESP – Centrais Elétricas de São Paulo  
CER – Conselheira Estadual Representante  
CF – Constituição Federal  
CGU – Controladoria Geral da União  
CMDCA – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente  
COMED – Conselho Municipal de Educação  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
CNM – Confederação Nacional de Municípios  
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação  
CONESP – Companhia de Construções Escolares  
CONSED – Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Educação  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras  
CRR – Conselheira Regional Representante  
CTN – Código Tributário Nacional  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DME – Diretoria Municipal de Ensino  
DMEC - Departamento de Matemática, Estatística e Computação  
DRU – Desvinculação dos Recursos da União

EC – Emenda Constitucional

EEPG – Escola Estadual de Primeiro Grau

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil

EMEIF – Escola Municipal de Ensino fundamental

DME – Divisão Municipal de Educação.

FAFI – Faculdade de Filosofia

FATEC – Faculdade de Tecnologia (Fundação Paula Souza)

FCT – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

FEF – Fundo de Estabilização Fiscal

FFCLPP – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FINBRA – Finanças Brasil

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais do Magistério

FPE – Fundo de Participação dos Estados

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FSE – Fundo Social de Emergência

GAT – Grupo de Assessoramento Técnico

GESC – Grupo Escolar

GPEA – Ensino e Aprendizagem como Objeto da Formação de Professores

GPFOPE – Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Formação de Professores e Espaço Escolar

HTPC – Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo

HTPL – Horário de Trabalho Pedagógico Livre

IBISA – Instituto Brasileiro de Incentivo Social Ambiental

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDRE – Índice de Dependência dos Recursos Externos

IGP-DI – Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna

IOF – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários

IPEA – Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social

IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

IRFS – Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão

ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

ITCMD – Imposto sobre Transmissões *Causa Mortis* e Doações de Qualquer Bem ou Direito

ITR – Imposto Territorial Rural

IRRFSE – Imposto de Renda Retido na Fonte dos Servidores Públicos Estaduais

IRRFSM – Imposto de Renda Retido na Fonte dos Servidores Público Municipais

LDB – Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MPV – Medida Provisória

MTB – Ministério do Trabalho

NUEPE – Núcleo de Estudos em Políticas de Educação

NUPE-UERJ – Núcleo de Projetos Especiais da Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

ONGs – Organizações Não Governamentais

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

PDV – Plano de Demissão Voluntária

PEB – Professor do Ensino Básico

PEC – Proposta de Emenda Constitucional  
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar  
PND - Plano Decenal de Educação  
PNE – Plano Nacional da Educação  
PSPN – Piso Salarial Profissional Nacional  
QESE – Quota Estadual do Salário Educação  
RA – Região Administrativa  
RE – Representante de Escola  
RG – Regiões de Governo  
RM – Regiões Metropolitanas  
SARESP – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo  
SASSOM – Serviço de Assistência e Seguro Social dos Municipiários  
SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados  
SEESP – Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo  
SEPROM – Secretaria de Promoção Social  
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso  
TCESP – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo  
UE – Unidade Escolar  
UNDIME – União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação  
UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
UNICAMP – Universidade de Campinas  
USP – Universidade de São Paulo

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO, TABELAS, MAPAS, GRÁFICOS E PLANILHAS

### LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fluxograma 1 – Repasse de Recursos ao FUNDEF.....	063
---	-----

### LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Municípios Paulistas. Matrículas do Ensino Fundamental. 1995 (%).....	087
Mapa 2 – Índice de Dependência dos Recursos Externos (IDRE) 1995.....	088
Mapa 3 – Impacto do Fundo nas Finanças Municipais.....	089
Mapa 4 – Municípios Paulistas. Matrículas do Ensino Fundamental. 2007. (%).....	105
Mapa 5 – Índice de Dependência dos Recursos Externos (IDRE) 2007.....	106
Mapa 6 – O município de Pirapozinho na região administrativa de Presidente Prudente.....	123

### LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição das matrículas no ensino fundamental por esfera do Estado. 1995 e 2007.....	104
Gráfico 2 – Evolução do IPRS do município de Pirapozinho. 1992 – 2006.....	125
Gráfico 3 – Distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS – 2000. Estado de São Paulo e Município de Pirapozinho – SP.....	127
Gráfico 4 – Receitas Arrecadadas (RA). Receitas Provenientes de Impostos (RPI). Pirapozinho SP. 2001 – 2008.....	131
Gráfico 5 – Receita <i>per capita</i> . Estado de SP. Município de Pirapozinho-SP. 2001 – 2008.....	132
Gráfico 6 – Custo-aluno da Rede Municipal de Ensino de Pirapozinho e do FUNDEF/FUNDEB.....	143
Gráfico 7 – Matrículas na Rede Municipal de Ensino de Pirapozinho – 1997 - 2008.....	145

### LISTA DE PLANILHAS

Planilha 1 – Análise das potencialidades do Município.....	134
Planilha 2 – Simulação do número de matrículas do ensino fundamental a serem transferidas para o município.....	137
Planilha 3 – Outras hipóteses do número de matrículas do ensino fundamental a serem transferidas para o município de Pirapozinho.....	140

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Impostos discriminados na Constituição Federal.....	074
Tabela 2 – Fator de Ponderação para o Repasse do FUNDEB por etapa da educação Básica.....	079
Tabela 3 – Participação significativa da rede municipal no ensino fundamental – 1995.....	086
Tabela 4 – Estimativa do Percentual do Investimento Público Direto em Educação por Aluno em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) <i>per capita</i> , segundo o Nível de Ensino Brasil 2000 – 2005.....	101
Tabela 5 – Evolução do custo/aluno/ano do FUNDEF no estado de São Paulo (em R\$) referente às séries iniciais do ensino fundamental.....	109
Tabela 6 – Comparativo entre os <i>Per Capita</i> do FUNDEB de 2007 e 2008.....	110

## RESUMO

Esta pesquisa está inserida na linha de pesquisa: "Políticas públicas, organização escolar e formação de professores". Este trabalho é um estudo de caso que analisa o impacto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) na estruturação da rede municipal de ensino do município de Pirapozinho-SP. A vertente teórica da pesquisa faz uso de um referencial teórico acadêmico sobre financiamento da educação que envolve, entre outros autores, Carlos Roberto Jamil Cury, João Antonio de Monlevade, Donaldo Bello de Souza, José Marcelino de Rezende Pinto, bem como de fundamentação em documentos oficiais das diversas instâncias governamentais, e a vertente empírica se fundamenta em informações acerca de uma prática sindical vivenciada pela pesquisadora aliada à análise documental e entrevistas semiestruturadas e depoimentos, orais e escritos com protagonistas da ação histórica. Ele trata, especificamente, de como uma política pública nacional refletiu-se na organização do sistema de ensino nos municípios em geral e em particular, no município estudado. Foi a Constituição Federal de 1988 que, elevando o município a ente federado, estabeleceu a responsabilidade deste com o ensino fundamental. O processo de municipalização do ensino fundamental, no estado de São Paulo, efetivou-se como decorrência da criação do FUNDEF. Foi dado especial destaque à existência de uma articulação estratégica entre os propósitos da lei e a prática da municipalização. O trabalho concluiu que, embora o fundo em questão não tivesse aumentado o volume de recursos financeiros destinados ao ensino fundamental, racionalizou a aplicação desses recursos tornando a sua utilização mais eficiente, diminuindo desvios e desperdícios e, com isso, aumentou o número de crianças atendidas pela Escola Pública atingindo-se um patamar próximo da universalização do ensino fundamental. Concluiu também que a instituição dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF possibilitou maior participação popular na fiscalização dos atos do executivo aumentando a transparência na prestação de contas sobre os gastos com educação. Concluiu ainda que a estratégia usada na constituição do FUNDEF contribuiu para a diminuição das desigualdades regionais quanto ao volume de recursos disponíveis para a manutenção e o desenvolvimento do ensino e que o FUNDEF abriu a possibilidade de implantação do FUNDEB atualmente em vigor.

Palavras-chave: Políticas públicas. Financiamento da educação. FUNDEF. Municipalização da educação. Valorização do magistério.

## ABSTRACT

This research is embedded in the line of research: "Public policies, school organization and teacher training." This work is a case study that examines the impact of Maintenance and Development of Fundamental Education and Valorization of Teaching (FUNDEF) in structuring the network of municipal schools in the municipality of Pirapozinho-SP. The theoretical aspect of the research makes use of a theoretical framework on academic funding of education that involves, among other authors, Carlos Roberto Jamil Cury, João Antonio de Monlevade, Donaldo Bello de Souza, José Marcelino de Rezende Pinto, as well as reasoning in official documents from various government levels, and the empirical part is based on information about a union practice experienced by the researcher together with the documentary analysis and semi-structured interviews and statements, oral and written with actors in historical action. It is about, specifically, how a national public policy reflected in the organization of the education system in the municipalities in general and particularly in the municipality of Pirapozinho-SP. It was the Constitution of 1988 that, bringing the city between the federated entities, established that it has the responsibility of the elementary school. The decentralization process of basic education in the state of São Paulo was as a result of the creation of the FUNDEF. Special emphasis was given to a strategic link between the purposes of the law and practice of municipalization. The study concluded that while the fund in question had not increased the volume of financial resources for basic education, streamlined the application of these resources, making their use more efficient, reducing fraud and waste and thereby increased the number of children that attend Public School, reaching a level close to the universalization of elementary education. It also concluded that the establishment of Councils of Social Monitoring and Control of FUNDEF has increased popular participation in the supervision of the executive acts, increasing transparency and accountability in spending on education. It concluded that the strategy used in the formation of FUNDEF contributed to the reduction of regional inequalities in the amount of resources available for the maintenance and development of education and the FUNDEF opened the possibility of implantation of FUNDEB, currently enforced.

Keywords: Public policy. Education funding. FUNDEF. Municipalization of education. Valuing the magisterium.



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	16
INTRODUÇÃO.....	20
1. A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO-SP: A VISÃO DOS PROTAGONISTAS.....	31
2. ASPECTOS HISTÓRICOS DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	61
3. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL (1994 – 2008): ESTUDO DE UMA CONJUNTURA.....	82
4. OS MUNICÍPIOS E A EDUCAÇÃO: FINANCIAMENTO E RESPONSABILIDADES.....	112
5. O MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO – SP: POTENCIALIDADES, LIMITES E RESPONSABILIDADE COM A EDUCAÇÃO.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS.....	154
BIBLIOGRAFIA.....	160
ANEXOS.....	165

## APRESENTAÇÃO

Era uma vez uma menina que se apaixonou pelos números. Como todo ser apaixonado, ela achava que poderia transmitir aquele sentimento. Pensou que poderia fazer as pessoas enxergarem a beleza onde ela a via. Sonhou tornar-se uma professora de Matemática.

Não era um sonho fácil de realizar. Mas ela foi obstinada e contou com o apoio da família. Com a formação básica fornecida pela escola pública, logrou ingressar no curso de Licenciatura em Matemática da FAFI<sup>1</sup>, curso que concluiu em 1976.

Tornou-se professora efetiva do Estado, em 1979, na Escola Estadual Professora Maria José Barbosa Castro Toledo no município de Pirapozinho – SP, função que exerceu até abril de 2006.

No dia-a-dia das salas de aulas, apesar das dificuldades crescentes colocadas ao exercício da função docente, aquele antigo amor não arrefeceu. Não foi corroído pela rotina. Pelo contrário, ele foi se sofisticando, se depurando. Um amor genérico pela beleza da Matemática foi se transformando num encantamento com o papel que os números e a habilidade de lidar com eles podem exercer na vida das pessoas. Deu-se conta, cada vez mais, que tão importante quanto alfabetizar uma criança, era desenvolver nela a aptidão para lidar com os números. Passou a ver a “alfabetização matemática” como um passo necessário para formar cidadãos. Suas aulas se voltaram cada vez mais para o mundo real. Seus alunos tinham que ser capazes de ver e interpretar verdadeiramente os fenômenos sociais, econômicos e políticos da sua comunidade. Utilizando para tal os instrumentos matemáticos aprendidos na escola.

Vendo a importância de assim proceder, ela sonhou de novo. Queria formar professores. Queria contribuir para que cada vez mais professores tivessem essa perspectiva. Desde 1980, tem sido professora auxiliar de ensino junto ao Departamento de Matemática da faculdade responsável pela sua formação. Lá ministrou disciplinas como Estruturas Algébricas; Geometrias: Euclidiana, não Euclidiana e Analítica; Instrumentação para o ensino de Matemática, entre outras. Ainda hoje, acredita que pode contribuir com a formação de professores ministrando aulas da disciplina Laboratório de Ensino de Matemática no atual DMEC<sup>2</sup> da FCT – UNESP. Tentou sempre construir, junto com os licenciados, instrumentos,

---

<sup>1</sup> FAFI simplificação de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente (FFCLPP), Instituto Isolado da USP no interior do estado de São Paulo. Em 1976 passou a denominar-se Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais (IPEA), Campus da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), hoje Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) de Presidente Prudente – Campus da UNESP.

<sup>2</sup> Departamento de Matemática, Estatística e Computação.

mecanismos e projetos que os capacitassem a, chegando numa sala de aula, encantar seus alunos. Seduzi-los para poder capacitá-los.

Foram os números, sempre eles, que a levaram ao mundo sindical. Um dia, entre uma aula e outra, viu na Sala dos Professores, um material da APEOESP<sup>3</sup>. Ficou encantada. Nos papéis não havia apenas uma coleção de críticas e reivindicações. Eles estavam ali! Seus eternos companheiros, os números! Utilizados com sabedoria para fundamentar o discurso sindical, para lhe dar base e consistência. Não demorou e estava totalmente envolvida. A partir de 1980, foi eleita Representante de Escola (RE)<sup>4</sup>; Conselheira Regional Representante (CRR)<sup>5</sup> e Conselheira Estadual Representante (CER)<sup>6</sup> nas instâncias da entidade.

Era um novo mundo. O país era assolado pelo fenômeno inflacionário. Números podiam ser manipulados para ocultar a realidade: 500 podia ser menor que 400! O salário nominal era diferente do salário real. Mas havia o bom combate. Os mesmos números se corretamente trabalhados revelavam a realidade sob a superfície. Gráficos, planilhas, fórmulas... E lá estava ela, aprendendo de novo. O ciclo se repetia. Renovado, seu amor a impulsionava à multiplicação. Era preciso capacitar cada vez mais líderes sindicais. Saber utilizar os instrumentos matemáticos era requisito primordial para que um professor se tornasse um militante. Pelo menos, um militante cujo discurso e prática fossem eficientes no enfrentamento com os governos e os patrões. Estes formavam quadros capazes e os colocavam a seu serviço. O movimento sindical tinha que fazer o mesmo.

Em 1995, iniciou-se na função de Colaboradora da Secretaria de Formação Política da APEOESP, sempre procurando aliar as habilidades matemáticas com as intervenções políticas nos debates sobre educação pública de qualidade, seu financiamento e sua importância ao exercício da cidadania. Na gestão de 1996 a 1999 foi Secretária de Organização Geral do Sindicato. Sendo diretora estadual, participou do GAT<sup>7</sup> - CNTE<sup>8</sup>. Todo o aprendizado que se deu no Sindicato dos professores impulsionou-a ao debate com os trabalhadores dos demais sindicatos filiados a CUT<sup>9</sup> onde realizou mais uma parcela de seu

---

<sup>3</sup> Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

<sup>4</sup> Liderança sindical que representa os professores de uma determinada escola junto a subsele da APEOESP.

<sup>5</sup> Membro do Conselho Regional de Representantes, coletivo eleito na região para ali encaminhar as decisões aprovadas nas instâncias sindicais de base.

<sup>6</sup> Membro do Conselho Estadual de Representantes, coletivo estadual composto pelos conselheiros mais bem votados nas regiões e pelos membros da diretoria. Estes são responsáveis pelo fluxo de decisões e encaminhamentos das propostas votadas nas assembleias estaduais.

<sup>7</sup> Grupo de Assessoramento Técnico nacional constituído pela CNTE à qual o sindicato é filiado.

<sup>8</sup> Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

<sup>9</sup> Central Única dos Trabalhadores.

sonho: ver os cidadãos de todas as categorias da classe trabalhadora enfrentando os padrões com a sabedoria sustentada pela realidade dos números.

Ela então percebeu que quando o patrão é o Estado, as reivindicações apresentadas pelo sindicato esbarram nos limites orçamentários do setor público. Recursos finitos têm que ser distribuídos entre diversos agentes. Forçosamente se definem prioridades. Ela se viu então lançada no mundo da política. E lá estavam eles! Enfileirados em inúmeras colunas do Orçamento Público. Seus queridos números. Não eram tabelas frias, pouco atrativas, lançadas em velhos exemplares do Diário Oficial, empoeirando-se em alguma repartição pública. Não! Ao menos para ela. Eles revelavam a essência da política. Eles contavam histórias. Através deles se podia comparar o que diziam os governantes e o que eles faziam. Ah! Se todos pudessem ver o que ela via! Perceber o que ela percebia! Na Proposta Orçamentária o governante definia suas prioridades reais. Nem sempre eram as mesmas referidas em seus discursos. Os representantes do povo podiam, dentro de limites bem rígidos, fazer alterações. Surgia o Orçamento. Mas a história não acabava aí. Um ano depois, no Balanço Geral do Estado, seus amigos, os números, revelavam o que tinha sido cumprido. O que de fato tinha acontecido.

Armada desse conhecimento ela foi para a arena política. Elegeu-se vereadora de sua cidade natal, o município de Pirapozinho – SP, na legislatura de 2001 a 2004. Durante seu mandato foi agente político privilegiado no processo de discussão sobre a possibilidade de municipalização do ensino fundamental. Suas intervenções, qualificadas pelo conhecimento adquirido sobre o tema financiamento da educação, lhe garantiram o respeito do executivo municipal e da quase totalidade dos demais vereadores, sempre respaldada pelos educadores e pais de alunos, em reconhecimento à sua trajetória de luta em defesa da educação. Durante este processo de discussão, em contrapartida à sua efetiva atuação, conseguiu do então prefeito o compromisso de que, ao final, fosse acatada a decisão tanto dos profissionais da educação no município quanto da comunidade usuária da escola pública.

No debate ficaram explícitas as exigências da legislação educacional de 1996, o que desencadeou a elaboração do Estatuto e do Plano de Carreira para os profissionais do magistério, conforme a resolução 3/97, do Conselho Nacional de Educação. No papel de parlamentar viu realizada mais uma etapa de seu sonho: contribuir com a construção do projeto educacional de sua cidade e com a valorização dos professores que ali trabalham.

Em Pirapozinho, a assinatura do convênio de municipalização das séries iniciais do ensino fundamental (atualmente 2º ao 5º ano) ocorreu em 2006, último ano de

vigência do FUNDEF<sup>10</sup>. Sendo assim, a cidade daquela menina tornou-se um caso a ser investigado por tratar-se de uma exceção entre os municípios do Estado de São Paulo. A grande maioria dos 645 municípios paulistas firmou o convênio de ação e parceria com a Secretaria Estadual de Educação nos anos iniciais da vigência do FUNDEF.

Por fim, aquela menina se apresenta hoje aqui. Carregando todas as vantagens e desvantagens que o tempo lhe impôs e que nela mudou quase tudo, menos seu antigo amor pelos números e a sua eterna capacidade de sonhar. O que mais uma vez se revela numa nova empreitada: a defesa de dissertação de mestrado a seguir que começou a ser gerada na prática docente, foi alimentada nos grupos de Pesquisas GPFOPE<sup>11</sup> e GPEA<sup>12</sup> e que se desenvolveu no Programa de Pós-graduação em Educação da FCT – UNESP, linha de pesquisa: Políticas públicas, organização escolar e formação de professores.

---

<sup>10</sup> Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais do Magistério.

<sup>11</sup> Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Formação de Professores e Espaço Escolar.

<sup>12</sup> Ensino e Aprendizagem como Objeto da Formação de Professores.

## INTRODUÇÃO

Fazemos votos que você experimente aqui o encanto de uma viagem em que a sua busca não seja apenas “[...] busca pela busca. Mas um buscar consciente da felicidade que produz esse esforço por encontrar; com encontros que constituem tão somente novas plataformas para novas buscas [...]”, como em carta ao amigo Lobato, Anísio um dia escreveu.<sup>13</sup>

Nosso interesse pelo tema “financiamento da educação” não é recente. Durante os 30 anos de prática docente na rede de ensino oficial do estado de São Paulo, no município de Pirapozinho, nos deparamos com a desvalorização salarial dos professores e as condições precárias em que se dá o processo de ensino e aprendizagem nas escolas estaduais. Esses fatos nos estimularam a buscar explicações para a realidade constatada.

Na tentativa de compreender e transformar a realidade do espaço de exercício da nossa profissão, participamos das instâncias de organização do movimento dos educadores junto ao Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP). Esta participação nos levou a compreender que os baixos salários e as condições precárias para o trabalho docente nas escolas públicas oficiais são sintomas de um problema bastante complexo que envolve escassez de recursos financeiros aplicados, de fato, na educação. Essa questão está relacionada à definição de políticas públicas de educação e de seu financiamento e, portanto, não afeta apenas o nosso local de trabalho e as condições dadas ao exercício de nossa profissão, mas interfere na realidade educacional do país.

Entendemos que a expressão financiamento da educação não define claramente o que será considerado como objeto desse financiamento, uma vez que a palavra educação tem um significado bastante amplo. Sempre que empregarmos a citada expressão neste trabalho, estaremos nos referindo aos recursos financeiros destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), ou seja, aos investimentos financeiros no processo de escolarização, explicitados no Título VII, nos art. 68 ao 77 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Essa lei será posteriormente

---

<sup>13</sup> Disponível em <[http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livro9/chama\\_capitulo3.html](http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livro9/chama_capitulo3.html)>. Acesso em 05 de mar/2009

explicitada e analisada. Por enquanto vamos nos ater ao art. 212 da Constituição Federal (CF) de 1988.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º - Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º - A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º - A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§ 6º - As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (BRASIL,1988)<sup>14</sup>

A formulação de Políticas Públicas para a Educação está intimamente relacionada ao debate sobre as políticas de financiamento da MDE, uma vez que o volume de recursos financeiros efetivamente aplicados no setor é condição necessária, embora não suficiente, à implantação e sucesso das referidas Políticas Educacionais. Por esse motivo decidimos fazer um estudo sobre o impacto das mudanças provocadas pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) na estruturação de uma rede pública de ensino municipal.

Em particular, com este trabalho examinamos o impacto do FUNDEF na estruturação da Rede Municipal de Ensino do município de Pirapozinho - SP. Esse município foi escolhido pelo fato de ter permanecido durante todo o período de vigência do FUNDEF com um pequeno número de alunos do ensino fundamental matriculados na rede municipal de

---

<sup>14</sup>Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>, acesso em 26 de maio de 2009

ensino. Esta absorveu na então primeira série do ensino fundamental, aqueles alunos cujas matrículas não foram aceitas na rede estadual pelo fato das crianças não terem sete anos completos no início do ano de 1996. Em cada ano subsequente, foram matriculadas na primeira série do ensino fundamental municipal daquela época, as crianças que estivessem nas mesmas condições das anteriores, ou seja, com sete anos incompletos no início do ano letivo, mantendo-se, na série seguinte, os alunos da série anterior que já haviam estudado na rede municipal.

Diferentemente do que aconteceu na imensa maioria dos municípios do estado de São Paulo, a rede municipal de ensino de Pirapozinho – SP só foi ampliada significativamente no ano de 2006, quando vencia o prazo de vigência do FUNDEF e se anunciava a implantação do FUNDEB<sup>15</sup>. Esse município permaneceu com uma diminuição dos recursos financeiros até então disponíveis à MDE durante todo o período de vigência do FUNDEF e, mesmo assim, o executivo conseguiu manter a educação infantil com melhoria no atendimento e ampliar as instalações da EMEIF<sup>16</sup> Prof. Moacir Teixeira. Os profissionais do Magistério da educação conquistaram o estatuto do magistério e plano de carreira. Esses fatos nos levaram a refletir sobre a real potencialidade financeira de um município no que se refere ao investimento obrigatório em educação, sobre os limites e possibilidades decorrentes da implantação do FUNDEF e as perspectivas anunciadas com o advento do FUNDEB.

No caderno de formação política do SINDICATO (1993, 1995) constatamos denúncias de que sucessivos governos do estado de São Paulo abandonaram deliberadamente a educação pública, priorizando a aplicação de recursos financeiros volumosos em setores que lhes rendiam dividendos políticos e econômicos imediatos. Não mais animador era o cenário nacional com relação aos investimentos financeiros na área educacional. Tal constatação nos levou ao estudo do financiamento da educação como forma de construção de conhecimento que pudesse subsidiar a busca das melhorias necessárias à escola pública e o consequente reflexo dessas melhorias nas condições de vida da população brasileira.

Não podemos falar em “abandono deliberado da educação” por parte do governo federal eleito em 1994, nem do governo estadual de São Paulo na mesma época. Ambos fizeram movimentos no sentido de colocar a educação em evidência. Enquanto, no estado de São Paulo, a então secretária de Educação Rose Neubauer da Silva propunha a reestruturação física da rede estadual de ensino preparando-a para a municipalização do ensino

---

<sup>15</sup> Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, criado pela EC nº 53/2006.

<sup>16</sup> EMEIF: Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental



fundamental, o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza elaborava as Propostas de mudanças na legislação educacional que foram promulgadas em 1996 e o Presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhava, ao Legislativo, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 233/95<sup>17</sup>. Essa proposta tratava da criação do FUNDEF como estratégia para garantir as condições financeiras de funcionamento dos sistemas de ensino nos três níveis de governo estatal.

Desde que a PEC nº 233/95 foi apresentada à sociedade por meio de audiências públicas, uma vasta literatura foi produzida sobre o financiamento da educação no Brasil. Os primeiros textos produzidos sobre o tema constam da bibliografia deste trabalho, pois subsidiaram as discussões do governo federal com a sociedade e com as entidades que participaram do Fórum Permanente do Magistério da Educação Básica<sup>18</sup>. O material produzido e publicado posteriormente pelos estudiosos da academia, como resultado dessas discussões, constituiu o referencial teórico específico sobre o tema, neste trabalho.

No período de atuação sindical, tivemos a oportunidade de participar de aproximadamente duzentos debates sobre municipalização do ensino fundamental no estado de São Paulo. Estes debates foram promovidos em municípios situados nas áreas de abrangência da maioria das subsedes<sup>19</sup> da APEOESP. A participação do sindicato nos eventos tinha a finalidade de explicitar a estratégia de construção da política pública de financiamento da educação que instituiu o FUNDEF e as consequências da mesma na esfera municipal. Entre essas consequências encontramos o processo de municipalização do ensino fundamental, o qual poderia ocorrer pelo convênio com a Secretaria Estadual da Educação, pela criação de redes próprias no município ou ainda pela ampliação gradativa das redes municipais de ensino já existentes.

Para alcançar o objetivo pretendido naqueles debates era necessário: analisar as reais potencialidades do município enquanto esfera do estado obrigada a destinar recursos financeiros à MDE; estimar as consequências da provável municipalização do ensino fundamental na vida funcional dos professores e na qualidade da educação oferecida pelas redes municipais de ensino a serem criadas ou ampliadas; contribuir com a elaboração de estratégias para a participação qualificada dos professores e da população usuária da escola pública na fiscalização da aplicação dos recursos financeiros destinados ao ensino.

---

<sup>17</sup> A PEC nº 233/95, depois de aprovada transformou-se na EC nº14/96.

<sup>18</sup> Espaço de debate instalado a 08 de junho de 1994, com a participação de representantes do MEC e de entidades de gestores educacionais, professores e demais trabalhadores da educação.

<sup>19</sup> Instâncias de organização do sindicato que abrangem diversos municípios conforme proximidade de localização geográfica.

Durante os debates acima referidos, pudemos observar contradições na fala da maioria dos prefeitos ou de seus representantes. Estes demonstravam preocupação com a necessidade de recuperar os recursos financeiros que seriam enviados ao FUNDEF, mas ao problematizarmos a situação na expectativa de obter informações sobre o projeto construído para a educação local, a maioria dos agentes políticos demonstrava total desconhecimento e apresentava apenas justificativas econômicas para a municipalização do ensino fundamental.

Foram fundamentais ao nosso interesse pelo desenvolvimento deste trabalho os textos de: Zago Júnior e Bryan (1995), Pinto (1995, 1996), Negri, (1995a, 1995b) e nossa participação no Encontro Estadual de Formação, realizado em 23 de março de 1996 no auditório Prof. Florestan Fernandes na sede central da APEOESP.

O Encontro acima citado foi promovido com a participação de professores atuantes no movimento sindical e personalidades dedicadas à luta pela melhoria da qualidade da escola pública no Brasil. O primeiro dos palestrantes foi o Prof. João Antonio de Monlevade - assessor da CNTE naquela época. Ele discorreu sobre “O Financiamento do Ensino no Brasil”. Em seguida, o então presidente da CNTE, Prof. Carlos Augusto Abicalil falou sobre “As Reformas Constitucionais e a Educação”. O último expositor fazia parte da assessoria da Secretaria de Formação Política do Sindicato APEOESP. Guerino Zago Júnior desenvolveu exposição intitulada “O Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério: o Caso de São Paulo”, sobre os prováveis reflexos da Proposta de Emenda Constitucional na distribuição de responsabilidades com o financiamento da educação entre o estado e seus municípios.

Nossa participação em Encontros e Congressos Educacionais nos levou a perceber contradições também nas exposições de motivos dos estudiosos acadêmicos e professores da educação básica na defesa ou negação das prováveis virtudes do FUNDEF. Os últimos estavam bastante preocupados com a necessidade de enfrentamento com o poder político local e a possibilidade de perda dos direitos já conquistados na rede estadual de ensino do estado de São Paulo, bem como com o risco do clientelismo político prevalecer sobre os interesses da educação.

As deliberações da APEOESP eram contrárias ao processo de municipalização do ensino fundamental e orientavam os professores da rede estadual no sentido de se manifestarem contra a assinatura do convênio de ação e parceria do governo estadual com os municípios. Como a municipalização do ensino fundamental, por sua vez, seria uma consequência inevitável da implantação do FUNDEF no estado de São Paulo, os trabalhadores

do magistério se posicionaram também contra a política de financiamento da educação definida pelo governo federal.

Os pesquisadores da academia se dividiram em relação aos prováveis efeitos da criação do fundo. Alguns deles reforçaram os argumentos dos profissionais do magistério sobre as consequências danosas do FUNDEF para a educação brasileira. Estes se apoiaram principalmente nos efeitos das debilidades da organização da sociedade nos municípios, as quais dificultariam os eventuais enfrentamentos com o poder público local. Em muitos municípios ainda permanecia, - e permanece - uma postura autoritária e persecutória por parte dos agentes políticos contra os cidadãos que, por ventura, discordem de suas posições políticas ou mesmo tenham problemas pessoais com as autoridades políticas locais.

Havia resultados de pesquisas acadêmicas que fortaleciam os argumentos dos secretários estaduais de educação organizados no CONSED<sup>20</sup>, os quais exigiam maior responsabilidade da União e da esfera municipal com o ensino fundamental. No estado de São Paulo, alguns pesquisadores se colocaram a serviço do projeto da então Secretária Estadual de Educação, Rose Neubauer. Esses pesquisadores viajaram pelo estado participando dos debates sobre o tema com uma intervenção que praticamente convencia os prefeitos a assinarem o convênio de ação e parceria com o governo estadual.

A arrecadação e distribuição dos recursos tributários pelas três esferas do poder público se davam de maneira desigual. Estudos acadêmicos demonstravam que o percentual de recursos efetivamente disponível para a esfera municipal era pequeno quando comparado às outras duas esferas de governo, o que reforçava as argumentações de gestores municipais através da UNDIME<sup>21</sup>. Estes defendiam a necessidade dos municípios permanecerem com a totalidade dos recursos financeiros destinados ao ensino pelo fato de serem responsáveis por quase a totalidade das matrículas na educação infantil no país.

Cálculos da assessoria da Secretaria de Formação Política da APEOESP a partir dos dados fornecidos em Pinto (1989) e Negri (1995a) demonstravam que a Constituição de 1988 provocou uma significativa redistribuição dos recursos tributários em favor dos estados e municípios. Além disso, apontavam que o volume de recursos financeiros a ser destinado à MDE pelos municípios era consideravelmente grande. Porém, parte significativa desses recursos foi desviada para outros setores durante muito tempo, pois o número de matrículas do ensino fundamental nas redes municipais dos 645 municípios do Estado de São Paulo era equivalente ao da rede particular de ensino e irrisório quando

---

<sup>20</sup> Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Educação

<sup>21</sup> União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

comparado com o número de matrículas do mesmo nível de ensino sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação.

Terminado o período de vigência do FUNDEF (10 anos), decidimos desenvolver esta pesquisa com a finalidade de contribuir com respostas à seguinte questão: A estruturação das redes municipais de ensino, após a implantação do FUNDEF, ocorreu em condições adequadas ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem?

Realizamos este trabalho como forma de contribuir com a compreensão das contradições surgidas no processo de debate inicial sobre o novo instrumento legal e de reflexão sobre a tese dos efeitos positivos do FUNDEF na garantia de escola pública para todos os cidadãos brasileiros, bem como de seus prováveis efeitos danosos anunciados pelos que eram contra a sua implantação.

Encontramos em Butarelo (2007, p.50), avaliação das fragilidades da estrutura financeira municipal: “Os Municípios são os entes federativos que menos participam das receitas tributárias”. Essa afirmação fortalece a idéia da incapacidade dos municípios assumirem parte significativa das matrículas do ensino fundamental sem prejudicar o atendimento à educação infantil. Por outro lado, estudos da assessoria da APEOESP apontavam para o desvio de grande volume de recursos financeiros destinados constitucionalmente à MDE.

Sendo assim, avaliamos como necessário conhecer as reais potencialidades financeiras de um município, neste caso Pirapozinho – SP. Cientes das possibilidades e dos limites colocados à rede municipal pelo FUNDEF e das perspectivas criadas pelo FUNDEB, os gestores interessados poderiam planejar a melhoria das condições de desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem para obter reflexos positivos na qualidade da educação oferecida pela escola pública oficial.

Os resultados desta pesquisa, ao serem colocados à disposição da comunidade científica e da população em geral, oferecem elementos para qualificar as discussões sobre a estruturação de uma rede municipal de ensino. Além do que, contribuirão com o acesso à informações importantes, as quais podem ser utilizadas para acompanhar o comportamento dos executivos no que diz respeito à aplicação dos recursos constitucionalmente vinculados ao ensino. A correta aplicação dos recursos financeiros destinados a MDE certamente terá consequências positivas no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem e na valorização dos profissionais do magistério da Educação Básica.

A relevância acadêmica deste trabalho se dá pelo fato de haver poucos estudos sobre o tema, na região de Presidente Prudente e, aqueles que existem se deram em outros

municípios e no início do processo de implantação do FUNDEF. Agora que já venceu o prazo de vigência desse fundo e estamos no terceiro ano de implantação do FUNDEB, o presente estudo poderá subsidiar tanto a comunidade científica, quanto qualquer cidadão que queira fazer o acompanhamento social das condições de desenvolvimento do ensino oferecido por uma rede municipal. Além do que, o estudo sobre a estruturação da rede municipal de ensino do município de Pirapozinho – SP, após dez anos de FUNDEF, vem somar-se aos demais já realizados por outros pesquisadores, contribuindo assim com uma análise realista dos efeitos do FUNDEF nas diversas redes municipais de ensino do estado de São Paulo e do país.

Para Zago Júnior. (1997) a legislação que instituiu o FUNDEF por si só não resolveu o problema de escassez de recursos financeiros destinados à manutenção e o desenvolvimento do ensino e a questão da aplicação incorreta dos recursos que são constitucionalmente vinculados ao setor. O então assessor sindical, Guerino Zago Júnior, sempre ressaltou a importância da participação popular qualificada nos colegiados constituídos com a finalidade de fiscalizar a correta aplicação dos referidos recursos. Convencidos pelos argumentos do autor entendemos que, uma das primeiras tarefas de quem quer contribuir com o processo de melhoria da qualidade do ensino público no município, é conhecer as possibilidades financeiras do mesmo.

Elaboramos o projeto desta pesquisa com o objetivo de verificar se a política pública para o financiamento da educação que instituiu o FUNDEF contribuiu de alguma maneira para a superação de problemas históricos da educação brasileira.

A possibilidade real desta investigação se deu com a aprovação do referido projeto junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da FCT de Presidente Prudente, Campus da UNESP sob a orientação do professor Dr. Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi e vinculada ao Grupo de Pesquisas em Políticas Públicas, Formação de Professores e Espaço Escolar (GPFOPE).

Na expectativa de revelar a realidade da rede municipal de ensino de Pirapozinho –SP tivemos como objetivos específicos desta pesquisa:

- ⇒ verificar a evolução do volume de recursos financeiros aplicados na manutenção e no desenvolvimento da rede municipal de ensino e do valor aplicado por aluno ao ano durante a década de vigência do FUNDEF nesse município;
- ⇒ analisar os reflexos desse processo no que se refere aos recursos financeiros aplicados nas diferentes etapas da educação básica oferecidas pela rede municipal de ensino do município estudado que são: educação infantil e ensino

fundamental, inclusive a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de alunos com necessidades especiais por deficiência física ou mental;

⇒ verificar se os recursos aplicados têm levado à uma melhoria no atendimento da demanda.;

⇒ identificar o grau de intervenção da sociedade nos colegiados de acompanhamento e controle social dos atos do executivo na gestão da rede municipal de ensino;

⇒ localizar na legislação municipal como tem ocorrido o processo de seleção, definição de deveres e garantia de direitos dos profissionais que atuam na rede municipal de ensino;

⇒ avaliar os reflexos desse processo na estruturação das unidades escolares da rede municipal em estudo, notadamente no que se refere à gestão e ao planejamento educacional.

Embora tenhamos realizado este trabalho por meio da modalidade de pesquisa qualitativa, estudo de caso, o mesmo baseia-se numa abordagem que procura articular a combinação de aspectos quantitativos e qualitativos da metodologia de pesquisa científica, sendo quantitativos os dados referentes aos indicadores financeiros e às estatísticas educacionais pertinentes ao município de Pirapozinho e ao estado de São Paulo.

A presente pesquisa foi desenvolvida em duas vertentes, uma teórica e a outra empírica. A vertente teórica envolveu: levantamento bibliográfico sobre a temática da pesquisa; leitura e análise crítica da bibliografia levantada e aprofundamento do referencial teórico adotado.

A vertente empírica constou de:

⇒ levantamento de dados referentes ao financiamento da Educação que contextualiza a situação do município estudado;

⇒ elaboração dos questionamentos realizados aos *informantes privilegiados*<sup>22</sup> envolvidos no processo de estruturação da rede municipal de ensino de Pirapozinho – SP, no período de 1996 até os dias de hoje;

⇒ busca de esclarecimentos dos questionamentos levantados pela análise de documentos relativos à legislação educacional do município e de documentos estruturadores das unidades escolares;

---

<sup>22</sup> Consideramos como *informantes privilegiados*: gestores, docentes e demais trabalhadores da educação que atuaram na rede municipal de ensino e representantes da sociedade local que fizeram parte dos colegiados: Conselho Municipal de Educação e Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF.

⇒ organização dos dados obtidos a partir da análise documental e das entrevistas com o objetivo de realizar uma avaliação crítica dos mesmos.

Nas entrevistas, usamos inicialmente um questionário muito extenso, que por sugestão da Banca Examinadora de Qualificação, foi reduzido posteriormente, mantendo algumas questões que já haviam sido respondidas por duas pessoas entrevistadas. O roteiro destas entrevistas incluía identificação pessoal, informações relativas à experiência profissional, atuação na gestão municipal, opinião sobre o FUNDEF e os reflexos da criação deste fundo nas condições financeiras do município, na estruturação da Rede Municipal de Ensino local e nas condições de trabalhos dos profissionais que ali desenvolvem suas atividades. No roteiro algumas questões eram comuns e outras variaram de acordo com o entrevistado, respeitando o âmbito de atuação do mesmo. Algumas entrevistas foram gravadas e outras, por opção dos entrevistados, foram respondidas por escrito e encaminhadas posteriormente a nós.

As autoridades entrevistadas, por serem de inevitável identificação, tiveram seus nomes mantidos na transcrição das entrevistas. Com a finalidade de manter o sigilo recomendado no processo de investigação científica, os nomes dos demais entrevistados foram substituídos por números e parte de suas falas ou de seus escritos foram suprimidas. As transcrições das entrevistas e questionamentos encontram-se em anexo juntamente com cópias dos documentos de difícil acesso.

Apresentamos, no primeiro capítulo, a localização, descrição das características geográficas e político-administrativas do município e a história de construção da Rede Municipal de Ensino narrada pelos agentes políticos que foram protagonistas dessa história.

No segundo capítulo, contemplamos alguns fatos relativos ao processo de construção da política pública para o financiamento da educação no Brasil durante o período de discussão, definição, implantação e vigência dos Fundos (1994 – 2008). Destacamos os avanços e retrocessos nas definições da legislação que deu origem ao FUNDEF e posteriormente ao FUNDEB.

A conjuntura do financiamento da Educação no Brasil e no Estado de São Paulo, ao longo dos últimos 13 anos, é abordada no terceiro capítulo. Conjuntura esta que é referência para a análise da realidade do município de Pirapozinho – SP no micro, médio e macro contexto. Nesse mesmo capítulo fizemos a apresentação dos instrumentos construídos pela assessoria da APEOESP os quais foram utilizados no estudo das potencialidades de municipalização do ensino fundamental, no Estado de São Paulo em geral.

No quarto capítulo tratamos do financiamento da educação destacando as responsabilidades atribuídas aos municípios enquanto entes federados com potencialidades, limites e responsabilidades determinados pelo pacto federativo estabelecido pela Constituição Federal. Por sugestão dada no exame de qualificação, este capítulo foi elaborado a partir de estudos realizados por nós, juntamente com a pesquisadora Maria Solange Caravina, considerando também nossa experiência sindical de participação nos espaços de debates organizados para subsidiar as decisões sobre a municipalização do ensino fundamental. Um capítulo análogo está inserido na dissertação de Caravina, que tem como título: Impacto da Municipalização do Ensino Fundamental Público sobre as Condições de Trabalho dos Professores do Município de Presidente Prudente-SP.

O município de Pirapozinho – SP, suas potencialidades e seus limites, bem como suas responsabilidades com a educação infantil e o ensino fundamental foram tratados no quinto capítulo. Neste capítulo desenvolvemos a aplicação prática dos instrumentos construídos pela assessoria da APEOESP com a finalidade de trazer subsídios aos debates decisivos sobre a municipalização do ensino fundamental no estado de São Paulo. Convém destacar que a análise destes instrumentos subsidiou a construção das propostas por nós defendidas, por ocasião de nossa participação nas discussões sobre municipalização do ensino fundamental no município de Pirapozinho e que uma análise semelhante a esta foi feita na dissertação de Caravina, tratando do município de Presidente Prudente.

Nas considerações finais apresentamos os pontos centrais constatados na pesquisa, assim como apontamos também novas questões que surgiram no processo de investigação e que poderão ser objeto de estudos posteriores, na medida em que contribuem para pensar a nova situação gerada pelo FUNDEB e por outras políticas públicas que venham a ter reflexos no espaço escolar, na valorização do magistério da Educação e na consequente melhoria da educação pública oferecida à população brasileira.



## **1 A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO-SP: A VISÃO DOS PROTAGONISTAS**

Refletir nos dias atuais a respeito do papel que cabe à sociedade civil em face dos rumos democráticos da vida social e política do país pressupõe, portanto, não considerá-la acabada e condenada aos ditames da superestrutura político-ideológica, mas ativa no processo histórico de mudanças da sociedade, atuante naquela mesma esfera.  
(SOUZA; CALDERÓN, 2008, p. 25)

Como referencial às nossas análises sobre a participação da sociedade civil nas decisões inerentes à educação, no município de Pirapozinho, utilizamos o texto organizado por Donaldo Bello de Souza denominado “Conselhos municipais e controle social da educação: descentralização, participação e cidadania”, uma obra que é referência fundamental à reflexão sobre a gênese e a redefinição do controle social da educação no Brasil. O texto busca delinear os limites e possibilidades dos Conselhos Municipais de Educação (COMED) e do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF/FUNDEB (CACS) no âmbito da gestão municipal da educação brasileira. A participação dos diversos setores sociais nesses colegiados aponta para uma possível gestão democrática da Educação. Para que qualquer cidadão possa participar da referida gestão democrática, é preciso que ele adquira conhecimento sobre a realidade de seu município. Uma vez escolhido o município de Pirapozinho como foco de nossos estudos, precisamos conhecê-lo melhor e, principalmente, conhecer a história de construção de sua Rede Municipal de Ensino. Neste capítulo apresentamos essa história, narrada pelos seus protagonistas.

Conforme dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), o município de Pirapozinho está localizado a 532 km da capital do estado, tem 480,80 km<sup>2</sup> de extensão territorial e, de acordo com o levantamento censitário realizado pelo IBGE em 2007, o mesmo possuía 23.703 habitantes. Como a taxa geométrica de crescimento anual da população 2000/2009 é de 1,08% ao ano, a previsão é de 24.337 habitantes para o ano de 2009. Portanto Pirapozinho tem uma densidade demográfica de 50,62 habitantes por km<sup>2</sup>, sendo que 93,72% da população está na área urbana, percentual bastante próximo ao grau de urbanização do Estado de São Paulo, que é de 93,41%.

O Estado de São Paulo é subdividido em 15 Regiões, sendo 12 delas Regiões Administrativas (RA)<sup>23</sup>, Regiões Metropolitanas (RM) da Baixada Santista e da Capital e a Região Administrativa e Metropolitana de Campinas. Cada RA ou RM do Estado de São Paulo é subdividida em Regiões de Governo (RG), sendo a RA de Presidente Prudente, dividida em RG de Adamantina, RG de Dracena e RG de Presidente Prudente. Esta última é composta por 31 municípios, entre eles os 21 que constituem o Pontal do Paranapanema<sup>24</sup>, do qual faz parte o Município de Pirapozinho. Esta região é considerada uma das mais pobres e desiguais do Estado de São Paulo que, a exemplo das demais localizadas abaixo do Rio Tietê, convivem com a dispersão das indústrias e a desconcentração do desenvolvimento capitalista neste estado.

Em seu trabalho, Santos (2002) esclarece sobre a localização geográfica do Município de Pirapozinho e nos informa que este é servido pela rodovia Assis Chateaubriant, interligada à Rodovia Raposo Tavares. Entre os limites estão: ao norte, o município de Presidente Prudente, ao sul, o Rio Paranapanema (divisa entre o Estado de São Paulo e o Estado do Paraná), à leste, os municípios de Anhumas e Nandubá, à oeste, os municípios de Tarabay, Estrela do Norte e Sandovalina e à noroeste o município de Álvares Machado (e o Distrito Coronel Goulart).

A cidade é composta por 40 bairros e pelo Distrito de Itororó do Paranapanema, distante aproximadamente 40 km do centro urbano. Os dois rios mais importantes do município são: Rio Santo Anastácio, que faz divisa com o município de Presidente Prudente, e Rio Paranapanema, que faz limite com o Estado do Paraná. Encontram-se ainda, alguns córregos: da Onça, do Peru, Laranjeira, Laranjeirinha, Pirapozinho e Rebojo. Em relação ao clima é quente, correspondente ao clima tropical. (SANTOS, 2002).

As duas principais indústrias sediadas no município são: Gracol Holding Ltda, do Grupo Bertin, que oferece 230 vagas de empregos e Danisco do Brasil Ltda com 100 vagas. A primeira produz ácido esteárico e a segunda, industrializa emulsificantes, estabilizantes e aromas para fins alimentícios.

Sobre o município de Pirapozinho e a história de sua educação infantil, encontramos a monografia apresentada pela professora Lucilene Aparecida dos Santos à

---

<sup>23</sup> As 12 RA do estado de São Paulo são: Registro, São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília, Central, Barretos e Franca.

<sup>24</sup> Os 21 municípios do Pontal do Paranapanema são: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Nandubá, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Ribeirão do Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Tarabay e Teodoro Sampaio.

Banca de Defesa do curso de pós-graduação em Recursos Humanos para a Educação Infantil. Trata-se de um trabalho monográfico que apresenta com muita propriedade os principais dados a respeito do município em estudo e a história de sua Educação Infantil, sendo este o principal referencial teórico para nossa exposição sobre as origens da educação pré-escolar nesta cidade.

Quando Pirapozinho ainda era um vilarejo do município de Presidente Prudente, em 24 de março de 1939, foi instalado o Grupo Escolar (GESC) do Distrito de Pirapozinho que se situava na Avenida 1 s/nº e funcionava numa casa de madeira ainda sem energia elétrica.

O então distrito foi elevado à categoria de município em 24 de dezembro de 1948, sendo que em 9 de abril de 1949 foi realizada a sessão de instalação do Município de Pirapozinho, empossando o prefeito e os vereadores eleitos. Naquela época 90% de seus habitantes morava na zona rural.

Em 09 de abril de 1957, o GESC passou a funcionar em um prédio de alvenaria, cujo endereço passou a ser a Rua Oscar Toledo César, nº 277, onde atualmente funciona a EMEIF<sup>25</sup> Professor Celestino Martins Padovan. Por ato governamental, datado de 04 de dezembro 1961, foi mudada a denominação da escola para “1º Grupo Escolar de Pirapozinho”, conhecido como o “grupo novo”, visto que desde 1958 passou a funcionar no seu antigo prédio de madeira mais um GESC, o 2º Grupo Escolar de Pirapozinho, o “grupo velho”, hoje EE. “Profª Maria José Barbosa Castro Toledo”. E assim a rede de ensino oficial do Estado de São Paulo assumiu o processo de escolarização das crianças de Pirapozinho, a exemplo do que acontecera nos demais municípios desse estado.

A partir de 1971, uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Pirapozinho e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), passou a oferecer ensino supletivo no município visando a erradicação do analfabetismo e ali permaneceu até o início da década de 1980. Em 1982, a Fundação Educar passou a desenvolver um projeto de educação pré-escolar para crianças de 5 e 6 anos de idade. A capacitação das professoras que atuavam nos núcleos de pré-escola do município era fornecida pela Fundação Educar e o pagamento de seus honorários era responsabilidade da Prefeitura Municipal, bem como todas as demais despesas com o projeto.

---

<sup>25</sup> Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

No ano de 1979, uma importante escola foi instalada em Pirapozinho pela Prefeitura local: a Escola Técnica Municipal. Seu primeiro Diretor, Sr. José Rodrigues Garcia assim nos relatou:

[...] Fundamos a Escola Técnica Municipal que foi idéia do ex-prefeito Sr. Jorge Assef, cuja autorização saiu no início da gestão do Sr. Osório de Souza Santos. Eu não queria ser diretor, mas o Osório me pressionou e disse que se eu não fosse o diretor ele não autorizava a escola. Tive que ser, e aí fui. Fui diretor durante a gestão dele, depois o Sr Rubens de Lorenzo Barreto ganhou a eleição, ele não gostava de mim e me mandou embora. A nossa escola teve uma vida muito bonita, tivemos professores lá, que eu não vou citar os nomes, muito batalhadores. Nós participávamos de tudo quanto era evento. Fomos campeões da mais bela voz colegial, fomos campeões também da torcida mais alegre e mais vibrante. E depois infelizmente a nossa escola pereceu para a tristeza de todos nós. E hoje está fazendo muita falta. (comunicação verbal)

As gestões dos prefeitos citados por Garcia, foram as que seguem: Sr. Jorge Assef – 1º mandato, de 09/04/1973 a 01/02/1977; Sr. Osório de Souza Santos – 2º mandato, de 01/02/1977 a 31/12/1982; Sr. Rubens de Lorenzo Barreto, de 01/01/1983 a 31/12/1988.

Santos (2002), em seus estudos sobre a educação infantil no município, nos informa que essa etapa da educação básica teve origem no Instituto Nossa Senhora Aparecida. Inaugurada em 1956, a escola primária paroquial oferecia ensino primário particular e atendia 70 alunos. Segundo Santos (2002), somente as irmãs que ocupavam o cargo de direção e coordenavam os trabalhos das demais possuíam formação para serem professoras. As que ministravam aulas não tinham a formação necessária. Ao todo eram sete irmãs no colégio.

Em 29 de dezembro de 1971, as irmãs religiosas foram embora de Pirapozinho e as professoras Ana Sueli Bertoline e Olga Maria Oculatti continuaram dando aulas no jardim-de-infância com salários custeados pela Prefeitura. Estas permaneceram no “Colégio das Irmãs” até 1973. Depois disso outras professoras ministraram aulas ali, com fins lucrativos.

As escolas estaduais, que na época recebiam a denominação de Grupo Escolar (GESC), atendiam os alunos do então ensino primário e o Colégio Estadual Lúcia Silva Assumpção passou a atender as matrículas do curso ginásial e científico, a partir da década de 1960. Entretanto não havia atendimento das crianças do jardim-de-infância por parte das escolas estaduais.

Na década de 1970 já havia quatro escolas no município e a Escola Normal, mantida pelo município, funcionava no prédio do antigo “Colégio das Irmãs”.

Com capacitação oferecida pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e posteriormente pela Fundação Educar, sob responsabilidade financeira da Prefeitura Municipal, as professoras recém-formadas pelo curso normal passaram a atuar na pré-escola. É importante destacar que as professoras faziam visitas às residências das famílias convencendo-os da importância de seus filhos frequentarem a pré-escola municipal.

De acordo com Santos (2002), após dois anos de funcionamento, os espaços físicos de oferta da pré-escola compreendiam: o prédio do Colégio das Irmãs, o Ginásio de Esportes do município e o Centro Comunitário da Vila Santa Rosa. Nesse período, as próprias crianças traziam o material usado e contavam com a improvisação das professoras. Estas recebiam muito pouco da prefeitura em contratos informais, sem nenhum registro.

A Prefeitura Municipal de Pirapozinho, em parceria com o Governo do Estado assinou convênio via CONESP – Companhia de Construções Escolares para o Programa de Educação Pré-escolar e, a partir de 1982, foram construídas salas de aula anexadas às escolas de ensino primário, com banheiros adaptados e mobiliários comprados conforme os padrões exigidos na época. A partir de então, a pré-escola passou a funcionar em salas nas escolas: EEPG<sup>26</sup> Celestino Martins Padovan – Antigo Primeiro Grupo Escolar de Pirapozinho, EEPG Lúcia Silva Assumpção, EEPG Prof<sup>a</sup>. Alzira Correia Miras e EEPG Prof<sup>a</sup> Maria José Barbosa Castro Toledo. A responsabilidade pelo pagamento do pessoal ficou para o Governo Estadual e a dos recursos materiais, à gestão municipal. Entretanto, no início da década de 1990, o Governo Estadual começou a restringir as matrículas, deixando para o município a responsabilidade pela oferta da educação pré-escolar. (SANTOS, 2002)

Não tardou para o governo estadual, em 1998, usar a mesma estratégia com relação aos alunos que estavam na primeira série do ensino fundamental. Só poderiam matricular-se na referida série, os alunos que tivessem sete anos completos no primeiro semestre do ano letivo em curso. A Divisão Municipal de Educação do Município de Pirapozinho ofereceu vagas para a então primeira série do ensino fundamental com o objetivo de matricular os alunos que não tivessem completado os sete anos ou que os pais preferissem matricular na rede municipal de Ensino. Ao todo 135 alunos cursaram a referida série na rede municipal. No ano seguinte esta rede era responsável pelas duas primeiras séries do ensino fundamental e assim sucessivamente até atingir as quatro séries iniciais desse nível de ensino.

---

<sup>26</sup> Escola Estadual de Primeiro Grau

Confirmamos essas informações nas entrevistas com várias pessoas e na observação dos números de matrículas registrados no censo MEC, de cada ano do período mencionado.

É importante destacar que os pais de alunos não se importavam com a esfera de governo que ofereceria o ensino. Estes queriam vaga para seus filhos na primeira série, uma vez que já haviam cursado a pré-escola e estavam aptos ao ensino fundamental.

Ester Alves de Almeida atuou como professora da rede estadual de ensino desde 1966 tendo permanecido em sala de aula até julho/1972. De agosto/1976 a janeiro/1979 Almeida atuou como assistente de direção de escola estadual, de agosto/1972 a julho/1976, e como diretora de escola da mesma rede de Ensino, de fevereiro/1979 a julho/1990. Atuou ainda como supervisora de Ensino – agosto/ 1990 a julho/ 1991. Almeida foi agente político privilegiado no processo de criação das classes de ensino fundamental na rede municipal, uma vez que era responsável pela condução dos trabalhos na Divisão Municipal de Educação nos períodos de janeiro/1992 a dezembro/1996 e de julho/1997 a abril/1999. Almeida nos informa:

A implantação do Ensino Fundamental foi gradativa, uma série a cada ano, e o repasse [era feito] com base no número de alunos matriculados. A rede começou a crescer com muitas necessidades que foram sendo atendidas contemplando recursos pedagógicos, físicos e humanos. O município não contava com nenhuma estrutura física para acolher os alunos. Foi um período de aprendizado para todos, tratado com seriedade, tanto pelo pessoal da Divisão de Educação como pelo Conselho do FUNDEF. Nesse início procurou-se designar para o Ensino Fundamental os profissionais mais experientes, avaliando o trabalho desempenhado por eles na pré-escola.  
(comunicação verbal)

Com relação às conseqüências da implantação do FUNDEF no atendimento da educação infantil, Almeida afirma: “As mudanças foram para melhor. A Educação Infantil se desvinculou da Divisão Municipal de Assistência Social, ganhou estrutura e passou a ser gerenciada pela Divisão de Educação”.

A professora Terezinha Aparecida Martins Souza acompanhou a construção da rede tanto em sala de aula, desde 1982 no antigo MOBREAL, até 1997 na pré-escola da Rede Municipal de Ensino, quanto na organização do órgão responsável pela educação no Município, a partir de 1984. Souza participou de todos os Conselhos Municipais de Educação de 1999 até 2007, ora como professora da rede, ora como pessoa representante da DME.

A história descrita pela entrevistada Souza é a mesma desenvolvida por Santos (2002) em sua monografia e por Almeida, porém com um olhar de quem esteve presente na rede municipal em todos os momentos de sua construção. Em resposta à pergunta: “Você acha que pelo fato do FUNDEF devolver recursos apenas para os alunos do Ensino Fundamental, prejudicou o atendimento da Educação Infantil?” afirmou:

Sim. Com certeza, houve prejuízo ao atendimento da Educação Infantil, em comparação ao Ensino Fundamental, em razão do grande número de crianças existentes nesta faixa etária, principalmente berçário e maternal e a falta de recursos destinados especificamente para suprir satisfatoriamente esta demanda. Embora o município tenha atualmente o mesmo número de Unidades que atendem os dois tipos de ensino, ainda existe um grande diferencial, comprometendo o atendimento satisfatório, que é a capacidade física das Escolas de Educação Infantil, com necessidade de maiores investimentos, em relação à ampliação das mesmas, para atender esta demanda, o que requer maiores gastos pelo fato de ser um atendimento diferenciado, (seja) em função dos cuidados especiais necessários para esta faixa etária, seja em relação à alimentação adequada, maior período de permanência na Unidade, o que conseqüentemente exige maior número de funcionários, por se tratar de crianças totalmente dependentes, em razão das idades inferiores das que já estão cursando o Ensino Fundamental. Diante do exposto, conclui-se que existem grandes despesas com este tipo de ensino e se houvesse a devolução dos recursos com certeza haveria um investimento maior, da mesma forma que ocorreu com o Ensino Fundamental. (Comunicação verbal)

Com relação à evolução da demanda reprimida, durante os 10 anos de funcionamento de FUNDEF, a entrevistada Souza informa:

Em relação à Educação Infantil, podemos afirmar que sempre houve atendimento satisfatório para a Pré-Escola (Pré III), crianças com idade de 6 anos, pelo fato de todas as Unidades Escolares, funcionarem com salas oferecendo este tipo de ensino. Atualmente com a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos, as Unidades Escolares passaram a absorver também os alunos de Pré Escola com 5 anos, o que proporcionou melhores condições de atendimento para as EMEI. Portanto, no que se refere aos alunos em idade pré-escolar, ou seja, com 4 e 5 anos, existe atendimento satisfatório, não havendo demanda reprimida, porém, em relação às crianças de 0 a 3 anos, sempre existiu e continuamos tendo demanda reprimida, em razão das creches, atualmente designadas escolas municipais de Educação Infantil, não possuírem capacidade física suficiente para atender a demanda existente no Município. (comunicação verbal)

Segundo a entrevistada Souza, “Podemos dizer que houve melhorias na estrutura da DME, em relação ao que era no passado, porém, ainda não está adequada em

relação ao tamanho da Rede Municipal”. Para ela, o FUNDEF/FUNDEB proporcionou melhorias para a Educação no município em todos os aspectos. Desde investimentos em estrutura física e humana, até cursos para os Professores e conseqüentemente melhoria na Qualidade de Ensino.

A professora Dilaine Carrijo Daleffe Pereira trabalha na rede municipal de ensino desde 1994, sendo que a partir de 1998 na gestão escolar e esteve na Gestão da DME de julho de 2008 a dezembro do mesmo ano. Na entrevista, a professora demonstrou ser bastante compromissada com a construção dessa rede e lembrou que foi muito difícil trabalhar na mesma com toda precariedade de instalações nos anos que antecederam a construção do prédio próprio. Naquela época, as classes de educação infantil funcionavam em salas cedidas pelas escolas estaduais. As professoras eram responsáveis pelas crianças, inclusive na hora do intervalo. Os recursos financeiros destinados à MDE eram gastos de maneira não transparente, muitos trabalhadores de outros setores eram alocados para a folha de pagamento da Educação. Os funcionários públicos municipais tinham seus salários atrasados por longos períodos, chegando a 6 (seis) meses nos piores momentos das administrações. Sobre as condições de trabalho dos professores naquela época, a entrevistada Pereira nos relata:

[...] eu me lembro que eu descia as escadas no Olga para cuidar, porque era lá em baixo que servia a merenda, eu descia com uma pilha de cadernos equilibrando. Enquanto eu cuidava deles, eu corrigia lição de casa e passava lição de casa para eles levarem no caderno. Então a gente fazia de tudo e era difícil tudo, material pedagógico era pouquíssimo quase não existia, folha sulfite, por exemplo, que era o básico pra gente rodar alguma atividade alguma coisa, não existia. Então assim, quantas vezes a gente pegava da antiga CESP aquele papel *container*, usava o verso e rodava atividade ali mesmo... A gente trabalhava com o que a gente tinha mas fazia o nosso trabalho e fazia bem feito e eu acho que esse é o papel do educador.

Sobre o período que antecedeu a implantação do FUNDEF, Pereira afirmou que nada sabia sobre o volume de recursos destinados à Educação que havia no município. Afirmou ainda que o valor de seu salário era muito próximo ao de um salário mínimo e que o FUNDEF foi um “divisor de águas”, na medida em que trouxe a obrigatoriedade de constituição de Conselhos de Educação e de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF e de elaboração de novos Planos de Carreira. Quando soube que teria eleição de Conselhos para “tomar conta de tudo na Educação”, Pereira candidatou-se. Ela esclarece que no início da constituição dos Conselhos Municipais, havia uma corrida dos professores da rede estadual para participarem, pois estes



tinham medo da municipalização e queriam evitá-la ou garantir seus direitos. Atualmente é difícil encontrar quem queira participar dos Conselhos, afirma a entrevistada Pereira.

[...] Ficaram apavorados. Em Pirapozinho houve uma resistência muito grande para a municipalização, toda vez que falava em municipalização os “cabelos arrepiavam”, de todo mundo. “Ai porque o cargo vai embora”, “porque vai mexer com aposentadoria”, um conjunto de prejuízos profissionais. Os professores da rede estadual eram muito bem organizados, por conta do sindicato, da APEOESP e tudo mais. Faziam movimentos contra a municipalização, tanto é que a cada processo de eleição fazia-se reuniões com os candidatos para saber qual era a sua posição com relação a municipalização, e o coitado que falasse que era a favor, tava (*sic*) morto! Por que? O professor é formador de opinião: se ele tem 30 alunos na sala, ele tem 30 pais e 30 mães, ele tem 30 famílias. Então no decorrer dessa história foi se assumindo politicamente com os prefeitos ou candidatos a futuros prefeitos, compromissos de não municipalizar. Eu participei de reuniões que a gente ficava sabendo bela boca dos outros, porque a gente não era muito convidada por nossos colegas nos verem como adversários, professores colegas do estado nos viam como adversários, “Tão querendo tomar o que é nosso!”, e ninguém queria tomar nada de ninguém. (Comunicação verbal)

O prédio próprio da escola municipal foi construído na segunda gestão de Valdemar Casseze e inaugurado em 2000 no período em que Marcos Cavalli substituiu Casseze, que teve seu mandato cassado. No início funcionavam apenas 4 das 8 salas da escola no prédio próprio, em condições precárias. As demais permaneciam nas dependências das escolas estaduais. A ampliação, com a construção do segundo piso, só aconteceu no início da primeira gestão de Sérgio Pinaffi e foi inaugurada em 2002.

Nesse período os recursos financeiros da MDE estavam sendo retidos no FUNDEF e muito pouco retornava, pois o número de alunos era pequeno. O retorno dos recursos do FUNDEF, acrescidos dos recursos próprios da MDE e da parcela de transferências que não havia ido para o FUNDEF, foi utilizado pela gestão municipal para fazer tanto a ampliação do prédio como a melhoria das condições de trabalho na escola municipal. Ocupando mandato eletivo de vereadora na época, nós fiscalizávamos a aplicação dos recursos da educação com uma participação muito significativa dos Conselhos Municipais de Educação e do FUNDEF. Sobre a ampliação da escola municipal no período em que os recursos do FUNDEF ficavam retidos, a entrevistada Pereira afirma:

[...] Ainda estava indo, não voltava! E assim, foi feito tudo com recursos próprios. Então não era uma obra que poderia começar hoje e acabar daqui a

2 meses, porque o dinheiro vem “pingadinho” e então a obra tinha que ser de acordo com o dinheiro (...)toda essa construção de ampliação, de reforma, que ao longo desses 10 anos teve, não foram 10 anos, foi até 2005 a última obra, foi tudo feito com recursos próprios do FUNDEF, né ? (sic)

A disputa de espaço entre os professores das quatro séries iniciais do ensino fundamental da rede estadual e os da mesma etapa deste nível de ensino da rede municipal contribuiu para enfraquecer a unidade da categoria dos trabalhadores da Educação nas discussões com o executivo. Os professores, que estavam ameaçados pela municipalização das escolas que eram sede de seus cargos, se afastaram também de seus pares que atuavam nas séries finais do ensino fundamental da rede estadual, pediram que a APEOESP não interferisse e passaram a negociar diretamente com o executivo. Diante de compromissos assumidos pelo executivo, a maioria dos referidos professores procurou o legislativo para solicitar que fosse aprovada a assinatura do convênio de municipalização das quatro séries iniciais do ensino fundamental.

A primeira gestão [do prefeito Sérgio Pinaffi] foi muito boa, o que estimulou um movimento interno contrário ao da “não municipalização”. Este foi um dos motivos que tornou o processo de municipalização do ensino fundamental menos dolorido em 2006, do que havia sido no início dos debates. (comunicação verbal)

A entrevistada Pereira avalia que a pressão provocada pela municipalização do ensino fundamental em muitos municípios do estado e a consequente escassez de vagas estaduais para onde transferir os cargos, caso a municipalização acabasse acontecendo obrigatoriamente, foram os motivos que levaram os professores estaduais a solicitarem a aprovação do convênio de municipalização. Segundo Pereira, outro motivo que contribuiu com essa mudança de posicionamento dos professores estaduais foi o fato da escola municipal ter todas as condições de trabalho melhoradas. Avalia ainda que os professores passaram a ver com outro olhar o fato de ter o patrão mais perto e com isso ter mais acesso aos recursos financeiros, menos dificuldades nas negociações sobre as necessidades da educação. Nas palavras de Pereira, “os professores começaram a ver que a municipalização era um caminho sem volta, ao redor”.

Conforme informação verbal de Pereira, a então Diretora da Divisão Municipal de Educação, Ester Alves de Almeida, pelo fato da LDB ter transferido a responsabilidade das creches para a Divisão de Educação, solicitou que as pessoas responsáveis por esta etapa da educação básica também participassem das reuniões nos Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC). Num primeiro momento houve resistência das pessoas politicamente

ligadas à Divisão de Assistência Social e por este motivo demorou um pouco para acontecer avanços nas questões pedagógicas ligadas à creche. Com a superação da resistência inicial, o processo de implantação das novas deliberações da LDB e da Lei do FUNDEF, propiciou muitas melhorias materiais e pedagógicas para as creches.

Sobre a possibilidade de acabar a política de Fundos para a Educação, a entrevistada Pereira expressa suas considerações dizendo:

As pessoas falavam assim: “Ah, vocês falam da municipalização, mas vocês vão ver, vai acabar [o FUNDEF] e, quando acabar, o município vai falir, vai devolver tudo!” E eu falei: “Gente, nós estamos lidando com gente, com formação, vai passar os 10 anos e algo vai acontecer antes disso, não é possível! Não tiram recurso no orçamento de algum lugar, porque a educação nunca vai acabar, e se acabar vai acabar com a nossa profissão!”... E aí veio o FUNDEB e eu acho que ele veio a contribuir, porque se é educação básica e se eu começo a construir uma casa, eu não começo pelo telhado, mas eu começo pelo alicerce, e o alicerce está na educação infantil, como eu vou socorrer o meio? Nem o fim? Os extremos não existem? Só aqui! E como ficam esses extremos? Tanto é que a coisa está tão assim, que hoje vem recurso para merenda escolar para o EJA, pelo PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar]. Não é mais só creche, não é mais pré, não é mais para o ensino fundamental, ensino médio e EJA, EJA vai começar a noite com merenda escolar.

A professora entrevistada 02 (E02) trabalha na rede desde 1988, sendo que se efetivou por concurso público em 1989. Assim como as demais professoras entrevistadas, E02 conta das dificuldades vividas no início de construção da Rede Municipal de ensino, do longo período em que trabalhou sem receber salário e da precariedade das condições de trabalho nas instalações improvisadas. Essas condições melhoraram um pouco quando as aulas passaram a acontecer nas salas cedidas pelas escolas da rede estadual, até 1997, quando foi construído o prédio próprio da Escola Municipal de Educação Infantil Professor Moacir Teixeira, que hoje atende também os cinco anos iniciais do ensino fundamental. E02 permaneceu trabalhando em sala de aula até o ano de 2007, quando passou a participar da equipe de gestão de MDE.

Na entrevista com E02, obtivemos mais informações pelo que a entrevistada não pode responder do que pelas que ela respondeu. Havia um grande número de questões e todas extensas. A maioria versava sobre uma estrutura física e organizacional muito complexa que ainda não existe em Pirapozinho. Pelas informações de E02 percebemos que embora a organização da DME tenha avançado bastante, ainda há muito por fazer.

O ex-prefeito, Sérgio Pinaffi, responsável pela condução do processo de negociação sobre a municipalização do ensino nos concedeu entrevista e falou sobre as

condições em que encontrou o setor público do município quando assumiu a administração em 2001. Naquele ano, os funcionários públicos municipais estavam com seus salários atrasados, inclusive os professores. De acordo com Pinaffi, as escolas estavam praticamente abandonadas. Os veículos que transportavam alunos estavam em situação precária. Os “perueiros” não estavam recebendo e, por isso não prestavam bom serviço. O número de alunos “educados pelo sistema da prefeitura” era muito pequeno e era preciso “achar um meio de que as verbas a que o município tinha direito realmente viessem para Pirapozinho”. Para Pinaffi, “o município estava perdendo dinheiro pelo fato de não assumir a educação, de não municipalizar a educação até então”. Quando perguntamos sobre os reflexos do FUNDEF na situação do município, o ex-prefeito, em entrevista, explicou:

Então, nós tínhamos que aumentar esse número de alunos para que as verbas viessem mais abundantemente para o município, porque os compromissos eram muitos. Nós tínhamos que começar a montar uma estrutura própria para o município e os recursos ainda eram poucos. O estado manda os recursos baseado naquilo que a gente projeta, naquilo que a gente mostra para ele e na verdade o ensino de Pirapó, em termos de educação municipal, quase que nem existia. Consequentemente os recursos eram poucos.

Esse argumento das dificuldades vividas e de que a única fonte de financiamento capaz de melhorar o sistema educacional seria a municipalização, pelo pretenso aporte de recursos que ela traria do FUNDEF, era confirmada pelas dificuldades vividas por várias prefeituras tal como a de Pirapozinho naquele momento. O próprio Pinaffi afirma, quando fala das dificuldades de implementar o Plano de Demissão Voluntária que foi obrigado a propor para poder cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que passara a vigorar no início de seu mandato.

Tinha setor que tinha gente demais e outro que tinha gente de menos. Ficava difícil transferir servidores de um setor para outro porque nem sempre eram pessoas capacitadas para aquela determinada função. Então precisávamos “enxugar a máquina” porque também já estávamos no limite de gastos com o pessoal. Na época também servi de “cobaia”, junto com milhares de prefeitos do Brasil inteiro, com respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi implantada a lei em cima do nosso mandato. Imagine você iniciando um mandato, sem experiência e ainda enfrentar uma lei que mudava muita coisa. A arrecadação era a mesma e às vezes até menor e a estrutura da administração toda montada nos moldes antigos e cheia de vícios. Foi uma época muito difícil e a gente acha que conseguiu superar as dificuldades com atitudes duras e severas. Muitas delas impopulares ao extremo, pois de outra forma não teríamos conseguido tocar a “máquina”. (comunicação verbal)

Isto implicou em grandes tensões por parte do executivo com os diretores das escolas da Rede Estadual de Ensino, de onde foi retirado um grande número de funcionários públicos municipais que prestavam serviço na referida rede. Esse contexto de grandes transformações, grande responsabilidade fiscal e municipalização, exigiu uma postura de muitos prefeitos, inclusive o de Pirapozinho, que tiveram de se abrir ao diálogo com os diversos setores da sociedade para dar conta dessa complexidade. Prova disso, é o que afirma o prefeito que teve de dialogar com os vereadores, inclusive com os da oposição, que era o nosso caso naquele momento. Nas palavras do entrevistado Pinaffi:

Na época começamos a montar uma equipe de estudo, inclusive a senhora [a pesquisadora] na época era vereadora e foi um apoio muito grande que nós tivemos, porque eu me enquadrava no grupo daqueles que entendiam muito pouco do assunto e a senhora realmente ajudou bastante. Esclareceu muita coisa, inclusive a respeito de arrecadação e orçamento público, das possibilidades de arrecadação de novos recursos. Pudemos então ampliar esses recursos e apesar da senhora ter sido eleita pela oposição, contribuiu muito para minha administração, não só na área da educação, mas em diversos setores. Tivemos muitas diferenças, mas sua atuação nunca foi de oposição sistemática. Entendo que a coerência marcou sua passagem pela câmara municipal.

O ex-prefeito explica que a causa da demora na municipalização do ensino fundamental no município se explica pela condução de um processo bem democrático. Este processo provocou um convencimento lento e muito aprendizado por parte dos agentes políticos do município, conforme aparece em diversos momentos da entrevista com Pinaffi:

[...] Isso possibilitou que aumentássemos a arrecadação de uma maneira justa e conseqüentemente tivesse uma verba maior para aplicar na educação. Isso foi se desenvolvendo, não havia possibilidade de atropelar a situação, porque se atropelasse daria briga, daria discussão e discórdia. Então a maneira que encontramos foi discutir amplamente, dar condição de todos se manifestarem, por isso demorou todo esse tempo para se municipalizar. Isso fez inclusive com que os louros dessas conquistas fossem colhidos quando minha administração já tinha terminado, mas foi um processo tão bem discutido que a população tem na memória que foi uma conquista ocorrida na nossa gestão.

[...] a princípio a grande maioria era contra e como foi um processo demorado e muito bem discutido, nós fomos conquistando adeptos que até então eram contra a idéia. Também ajudou muito o fato dos professores temerem que pudesse vir uma municipalização por decreto, onde eles não teriam espaço, nem tempo, nem condições de discutir detalhes e assim

poderiam sair prejudicados. Assim, as pessoas que eram radicalmente contra passaram a pedir até que se apressasse a municipalização, e foi o que aconteceu.

[...] Como essa primeira fase foi muito demorada, mas teve resultado satisfatório, paralelamente a isso também, sempre subsidiados pela prof<sup>a</sup> Célia Ramos, elaboramos o tão sonhado estatuto do magistério. Até então o professor não tinha nada em que ele pudesse se apegar ou se apoiar e o estatuto saiu de maneira satisfatória, e eu acredito que hoje o professor já pode dizer que tem um estatuto à altura aqui em Pirapozinho, e que deve muito a essas pessoas que se envolveram lá atrás, e volto a ressaltar que a professora Célia Ramos foi de vital importância. Devo dizer que é uma pena para nossa população que ela tenha abandonado a vida política!

A autorização da Câmara Municipal para que o poder executivo municipal celebrasse o convênio de ação e parceria com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, deu-se pela Lei nº 3.235/05 de 17 de outubro de 2005.<sup>27</sup>

Com relação ao desempenho dos Conselhos Municipais de Educação e de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, Pereira afirma que os conselheiros precisariam ser mais bem capacitados para o trabalho de acompanhamento e controle social dos recursos financeiros destinados à Educação. Embora Pereira tenha mostrado uma disposição muito grande de acompanhar os gastos com MDE, reconhece que falta conhecimento sobre o assunto. O governo Federal oferece capacitações que possuem número limitado de vagas e dá prioridade para os municípios que possuem IDEB baixo, o que não é o caso de Pirapozinho.

De acordo com informações obtidas no *site* oficial do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 2005, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da 4ª série das escolas públicas teve média nacional de 3,6 e o Estado de São Paulo teve média 4,5. O IDEB da EMEIF Prof. Moacir Teixeira havia sido de 5,5 em 2005 e, sendo a única escola municipal de Pirapozinho naquele ano, a média do município constou com o mesmo valor. Em 2007, o IDEB da EMEIF Prof. Moacir Teixeira foi de 5,4 e a média municipal foi de 5,1, ficando acima, tanto da média nacional (4,2), quanto da média estadual (4,7). As escolas municipalizadas em 2006 obtiveram no IDEB 2007 os seguintes valores: EMEIF Prof<sup>a</sup> Alzira Corrêa Miras (5,0), EMEIF Prof. Celestino Martins Padovan (5,3). EMEIF. Prof. Geraldo Salim Jorge (5,3) e a escola construída em 2005 e inaugurada em 2006, EMEIF. Prof. Ted Teixeira obteve 3,9 de IDEB/2007.

A participação nos Conselhos é uma prática que exige disposição e muito conhecimento sobre a legislação brasileira, não só educacional, mas tributária e sobre a Lei de

---

<sup>27</sup> O texto da referida lei encontra-se entre os anexos (Anexo 18).

Responsabilidade Fiscal também. A presidente do primeiro Conselho Municipal de Educação (COMED) instituído no município, professora entrevistada 05 (E05) descreveu a história de construção da rede com muita precisão. Ela trabalha na Educação desde 1971, sendo que trabalhou até 1979, em sala de aula da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo. Depois disso atuou como diretora de escola da rede estadual de 1990 até 1997, quando se aposentou, mas continuou trabalhando como coordenadora pedagógica voluntária na educação especial.

Educadora que acompanhou de perto todo processo de estruturação da Rede Municipal de Ensino com um olhar externo, uma vez que nunca trabalhou na mesma, e com um espírito democrático incomparável, em seus dois mandatos como presidente do COMED, E05 primou pela participação qualificada dos conselheiros. Nós éramos convidados a participar das reuniões, ora como representante da APEOESP, ora como vereadora e encontrávamos espaço para nossas intervenções sobre tudo que era pertinente aos interesses da comunidade usuária da escola pública. Sobre o período que antecedeu a assinatura do convênio de municipalização, E05 afirma:

Essa administração [do Prefeito Sérgio Pinaffi] fez uma comissão grande, que eu fui, você foi. Ele levou, acho que, trinta e cinco ou quarenta e cinco pessoas na Secretaria da Educação para conhecer mais sobre o FUNDEF, para conhecer a municipalização do ensino, na Secretaria de Estado da Educação em São Paulo. Inclusive, o prefeito da época foi elogiado, porque nunca tinha ido uma comitiva tão numerosa e composta, não só por pessoas do seu *staff*, do seu pensar político, mas opositores também. Então, ele procurou agir de forma bem democrática e voltando de lá ele colocou essas pessoas que foram com ele a São Paulo a dizerem o que aconteceu, o que se aprendeu, o que se descobriu, como deveria ser, porque deveria ser..., numa audiência pública envolvendo todo o pessoal da educação. Foram convidados os pais, professores, funcionários. Então, *a priori*, foi bem democrática. Depois respeito; ele assumiu o compromisso de respeitar a posição da maioria e a maioria foi pelo “não à municipalização” naquele momento em 2001 e acho que foram municipalizados só em 2006.

A aplicação dos recursos financeiros destinados à MDE era tão obscura, que os agentes políticos enxergam o FUNDEF como um dinheiro novo. Embora o referido Fundo tenha apenas reorganizado a distribuição dos recursos já existentes e instituído o colegiado de acompanhamento e controle social, a impressão que se tem é de que houve uma ampliação desses recursos. Nas palavras de E05,

Acho que a grande conquista com o FUNDEF foi criar esse mecanismo de supervisão da empregabilidade da verba. Porque é uma verba destinada pra esse fim, além dos 25%, que continuaram existindo né? Ampliou-se então a verba pra ser aplicada em educação e criou-se esse FUNDEF, além do Conselho, porque eu não consigo ver nem o FUNDEB, nem o antigo FUNDEF desligado do Conselho Municipal [de Educação], eu acho que eles têm que estar sempre em consonância, tem que estar interligados.

Na maioria das entrevistas, obtivemos impressões como esta manifestada pela E05, ou seja, de que com o FUNDEF houve ampliação dos recursos financeiros a serem aplicados na Educação quando, na verdade, parte significativa dos recursos que até então ficavam sob responsabilidade do município, estavam retidos no FUNDEF. Vejamos alguns exemplos de respostas às questões que versavam sobre os efeitos do FUNDEF na reestruturação da rede Municipal de Ensino:

[...] O FUNDEF, começou a transferir receita para o município no ano de 1998. As verbas eram aplicadas em despesas com o Ensino Fundamental e a prestação de contas conferida e vistada pelo Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério-FUNDEF.

[...] A estruturação da Rede Municipal de Ensino só foi possível graças ao FUNDEF. A meu ver, as escolas, que já cumpriam o seu papel, mantêm um ensino de qualidade e é visível a preocupação do poder público municipal em investir na qualificação dos professores e no provimento de outras necessidades. (Entrevistada Almeida)

[...] o FUNDEF/FUNDEB, nos proporcionou melhorias, em todos os aspectos, pois com aplicação dos recursos destinados a Educação, surgiram maiores investimentos em estruturas físicas e humanas, cursos para os Professores e conseqüentemente melhoria na Qualidade de Ensino, porém, na expectativa de que seja somente o início de melhores e maiores conquistas no que se refere à Educação de uma maneira muito mais abrangente e necessária. (entrevistada Souza)

[...] Eu acredito que seja a mudança, de repente uma mudança de concepção política. E atribuo isso também aos recursos do FUNDEF, do FUNDEB hoje né? Porque eu acho assim: com todo esse monitoramento, com essa pressão, com essa fiscalização dos recursos, eu acredito que eles tenham que ser realmente mais voltados pra educação. Inclusive eu ouvi uma vez de um prefeito que como não havia ainda essa fiscalização, que com o dinheiro da educação infantil, que ele conseguia manobrar esse dinheiro para outros setores e depois ele repunha. Eu acho que isso hoje não é mais possível, porque hoje a fiscalização é mais intensa, mais democrática, mais pessoas participam dessa fiscalização. Por este motivo também, acredito que a gente possa ter melhor aparelhamento das nossas escolas. (E11)



Embora o FUNDEF tenha retido um volume significativo de recursos vinculados ao ensino e, por não atender um número significativo de matrículas, o município, não tenha obtido o retorno de uma parcela significativa dos referidos recursos, a impressão que se teve foi de que o FUNDEF trouxe mais recursos para a educação.

Entendemos que mesmo não tendo aumentado o volume de recursos financeiros a ser destinado à MDE, tanto a LDB/96 quanto a EC nº 14/96 e a Lei 9424/96 que a regulamentou, foram muito importantes para a instrumentação dos cidadãos no que se refere à fiscalização da correta aplicação dos referidos recursos. Uma aplicação de recursos feita de maneira mais criteriosa e melhor fiscalizada pela sociedade, provocou um aumento no volume de recursos financeiros que chega, de fato, ao ensino, dando a impressão de que foi o FUNDEF que trouxe dinheiro novo para a Educação. Na realidade o que ocorreu foi um efeito colateral provocado pelo FUNDEF e pela preocupação de todos os setores da sociedade que se mobilizaram desde a instituição do FUNDEF para o acompanhamento e controle social dos referidos recursos.

Entre os entrevistados que já participaram de algum Conselho é unânime a afirmação de que a preparação do Conselheiro é muito importante para que a comunidade identifique nele uma autoridade. E05 relata ocasião em que o gerente do Banco do Brasil não queria apresentar os extratos da conta do FUNDEF à presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF. A então presidente do COMED orientou a presidente do Conselho do FUNDEF a impor sua autoridade apresentando-se com algum documento que provasse sua identidade e uma cópia da ata da reunião do Conselho do FUNDEF que a elegeu presidente.

[...] eu acho que falta também um curso de capacitação para exercer a função de conselheiro, não só no conselho da educação, mas em qualquer conselho, porque agora é uma gestão participativa, uma co-gestão com a participação dos conselhos, só que não está se investindo na formação dos conselheiros. Fica a critério de cada um. Eu sei, porque eu participo de vários conselhos. Aqui [na escola] tem obrigação de participar de todos os conselhos que existam e a gente acaba participando uma hora na área de assistência social. (E05)

Além da preocupação com a participação qualificada dos Conselheiros, a entrevistada 05 demonstrou ser bastante preocupada com a representatividade destes. Outro ponto bastante enfatizado pela professora foi o horário de realização das reuniões. Para ela, estes devem privilegiar a participação de todos, principalmente dos pais.

Sobre os reflexos da legislação educacional de 1996 no trabalho com a Educação Especial E05 nos esclarece:

[...] Depois não só do FUNDEF, depois da criação do FUNDEF e da LDB. Ela preconizou o direito da parceria das ONGs que trabalham com educação especial, estarem fazendo convênio com a Secretaria de Estado da Educação para viabilizarem o pagamento. Antes disso, como que era? Capengava. Faziam-se rifas uma vez por mês, churrasco beneficente, era uma loucura. Aqui no nosso município, eu ainda não estava, mas teve um presidente que se elegeu vereador, que era o Doutor Ikeda e ele conseguiu parceria com o prefeito. Eu até dei sugestão para que a escola tivesse o nome dele. A escola estava para fechar as portas porque não tinha dinheiro para pagar as folhas de pagamento. E foi quando ele fez a parceria com o prefeito Waldemar Casseze e o município arcou com o pagamento desse pessoal que ele cedia. Então foi feito o convênio, então ele pagava, porque, como não tinha sala de educação especial, apenas uma para deficientes auditivos, DM ele não tinha, então ele cedia os professores como cede até hoje, motorista, duas faxineiras e alguns professores. Ainda temos o convênio.

A entrevistada fez referência ao dispositivo legal instituído no parágrafo 2º do artigo 172, da Lei orgânica do Município de Pirapozinho, que determina: “Dentro dos 25% (vinte e cinco por cento) previstos no presente artigo, o Município destinará obrigatoriamente 5% (cinco por cento) à Educação Especial”.

Sobre o FUNDEF, diz a entrevistada 05:

Foi uma Lei que veio, a meu ver, ela foi benéfica. Porque ela tornou as coisas claras, não que elas não fossem. Mas não era do domínio de todos. Sabia-se que existia 25% que gastava com a educação regular, 5% que gastava com educação especial, segundo a lei orgânica. Mas não era aberto. Descerraram-se as cortinas; então, qualquer cidadão que se interesse, que queira, ele pode chegar no conselheiro que faz parte do Conselho Municipal de Educação, no conselheiro que faz parte do comitê, é comitê hoje né? Pois antes era o conselheiro gestor, agora acho que é um comitê do FUNDEB e perguntar. Essas pessoas têm que estar aptas a estar respondendo é de domínio público, a aplicação das verbas, no quê aplica a verba ficou mais claro.

Presidente do Conselho do FUNDEB gestão 2008, a professora entrevistada 06 (E06) com formação no CEFAM e em Educação Física na UNESP, atua na Rede Municipal de Pirapozinho há doze anos, tem experiência com turmas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Atualmente ocupa a função de Professora Coordenadora Pedagógica e sobre o funcionamento do Conselho do FUNDEB E06 afirma:

[...] Os membros do Conselho do FUNDEB analisam o material apresentado, sendo estes: Notas Fiscais dos materiais comprados para a educação, relação nominal e valores recebidos pelos funcionários municipais que atuam na educação e a planilha demonstrativa da aplicação da verba do FUNDEB. Sempre que surgem as dúvidas os conselheiros se mobilizam para esclarecê-las, solicitando auxílio à Contabilidade e Departamento de Pessoal.

[...] No decorrer do ano de 2008, um grupo de professores questionaram a aplicação do recurso do FUNDEB em relação ao 60% (aplicação no Quadro do Magistério). O Conselho apresentou relatórios e planilhas com os demonstrativos em relação à verba do FUNDEB para esclarecer as dúvidas do grupo.

A presidente do COMED - gestão 2008 -, professora entrevistada 07 (E07), foi professora efetiva da rede Estadual de Ensino de 1977 a 2001, tendo ocupado funções de Coordenador do Ciclo Básico e Vice-Diretor de Escola. Em 2002, assumiu cargo efetivo de Diretor de Escola. Por ocasião da municipalização do ensino fundamental, em 2006 passou a trabalhar na rede Municipal de Ensino, fazendo parte do convênio de Parceria Estado x Município. E07 afirma ser difícil dizer quais benefícios estão relacionados com o FUNDEF. Afirma ainda que a fiscalização dos recursos da Educação não compete ao COMED. Quando perguntamos sobre as vantagens e desvantagens da municipalização do ensino fundamental nas condições de trabalho dos professores, E07 nos informou:

Em relação às condições de trabalho dos professores da rede municipal após a municipalização notou-se:

Vantagens: organização da vida funcional; melhoria de qualidade da formação em serviço; apoio de equipe pedagógica no desempenho da função; professor coordenador em todas as unidades; ampliação de cargos, mais escolas; mais material para alunos.

Desvantagens: diferença salarial das redes municipal e estadual; desatualização do plano de carreira; não pagamento das vantagens constantes no atual plano de carreira.

[...] A implantação da municipalização trouxe muitas vantagens para a qualidade do ensino. O descontentamento está voltado apenas para questões salariais e tentativas de influências de outros poderes que pensam poder intervir na educação.

Convém lembrar que os professores da rede estadual, que estão trabalhando no município pelo convênio de municipalização, continuam recebendo seus salários do governo estadual e este desconta os valores pagos aos professores dos repasses do FUNDEF/FUNDEB ao município.

Entrevistamos duas professoras de Educação Básica I (PEB I), efetivas do Estado atuando na rede municipal pelo convênio de parceria com o Estado. A professora entrevistada 08 (E08) exerce a profissão na rede estadual há 24 anos e a professora entrevistada 09 (E09) há 32 anos, tendo trabalhado em escolas rurais por 15 anos, inclusive em Agrovilas e Assentamentos. Atualmente, E08 atua ministrando aulas para os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental na escola [...] enquanto que E09 está há 13 anos como Professora Coordenadora da mesma Escola. As duas professoras já participaram do COMED, sendo que E09 foi também presidente do primeiro Conselho de Acompanhamento e Controle social do FUNDEF instituído no município.

As entrevistadas concordaram com os benefícios que a municipalização do ensino fundamental trouxe para a qualidade do ensino, condições de trabalho e formação dos professores que atuam na rede municipal de ensino. Porém, ambas concordam também com os desconfortos que este convênio trouxe para a situação funcional dos professores estaduais. Sobre a situação desses professores, as entrevistadas afirmam:

E08: [...] Brigamos tanto contra ela e fomos vencidos por ela, mas nos esquecemos de brigar pelas Leis que dessem amparo ao professor nessa situação.

Fatalmente a municipalização chegará a todas as escolas do ensino fundamental (principalmente do 1º ao 5º ano) e que leis garantem “a nossa situação funcional e profissional?”

Como fica nossa aposentadoria? Nossos cargos? Nossa vida?

“Como ficou a situação dos ACT” ... Abandonados!!! (E08)

E09: Gostaria de acrescentar que a municipalização do ensino é certa na maioria dos municípios, então o nosso sindicato deveria lutar para mudar a lei do adido, para que os professores pudessem se aposentar naturalmente sem ter prejuízo de salário e não ter que ficar se removendo a todo ano, parecendo mais uma bola de *ping-pong*.

[...] Quanto aos efetivos, o convênio garantiu a permanência dos mesmos, porém com algumas dores de cabeça, pois não temos paradeiro. A cada escola que municipaliza, precisamos juntar papeladas e sair à procura de uma escola que nos abrigue. Quando há algum problema com nossa vida funcional, então a dor de cabeça é maior, pois parecemos “filhos sem pai”; ninguém é responsável. No meu caso, estou com meu cargo abrigado em Bauru; se há algum problema, preciso ir lá para tentar resolver.

E não preciso falar na lei do adido que é uma porcaria ...

Quanto aos ACTs, foi um verdadeiro descaso. Ficaram desempregados, abandonados à própria sorte. (E09)

Os professores ACT aos quais as entrevistadas se referem, são aqueles que não sendo efetivos na rede estadual são Admitidos em Caráter Temporário (ACT) para ministrar aulas nessa rede. Durante décadas o número dos professores nessa condição foi superior a

50% da categoria, e ainda é bastante significativo. O motivo deste descalabro é a ausência de concursos para efetivação de professores. Sobre o assunto, a entrevistada 05 afirma:

Eu tenho uma posição meio radical, porque também ser professor ACT não é profissão, né? Tem que ver o sistema que está vigorando. Se for um sistema de concurso, ele tem que estudar, tem que se empenhar, tem que se atualizar, e passar. Aí ele sai dessa condição, seja municipal, estadual, federal, o que for né? É muito pouco, para um professor ter a pretensão de querer se aposentar como ACT, o próprio nome tá (*sic*) dizendo: Admitido em Caráter Temporário; ACT: Admitido em Caráter Excepcional. Isso não pode ser uma condição, isso tem que ser uma eventualidade. O professor tem que se capacitar, tem que melhorar, tem que crescer profissionalmente. O governo tem que oferecer, ele tem oferecido concursos, tem de monte. O processo de formação mesmo, faculdades a longa distância, a mídia está aí facilitou muito, muitos fizeram, mas ainda tem professor lá acomodado nessa condição e se sentindo prejudicado.

O professor adido é “aquele que, embora sendo titular de cargo, não consegue pegar nenhuma classe ou aula, na sua disciplina (objeto de concurso) na Unidade Escolar onde está classificado, ficando excedente na U.E., sendo declarado adido na D.E”.<sup>28</sup>

Havia, e ainda há, grande preocupação dos professores com a possibilidade de perseguições políticas aos trabalhadores da educação no município. Quando os advogados da APEOESP acompanhavam algum processo de assinatura de convênio, estes orientavam os professores a exigirem que nele constasse que o funcionário só seria dispensado do convênio e devolvido ao Estado quando comprovado, através de processo administrativo, que ele tivesse cometido infração grave na condução de suas atividades. Porém, em Pirapozinho, os professores optaram pela negociação direta com o prefeito Sérgio Pinaffi que assinou o convênio, sem passar pelos advogados do Sindicato. Pinaffi havia cumprido os compromissos que assumiu com os professores e com a comunidade escolar, por este motivo todos confiavam nele.

Faltando dois anos para o final de sua 2ª gestão, o prefeito Sérgio Pinaffi teve seu mandato cassado e em seu lugar assumiu o vice-prefeito Orlando Padovan.

A professora entrevistada 10 (E10) nos relatou os inconvenientes acontecidos em sua vida profissional. E10 trabalha no magistério desde 1987, substituindo em escolas isoladas, como eram chamadas as escolas rurais antigamente. Foi designada para a gestão escolar pela primeira vez em 1994, ocupando a função de vice-diretora. Efetivou-se no cargo de direção a partir de 2001, removendo-se para uma escola da

---

<sup>28</sup> Disponível em < <http://www.publicado.com.br/ud/map03.htm>>. Acesso em 06 de agosto de 2009.

rede estadual no município de Pirapozinho em 2002. Ali estabeleceu vínculo com a comunidade que a apoiou em diversas lutas, uma delas em 2004, quando a SEE decidiu mudar alunos e professores para um outro prédio sem consulta previa à comunidade escolar. “Os pais não aceitaram, houve mobilização por parte de todos e por fim, depois de muitas batalhas, a troca não ocorreu e a comunidade mostrou que era forte!” (E10)

Sobre o processo de municipalização do ensino fundamental, E10 nos informa:

Depois de muitas lutas, para que não houvesse a municipalização, em 2005, os professores estaduais ouviram a seguinte sentença do Executivo Municipal: “ou ocorre a municipalização ou as classes de 1ª série serão passadas para a rede municipal, sem direito ao afastamento dos profissionais através do Convênio de Parceria Estado X Município. E assim, sucessivamente ano-a-ano”. Sofrendo a pressão, e para não sair das escolas, em março de 2006, os profissionais em educação solicitaram da Câmara Municipal que autorizasse o Convênio, dando oportunidade para que todos ficassem na cidade, saindo somente o cargo.  
[...] A municipalização trouxe vantagens para as escolas em termos estruturais e materiais e tudo corria bem. (E10)

No início do ano de 2007, dois meses depois de ter tomado posse o então prefeito dispensou E10 que com o apoio da comunidade e a contratação de um advogado conseguiu reverter o ato daquele chefe do executivo.

A lei que ampara o Convênio de Parceria Educacional Estado Município diz que “o afastamento dos profissionais pode ser cessado pelo Chefe do Executivo Municipal somente ao final do ano letivo e mediante relatório circunstanciado”. Não era final de ano e não havia nenhum relatório até aquele momento. A lei não estava sendo cumprida.  
Procurei um advogado particular [...] na época eu não conhecia o prefeito, não permitia comentários políticos dentro da escola ou algo que viesse denegrir a imagem dos outros. [...] Os relatórios anexados ao processo mostravam que eles não conseguiam provar nada, pois, nada existia. O resultado foi que no dia 06 de julho do mesmo ano, depois de quatro meses de sofrimento a decisão judicial foi favorável a mim, determinando a administração municipal retornar-me para as minhas funções. (E10)

O relatório circunstanciado não dá ao trabalhador o direito de defesa. Sendo assim, nossa recomendação sempre foi pela instauração de um processo administrativo que permita a transparência no processo de apuração e direito de defesa de todos os envolvidos.

Eram muito precárias as condições de trabalho e a valorização profissional dos professores que atuavam na educação pré-escolar na Rede Municipal de Ensino até o final da

década de 1980. O salário era igual ao dos demais servidores públicos municipais com menor remuneração, ou seja, um salário mínimo. Somente na gestão de Valdemar Casseze (1989) foi instituído pelo executivo salário diferenciado para os professores.

A legislação educacional aprovada em 1996 exigia a construção de novos Planos de Carreira para os profissionais do magistério e, em 1999, os recursos do FUNDEF correspondentes ao número de alunos que havia no ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino poderiam não voltar para o município caso as exigências da referida legislação não fossem cumpridas.

Almeida, a então responsável pela divisão Municipal de Educação fala sobre o processo de construção do Plano de Carreira instituído em 1999:

O atendimento às exigências da legislação deu-se no âmbito da própria Divisão de Educação com a colaboração do Conselho Municipal de Educação, o primeiro a ser constituído. Tudo seguiu as normas legais, de encaminhamento pelo executivo e aprovação pelo legislativo. Quanto ao Plano de Carreira e Estatuto do Magistério foi elaborado um documento preliminar utilizando como subsídios Planos de outros municípios e da rede estadual. Esse documento foi apresentando ao Conselho Municipal de Educação que constituiu uma comissão que analisou, alterou, acrescentou o que julgou necessário. O documento final, com aprovação do Conselho Municipal de Educação foi enviado pelo Executivo à Câmara Municipal que o aprovou. (Entrevistada Almeida)

Pereira também descreve o referido processo com detalhes de quem esteve preocupada em atender ao que exigia a nova legislação educacional, para não perder recursos financeiros do ensino fundamental.

[...] Em 1999, em 98 para 99, por força de lei - é sempre isso que obriga às vezes o poder executivo a agilizar, é agora ou já, ou então perde -, correu-se para fazer um estatuto... [...] A lei do FUNDEF, a lei exigia, deixe-me achar eu tenho ele (*sic*) aqui...velhinho coitado...Então foi feito a toque de caixa, em maio de 1999. Esta pasta é privilegiada, montamos com o decorrer dos anos, então eu me lembro como isso aqui foi votado, e foi feito assim, mais ou menos modelo padrão e copiado, que nós fomos, eu e dona Éster que subimos correndo na câmara municipal pra falar assim para os vereadores: “Ou vocês aprovam, ou a verba vai ser cortada”, porque tudo eles acabam deixando pra última hora, então ela pediu pra mim se eu iria com ela. Eu disse que sim, ela era diretora, mas não participei da elaboração e aí nós fomos lá. O PEB 1 (professor de educação básica 1), ganhava em 99 por 150 horas, R\$ 525,00! Saía à R\$ 3,50 [a hora/aula]. Foi quando nós saímos de R\$ 1,79 a hora/aula, pra vir pro primeiro reajuste praticamente. Dobrou o valor, porque naquela época tinha diferença do PEB 1 com o PEB 2 dos valores, e aí nos fomos lá pedir por favor, que pelo amor de Deus, que fizesse, aprovasse e colocasse em pauta, em reunião, porque o prejuízo ia ser

muito grande. Então nem foi muito questionado, nem sei te falar quem era o presidente da câmara na época e foi aprovado. Esse plano de carreira ficou até 2003, pra você ver como a história é feita a passos de tartaruga...[...] eu não sei nem o que implantaram, faltava tudo o que iam implantar? É difícil, mas é o que tinha e de imediato não houve estudo, não houve discussão porque não dava tempo, não tinha!

[...] em 99 ou 2000 foi cassado [Valdemar Casseze], mudou o prefeito pra 2000, e naquela época já começamos reivindicar um plano de carreira, um estatuto discutido democraticamente e tudo mais. E aí, nessa época, alguns candidatos a prefeito assumiram esse compromisso com a gente, com a rede municipal que, colocaria esse plano de carreira em discussão pra se alterar e tudo mais. Foi quando começou então essa luta e veio essa participação, esse apoio que foi quando você se elegeu vereadora, então quem representava a educação? À quem nós relacionávamos a educação? Não é o professor que estava ali representando? Porque eu não tenho que envolver você, mas (inaudível) foi um professor, professor que estava no magistério, até por essa linha de conhecimento, lembra aqueles livrinho do GAT que você trazia? Eu tenho eles, aquelas planilhas, sabe?. Porque você participou muito das nossas reuniões, lembra? COMED, que era lá no Olga, então a gente tinha essa visão, porque também faltava conhecimento, a gente não tinha conhecimento pra fazer um plano e etc...E aí nós tínhamos várias professoras também líderes, que também começaram a se movimentar e pegar modelos, não sai do nada, sai de alguns modelos, elas pegaram modelos de cidade vizinha que elas achavam, Prudente tinha feito um que na época era assim, um modelo de perfeição de plano de carreira pras professoras e faziam até aqui de noite mesmo, discussões, várias discussões. Aí depois nós abrimos um tempo no HTPC pra mostrar, pra anotar e foi feito isso, até que se chegou num modelo que foi encaminhado para a prefeitura. (Pereira)

Com o apoio do material elaborado pela APEOESP, contribuimos nas discussões e construção do Estatuto do Magistério e do Plano de Carreira para os Professores da Rede Municipal local. A nosso pedido, o executivo contratou o professor Pedro Rotta para contribuir com a estruturação daquele estatuto. Rotta havia sido Secretário Municipal de Educação do município de Presidente Prudente no período de implantação do FUNDEF e posteriormente assumiu a Secretaria Municipal de Educação de Regente Feijó. Com isso Rotta havia acumulado conhecimento e experiência na elaboração de Estatutos do Magistério e Planos de Carreira para os professores. Sobre essa contribuição, Pereira afirma:

[...] e aí o Pedro foi elaborar o plano de carreira, ele que foi contratado, e quando ele nos trouxe [...], você participou, até eu confundia muito, onde que está a Célia professora, a Célia vereadora e a Célia sindicalista, né? (risos), porque eram três papéis e a gente se confunde, [...] e eu me lembro que as professoras ficaram muitas revoltadas porque foi cortada muita coisa de reivindicação, é lógico dos benefícios, - e elas ficaram muito revoltadas -, principalmente na progressão horizontal, que assim, demoraria muito tempo pra chegar lá na frente. O que aconteceu? Não me lembro qual professora, se foi



a [...], uma dessas mais líderes questionou o Pedro, falou assim: “Escuta, porque você está tirando, se nós buscamos no modelo de Prudente que foi você quem fez?”, ele falou assim: “Porque a gente não erra duas vezes o mesmo erro!” (risos). [...] Então, porque? o que acontecia? O profissional ele ia muito rápido da primeira letra pra última, - aí ele fala assim -, um profissional lá 3 ou 4 anos, [...] ela já tinha percorrido quase metade do caminho, ela vai aposentar com 20, e daí? Você entendeu? Então ele colocou isso, e Prudente até hoje não corrigiu isso. Então no nosso (Plano de Carreira) isso foi cortado, então o professor sente...e por outro lado não é só isso, vai chegar num ponto que , a que valor vai chegar essa folha? (Entrevistada Pereira)

Rotta foi muito criticado pelos professores municipais que queriam dobrar jornada de trabalho no município e tiveram essa expectativa frustrada com o limite da jornada semanal de trabalho em 48 horas incluído no estatuto, Lei Municipal Nº 3088 de 21 de maio de 2003.

Na época, nós defendemos tal limitação na jornada de trabalho dos professores, pois entendíamos que dobrar jornada é muito desgastante para o professor. Este deve reivindicar melhores salários e não aumento de trabalho. Porém, os professores que já trabalhavam na rede municipal discordaram desse dispositivo legal. Esses trabalhadores alegam que os professores da rede estadual podem estender a jornada até atingir 64 horas semanais de trabalho e muitos desses professores ocupam os cargos disponíveis na rede municipal, obrigando os profissionais efetivos desta rede de ensino a trabalharem em dois municípios diferentes para obterem uma remuneração um pouquinho melhor. Os professores da Rede Municipal de Pirapozinho reivindicam esse mesmo “direito”, isto é, poder dobrar a jornada dentro do próprio município. A situação dos professores acabou ficando pior, uma vez que não podendo trabalhar com duas classes numa mesma rede e necessitando ter salário dobrado, enfrentam viagens entre dois municípios reduzindo ainda mais o tempo de descanso e lazer tão necessários à saúde física e mental desses trabalhadores.

O Assessor de Gabinete do Executivo Municipal, professor entrevistado 12 (E12) respondeu nossos questionamentos e contribuiu com uma visão diferenciada em relação aos demais entrevistados, pois sua experiência na administração permitiu que seu olhar fosse de um educador que se depara com os limites orçamentários e os vícios da máquina administrativa na condução das questões ligadas ao financiamento da Educação. Para ele

A discussão foi longa e um pouco conturbada, devido ao histórico político do município. Através de debates democráticos, o nosso prefeito empossado com gestão a partir de 2001, promoveu encontros com professores e comunidades locais, e também com professores de municípios já municipalizados e entidades ligadas ao magistério como a APEOESP. Patrocinou e participou de uma viagem a São Paulo, com mais ou menos 20 pessoas ligadas ao magistério, até a Secretaria da Educação, para que se tirassem as dúvidas e se certificassem das vantagens que o município e o setor de educação teriam com a municipalização do ensino. Ao retorno da viagem, novos encontros e debates foram efetuados, sempre enfrentando um grupo resistente; mas com respeito e atendendo a maioria da população, foi finalmente realizada a municipalização do ensino. (E12)

Uma noção geral da Divisão Municipal de Educação foi possível diante das informações fornecidas pela professora entrevistada 02 (E02) que cursou o magistério em nível de 2º grau e licenciatura em Geografia na FCT – Pres. Prudente – UNESP, E02 fez pós-graduação em Psicopedagogia e está concluindo atualmente o curso de Pedagogia. Esta professora trabalhou na docência de 1988 a 2007 e, a partir de então, encontra-se participando da equipe de gestão da DME. A professora, que no início de sua carreira na rede municipal também ficou vários meses sem receber salário, nos conta sobre as condições precárias de trabalho no final da década de 1980, as quais melhoraram a partir da construção do prédio próprio da Escola Municipal.

[...] Iniciei na rede, meio que por acaso, ainda freqüentava o 4º ano de magistério e ninguém queria dar aula pelo Município, pois o Prefeito estava sendo cassado e não pagava. Aceitei e fiquei meses sem pagamento e depois o outro prefeito acertou tudo com os funcionários. Esse prefeito fez concurso público, o qual fiz, passei, ingressei e estou na rede até hoje.

[...] Iniciei em 1988 em uma escola meio que improvisada, no salão da Igreja Católica no Município de Pirapozinho. No ano seguinte fui para uma creche que também funcionava precariamente em uma casa. Fiquei por três anos. As condições eram péssimas. Depois fui para uma escola Estadual que emprestava uma sala para o Município e assim ficamos por vários anos até que em 1997, foi construída nossa Escola Municipal.

Para E02, o prefeito Orlando Padovan que sucedeu Sérgio Pinaffi a partir de 2007, priorizou a educação em seus dois anos de mandato (2007-2008). Neste período, a DME passou a ter mais autonomia com a criação do cargo de Diretora Municipal de Educação, quando foi organizada uma equipe de trabalho que se mantém atualmente com poucas alterações.

Com mais de 20 anos de Município, já passei por tudo, tivemos prefeitos comprometidos e em contrapartida outros, totalmente alheios aos anseios da Educação. O último prefeito [Orlando Padovan] que ficou apenas dois anos, se empenhou bastante em melhorar a Educação do Município, nomeou uma dirigente, haja vista que o Município ficou, durante anos, com um professor respondendo pelo cargo sem nomeação, e conseqüentemente, sem nenhuma autonomia. A Dirigente montou uma Equipe de trabalho e o Município deu um grande avanço em matéria de Educação.

Nossas expectativas em relação ao atual Prefeito [Marcos Brambila] são as melhores possíveis. Uma de suas prioridades é rever o nosso plano de carreira e esperamos que este venha ao encontro do que almejamos. (E02)

A atual Diretora da DME, Vera Lúcia Fioravante Cavalli, trabalhou como professora na rede estadual de ensino de 28/02/1975 a 20/07/2005 onde atuou também na equipe de gestão escolar como coordenadora pedagógica. Cavalli havia sido responsável pela Divisão Municipal de Assistência Social no período de 27 de outubro de 1.999 a 31 de dezembro de 2.000, foi também diretora de DME de 12/02/2007 à 08/07/2008 e ao ser entrevistada por nós, fez uma comparação entre a creche que era oferecida às crianças naquela época e a Escola de Educação Infantil que hoje, a partir da promulgação da LDB/96, atende a etapa dos três anos iniciais da vida de nossas crianças. Cavalli também nos forneceu informações sobre a atual gestão municipal e falou sobre os desafios que tem enfrentado como dirigente Municipal da Educação.

Foi criada a rotina diária. As ADIs passaram a receber capacitação. Hoje elas possuem até semanário. Passaram de meras trocadoras de fraldas, para exercerem sua real função de participantes do processo de crescimento de cada criança. Hoje, as creches têm HTPC, (Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo) sob a orientação da coordenadora pedagógica. As coordenadoras de creche foram designadas como vice-diretoras, através de alteração no plano de carreira e projeto de lei que enviamos a Câmara Municipal. A alimentação é feita em cima de cardápio, com acompanhamento de nutricionista, que efetua o preenchimento das fichas de controle de qualidade dos alimentos. As nossas EMEIs, só perdem para as particulares, nos espaços e na fama que as particulares acabam tendo. É oferecido um trabalho de primeiríssima qualidade. Temos profissionais competentes, dedicados, é claro que como em todo lugar e profissão, sempre aparece alguém que parece estar fora do seu *habitat*, mas quando detectamos o problema, corremos em busca de solução. Hoje as EMEIs contam com: computador com impressora e internet, TV de 29 polegadas, rádio-toca CD, máquina fotográfica, material didático pedagógico e de recreação atualizados, canto da leitura e educação continuada para todos. As crianças participam de projetos. (Entrevistada Cavalli)

A entrevistada Cavalli tem participado de eventos de formação para subsidiar seu trabalho na DME, entre eles os que seguem:

- ⇒ 1º Seminário de Gestores Municipais do Estado de São Paulo  
Tema: Líderes em Gestão Escolar  
Organização: Fundação Lemann, Governo Federal e Undime Estadual  
Local: Águas de Lindóia  
Período: De 16 a 19 de fevereiro de 2.009
- ⇒ 18º Fórum Estadual da Undime 2009  
Tema: Desafios da Educação Municipal e o Direito de Aprender  
Organização: Undime em parceria com o Governo Estadual  
Local: Santos – SP  
Período: De 9 a 13 de março de 2.009
- ⇒ Encontro para Orientação – Governo Federal  
Tema: Plano de Ações Articuladas – PAR  
Organização: Governo Federal  
Local: São Paulo  
Período: De 15 a 16 de Abril de 2.009
- ⇒ 12º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação  
Tema: Educação e Gestão do Conhecimento: Um Desafio Urgente  
Organização: Undime Nacional  
Local: Curitiba – PR  
Período: De 4 a 7 de Maio de 2.009
- ⇒ 1º Encontro Nacional da Pró-infância  
Tema: Elaboração de Projetos de Implantação para Ações de Construção de Escolas que Utilizam os Projetos Padrão do FNDE  
Organização: Governo Federal  
Local: Brasília – DF  
Período: De 27 a 29 de Maio de 2.009
- ⇒ 1ª Reunião Ordinária da Undime Estadual com o Sr. Secretário de Estado da Educação Prof. Paulo Renato Costa Souza  
Tema: Apresentação de Metas de Trabalho  
Organização: Undime  
Local: São Paulo  
Período: 28 De Maio de 2.009

Mesmo sem prédio próprio e funcionando em espaço bastante limitado dentro do imóvel da prefeitura municipal, os avanços em termos de acompanhamento pedagógico e de formação dos profissionais envolvidos com a educação é bastante visível atualmente. Conforme descreve E02:

Os coordenadores pedagógicos estão sempre voltados para o trabalho de apoio às escolas, mesmo quando estamos na Divisão estamos preparando algum repasse de curso, orientação pedagógica, material de estudo, ou organizando algum projeto a ser trabalhado na rede. Não nos envolvemos com a parte administrativa. (E02)

[...]

Nos anos de 2007/2008, passamos por vários cursos tais como: Letra e Vida, Pró-gestão, Entre na Roda (curso de leitura), 4 Módulos de Matemática (onde um professor coordenador recebeu a capacitação na UNESP e repassou os cursos), Dificuldade de Aprendizagem (curso pago pelo município onde participaram 128 professores), todos foram repassados para a rede pela equipe pedagógica. (E02)

A professora E02 refere-se aos eventos que constam do documento denominado Plano de Ação 2007, o qual se encontra no anexo nº 25 deste trabalho.

O atual presidente da Câmara Municipal, vereador Claudinei Dinello acompanhou o processo de discussão sobre a municipalização do ensino fundamental desde o início de seu primeiro mandato como vereador, em 2001. Na ocasião, éramos vereadora. Os professores pediram que não permitíssemos a assinatura do convênio de municipalização das séries iniciais do ensino fundamental e o então vereador esteve junto com os educadores. Em 2006, quando a maioria dos professores solicitou que fosse aprovado o referido convênio, Dinello votou a favor do mesmo.

A atual equipe de gestão da DME organizou a participação da comunidade local na Conferência Nacional de Educação (CONAE) - etapa municipal. O evento aconteceu dia 31 de julho de 2009, das 7h30min às 17h. Na oportunidade, foi lido o Documento Referência e, após intenso debate nos grupos constituídos por eixos de discussão, foram aprovadas emendas ao mesmo.

Sobre a etapa municipal da CONAE, a coordenadora dos trabalhos, professora Dilaine Carrijo Daleffe Pereira informou:

A Conferência Nacional da Educação (CONAE), - etapa municipal -, realizada no dia 31 de julho de 2009, contou com a participação de professores, diretores de escolas, funcionários, pais de alunos, convidados da sociedade civil e autoridades. Foi importante como espaço democrático para debates visando à educação de qualidade envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino do nosso município. Após a solenidade de abertura os participantes foram divididos em seis grupos, ficando cada grupo responsável por um eixo diferente. Trabalhamos com o eixo IV - “Formação e Valorização dos Profissionais da Educação”. Durante os trabalhos houve participação coletiva significativa - um momento rico de debates - e nesse espaço todos puderam expor suas idéias, bem como suas críticas. Todas as indicações realizadas pelos participantes tiveram preocupação com o

desenvolvimento e o melhoramento da educação e também com os rumos da educação nacional, passando pela qualidade do trabalho e valorização dos profissionais da educação.

O atual presidente da Câmara de Vereadores, Claudinei Dinello participou da CONAE. No evento, Dinello coordenou o grupo que debateu o eixo VI - “Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade”. São suas as palavras:

Pra mim, foi de grande valia participar. Fiquei encantado com o trabalho da CONAE. Eu estive em uma sala com trinta e poucas pessoas, professores, tinha pai de aluno também, onde a gente pode participar e juntamente com esses professores e com pais de alunos a gente tá (*sic*) passando para o governo federal as nossas necessidades aqui no município, não só no município, mas também em nível de Brasil. Porque, quando a gente vê que o governo fala de inclusão, quando ele fala de justiça social, isso é muito bom, tá?! (*sic*) Só que não acontece, a nossa dificuldade é muito grande. Aqui no Estado de São Paulo, a gente pode observar que ainda é melhor, mas se você olhar em nível de Brasil, se você acompanhar em nível de nordeste, de Amazonas, vai ver que são muitos os direitos que não chegam lá. E aqui, falando agora do meu município, eu vejo a inclusão da pessoa portadora [de deficiência], do negro, uma grande dificuldade, tá?! (*sic*) Quando você fala assim: “Ah, mas, o governo tem dado soluções”. Ele tem, mas quais soluções? Colocar um aluno portador [de deficiência] numa sala onde existem lá 30 alunos. O professor vai ter condições de ta (*sic*) atendendo essa necessidade especial do aluno?! Como vai ser feita essa inclusão social?! De que maneira esse professor vai conseguir atender?! Eu não vejo condições de uma escola, mesmo a APAE, que tem isso, o professor não tem como tá (*sic*) lá com uma criança que necessita ir ao banheiro cada 20 minutos, ou que ela precisa de um banheiro especial. O professor teria que ter uma pessoa também ao lado dela pra tá (*sic*) assessorando nesse trabalho. Então, eu acho assim. Mas, eu gostei da participação, da oportunidade de poder estar passando para o governo.

A partir da história de construção da Rede Municipal de Ensino do Município de Pirapozinho narrada por seus protagonistas neste capítulo e da constatação de que o FUNDEF foi um “divisor de águas” no processo de construção dessa rede, fomos buscar na história da Educação brasileira as origens da política que instituiu esse Fundo.

No dia-a-dia das salas de aulas, apesar das dificuldades crescentes colocadas ao exercício da função docente, aquele antigo amor não arrefeceu. Não foi corroído pela rotina. Pelo contrário, ele foi se sofisticando, se depurando. E aquela menina deu-se conta de que tão importante quanto desenvolver em seus alunos a aptidão para lidar com os números, era colocá-los em contato com a riqueza do que há por desvendar na história.

## 2 ASPECTOS HISTÓRICOS DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Mergulhar no passado é empreitada que desperta especial fascínio, não só pela riqueza do que há por desvendar, como pela quantidade de ‘segredos’ que o contato com o real propicia.  
(VIEIRA; FARIAS, 2007, p. 15)

A universalização do direito à educação básica está longe de ser alcançada no Brasil, embora estejamos muito próximos de conquistar a democratização da oferta do ensino fundamental.<sup>29</sup> Entretanto podemos dizer que foram muitas as iniciativas da sociedade brasileira no sentido de conquistar educação pública de qualidade adequada às necessidades dos cidadãos brasileiros.

Entre as conquistas obtidas a partir destas iniciativas, destacamos a vinculação constitucional de recursos financeiros públicos à educação. De acordo com Cury (2007), esta tem um caráter de raridade mundial. Entendemos que este é um dos principais pré-requisitos para que o Estado possa cumprir com seu dever de oferecer gratuitamente educação de qualidade a todos.

Adotamos neste texto a expressão “qualidade social da educação” com o significado presente no referencial teórico de autores como Beisegel (1980), Singer (1996), Di Giorgi (2001), Leite e Di Giorgi (2004), Saviani (1999), entre outros. Autores estes, cujas publicações demonstram preocupação, não apenas com a ampliação de vagas, mas também com a permanência dos alunos no processo de escolarização e com a qualidade social da educação oferecida, sendo tal qualidade considerada um direito universal.

A legislação para a Educação no Brasil, promulgada em 1996,<sup>30</sup> definiu com maior precisão as responsabilidades das três esferas de governo quanto ao financiamento do ensino público, criando o FUNDEF. Este fundo contábil era constituído, em cada estado, por, pelo menos quinze por cento das principais receitas com impostos estaduais, mais quinze por cento sobre as transferências de receitas com impostos da União para estados e municípios e dos estados para seus municípios.

---

<sup>29</sup> De acordo com o artigo 21, inciso I da LDB/96: “A educação escolar compõe-se de: I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; [...]”

<sup>30</sup> Emenda Constitucional (EC) nº 14, de 13/09/96; Lei nº. 9 394 de 23/12/96 - de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Lei nº 9 424 de 24/12/96 - de regulamentação da E.C nº. 14/96.

Os impostos estaduais que compunham o Fundo eram: o Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS), - inclusive a cota parte dos municípios e a compensação pela desoneração desse imposto prevista na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir)<sup>31</sup> -, o Imposto sobre Produtos Industrializados, parcela referente às exportações (IPI-Exportação) inclusive a cota parte dos municípios e o Fundo de Participação dos Estados (FPE). Dos recursos que seriam repassados aos municípios, ficavam retidos no FUNDEF, além do que já foi citado acima, 15% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto sobre Produtos Industrializados - parcela referente às exportações – (IPI-Exportação), ambos repassados pela União. Essas receitas deveriam ser aplicadas exclusivamente no ensino fundamental e na valorização dos profissionais do magistério. Dos demais impostos estaduais<sup>32</sup> e transferências da União<sup>33</sup> a mesma porcentagem (15%) deveria ser aplicada ainda no ensino fundamental. Nos municípios restavam os 15% dos recursos próprios<sup>34</sup> e das demais transferências<sup>35</sup> que também deveriam ser aplicados no mesmo nível de ensino.

Conforme a Emenda Constitucional (EC) nº 14/96 regulamentada pela Lei nº 9424/96, a distribuição dos recursos do FUNDEF no âmbito de cada estado, se dava entre o estado e seus municípios, na direta proporção do número de alunos matriculados no ensino fundamental nas escolas de cada rede de ensino, com base nas matrículas iniciais computadas pelo censo do MEC do ano anterior.

---

<sup>31</sup> Lei Complementar nº 87, de 13 de Setembro de 1996, dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.

<sup>32</sup> Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto sobre Transmissões *Causa Mortis* e Doações de Qualquer Bem ou Direito (ITCMD).

<sup>33</sup> Imposto de Renda Retido na Fonte dos Servidores Públicos Estaduais (IRRFSE) e Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) – ouro.

<sup>34</sup> Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

<sup>35</sup> Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto Territorial Rural (ITR) e Imposto de Renda Retido na Fonte dos Servidores Público Municipais (IRRFMS).



Fluxograma 1 Repasse de Recursos ao FUNDEF



O custo-aluno para o FUNDEF era calculado dividindo-se o total de recursos financeiros do fundo de cada estado pelo total de alunos ali matriculados no ensino fundamental nas redes municipais e na rede estadual de ensino. Era considerada ainda a diferenciação do custo-aluno segundo os níveis de ensino e os tipos de estabelecimentos da seguinte maneira: séries iniciais (1ª a 4ª série) com ponderação 1,0; séries finais (5ª a 8ª série) e ensino especial com peso 1,05 – 5% a mais que as séries iniciais – e escola rural séries iniciais com ponderação 1,02 – 2% maior que as séries iniciais urbanas e escola rural séries finais com fator 1,07 – 7% maior que as séries iniciais urbanas. O valor obtido multiplicado pelo número de matrículas de cada rede de ensino determinava o volume de recursos financeiros que retornava do FUNDEF para a esfera governamental responsável pela referida rede.

A União ficou com as funções redistributiva e supletiva na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, enquanto os estados, além da garantia de oferta do ensino fundamental obrigatório, ficaram responsáveis pelo ensino médio e por suas universidades estaduais. Aos municípios coube uma maior responsabilidade com o ensino

fundamental. Dos 25% do total das receitas com impostos e transferências da União ou do Estado, que o município deve destinar à educação, 60% deveriam ser aplicado no ensino fundamental.

O fato dos recursos do FUNDEF serem distribuídos entre o estado e seus municípios na direta proporção das matrículas no ensino fundamental regular provocou a aceleração do processo de municipalização do ensino fundamental, já em curso no Estado de São Paulo.

O que pudemos concluir dos debates sobre municipalização do ensino fundamental dos quais participamos é que, diante dos riscos de retenção no FUNDEF de parte das transferências constitucionais, muitos prefeitos criaram ou ampliaram as redes municipais de ensino fundamental, assumindo mais alunos do que poderiam manter com os recursos educacionais que tinham disponíveis antes da criação do FUNDEF. Se após 10 anos o FUNDEF não fosse substituído por algum mecanismo semelhante, o município teria dificuldades para manter o número elevado de matrículas.

Alguns daqueles municípios que tinham uma rede significativa de educação infantil e/ou atendiam a Educação de Jovens e Adultos (EJA), ameaçavam reduzir esses atendimentos pois os mesmos não eram computados para o repasse de verbas do FUNDEF. Porém, esses recursos poderiam ser aplicados na EJA e os recursos financeiros, vinculados constitucionalmente à MDE, que não faziam parte do FUNDEF poderiam ser aplicados na educação infantil, nada havendo que impedisse a aplicação destes recursos também no ensino fundamental.

A Emenda Constitucional nº 14, de 13/09/96 regulamentada pela Lei nº 9 424 de 24/12/96 instituiu, nos municípios e nos estados, os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF. Esses Conselhos eram compostos por representantes dos governos e da sociedade civil, incluindo representantes dos diversos setores da comunidade escolar.

As entidades que participavam do debate sobre a criação do FUNDEF reivindicavam que os Conselhos citados acima tivessem o poder de gerir todos os recursos financeiros vinculados à MDE em cada esfera do poder público. Por este motivo, ficaram conhecidos como “Conselhos gestores” e seus membros foram chamados “conselheiros gestores”, embora sua real função fosse de acompanhar a aplicação dos recursos financeiros provenientes do FUNDEF e não de gerenciá-los. Posteriormente, eles foram identificados como “Conselhos do FUNDEF” e seus membros, como “conselheiros do FUNDEF”.

O governo do Estado de São Paulo, de certa forma forçou os prefeitos a assumirem um grande número de matrículas. Em diversas reuniões promovidas pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo (SEESP) com os prefeitos de todos os municípios ou seus representantes, era apresentada a Emenda Constitucional (EC) nº 14/96 recém aprovada. Também era oferecida a proposta de ação e parceria entre município e estado para a municipalização da educação. Os representantes da SEESP sinalizavam, por um lado, com a oferta de prédios já construídos e de novas construções e reformas para os municípios que assinassem o convênio e por outro lado, prenunciavam as perigosas consequências da não assinatura deste. Entre outras vantagens do convênio o município continuaria sendo assessorado pela SEESP em tudo que precisasse. Caso contrário, teria que arcar sozinho com a estruturação de sua rede, inclusive com a formação de seus profissionais.

Os argumentos apresentados pelos mensageiros da SEESP se apoiavam em planilhas com dados quantitativos sobre a educação no município. Estas mostravam o valor que o município teria retido no FUNDEF, deixando os prefeitos preocupados com as consequências dessa retenção e estimulados pela possibilidade de lucro financeiro que o município poderia ter caso assumisse todos os alunos do ensino fundamental.

Considerando apenas as informações oferecidas pela Secretaria Estadual de Educação, os prefeitos ficavam convencidos de que deveriam assumir o maior número possível de alunos do ensino fundamental para obter o citado lucro financeiro.

Alguns prefeitos promoveram debates com a comunidade a respeito das novidades que a nova legislação trazia sobre o financiamento da Educação, para somente depois de ouvir os interessados, tomar qualquer decisão. Outros aceleraram o processo de aprovação do convênio de ação e parceria com a SEESP e enviaram, às pressas, o pedido de autorização para assinatura do mesmo às Câmaras de Vereadores. Onde havia debates, a APEOESP se fazia representar e o representante sindical levava as planilhas construídas pela assessoria com a finalidade de qualificar suas intervenções.

Em nível nacional, os principais agentes políticos que participaram das discussões sobre a Proposta de Emenda Constitucional em debate, compunham o Fórum Permanente do Magistério da Educação Básica, doravante chamado apenas de Fórum. Este era coordenado pelo MEC e abarcava representantes da sociedade organizada, quais sejam: CNTE, UNDIME, CONSED, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho (MTB), Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação, Conselho de Reitores das Universidades

Brasileiras (CRUB) e a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE)

A CNTE organizou o Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), com o objetivo de desenvolver estudos sobre o financiamento da educação e socializar as discussões ocorridas no Fórum com as entidades afiliadas. Participamos desse grupo de assessoramento representando a APEOESP. Esse espaço de debate foi importante referência para nosso acúmulo de conhecimentos sobre o financiamento da educação e, em particular, sobre os fundos.

As manifestações de críticas contundentes ao FUNDEF não foram poucas e entre elas destacamos afirmação do professor José Marcelino de Resende Pinto: “Em poucas palavras, pode-se dizer que o princípio que permeou a Emenda 14/96 (ex-PEC nº 233/95) foi o seguinte: A União faz cortesia com o chapéu dos Estados e Municípios”. (PINTO, 1996, p.6).

O economista Barjas Negri, foi membro da equipe que concebeu a estratégia do FUNDEF e ocupava o cargo de secretário executivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso e participou de todas as negociações que viabilizaram a aprovação do referido fundo, destacando-se como um dos seus principais formuladores. Para Negri (1995b, p.14) “A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério é um passo importante para a implementação de uma política redistributiva, objetivando corrigir desigualdades regionais e sociais”. O autor argumenta “que o nosso problema não é que se gaste pouco com educação, principalmente a pública, mas que se aplicam mal seus recursos”. (NEGRI, 1995a, p.10). Podemos encontrar afirmações importantes do autor sobre a aplicação dos recursos destinados à MDE no texto:

[...] acreditamos que uma parcela superior a 10% de todos os impostos arrecadados e que deveriam ser aplicados em educação pública é alocada indevidamente nas despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, o que representa algo superior a R\$ 2,4 bilhões anuais e não é desprezível. Caso fossem aplicados efetivamente em educação, contribuiriam de forma significativa para reduzir os seus indicadores negativos. Ao mesmo tempo, poderíamos afirmar que a educação brasileira estaria em melhor situação que a atual. É sempre bom alocar mais recursos em educação. No entanto, é preciso aplicá-los melhor para aprimorar a educação brasileira. (NEGRI, 1995a, p.11).

Esta não foi a primeira vez, na história do Brasil, que surgiu proposta concreta de constituição de um fundo para financiar a educação pública no país. O Manifesto dos

Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, sintetizou idéias que tiveram reflexos na Constituição de 1934. Redigido por Fernando Azevedo, com a contribuição de lideranças forjadas na Associação Brasileira de Educadores (ABE)<sup>36</sup>, o referido documento trouxe a proposta de um fundo especial ou escolar, o qual seria constituído de patrimônios, impostos e rendas próprias, deveria ser aplicado exclusivamente no desenvolvimento da obra educacional e administrado pelos próprios órgãos do ensino, incumbidos de sua direção. (VIEIRA; FARIAS, 2007)

As idéias de Anísio Teixeira sobre a articulação do caráter público da escola com sua democratização e com um financiamento estatal são apresentadas por Cury (2007). O autor mostra a partir da obra de Teixeira (1968), que este defendia serviços de educação autônomos e de responsabilidade conjunta da União, dos Estados e dos Municípios. A proposta de Teixeira incluía Conselhos representativos da sociedade e de composição leiga. Estes administrariam os fundos de Educação, os quais seriam compostos pelos recursos mínimos previstos na Constituição para tais serviços.

Segundo Cury (2007), Anísio Teixeira desenvolveu o conceito de custo aluno/ano e de “custo-padrão”, defendeu a valorização do professor por meio da elevação de seu salário e da atribuição de importância à formação e licenciamento do magistério. A proposta de Teixeira contemplava a constituição de órgãos colegiados que promoveriam a articulação da unidade escolar com a comunidade.

Com o objetivo de elucidar a trajetória das políticas públicas de financiamento da educação no Brasil, registraremos as principais iniciativas do poder público e da sociedade brasileira que culminaram com mudanças significativas nas referidas políticas ao longo da última década do século XX e da primeira década do século XXI.<sup>37</sup>

Vieira e Farias (2007), em seus estudos sobre as políticas educacionais do Brasil contribuem de maneira significativa para a compreensão desse processo histórico. Monlevade (1996, 1997, 2000, 2007) apresenta os fatos de forma bastante descontraída e leve com algumas pitadas de humor, porém com a seriedade que o assunto exige. Cury (1998, 2000, 2002, 2004 e 2007) esclarece detalhes da história da educação e seu financiamento, com rigor científico e muita clareza, o que possibilita a compreensão de todo cidadão que tenha

---

<sup>36</sup> Em 1924 foi criada a Associação Brasileira de Educadores (ABE), concebida como espaço social em defesa da educação pública. Essa entidade promoveu várias Conferências Nacionais de Educação, realizadas anualmente a partir de 1927. Na entidade despontaram lideranças como Fernando Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, agentes políticos fundamentais no processo de estruturação das políticas educacionais do país.

<sup>37</sup> Nas produções acadêmicas que constam da bibliografia desta dissertação o leitor interessado poderá aprofundar seu conhecimento sobre a importante história da educação e seu financiamento no Brasil.

interesse nos fatos históricos que foram marcantes no processo de construção das políticas públicas para a educação brasileira e seu financiamento.

Sobre a vinculação de verbas para o ensino, Zago Júnior. (1997, p. 4) afirma ser o Brasil “um dos únicos países do mundo a manter esse preceito constitucional”. O autor nos informa que a referida vinculação aparece pela primeira vez na Constituição de 1934, onde se previa que a União e os Municípios deveriam destinar 10% e os Estados 20% da renda resultante de impostos para a manutenção e o desenvolvimento dos sistemas educativos. Um parágrafo único subvinculava 20% dos recursos educacionais da União para a realização do ensino na zona rural. Com o golpe de 10 de novembro de 1937, uma nova Constituição Federal, imposta pelas forças ditatoriais do Estado Novo, suprimiu a vinculação de recursos financeiros ao ensino. Somente na Constituição de 1946, com a democratização na Constituinte, passa-se a exigir dos municípios e dos estados a aplicação de 20%, ficando para a União a obrigação de gastar 10% da renda resultante de impostos com a MDE. Na LDB de 1961 aumentou-se o percentual sob responsabilidade da União para 12%. A Constituição de 1967, a primeira gerada pelo golpe militar de 1964, suprimiu a vinculação. Esta foi retomada apenas para os municípios, os quais deveriam reservar 20% de todos os tributos para o ensino primário. Segundo o autor, durante duas décadas a vinculação de verbas para a educação não foi discutida.

O tema da vinculação de recursos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino volta a ser discutido quando o Senador João Calmon apresentou, em 1976, Proposta de Emenda Constitucional prevendo que a União destinasse 12% da renda resultante de impostos para este fim. Aos estados e municípios caberia destinar 24%. Como não obteve o número mínimo de votos para ser aprovada, o mesmo Senador reapresentou a proposta em 1983, desta vez com sucesso. Os percentuais passaram a ser de 13% para a União e 25% para estados e municípios. (ZAGO JÚNIOR, 1997, p. 4)

Na CF de 1988 foi mantido o preceito constitucional de vinculação de verbas destinadas à MDE, sendo que o percentual atribuído à União foi elevado para 18%. Zago Júnior. (1997) nos lembra que a Constituição Federal define percentuais que estabelecem apenas um patamar mínimo. Alguns estados e municípios definiram em suas Constituições e Leis Orgânicas a aplicação de percentuais maiores. O Estado de São Paulo, por exemplo, estabeleceu o mínimo de 30%.

Na avaliação do autor acima citado, os referidos percentuais são consideravelmente altos, por tratar-se, de um quarto de seus principais recursos financeiros.

“Cumprida ao pé da letra, a vinculação faz da Secretaria Municipal de Educação uma das fontes do poder local”. (ZAGO JÚNIOR, 1997, p.5)

Sobre o fortalecimento da Educação Municipal, Souza e Faria (2003) com base nos escritos de Veneziano, Abreu, Sari (1999), Martins, (2001); Arretche (1996) desenvolvem, com muita propriedade e de forma bastante sintética e precisa, os antecedentes históricos da descentralização da educação no Brasil. Na ótica do ideário democrático ressaltam a importância da criação de instituições que permitam a participação de cidadãos nas decisões públicas, garantindo a sua transparência e o fortalecimento dos municípios. Para os autores, estas são “condições necessárias para a superação de antigos vícios, característicos de uma cultura política autoritária e dependente”. (SOUZA; FARIA, 2003, p. 48). Estes autores destacam a proposta de Anísio Teixeira que criava os Conselhos Municipais de Educação na Bahia, a qual foi contemplada em lei estadual, mas não chegou a ser implantada.

Ainda Souza e Faria (2003), com base nos estudos de Cury, Horta; Fávero (1996); Venâncio Filho (1996) e Saviani (1999), dissertam sobre os avanços obtidos na Constituição de 1934 por influência da atuação dos Pioneiros da Escola Nova.

Na Assembléia Constituinte de 1933, prevaleceu a visão das elites dominantes que, considerando a educação das classes populares como uma questão menor, deixaram a responsabilidade dessa educação para os estados. Assim, a descentralização aparece mais como omissão do poder central em relação à educação básica do que propriamente uma política. O embate entre a centralização e a descentralização persiste até serem registradas na Lei 5692/71 as delegações do Conselho Estadual de Educação aos Conselhos Municipais. Porém, a municipalização do ensino avançou muito pouco no período da Ditadura Militar no Brasil (1964 – 1984), cuja ideologia se opunha àquela defendida por Anísio Teixeira<sup>38</sup>, “que previa uma responsabilidade solidária ao se referir à descentralização do ensino como um dos pilares para a sistematização da sua organização política no Brasil”. (SOUZA; FARIA, 2003, p. 51)

Durante a transição da ditadura militar para a democracia, passou-se pelos grandes movimentos populares, como a campanha das Diretas Já. O auge dessa Campanha se deu em abril de 1984, quando se daria a votação da Emenda Dante de Oliveira, que

---

<sup>38</sup> Anísio Teixeira foi Conselheiro do CFE (1962-1968) e escreveu o livro “Bases preliminares para Plano de Educação referente ao Fundo Nacional de Ensino Primário”, onde reafirma suas convicções municipalistas. (SOUZA; FARIA, 2003, p. 51)

restabelecia eleições diretas para Presidente da República.<sup>39</sup> Em 1989, o país elegeu Fernando Collor de Mello, para um mandato de quatro anos.

Em março de 1990, na cidade de Jomtien, na Tailândia, aconteceu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, onde se iniciou a gestação do Plano Decenal de Educação para Todos. Desse evento participaram governos, agências internacionais, organismos não-governamentais, associações profissionais e personalidades de destaque no âmbito educacional, provenientes de todo o mundo. Os 155 governos presentes assinaram uma Declaração Mundial e um Marco de Ação comprometendo-se a assegurar uma educação básica de qualidade à crianças, jovens e adultos.

No Brasil, segundo Vieira (2008), os projetos<sup>40</sup> de Collor para a educação traziam muito discurso e pouca ação. Na ausência de propostas concretas do MEC, as iniciativas ficaram por conta de outros agentes políticos: alguns especialistas que discutiam os temas da política educacional, o Senado Federal que promoveu, em setembro de 1990, o simpósio O Desafio da Escola Básica: Qualidade e Equidade e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que realizou, em novembro de 1991, seminário sobre Qualidade, Eficiência e Equidade na Educação Básica, no município de Pirenópolis – GO.

Ainda em Vieira (2008) sobre o fim do governo Collor encontramos:

Pouco a pouco a gestão de Collor vai sendo minada por denúncias de corrupção, substituições ministeriais e aumento de impopularidade. Após a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no congresso e de novas denúncias, que fazem aflorar a corrupção reinante nos bastidores do governo, o povo vai novamente às ruas exigindo o afastamento do presidente. Em 29 de dezembro de 1992, o presidente é deposto por crime de responsabilidade, em processo de *impeachment* inédito no Brasil. (VIEIRA, 2008, p.90)

Após o *impeachment* de Collor, assumiu o vice-presidente Itamar Franco cujo governo foi marcado pelos debates visando à elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, o qual se desdobrou em planos decenais de educação, elaborados por estados e municípios. Para debater uma ampla agenda de temas colocada a partir do processo anterior, foi realizada a Conferência Nacional de Educação para Todos, revelando uma sintonia do País com a agenda de organismos internacionais. (VIEIRA; FARIAS, 2007).

---

<sup>39</sup> O povo saía às ruas vestindo a cor amarela, a cor da campanha. Os comícios chegaram a reunir 300 000 pessoas em São Paulo (Praça da Sé – 25 de janeiro), 400 000 em Belo Horizonte, 60 000 em Belém, 1 milhão no Rio de Janeiro e mais 1 milhão no Anhangabau (abril de 1984)

<sup>40</sup> Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área da Educação – 1991-1995 e Brasil: um Projeto de Reconstrução Nacional.



O Brasil vivia momentos de reivindicação de um Estado democrático – novo ordenamento constitucional, político e social. A sociedade organizada promoveu uma das maiores mobilizações pela educação pública e seu financiamento com o tema A Educação no Centro das Atenções incluindo a proposta do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

No boletim informativo CNTE (1995), encontramos que em 08 de junho de 1994, o Ministro da Educação Murilo Hingel instalou o Fórum Permanente do Magistério da Educação Básica. Os diversos setores sociais que participavam desse fórum pretendiam acumular conhecimento e reunir forças que possibilitassem a inserção, na pauta da Assembléia Constituinte, de questões de interesse da educação pública.

Entre os objetivos do Fórum estava a discussão sobre a regulamentação do Piso Salarial Nacionalmente Unificado, previsto na Constituição Federal de 1988 (artigo 206). O processo compreendia: discutir um valor para o piso salarial, prazo para a sua implantação e formas de operacionalizá-lo financeiramente nos respectivos sistemas. Foi nesse contexto que surgiu proposta de elaboração de um Fundo para a Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEF), cujas regras de composição e funcionamento já foram explicitadas neste trabalho.

Entendemos que embora o FUNDEF não tenha ampliado o volume de recursos financeiros destinados à MDE, trouxe contribuições importantes para a equalização dos investimentos em educação por parte das três esferas de governo, o que contribuiu significativamente para a ampliação do valor que cada esfera de governo aplica, de fato, em educação.

Aprovada em 1994, uma proposta do governo federal havia provocado a redução dos recursos da União destinados à MDE, uma vez que restringiu significativamente o montante de recursos financeiros sobre o qual incidiriam os percentuais mínimos destinados ao ensino por parte das três esferas de governo.

O governo Itamar propõe, em 1994, já com a coordenação econômica nas mãos de Fernando Henrique Cardoso, entre as medidas que conformaram a estratégia de estabilização da economia brasileira adotada com o Plano Real, a instituição do Fundo Social de Emergência (FSE), que procurou, em parte, aliviar o alto grau de vinculação, objetivando conter despesas e permitir maior flexibilidade operacional. (DELGADO;CASTRO, 2004, p.149).

O FSE, posteriormente denominado Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) vigorou até 31 de dezembro de 1999. A partir do ano 2000 foi reformulado e passou a se

chamar DRU – Desvinculação de Recursos da União tendo sua prorrogação aprovada pelo Congresso Nacional até 2007 e posteriormente até 2011.

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi eleito para seu primeiro mandato. No ano seguinte, as primeiras propostas para a educação foram encaminhadas pelo MEC e divulgadas para a sociedade em audiências públicas.

O governo de FHC abandonou a proposta de fundo para o financiamento da educação que havia sido elaborada pelo grupo de trabalho instalado no governo de Itamar Franco. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, proposto pelo Ministro Paulo Renato de Souza, priorizava apenas o Ensino Fundamental e não toda a Educação Básica, como era a proposta construída no Fórum.

A CNTE discordava das características do referido fundo e da maneira como este foi elaborado, desconsiderando grande parte da discussão acumulada, e por esse motivo, retirou-se do grupo de trabalho, passando a defender um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Trabalhadores da Educação (FUNDEB).

Até a promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro 1988, estava vigente no Brasil a LDB/61, Lei nº 4024/61. Esta havia sido modificada, porém, em aspectos substantivos, pela legislação posterior ao golpe militar de 1964, principalmente pela Lei nº 5.692/71, que modificou toda a parte da LDB/61 relativa aos ensinos primário e ginásial (1º grau) e colegial (2º grau).

Ainda durante os trabalhos de elaboração e aprovação da atual Constituição Federal, foi iniciada a construção de um projeto para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Inicialmente a construção se deu no âmbito da sociedade civil, organizada no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública a partir de um amplo processo de discussão, proposição e negociação da LDB em grupos de trabalho, audiências públicas, seminários temáticos, debates e encontros por todo o país.

Um novo texto para a LDB teve origem num projeto do Legislativo, de autoria do deputado mineiro Octávio Elycio, apresentado em dezembro de 1988, ano da promulgação da Constituição. “A ele se juntaram vários projetos na Câmara dos Deputados, sofrendo um processo de tramitação demorado, mas com muita participação dos atores da cena educacional”. (MONLEVADE, 1997, p.98-99).

Em 1993 o projeto havia sido aprovado no plenário da Câmara e passado para o Senado, onde perdeu espaço para um substitutivo com redação do senador Darcy Ribeiro. De acordo com Monlevade (1997), o projeto de Darcy Ribeiro representava o pensamento oficial

do novo Presidente e de seu ministro da Educação, Paulo Renato de Sousa. Deste substitutivo derivou a lei nº 9 394 de 20 de dezembro de 1996 – LDB.

O conceito de educação básica passou a compreender uma nova significação a partir da Constituição de 1988, no capítulo próprio da educação. A Constituição criou condições para que a LDB/96, em seu §único do art. 11, assumisse o conceito de educação básica, ao assinalar a possibilidade de cada estado e seus municípios se constituírem como um sistema único de educação básica. Definido no art. 21 da LDB, o referido conceito é “um nível da educação nacional e que congrega, articuladamente, as três etapas que estão sob esse conceito: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio”. (CURY, 2002, p. 169 - 170). O autor destaca que o art. 22 da LDB acrescenta como próprios de uma educação cidadã tanto o trabalho quanto o prosseguimento em estudos posteriores. A partir da etimologia da palavra “base”, Cury (2002) classifica a definição de educação básica pela nova LDB/96:

[...] um conceito mais do que inovador para um país que, por séculos, negou de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar.

Resulta daí que a educação infantil é a base da educação básica, o ensino fundamental é o seu tronco e o ensino médio é seu acabamento, e é de uma visão do todo como base que se pode ter uma visão conseqüente das partes. A educação básica torna-se, dentro do artigo 4º da LDB, um direito do cidadão à educação e um dever do Estado em atendê-lo mediante oferta qualificada. E tal o é por ser indispensável, como direito social, a participação ativa e crítica do sujeito, dos grupos a que ele pertença, na definição de uma sociedade justa e democrática. (CURY, 2002, p. 170).

A LDB/96 trata detalhadamente do financiamento da educação. Nessa lei, o tema é tratado no Título VII, Dos Recursos Financeiros, compreendendo os artigos 68 a 77. sendo que o Art. 68 trata das fontes de recursos e a vinculação desses recursos é tratada nos artigos 69 a 73.:

A partir do Código Tributário Nacional (CTN), Lei nº 5 172, de 1966, Oliveira (2007) distingue o termo “imposto” dos termos “tributo”, “taxa” e “contribuição de melhoria”. Esta distinção é necessária, pois o *caput* do Art. 68 estabelece que apenas os “impostos” são destinados a financiar a educação e por esse motivo vamos nos ater a eles. Na Constituição Federal de 1988, são definidos os impostos que cabem a cada esfera governamental<sup>41</sup>.

Na tabela abaixo encontramos a discriminação destes.

<sup>41</sup> Os impostos não discriminados na constituição federal são chamados de “impostos residuais”.

**Tabela 1 - Impostos discriminados na Constituição Federal**

<b>Esfera</b>	<b>Imposto</b>	<b>Símbolo</b>
União CF Art. 153  Compete à União instituir impostos sobre	imposto de produtos estrangeiros	II
	exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados	IE
	renda e proventos de qualquer natureza	IR
	produtos industrializados	IPI
	operação de crédito, câmbio e seguro ou relativos a títulos ou valores mobiliários	IOF
	propriedade territorial rural	ITR
	grandes fortunas	IGF
Estados CF Art. 155	transmissão “ <i>causa mortis</i> ” e doação, de quaisquer bens ou direitos	
	circulação de mercadorias e serviços	ICMS
	propriedade de veículos automotivos	IPVA
	adicional de 5% sobre o I.R.	
Municípios CF Art. 156	predial e territorial urbano	IPTU
	transmissão “inter-vivos”	
	vendas a varejo de combustíveis, líquidos e gasosos	
	serviços de qualquer natureza	ISS

Fonte: Oliveira (2007, p.85) com base em BRASIL, 1988.

Cada esfera da administração pública, além da receita de impostos próprios, possui receita de transferências constitucionais e outras transferências.

Reproduzimos abaixo os artigos 70 e 71 da LDB/96, os quais definem os gastos públicos que podem ser considerados como de MDE e os que não podem.

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

- I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
- IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
- V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
- VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;
- VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;

II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

III - formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;

IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;

V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;

VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Enquanto a LDB ainda tramitava no Senado, o Governo havia encaminhado a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 233/95, que resultou na Emenda Constitucional (EC) nº 14/96, de 12 de setembro de 1996, que viabilizou, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, o FUNDEF. A LDB/96 incorporou as regras definidas para o financiamento da educação já aprovadas pela EC nº 14 de 12 de setembro de 1996. Os fundos foram regulamentados pela Lei nº 9.424/96 de 24 de dezembro de 1996.

Sobre as fontes do financiamento da Educação Pública Souza e Faria (2003), baseando-se em Gomes; Verhine (1996), esclarecem que o Salário Educação, fonte não tributária, é uma contribuição social efetuada por parte das empresas, correspondente a 2,5% da folha de pagamento. Essa contribuição é recolhida e distribuída de forma centralizada, pela União e pelos estados, e destes últimos repassada para os municípios. Os autores esclarecem ainda que 2/3 (dois terços) do montante arrecadado retornam ao estado gerador da contribuição (quota estadual) e o 1/3 (um terço) restante fica retido pelo Governo Federal (quota Federal), visando à sua redistribuição entre os estados e os municípios.

Havia uma distorção, em relação à distribuição do Salário Educação, que vinha se arrastando por várias décadas desde que aumentaram significativamente as matrículas nas escolas da rede municipal sem se alterar o repasse do Salário Educação. Essa distorção foi corrigida com a promulgação da Lei federal nº 10.832, de 29 de dezembro de 2003 que em seu artigo 2.º:

Art. 2º A Quota Estadual e Municipal do Salário-Educação, de que trata o § 1º e seu inciso II do art. 15 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, será integralmente redistribuída entre o Estado e seus Municípios de forma proporcional ao número de alunos matriculados no ensino fundamental nas respectivas redes de ensino, conforme apurado pelo censo educacional realizado pelo Ministério da Educação. [...]

Somente com a promulgação da Emenda Constitucional nº 53/2006, o salário-Educação passou a financiar toda a educação básica.<sup>42</sup>

Para Amaral (2001), o FUNDEF, em seus aspectos metodológicos, assemelha-se à proposta apresentada por Anísio Teixeira na década de 1960. As diferenças estão no fato do professor Anísio Teixeira definir o volume total de recursos a partir do estabelecimento do salário dos docentes.

No Estado de São Paulo, a implantação do FUNDEF provocou aceleração no processo de municipalização do ensino já iniciado pelo governo estadual através do convênio de ação e parceria com os municípios. Nos debates sobre municipalização do ensino fundamental, dos quais participamos, era possível inferir as reais intenções dos governos municipais quanto à proposta de municipalização do ensino fundamental, conforme explicitamos na introdução deste trabalho.

Outro projeto importante, construído pela sociedade e limitado pela interferência do Governo Federal, foi o Plano Nacional da Educação (PNE) instituído pela lei nº 10.172, de 10 de janeiro de 2001. Este contemplou um diagnóstico bastante realista da situação da educação no país e propôs metas para todos os níveis e etapas da educação.

Sobre o diagnóstico e as metas do PNE relativas às etapas da educação que não foram contempladas com o FUNDEF, os comentários de Cury (2002, p.184) são:

Estamos longe, pois, da universalização do ensino médio, o que é reconhecido em lei. O PNE assinala 20 metas para o ensino médio. A primeira meta postula a implementação de condições que assegurem, no início do ano letivo de 2004, o atendimento da totalidade dos egressos do ensino fundamental e que, em cinco anos, assegure-se o atendimento de 50% da demanda e, em dez anos, 100% da demanda do ensino médio. Isso significa que, por projeção legal, o atendimento integral da demanda só se fará em 2010. Mas, e os recursos para tal se temos vetos presidenciais, determinados pelo setor econômico do governo, que impedem a progressão do percentual do PIB para aplicação em educação?

---

<sup>42</sup>Maiores informações disponíveis em <[http://www.uff.br/feuff/departamentos/docs\\_politica\\_mural/salario-educacaoFragilidadesIncoerencias.doc](http://www.uff.br/feuff/departamentos/docs_politica_mural/salario-educacaoFragilidadesIncoerencias.doc)>, acesso em 11 de agosto de 2007.

[...] Por se falar em EJA, ela foi objeto de um veto presidencial que a retirou do FUNDEF. Se a primeira justificativa técnica para o veto era procedente (falta de estatísticas confiáveis), o INEP logo corrigiu tal fato, o que levaria à derrubada do veto. Os sucessivos protestos, associados ao fato de ser a EJA do ensino fundamental um direito público subjetivo, acabaram por forçar o governo a oferecer uma alternativa, também focalizada, sobre o assunto. Foi criado um "FUNDEF seletivo" em moldes iguais ao do ensino fundamental das crianças de 7 a 14 anos e em moldes similares ao Projeto Alvorada. Focalizando os sistemas públicos dos municípios mais pobres de estados pobres (critério do IDH), o programa só atinge jovens e adultos entre 15 e 29 anos. Os recursos são orçamentários e destinados às escolas públicas. (CURY, 2002, p.185).

No que se refere à flexibilização dos gastos do governo, o governo Lula, eleito em 2002, manteve o princípio da desvinculação de recursos prorrogando a DRU até 2007. E posteriormente ampliou este prazo para 2011. No campo educacional promoveu discussões de políticas educacionais para todos os níveis de ensino. As Leis nº 11.114/2005 e 11.274/2006 ampliaram o ensino fundamental obrigatório para nove anos estendendo o direito à educação no país. (OLIVEIRA, 2007a).

Com relação ao financiamento da MDE, o governo Lula encaminhou ao Congresso Nacional a PEC 415/2005. A negociação e a pressão da sociedade civil organizada promoveram o aprimoramento do texto. As modificações expressas no relatório da Comissão Especial da Câmara dos Deputados foram referendadas pelo plenário daquela Casa, sobretudo os pontos referentes à inclusão das creches e à contribuição da União ao novo fundo. A matéria foi aprovada em segundo turno e encaminhada ao Senado onde recebeu a numeração de PEC 09 de 2006. O substitutivo do Senado voltou para a Câmara dos Deputados e foi aprovado dando origem à EC nº 53/06, de 19 de dezembro de 2006. Esta instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que foi regulamentado pela Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007. A vigência do FUNDEB será de 14 anos a partir de 1º de março de 2007, sendo que nos meses de janeiro e fevereiro permaneceu em vigor a legislação do FUNDEF com os valores de 2006, período no qual também esteve em vigor a medida provisória (MPV) nº 339, de 28 de dezembro de 2006. Sobre a EC nº53/06, Monlevade informa:

Seu conteúdo tinha sido cuidadosamente amadurecido nas reuniões entre o MEC, o Consed e a Undime, sob os olhares atentos, de um lado, do Ministério da Fazenda, que regula a torneira da oferta e dos recursos financeiros e, de outro, da CNTE e da Campanha pelos Direitos da Educação, que forçam os avanços das demandas sociais. (MONLEVADE, 2007, p. 69).

O autor explica que do mesmo modo que o FUNDEF, o FUNDEB “é um mecanismo de captação e de distribuição de impostos estaduais e municipais no âmbito de cada estado, incluída uma complementação da União para aqueles cujo valor médio por aluno não alcançar um mínimo definido nacionalmente”. (MONLEVADE, 2007, p. 115).

Da receita de todas as transferências de impostos recebida pelos estados<sup>43</sup> e dos impostos por eles arrecadados<sup>44</sup>, com exceção do IRRFSE e IOF – ouro, 20% se destinam ao FUNDEB Estadual. Igualmente, de todas as transferências de impostos recebidas pelos municípios, da União<sup>45</sup> e dos estados<sup>46</sup>, com exceção do IRRFSM e do IOF – ouro, 20% se destinam ao FUNDEB Estadual. “Oito estados em 2007, provavelmente nove em 2009 e doze Estados em 2010, receberão também uma complementação da União, proporcional ao que faltar para o Estado atingir um gasto médio por aluno igual ao valor mínimo nacional.” (MONLEVADE, 2007, p. 115).

A distribuição dos recursos de cada Fundo “dar-se-á entre o governo estadual e os de seus municípios, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial, na forma do anexo<sup>47</sup> desta Lei”.(BRASIL, 2007)

Nas redes municipais são consideradas as matrículas da educação básica que foram assumidas em cada município, podendo incluir os quatro últimos anos do ensino fundamental nos municípios que assumiram também esta etapa da educação básica. As matrículas da educação infantil e da EJA serão computadas progressivamente, um terço por ano, até atingir a totalidade. Nas redes estaduais, além do ensino fundamental, serão contadas as matrículas do ensino médio e da EJA, esta última também progressivamente. O valor do custo-aluno de cada etapa da educação básica tem ponderação que varia de 0,7 a 1,3 conforme tabela abaixo.

---

<sup>43</sup> FPE, IPI-Exportação, LC 87/96 (Lei Kandir), IRRFSE e IOF – ouro.

<sup>44</sup> ICMS, IPVA e ITCM

<sup>45</sup> FPM, IPI-Exportação, LC87/96, ITR, IRRFSE e IOF – ouro.

<sup>46</sup> ICMS e IPVA

<sup>47</sup> Anexo em Brasil (2007), transcrito em Monlevade (2007, p.110 a 114)



**Tabela 2 Fator de Ponderação para o Repasse do FUNDEB por etapa da educação Básica**

<b>Etapa /nível da educação básica</b>	<b>Fator</b>
Creche (tempo integral)	1,10
Creche (tempo parcial)	0,80
Creche conveniada (tempo integral)	0,95
Creche conveniada (tempo parcial)	0,80
Pré-escola (tempo integral)	1,15
Pré-escola (tempo parcial)	0,90
Pré-escola conveniada (tempo integral)	1,15
Pré-escola conveniada (tempo parcial)	0,90
1ª / 4ª urbana (1º/5º ano)	1,00
1ª / 4ª rural (1º/5º ano)	1,05
5ª / 8ª urbana (6º/9º ano)	1,10
5ª / 8ª rural (6º/9º ano)	1,15
Fundamental (tempo integral)	1,25
Ensino médio urbano	1,20
Ensino médio rural	1,25
Ensino médio (tempo integral)	1,30
Ensino médio (integral educação profissionalizante)	1,30
Educação especial	1,20
Educação especial conveniada	1,20
Educação indígena e quilombola	1,20
EJA – Educação de Jovens e Adultos	1,70
EJA c/ avaliação no processo	0,70

Fonte: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – 2008

Para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, é computada a educação infantil oferecida em creches pelas instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, e conveniadas com o poder público conforme critérios definidos na Lei nº 11 494/07.

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) pode ser considerado a marca do segundo mandato de Lula. Esse governo lançou também o chamado PAC da educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que é um programa de ação que estabelece princípios e metas para a Educação em todos os níveis<sup>48</sup>.

<sup>48</sup> Maiores informações sobre o PDE poderão ser obtidas em:  
<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=8874&Itemid=1017](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8874&Itemid=1017)>

Com início em 14 de abril de 2008 aconteceu em Brasília, a Conferência Nacional de Educação Básica (CONEB)<sup>49</sup>. O tema do evento foi “Construção do Sistema Nacional Articulado de Educação”. Seu desafio foi discutir a consolidação de um novo regime de colaboração entre os sistemas federal, estaduais e municipais. A etapa nacional foi antecedida por 378 conferências municipais, 89 regionais, 26 estaduais e uma no Distrito Federal. Foram 4.740 participantes na Região Norte, 6.506 no Nordeste, 3,7 mil no Sudeste, 2,2 mil no Sul e 3,4 mil no Centro-Oeste.<sup>50</sup> Os cinco temas trabalhados durante a semana de discussões foram: Os Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação; A Democratização da Gestão e a Qualidade Social da Educação; A Construção de um Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino; A Inclusão e a Diversidade na Educação Básica e A Formação e a Valorização Profissional.

Durante a CONEB/2008, o Ministério da Educação assumiu o compromisso institucional de apoiar a organização da Conferência Nacional da Educação (CONAE). Esta será realizada em Brasília do dia 20 de março a 1º de abril de 2010. No primeiro semestre de 2009 aconteceram as etapas municipal e intermunicipal e no segundo semestre deste ano acontecerão a etapa estadual e do Distrito Federal. Fruto de uma ampla parceria entre os Sistemas de Ensino, os Órgãos Educacionais, o Congresso Nacional e a Sociedade Civil, a CONAE tem sido subsidiada pelo documento referência, que desenvolve o tema central: “Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o plano nacional de educação, suas diretrizes e estratégias de ação”. Os debates na CONAE acontecem em torno dos seguintes eixos:

Eixo I - Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade:  
Organização e Regulação da Educação Nacional

Eixo II - Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação

Eixo III - Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar

Eixo IV - Formação e Valorização dos Profissionais da Educação

Eixo V - Financiamento da Educação e Controle Social.

Eixo VI - Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade.

Em todas as etapas da CONAE, os participantes farão propostas de alterações do documento referência que serão discutidas e analisadas na etapa nacional desse espaço

---

<sup>49</sup> Documento referência da CNEB disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conferencia\\_seb.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conferencia_seb.pdf),> acesso em 10 de agosto de 2009.

<sup>50</sup> Dados disponíveis em: < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=10311](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10311)>. Acesso em 11 de ago/2009

democrático de debates e deliberações. Como podemos perceber, a democratização do ensino básico vem sendo conquistada e explicitada na legislação educacional, a qual cria a possibilidade de luta pela sua efetivação. O conhecimento da legislação educacional e dos mecanismos de fiscalização da correta aplicação dos recursos financeiros destinados à MDE é imprescindível aos cidadãos que estão dispostos a participar dos colegiados instituídos pela referida legislação com a finalidade de defender a democratização da escola básica pública.

Aquela menina queria contribuir para que cada vez mais professores tivessem essa perspectiva. Os números, se corretamente trabalhados, revelam a realidade sob a superfície. Gráficos, planilhas, fórmulas... E lá estava ela, aprendendo de novo. O ciclo se repetia. Renovado, seu amor a impulsionava à multiplicação. Era preciso capacitar cada vez mais líderes sindicais. Saber utilizar os instrumentos matemáticos era requisito necessário para um professor se tornar um militante. Pelo menos, um militante cujo discurso e prática fossem eficientes no enfrentamento com os governos e os patrões. Estes formavam quadros capazes e os colocavam a seu serviço. O movimento sindical tinha que fazer o mesmo.

### **3 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL (1994 – 2008): ESTUDO DE UMA CONJUNTURA**

Dominar os dados financeiros, vê-los na sua finalidade maior e exigir sua aplicação correta e integral é um dos caminhos mais diretos para exigir do Estado a transparência das contas públicas.  
Prof. Carlos Roberto Jamil Cury<sup>51</sup>

Para que todo cidadão possa dominar os dados financeiros para intervir na correta aplicação dos recursos públicos, como nos convida Cury, é preciso oferecer um ensino público universal e de boa qualidade. Este, além de ser um direito fundamental imprescindível à permanente construção da cidadania, é também pré-condição para a superação dos entraves ao desenvolvimento do país.

Sobre ensino público universal e de boa qualidade e a qualificação do trabalhador, em Zago Júnior. (1998, p. 347) encontramos “Cada vez mais distante vai o tempo em que a questão do treinamento da mão-de-obra era um problema a ser resolvido intramuros das fábricas. Para tarefas não repetitivas e que exigem participação diferenciada só se pode treinar um operário capacitado a aprender”.

Entendemos que só mesmo um trabalhador em permanente construção pode ser capaz de ver e interpretar verdadeiramente os fenômenos sociais, econômicos e políticos da sua comunidade, utilizando para tal os instrumentos construídos na escola.

Para a efetiva construção de instrumentos de intervenção social, precisamos de uma escola que forme cidadãos capazes de compreender as estratégias dos poderosos e de construir instrumentos que possibilitem a sua intervenção qualificada nos espaços de disputa de poder. Ou seja, precisamos de uma escola que seja determinante na formação de cidadãos capazes de desmascarar aqueles que usam uma sedutora linguagem elaborada pela mídia e, portanto de fácil inserção nas massas.

Embora a responsabilidade do município com o Ensino fundamental estivesse definida desde a Constituição de 1988, as tentativas de municipalização do ensino fundamental no estado de São Paulo, propostas pelos governadores: Quéricia, Montoro e Fleury foram dificultadas pelas entidades estaduais de organização dos trabalhadores da Educação. Estas, lideradas pelo Sindicato dos professores – APEOESP -, desenvolveram

---

<sup>51</sup> Monlevade, João. *Educação Pública no Brasil: Contos & Descontos*. (Prefácio), 1996.

mobilizações em todas as regiões do estado e o lema da campanha era “Em defesa da Educação, diga não à municipalização”.

No Encontro Estadual de Formação organizado pela APEOESP, em março de 1996, o então líder da CNTE, Carlos Augusto Abicalil, levou os professores à reflexão sobre suas responsabilidades com a construção e divulgação de conhecimentos sobre o financiamento da Educação, bem como sobre a utilização desses conhecimentos na defesa da ampliação da abrangência do fundo que se desenhava.

O fundo ampliado proposto pela CNTE, já naquela época, era denominado FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Trabalhadores da Educação. Pela proposta inicial da CNTE esse fundo deveria abranger todos os recursos educacionais das três esferas de governo e computar as matrículas de toda a educação básica, ou seja, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, inclusive da EJA – específica para todos os brasileiros que não tiveram acesso à educação na idade correta – e educação especial, oferecida pelas escolas públicas aos alunos portadores de deficiência física ou mental.

Ao mesmo tempo, - meados da década de 1990 -, no estado de São Paulo, as ações do governo estadual caminhavam no sentido de promover mudanças na estruturação da rede estadual de ensino, preparando-a para o processo de municipalização da educação fundamental. Essas ações estavam em sintonia com as propostas do governo federal no que se refere ao financiamento da educação.

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEESP) propunha separar as escolas que atendiam naquela época as quatro séries iniciais do ensino fundamental, das escolas que atendessem as séries finais do mesmo nível de ensino e do ensino médio. Os argumentos para essa mudança incluíam as necessidades de adequação do mobiliário escolar para atender as diferenças anatômicas das crianças menores em comparação com os adolescentes e a separação de turmas pela idade para evitar conflitos entre as crianças e os adolescentes e jovens. Em suas exposições, os representantes da SEESP argumentavam que era preciso evitar que os alunos maiores estragassem os trabalhos que os alunos menores expusessem nas paredes das salas de aulas.

Sobre a reestruturação da rede e as intenções de municipalização do ensino fundamental, destacamos no texto do professor José Marcelino Rezende Pinto:

No caso de São Paulo, na tentativa de viabilizar a municipalização, a Secretaria Estadual de Educação chegou a quebrar a unicidade da escola de

1º grau, colocando em escolas diferentes alunos de 1ª a 4ª série e seus colegas das séries seguintes sob o questionável argumento (que na verdade mascara o intento da municipalização) de que o problema mais sério do ensino brasileiro é o convívio da criança com o adolescente. Durma-se com um barulho destes.

No meu ponto de vista, o grave problema das propostas de municipalização que estão sendo implementadas é que elas configuram-se tão somente como uma tentativa dos governos estaduais (que respondem por 2/3 das matrículas no setor público) de se desobrigarem com o ensino fundamental. (PINTO, 1995, p.8)

Os pais de alunos não aceitavam as mudanças propostas pelo governo estadual argumentando que os filhos maiores precisavam cuidar dos menores e para isso, precisavam ir juntos à escola.

O sindicato dos professores – APEOESP - aliou-se aos pais endossando seus argumentos e, além disso, denunciando o verdadeiro propósito da SEESP, oculto em suas justificativas, ou seja, a municipalização do ensino fundamental começando pelas quatro séries iniciais. As lideranças sindicais preveniam a população para a possibilidade da municipalização do ensino fundamental ser o primeiro passo para a privatização deste nível de ensino e conseqüente desresponsabilização do Estado com a oferta do mesmo.

Naquela época, a assessoria sindical da APEOESP já apontava o desequilíbrio na distribuição de responsabilidades sobre as matrículas entre a rede estadual de ensino e as redes municipais. Enquanto o orçamento da SEESP e a soma dos orçamentos dos órgãos responsáveis pela educação em todos os municípios do estado eram da mesma ordem de grandeza, os últimos assumiam a então pré-escola e quase nada do ensino fundamental, e a rede estadual arcava com quase a totalidade das matrículas dos ensinos fundamental e médio.

De acordo com dados da Secretaria da Educação e do Censo MEC 1995, a soma das matrículas do ensino fundamental em todas as redes municipais de ensino do estado de São Paulo era de 646.572, ou seja, 10,94% das 5.909.177 que era o total de matrículas nas escolas públicas oficiais. Portanto, a rede estadual era responsável por 5.262.605 que representavam 89,06% do mesmo total. Os municípios eram responsáveis pela quase totalidade da oferta da pré-escola e a soma de todas as matrículas nesta etapa da educação básica era da ordem de 700.000 no estado. Por determinação constitucional, os municípios deveriam se responsabilizar também pelo ensino fundamental.

A estratégia usada, à época, pelo governo federal para impor aos estados e municípios maiores responsabilidades em relação ao ensino fundamental, foi construída a partir de um diagnóstico apurado sobre: os recursos públicos arrecadados; a distribuição

desses recursos entre as três esferas de governo e o montante que era constitucionalmente vinculado ao ensino em cada uma dessas esferas; a dependência dos municípios em relação aos recursos financeiros oriundos de impostos repassados pela UNIÃO aos estados e municípios e dos estados para seus municípios e o número de matrículas do ensino fundamental de responsabilidade das redes municipais e estaduais em cada município da federação.

Ainda no Encontro de Formação promovido pela APEOESP, em março de 1996, pudemos compreender a estratégia que levou o MEC a construir a proposta do FUNDEF. Essa proposta supunha reter 15% do total das principais transferências intergovernamentais obrigatórias, que correspondiam a 60% dos recursos destinados à MDE. Esses 15% seriam repassados ao ente federado responsável por matrículas do ensino fundamental, na direta proporção destas.

No Encontro Estadual de Formação, o assessor sindical Zago Júnior objetivou subsidiar a construção de uma contraestratégia, ou seja, uma estratégia de atuação do sindicato no processo desencadeado pela proposta do governo federal, a qual estava em sintonia com os interesses de redistribuição das responsabilidades com as matrículas do ensino fundamental no estado de São Paulo.

O palestrante nos apresentou os elementos constitutivos da estratégia governamental, tanto em nível nacional, quanto em nível estadual. Para explicar a estratégia do governo federal, Zago Júnior realizou o cruzamento de dois grandes bancos de dados construídos a partir de informações obtidas nas fontes oficiais do MEC, da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Um desses bancos de dados era constituído pelas matrículas do ensino fundamental em cada uma das redes municipais, onde esta já existia, e na rede estadual em cada município do estado de São Paulo. O outro englobava as informações sobre as finanças públicas de cada um dos municípios do Estado.

A assessoria sindical criou três índices para a realização da leitura da realidade de cada um dos municípios do estado de São Paulo. O primeiro deles nos informava qual era a participação de cada município do estado de São Paulo no ensino fundamental. Esse índice foi definido como a relação entre o número de matrículas no ensino fundamental da rede municipal de ensino em comparação com o número total de matrículas no ensino fundamental na rede pública oficial daquele município, ou seja, a somatória do número de matrículas da rede municipal com o da rede estadual, no município. Podemos observar que esse índice era

majoritariamente igual a zero, o que significa que a maioria absoluta dos municípios do estado de São Paulo não oferecia vagas para o ensino fundamental na rede municipal, em 1995.

Nessa maioria de municípios as matrículas do ensino fundamental se concentravam na rede estadual de ensino. O município de Pirapozinho – SP, bem como todos os municípios do Pontal do Paranapanema, encontrava-se nessa situação.

Na tabela 3 apresentamos os quatro municípios do estado de São Paulo que tinham, em 1995, uma rede de ensino municipal com um percentual significativo de matrículas no ensino fundamental.

**Tabela 3 - Participação significativa da rede municipal no ensino fundamental – 1995**

<b>Município</b>	<b>Matrículas Rede Municipal</b>	<b>Matrículas Rede Estadual</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Capital	501.323	1.076.231	1.577.554	31,78%
Cubatão	10.527	9.962	20.489	51,38%
Guarujá	14.330	32.171	46.501	30,82%
Jardinópolis	2.207	2.228	4.435	49,76%

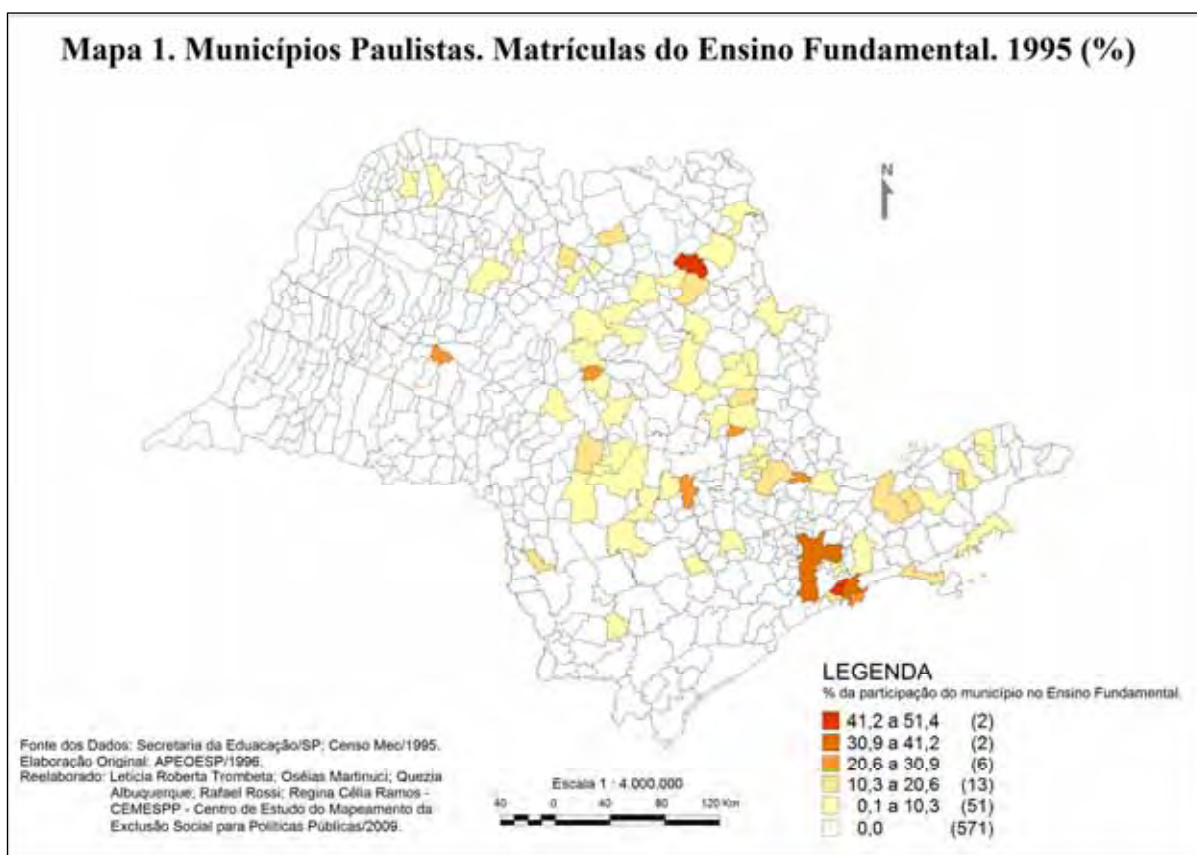
Fonte: Secretaria Estadual de Educação. Censo do MEC – 1995.

Podemos observar na tabela 3 que do total de alunos matriculados no ensino fundamental nas escolas públicas da capital, 31,72% estavam na rede municipal. Na região do Vale do Paraíba, na Baixada Santista, o município de Cubatão era responsável por 51,38% e o de Guarujá por 30,82% das matrículas desse nível de ensino. Na região de Ribeirão Preto, a rede municipal de ensino de Jardinópolis oferecia 49,76% das vagas para o ensino fundamental público no município. Na grande maioria dos demais municípios do estado, o percentual de matrículas no ensino fundamental era nulo ou quase nulo.

É importante observar que todos os municípios do estado de São Paulo, prestavam contas de que gastavam os recursos financeiros destinados à MDE conforme exigência da Constituição Federal e quase todos tinham suas contas aprovadas pelo Tribunal de Contas.



O mapa 1 mostra uma visão geral do estado de São Paulo quanto à responsabilidade dos municípios com as matrículas no ensino fundamental público, em 1995.<sup>52</sup>

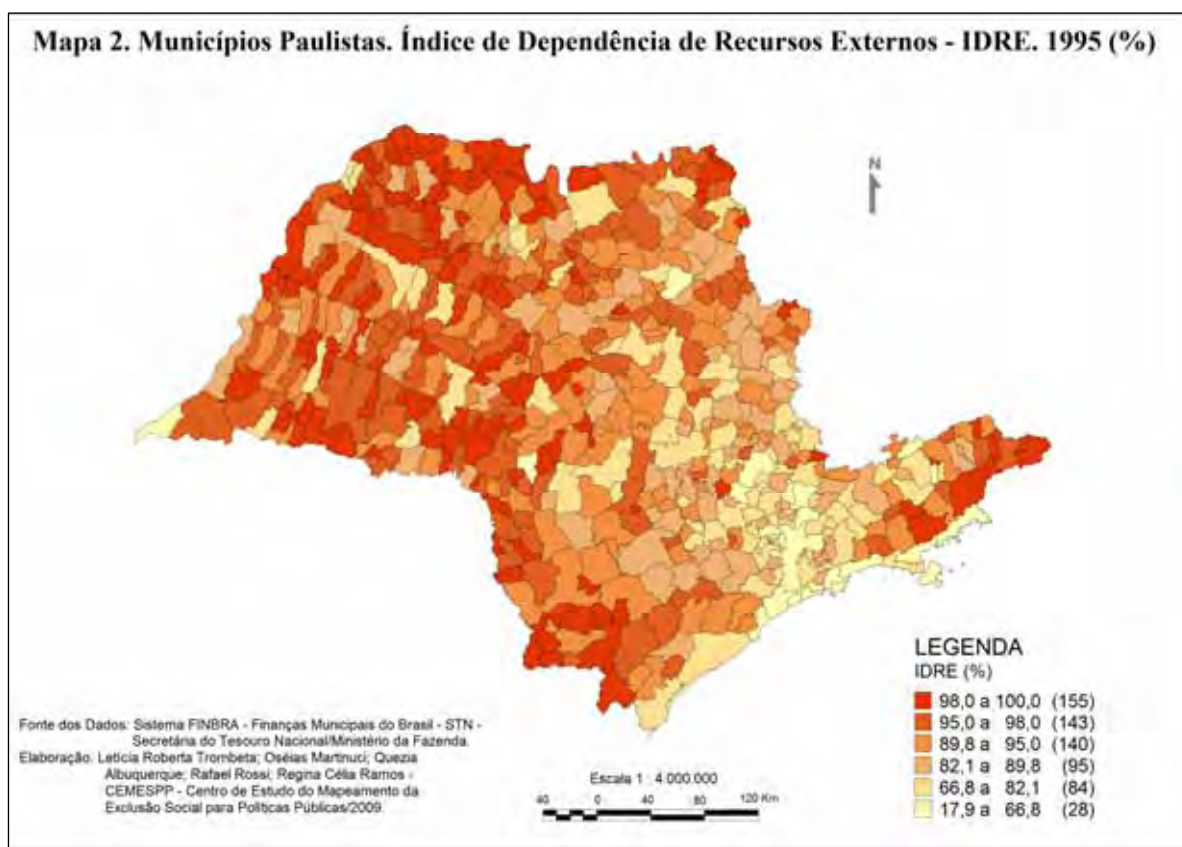


Atualmente, o estado de São Paulo está dividido em 645 municípios. Destes, 20 não estavam emancipados em 1995, portanto tínhamos um total de 625 municípios a serem considerados naquele ano.<sup>53</sup> Dos 625 municípios paulistas considerados, 553, ou seja, 88,48% não ofereciam o ensino fundamental em suas redes. Dos 72 que ofereciam esse nível de ensino, 63 responsabilizavam-se por menos de um quarto das matrículas, restando apenas 9 que atendiam entre um quarto e pouco mais da metade da oferta de vagas do ensino fundamental público no município.

<sup>52</sup> Esse mapa foi inicialmente elaborado pela assessoria da APEOESP e para apresentá-lo nesta dissertação, reelaboramos o mesmo com a finalidade de adequá-lo às normas do trabalho acadêmico. Contamos com o auxílio do Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas (CEMESPP) na reelaboração dos mapas de 1995 e na elaboração dos mapas de 2007

<sup>53</sup> Do mapa, constam todos os municípios existentes hoje, sendo que aos 20 não emancipados foram atribuídos os percentuais de seus municípios de origem, apenas para possibilitar a utilização do *software* MapInfo®.

O segundo banco de dados trazia informações sobre dados financeiros, também de cada município do estado de São Paulo. É importante lembrar que o município é mantido basicamente por recursos próprios<sup>54</sup>, arrecadados no município e pelas transferências intergovernamentais<sup>55</sup>. O segundo índice, criado e apresentado pela assessoria sindical naquele Encontro de Formação, serviu para avaliar o potencial financeiro dos municípios a partir do grau de dependência destes em relação aos recursos oriundos de transferências intergovernamentais. O Índice de Dependência dos Recursos Externos (IDRE) indica, do total de recursos financeiros de impostos disponíveis no município, o percentual que vem de outra esfera de governo. O que pode ser visualizado no mapa 2 a seguir.



É importante destacar que os impostos considerados na construção deste mapa foram os de valores significativos para as finanças municipais e que dificilmente sofreriam oscilação repentina. São eles o IPTU e ISS (próprios do município) e os recursos externos: quota parte do FPM – transferido pela União, quota parte do ICMS – repassado pelo estado e 50% do IPVA arrecadado pelo estado no município. Os demais recursos oriundos de impostos

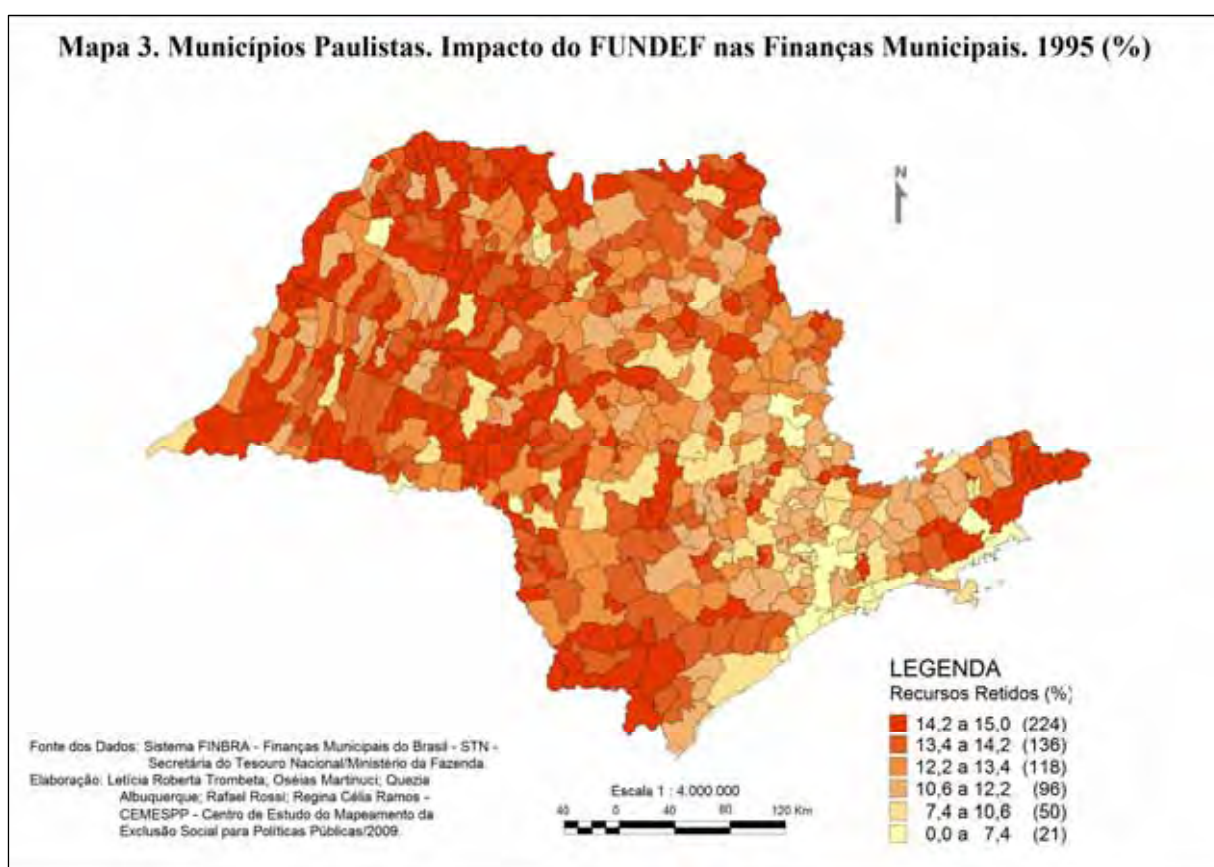
<sup>54</sup> Principalmente o IPTU, ISS e ITBI.

<sup>55</sup> A União transfere o FPM, ITR e IRRF e o estado transfere a cota parte do ICMS e IPVA

próprios e de transferências das outras esferas de governo, não foram considerados pelo fato de serem variáveis ou de valores menos significativos para as finanças municipais. Porém todos os impostos devem ser considerados na fiscalização da correta aplicação dos recursos financeiros destinados à MDE.

Observamos que o mapa 2 é inversamente proporcional ao anterior (Mapa 1). Onde as cores eram bem claras no primeiro elas eram bem escuras no segundo, ou seja, quanto menor o número de matrículas no ensino fundamental da rede municipal, maior era a dependência do município em relação aos recursos externos. Sendo assim, a estratégia de construção do FUNDEF previa que a retenção de parte das transferências de recursos provocaria impacto maior nos municípios que não tinham matrículas no ensino fundamental e, como os gestores teriam que assumir matrículas desse nível de ensino para obter o retorno dos recursos do FUNDEF, haveria interesse dos prefeitos na municipalização do ensino fundamental.

O terceiro e último índice foi criado para avaliar o impacto do Fundo nas finanças Municipais, é o que está representado no mapa 3 a seguir.



É importante observar que este seria o impacto inicial do fundo sobre as finanças municipais, visto que os municípios poderiam assumir matrículas do ensino fundamental e obter o retorno parcial ou total dos recursos, ou até mesmo um volume de recursos financeiros maior do que havia sido retido no fundo, caso o número de matrículas assumidos pela rede municipal superasse o número necessário para obter o retorno de 100% do que estava retido.

No caso do Estado de São Paulo, Zago Júnior. (1997) informava que a vinculação de um percentual maior que o mínimo definido na Constituição Estadual, incidindo sobre a então segunda maior receita tributária do país, deveria ser suficiente para garantir uma educação de qualidade para os paulistas. O autor nos lembra que em São Paulo funcionam três das maiores e mais importantes universidades do país, totalmente mantidas com recursos estaduais, as quais consomem em torno de 10% da receita do ICMS, principal fonte de recursos do Estado. Temos, então que, para os demais níveis de educação, restavam, em 1995, cerca de 20% dos recursos.

Segundo Zago Júnior (1997) os Municípios, além de assumirem a educação infantil optaram, ao longo dos anos que antecederam à implantação do fundo, por aplicar os recursos resultantes da vinculação na distribuição de bolsas de estudo, no transporte de alunos para o ensino superior privado e na criação de faculdades municipais. Para o autor este foi o motivo que levou à concentração das matrículas do ensino fundamental na esfera estadual e o descompromisso da maioria avassaladora das prefeituras com o ensino fundamental.

Conforme já destacamos aqui, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, ficou estabelecido que caberia também aos municípios a responsabilidade pelo ensino fundamental. Antes da apresentação da proposta que deu origem ao FUNDEF, o que víamos no caso do estado de São Paulo era que, aproximadamente 80% das vagas neste nível de ensino, eram fornecidas pela Secretaria Estadual de Educação, ficando os municípios com pouco menos de 10%, percentual próximo ao assumido pelo ensino particular, o qual contribuía com pouco mais de 10% das vagas. Tal distribuição vinha se mantendo desde o final da década de 70 conforme informações da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, com base no censo – MEC 1995.

Em 1995, segundo Encontro (1996), a soma de todas as matrículas da pré-escola em todos os municípios do estado de São Paulo era de aproximadamente 700 mil, cerca de 84% do total no estado, sendo que, no caso dos ensinos fundamental e médio, o estado respondia por 6,5 milhões de matrículas. A capital do Estado era uma exceção no quadro geral e se responsabilizava por 26,7% das matrículas totais do ensino fundamental oferecidas pelas

redes municipais. Se olhássemos o conjunto do estado, sem a capital, os demais municípios, juntos, respondiam por 2,8% das matrículas do ensino fundamental. No resto do país, se isolássemos os dados referentes ao estado de São Paulo, verificaríamos que os municípios se responsabilizavam por 35% das matrículas.

O pior talvez seja constatar que se reunirmos os 25% das receitas líquidas de todos os municípios paulistas teremos um volume equivalente a todo o orçamento da Secretaria Estadual da Educação. Ou seja, com o mesmo recurso o estado tem de manter uma rede quase 10 vezes maior que as municipais. Prova mais do que evidente de que a maioria absoluta dos municípios do estado não aplica o mínimo constitucionalmente previsto para a manutenção e o desenvolvimento do ensino fundamental. (ZAGO JÚNIOR; BRYAN, 1995, p.1)

Os autores informavam que um grande volume de recursos era desviado para reforçar o financiamento indireto de escolas superiores privadas, através da concessão de bolsas de estudo distribuídas sem critérios transparentes; citavam ainda a multiplicação das universidades municipais e o desvio puro e simples dos recursos da educação infantil e fundamental para outros setores que não a educação, como agravantes desta situação de descompromisso dos municípios com o ensino fundamental.

Já foi apresentada aqui a legislação educacional de 1996. Porém, sobre a definição de responsabilidades com a Educação por parte das três esferas de governo, queremos destacar uma sutil diferença entre a Emenda Constitucional (EC) nº 14/96 e a LDB – Lei 9.394/96. Por um lado a EC nº 14/96 fechava o foco da prioridade no ensino fundamental obrigatório, tanto pela esfera municipal quanto pela esfera estadual, definindo no novo texto constitucional que:

Art.211[...]

§ 1º A união organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 2º Os Municípios atuarão *prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil*.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão *prioritariamente no ensino fundamental e médio*.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a *assegurar a universalização do ensino obrigatório*. (BRASIL, 1996a) (Grifo nosso)

Assim sendo, no artigo 4º da EC nº 14/96 é dada nova redação ao § 5º do art. 212 da Constituição Federal: “O *ensino fundamental público* terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário educação, recolhida pelas empresas, na forma da lei.” (Grifo nosso)

Por outro lado, a LDB/96 focaliza o ensino fundamental obrigatório, quando responsabiliza as duas esferas por essa etapa da educação básica (art. 5º, § 2º e § 4º), entretanto também acena com a abertura do foco incluindo a EJA e colocando para a esfera estadual a responsabilidade de *oferecer, com prioridade, o ensino médio* (art. 5º, § 4º – VI)

[...]

Art. 5º. O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

§ 1º Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União:

I - *recensar a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;*

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

§ 2º *Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.*

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no *caput* deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º *Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.*

[...]

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - *definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;*

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, *integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;*

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI - *assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.*

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei n.º 10709, de 31.07.2003). (BRASIL, 1996b) (Grifos nossos)

Para nós, essa diferença se deve ao fato de que a LDB/96 passou por um processo de discussão mais demorado e democrático da sociedade civil com os parlamentares, enquanto a Emenda foi elaborada, proposta pelo governo e aprovada com veto do presidente, que afetou essa abertura de foco. Se considerarmos a hierarquia das leis, a Emenda Constitucional se sobrepõe à LDB/96 o que reforça o objetivo do projeto do governo federal de focar o ensino fundamental naquele momento.

Conforme a referida legislação, os estados seriam responsáveis pelo ensino fundamental obrigatório - podendo fazê-lo em parceria com os municípios - e pelo ensino médio.

Os agentes sociais que desde o governo Itamar participavam do Fórum Nacional em Defesa da Educação Básica reivindicavam mais verbas para a Educação, propunham que fosse definido o valor do custo-aluno qualidade<sup>56</sup> e, a partir deste e da análise das necessidades de cada etapa da educação básica, fosse definido o custo-aluno nacional. Nos cálculos seriam incluídas todas as etapas da educação básica, não apenas do ensino fundamental como na PEC 233/96 enviada pelo governo federal ao legislativo.

Os representantes do MEC consideravam inócuas as propostas de ampliação de recursos financeiros para a Educação por não estarem embasadas em medidas concretas para sua viabilização.

Em suas pesquisas sobre a educação básica no Brasil, Cury (2002) questiona:

Se a qualidade da educação básica, portanto, não é exclusiva ou privativa de nenhuma de suas etapas e/ou modalidades, então o caráter indispensável articulado à cidadania e ao trabalho é próprio de toda a educação básica. Contudo, o FUNDEF acabou por focalizar o ensino fundamental que é a etapa "intermediária" da educação básica. E as etapas de "defesa" (educação infantil) e do "ataque" (ensino médio)? (CURY, 2002, p.179)

Em comentário<sup>57</sup> encaminhado ao Conselho Nacional de Educação pelo Aviso nº 178/MEC/GM, o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, defendia o propósito de

<sup>56</sup> Custo-aluno qualidade seria um valor mínimo para que a educação básica tivesse qualidade social adequada às necessidades da população usuária da escola pública.

<sup>57</sup> O comentário citado foi obtido através de Conselheiro do CNE e encaminhado à autora. Cópia parcial do documento encontra-se reproduzido como anexo 19.

fechar o foco de sua política apenas no ensino fundamental e não na educação básica como almejavam os participantes do Fórum e propunha o parecer da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE). Souza argumentava que a posição do MEC se justificava pelo fato de que foi apenas em relação ao ensino fundamental que se conseguiu assegurar recursos suficientes para a melhoria da qualidade do ensino, ao mesmo tempo, em que se garantia sua efetiva universalização. Para o então Ministro, sem dúvida, a proposta do executivo teria repercussão imediata nos demais níveis de ensino, mas seria impossível, naquele momento, fixar o montante dos recursos e a amplitude do atendimento em relação ao ensino médio e à educação infantil, que deveriam se expandir.

Sobre o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), Souza argumentava que a Constituição Federal remete a definição deste para a LDB que, em seu artigo 67 trata dos diferentes sistemas de ensino (federal, estaduais e municipais) aí englobando a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes pelo inciso III, entre outros direitos, piso salarial profissional e, como consta no *caput* desse mesmo artigo, estatutos e planos de carreira do magistério. Alegava o então ministro que estes sistemas são autônomos não cabendo, portanto ao MEC fixar o PSPN. Porém, Souza afirmava, com base em estudos do MEC, que uma vez implantado o FUNDEF, seria possível assegurar um salário médio mensal, no mínimo, igual ao gasto médio por aluno ao ano, sendo que a União complementaria os recursos necessários nos estados onde o efeito da redistribuição promovida pelo Fundo fosse inferior ao equivalente à quantia de R\$ 300,00.

Souza justificava ainda, a ausência da valoração do custo-aluno-qualidade por insuficiência de estudos e necessidade de consultas a colegiados como CONSED e UNDIME, entre outros. O então ministro defendia a não vinculação, naquele momento, das Diretrizes de Carreira e Remuneração do Magistério ao custo-aluno-qualidade e ao Plano Nacional de Educação, sobre os quais não havia ainda uma definição clara.

O veto presidencial à inclusão da EJA nos cálculos do valor do custo-aluno-ano do FUNDEF deu-se com base em duas razões:

- ⇒ a impossibilidade de ter estatísticas confiáveis das matrículas de EJA presencial;
- ⇒ a preocupação de que haveria uma "corrida" dos prefeitos para abrir irresponsavelmente classes de EJA só para obter recursos financeiros do FUNDEF.

Sobre o veto acima referido, encontramos em Cury (2002):



Os sucessivos protestos, associados ao fato de ser a EJA do ensino fundamental um direito público subjetivo, acabaram por forçar o governo a oferecer uma alternativa, também focalizada, sobre o assunto. Foi criado um “FUNDEF seletivo” em moldes iguais ao do ensino fundamental das crianças de 7 a 14 anos e em moldes Alvorada. Focalizando os sistemas públicos dos municípios mais pobres de estados pobres (critérios do IDH), o programa só atinge jovens e adultos entre 15 a 29 anos. Os recursos são orçamentários e destinados às escolas públicas. (CURY, 2002, p. 185)

Na época, os defensores da inclusão das matrículas da EJA para o cálculo do custo-aluno do FUNDEF acusavam o governo federal de não querer aumentar o valor das complementações da União aos Estados. Se esses Estados abrissem vagas na EJA, diminuiriam o seu custo-aluno-ano, ficando este abaixo do valor mínimo nacional o que exigiria a complementação da União.

Notícias de desvio de verbas da educação têm sido frequentes na mídia<sup>58</sup>. Entre essas, várias confirmam a previsão do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. No Jornal virtual de Luzilândia<sup>59</sup> no Piauí, edição do dia 05 de março de 2009, no caderno “Brasil do Inusitado”, encontramos:

A PF também recebeu denúncias da contratação de 300 professores para o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ministério da Educação, destinado a diminuir o analfabetismo entre alunos fora de faixa escolar. "Há casos de professores contratados para turma com um, dois alunos ou nenhum", explicou o superintendente da Polícia Federal, José Pinto de Luna. (JORNAL DE LUZILÂNDIA, 2009)

Notícias como essas reforçam a necessidade de preparação dos Conselheiros Municipais, tanto do FUNDEF quanto do COMED, os quais fazem o acompanhamento social dos gastos do poder público com a MDE. Estes precisam ter instrumentos que facilitem o reconhecimento de questões duvidosas, que auxiliem o encaminhamento das mesmas para serem questionadas na justiça, se necessário. A intervenção qualificada dos Conselheiros em parceria com a Câmara de Vereadores, com o Tribunal de Contas e o Ministério Público pode fazer com que os desperdícios fiquem cada vez menores e a possibilidade de erradicação do analfabetismo cada vez mais próxima.

---

<sup>58</sup> Podemos encontrar muitas no site: <<http://noticias.pgr.mpf.gov.br/>>.

<sup>59</sup> Disponível em <<http://www.jornaldeluzilandia.com.br/txt.php?id=9451>>. Acesso em 09 de jul de 2009

Convém lembrar que, no mínimo, 60% dos recursos financeiros do FUNDEF deveriam ser aplicado na folha de pagamento dos profissionais do magistério<sup>60</sup> do ensino fundamental. Caso aquele percentual não fosse atingido ao longo do ano, estes profissionais deveriam receber um *bônus* para completar o gasto mínimo exigido pela lei.<sup>61</sup>

Cury (2002) chama a atenção para o fato de que a Lei nº 9424/96 obriga a construção de uma carreira docente, o que poderia promover a valorização dos professores, cujos salários são reconhecidamente baixos e incapazes de promover o amplo acesso e a permanência na carreira docente. O autor ressalta que os governadores apontavam limites para a valorização dos professores expressos pela ação dos grupos que privilegiavam a ampliação do ensino médio e aqueles que pleiteavam ampliação da educação infantil e da educação de jovens e adultos, naquela época, fora do FUNDEF.

No mesmo referencial teórico encontramos a análise de alguns dos pontos importantes que marcam a EC nº 14/96 e a Lei nº 9424/96 que a regulamentou, na qual o autor aponta possibilidades e limites à efetivação de tais princípios. Entre os referidos pontos, Cury destaca a manutenção da vinculação orçamentária constitucional, conquista histórica importante para uma política voltada para a educação, uma vez que esta vem dificultar o recuo do Estado em relação às políticas públicas. Para o autor, o limite está na focalização da política educacional no ensino fundamental gratuito, obrigatório, presencial, na faixa etária de 7 a 14 anos. Para ele o foco deveria incluir a educação infantil e o ensino médio, uma vez que “a educação infantil é a base da educação básica, o ensino fundamental é o seu tronco e o ensino médio é seu acabamento”. (CURY, 2000, p.170)

Outro ponto de suma importância foi a subvinculação obrigatória dos recursos, o qual é o “foco das políticas com envolvimento das três esferas federadas, com a prioridade dessa etapa atribuída aos municípios.” (CURY, 2002, p.175)

Por um lado, o autor justifica a importância da subvinculação observando que muitos municípios jamais haviam investido em ensino fundamental, e sob pena de verem seus recursos retidos no FUNDEF, viram-se obrigados a repensar suas políticas para o setor. Por outro lado, critica a focalização da subvinculação apenas no ensino fundamental, argumentando que “pode significar o recuo ou o amortecimento ou o retardamento quanto à universalização de outras etapas da educação básica e a sua sustentação por meio de recursos suficientes.” (CURY, 2002, p.175).

---

<sup>60</sup> Professores, gestores e profissionais do quadro de apoio pedagógico – supervisores, coordenadores, etc.

<sup>61</sup> Em discussões com os referidos profissionais em muitos municípios do estado, nós nos deparamos com as mais diferentes formas de desrespeito a esse preceito legal.

Valorizando a criação de instrumentos de cidadania, de democracia e de controle do Estado, Cury (2002) destaca a criação de Conselhos Cíveis com incumbências fiscais e de controle. Para o autor, há dificuldades de implantação destes Conselhos por conta das tradições de interesses avessos à transparência do poder. Porém, o Conselho Nacional do FUNDEF, os Conselhos Estaduais e Municipais são espaços profícuos ao exercício da cidadania.

O mesmo autor avalia a presença ativa dos Tribunais de Contas como distintiva e importante, tendo em vista que, dos relatórios deles depende boa parte da liberação e de transferência de verbas. Porém, afirma haver pouca circulação das informações dos Tribunais de Contas entre os Conselhos Fiscais, baixa articulação destes com os demais polos de controle e muita demora na punição dos que não aplicam corretamente os recursos da educação. Além do que, a Lei deixa implícita a função do Tribunal de Contas da União em caso da esfera federal de governo não adequar-se a ela, enquanto que, em relação aos estados, esse papel é explícito e o dos Tribunais dos Estados em relação aos municípios, também.

Quanto à presença articuladora, supletiva, técnica e redistributiva da União disposta nos artigos 8º e 75 da LDB, Cury (2002) afirma que essa presença ficou prejudicada pelo fato do governo federal não cumprir a Lei no que se refere ao valor mínimo nacional para o custo-aluno-ano, sobre o qual encontramos no § 4º do art. 6º da Lei 9 424/96 o valor mínimo anual, para 1997, fixado em 300 reais. Valor que atualizado até dezembro de 2008 pelo índice usado oficialmente, ou seja o INPC (IBGE), equivale a R\$ 651,48. Este mesmo valor atualizado pelo IGP-DI seria de R\$ 900,57 em valores de dezembro de 2008.

Art. 6º A União complementarará os recursos do Fundo a que se refere o art. 1º sempre que, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

§ 1º O valor mínimo anual por aluno, ressalvado o disposto no § 4º, será fixado por ato do Presidente da República e *nunca será inferior à razão entre a previsão da receita total para o Fundo e a matrícula total do ensino fundamental no ano anterior, acrescida do total estimado de novas matrículas*, observado o disposto no art. 2º, § 1º, incisos I e II.

§ 2º As estatísticas necessárias ao cálculo do valor anual mínimo por aluno, inclusive as estimativas de matrículas terão como base o censo educacional realizado pelo Ministério da Educação e do Desporto, anualmente, e publicado no Diário Oficial da União.

§ 3º As transferências dos recursos complementares a que se refere este artigo serão realizadas mensal e diretamente às contas específicas a que se refere o art. 3º.

§ 4º No primeiro ano de vigência desta lei, o valor mínimo anual por aluno, a que se refere este artigo, será de R\$ 300,00 (trezentos reais).

(Lei nº 9.424/96). (BRASIL, 1996c), (Grifo nosso)

Tendo como referência o que diz a citada lei e com base nos cálculos da UNDIME, o autor declara que “entre 1998 e 2001, a União deixou de repassar mais de 6,2 bilhões de reais aos Fundos Estaduais por não ter cumprido o que reza o texto da Lei.” (CURY, 2002, p. 178).

A partir de estudos sobre o montante das receitas líquidas da União e de recursos financeiros disponibilizados à MDE pela vinculação constitucional, Pinto (2006) comenta “a pobreza da receita da União” no que se refere aos impostos.

Isso ocorre, de um lado, pelo efeito DRU (Desvinculação dos Recursos da União) que, só em 2004, retirou o equivalente a R\$ 4,7 bilhões de recursos vinculados ao ensino e, de outro lado, pela estratégia de criação, por parte da União, das contribuições sociais e econômicas, sobre as quais não incidem as vinculações constitucionais para a educação e a saúde. Para se ter a dimensão de quanto a estratégia adotada pelo governo federal representa de perda para a educação, em 2004 a receita de contribuições atingiu o patamar de 16,3% do PIB; se 18% desta receita fosse destinada ao ensino, seriam mais R\$ 53 bilhões para o setor (2,9% do PIB). (PINTO, 2006, p. 200).

Em 2008, com o objetivo de ajudar a melhorar a informação que chega até à sociedade sobre o uso dos recursos pagos sob a forma de impostos, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) realizou pesquisa intitulada “Eficiência nos gastos em educação: uma avaliação dos municípios do Estado de São Paulo”. Para a realização do estudo, foram criados dois indicadores cujas funções são assim descritas.

O primeiro mede o desempenho dos municípios na área de educação. O segundo mede o “desperdício” de recursos nessa área, ou seja, mede quanto de recurso está sendo usado nessa área para que seja conseguido o desempenho observado. Este segundo indicador mede a eficiência relativa dos municípios, permitindo ordená-los relativamente de acordo com sua capacidade de gestão. (MATTOS et al, 2008, p.5)

O estudo acima mencionado ressalta a importância da melhoria da qualidade da educação no Brasil em todos os níveis, mas fortalece a tese de que é primordial dar atenção especial à Educação Básica, uma vez ser inconcebível imaginar um bom sistema educacional sem que este nível de ensino seja adequado. O aludido estudo contribui para o acompanhamento, pela população, da eficiência na gestão das redes de ensino básico.

Embora a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 60 do Ato das Disposições Transitórias tenha determinado que nos 10 anos seguintes a União devesse aplicar

50% dos seus recursos educacionais na erradicação do analfabetismo e no ensino básico, isso não aconteceu. A quase totalidade dos 18% dos impostos era aplicada nas universidades federais, inclusive em serviços sociais que estas ofereciam à população. Mesmo depois das mudanças ocorridas na legislação educacional de 1996, a União ficou apenas com a função supletiva em relação ao financiamento do ensino básico e à erradicação do analfabetismo.

Os prefeitos alegavam não ter recursos suficientes para cumprir com essa determinação, endossando a afirmação de que, “em poucas palavras, pode-se dizer que o princípio que permeou a Emenda 14/96 (ex-PEC nº 233/95) foi o seguinte: A União faz cortesia com o chapéu dos Estados e Municípios.” (PINTO, 1995, p. 6).

Para dimensionarmos o investimento necessário a cada vaga oferecida no ensino, em geral, teremos como referência o estudo que foi realizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e que quantificou o custo-aluno-qualidade inicial (CAQI). Este tem sido um referencial importante para avaliação do volume de recursos financeiros necessários à manutenção e ao desenvolvimento de uma rede pública estruturada com as condições mínimas necessárias ao processo de ensino e aprendizagem.

No trabalho acima mencionado, constatou-se que o custo-aluno obtido para uma escola com padrão mínimo de qualidade no ensino era, em valores de 2005, aproximadamente de R\$ 1.618,00. Este valor equivaleria em dez/2008 a R\$ 1.870,12, se atualizado pelo INPC (IBGE); e a R\$ 1.978,51 se atualizado pelo IGP-DI (FGV), sem considerar os custos com alimentação (CAQI-MDE). Quando se leva em conta esses custos<sup>62</sup> (CAQI-Total), o valor passa para R\$ 1.724,00 em reais de 2005, correspondente a R\$ 1.992,63 em dez/2008, se atualizado pelo INPC (IBGE) e a R\$ 2.108,12, se atualizado pelo IGP-DI (FGV). Esse valor total representava 16,4% do PIB *per capita* daquele ano. Com relação ao impacto da implantação do CAQI, o professor José Marcelino afirma:

[...] para isso, temos que imaginar dois cenários. O primeiro deles leva em conta a matrícula atual e, nesse caso, basta multiplicarmos a matrícula pública, nas diversas etapas e modalidades, pelos valores de CAQI propostos. Quando fizemos esta estimativa chegamos a uma necessidade de 5,3% do PIB, o que representa um adicional de 1% em relação aos gastos atualmente estimados com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) no Brasil. [...] estimativa feita pelo INEP (2001) que se baseou nas metas de expansão da matrícula do Plano Nacional de Educação e em um aumento

---

<sup>62</sup> Por ser um insumo importante, incluímos na proposta do CAQI os custos com alimentação escolar, mas, considerando que, pela legislação (Lei 9394/96, art. 71), os mesmos não se configuram como despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), apresentamos também o valor do CAQI-MDE, do qual se excluem essas despesas.

progressivo nos gastos por aluno em relação ao PIB *per capita* e concluiu que o país, considerando educação básica e superior, deveria chegar a 2011 com um gasto público da ordem de 8% do PIB, estabilizando-se, com a superação do déficit acumulado (em especial na EJA), em cerca de 6,6% do PIB. (PINTO, 2006, p.224).

A insuficiência de recursos financeiros aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino público básico tem sido objeto de inúmeros estudos tanto no meio acadêmico, quanto nas instituições governamentais e nas entidades da sociedade civil organizada. A maioria desses estudos busca explicações para tal escassez no volume de tributos arrecadados pelo Estado em suas três esferas de governo, no fato dos percentuais mínimos destinados ao ensino incidirem apenas sobre os impostos e não sobre o total de tributos, na DRU e em outros mecanismos usados pelos governantes que têm reflexos no financiamento da Educação.

Entre os motivos da destinação insuficiente de recursos financeiros à MDE, além dos que já foram citados, há estudos que apontam o desequilíbrio entre o que é aplicado nos diferentes níveis de ensino. Esse desequilíbrio pode ser observado na tabela 2 a seguir, na qual se apresentam as estimativas do MEC a respeito do percentual do PIB *per capita*<sup>63</sup> aplicado em cada um dos níveis. Na referida tabela, o percentual do Investimento Público em Educação em relação ao PIB está atualizado de acordo com os valores divulgados em março de 2007, pelo IBGE.

---

<sup>63</sup> O PIB *per capita* é o Produto Interno Bruto (PIB) dividido pela população do país.

**Tabela 4 - Estimativa do Percentual do Investimento Público Direto em Educação por Aluno em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, segundo o Nível de Ensino Brasil 2000 – 2005**

Percentual do Investimento Público Direto por Aluno em Relação ao PIB <i>per capita</i>							
Ano	Total	Níveis de Ensino					%
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino fundamental		Ensino médio	
				De 1ª a 4ª Séries ou Anos Iniciais	De 5ª a 8ª Séries ou Anos Finais		
2000	14,1	11,7	13,4	11,5	11,8	11,2	129,6
2001	14,4	12,0	12,0	11,3	12,7	12,6	126,8
2002	14,5	12,0	11,4	13,3	12,3	8,9	121,0
2003	14,0	11,8	12,6	12,4	11,8	9,9	102,2
2004	14,2	12,0	12,8	12,7	12,8	8,8	98,9
2005	14,6	12,3	11,8	13,8	13,1	8,6	97,9

Notas:

1 - Utilizou-se as seguintes naturezas de despesa: Pessoal Ativo, Encargos Sociais do Pessoal Ativo, Outras Despesas Correntes, Despesas de Capital e Pesquisa e Desenvolvimento;

2 - Não incluem nestas informações as despesas com Aposentadorias e Pensões, Investimentos com bolsas de estudo, financiamento estudantil e despesas com juros, amortizações e encargos da dívida da área educacional;

3 - Estes dados referem-se aos gastos consolidados do Governo Federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios;

4 - Para o Gasto Público Direto por Aluno em Educação em relação ao PIB *per capita* foi utilizado o valor atualizado da Conta Nacional de acordo com a nova metodologia divulgada em março de 2007 pelo IBGE;

5 - Para a apuração dos dados financeiros dos municípios foi utilizada a seguinte metodologia: foram coletados os dados das receitas vinculadas à educação agrupados por Estado da Federação. Do total das receitas vinculadas à educação aplica-se o percentual mínimo exigido em que os Estados e Municípios têm de alocar na Educação de acordo com a Constituição Estadual de cada um. Com os valores dos recursos que são aplicados na Educação de acordo com a Lei, somam-se os valores do salário-educação transferidos pela União e o efeito redistributivo do FUNDEF, em que os repasses de recursos dos municípios para o fundo são diferentes do retorno destes recursos;

6 - Para os anos de 2000 a 2003 estão computados na área educacional os valores despendidos pelo Governo Federal para o Programa Bolsa-Escola;

7 - A Educação Terciária corresponde aos níveis de Educação Superior em Tecnologia, os demais cursos de Graduação (exceto cursos sequenciais e especializações), Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado.

Fonte: INEP/MEC. (s/d).<sup>64</sup>

O desequilíbrio que aparece na tabela acima é apontado também pelo Professor Roberto Macedo<sup>65</sup>, a partir de estudos do professor Peter Lindert<sup>66</sup>:

No final da década passada, os gastos públicos por estudante no ensino fundamental no Brasil correspondiam a 14% do produto interno bruto (PIB)

<sup>64</sup> Disponível em:

<[http://www.inep.gov.br/estatisticas/gastoseducao/indicadores\\_financeiros/P.relacao\\_PIB.htm](http://www.inep.gov.br/estatisticas/gastoseducao/indicadores_financeiros/P.relacao_PIB.htm)>. Acesso em 26/set./ 2008

<sup>65</sup> Roberto Macedo é economista (USP), com doutorado pela Universidade de Harvard (EUA), pesquisador da FIPE-USP e foi secretário de política econômica do Ministério da Fazenda entre 1991 e 1992, governo Collor.

<sup>66</sup> Peter Lindert, da Universidade da Califórnia (EUA), historiador econômico reconhecido internacionalmente como especialista em políticas sociais.

*per capita*, enquanto no ensino superior alcançavam 195% deste mesmo PIB. Ou seja, quase 14 vezes o que é gasto por aluno do ensino fundamental. No ensino superior a média dos gastos públicos por aluno de países em desenvolvimento era de 95% de seu PIB *per capita* e, assim, bem mais baixa que a porcentagem mostrada pelo Brasil.

E mais: tomando as médias da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), um grupo de 30 países em que predominam os mais ricos do mundo, essas porcentagens eram de 19% no ensino fundamental e 44% no ensino superior. Portanto bem mais equilibradas que as dos países em desenvolvimento, particularmente o nosso.<sup>67</sup> (MACEDO, 2005)

De fato, o relatório *Education at a Glance*, da OCDE, publicado em 2006 com dados de 2004, aponta que enquanto países como os Estados Unidos investem anualmente US\$ 8,8 mil por aluno do ensino fundamental, o Brasil investe um valor médio de US\$ 1.159 por aluno do mesmo nível de ensino, valor mais alto apenas que o registrado na Turquia. Ainda de acordo com o mesmo relatório, o gasto médio brasileiro com cada aluno do ensino superior anualmente é de US\$ 9.019, próximo da média de US\$ 11 mil dos países da OCDE.

O desequilíbrio entre os investimentos na educação básica e na educação superior estimulou mobilizações recentes de educadores e governos para elevar o gasto com a educação básica.

Entendemos que é preciso diminuir a diferença entre os gastos com cada nível de ensino, ampliando o volume de recursos destinados à educação básica. Para nós, se por um lado há insuficiência de recursos financeiros disponíveis à MDE, por outro, há também desvios na destinação das verbas constitucionalmente vinculadas aos vários níveis de ensino, além de aplicação incorreta da legislação educacional vigente. Podemos constatar tal afirmação, no Estado de São Paulo, conforme Butarelo (2007, p. 118):

Analisando o último exercício em que todas as contas municipais já tinham recebido pareceres (2003), verifica-se que 230 municípios (35,71% dos municípios fiscalizados) tiveram as contas rejeitadas pelo TCESP; 34,34%, ou seja, 79 municípios receberam parecer desfavorável à aprovação das contas por motivo de aplicação irregular de recursos da educação.

Entendemos que a superação dos principais problemas de financiamento da educação no Brasil se dará com a ampliação dos recursos financeiros aplicados, de fato, na MDE. Tal ampliação poderá ocorrer, por um lado, com a correta aplicação do que já se tem

---

<sup>67</sup>Disponível em <<http://arquivoetc.blogspot.com/2005/09/roberto-macedo-na-usp-uma-greve-pelas.html>>. Acesso em 09 de jul de 2009

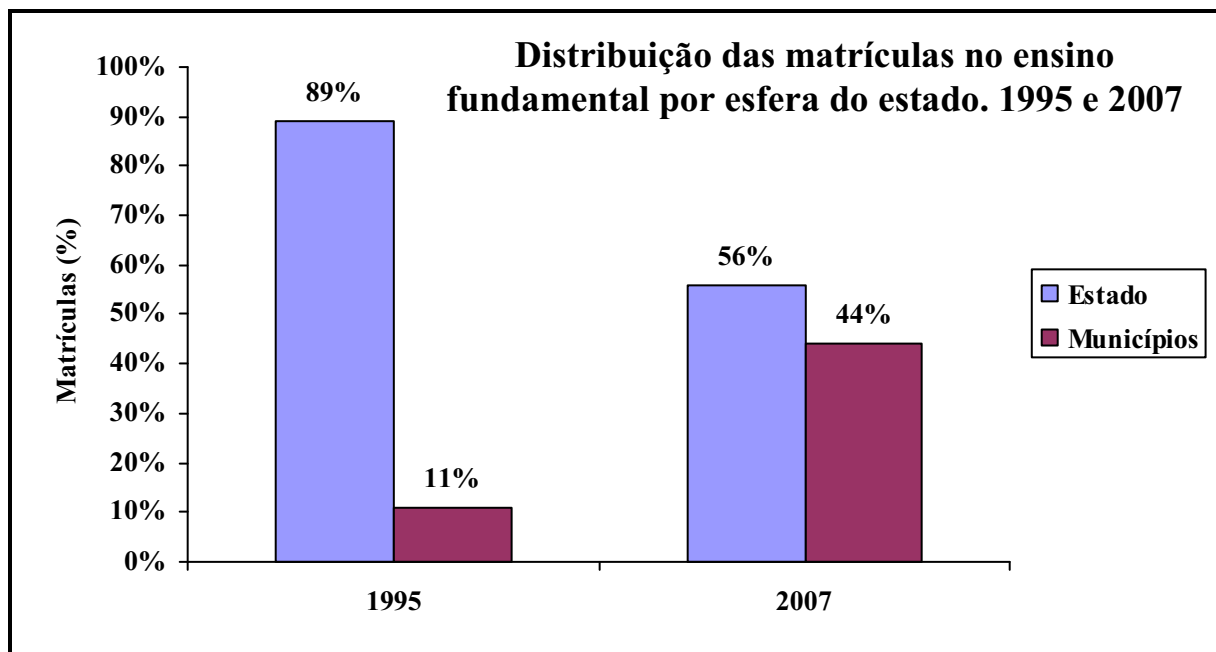


garantido pela Constituição Federal e por outro, com a ampliação do gasto público em MDE. Essas medidas deverão ser acompanhadas de planejamento que considere estudos sobre o CAQI de todos os níveis de ensino, mantendo o valor aplicado no nível de ensino que já esteja mais próximo do desejável e ampliando os demais até que se obtenha um equilíbrio entre eles. A partir de então, continuar ampliando o gasto público na MDE até atingir a superação do *déficit* acumulado e o percentual do PIB desejável.

No Estado de São Paulo, como vimos no mapa 1, em 1995, ano anterior ao de criação do FUNDEF, a rede estadual de ensino atendia a imensa maioria das matrículas do ensino fundamental público, enquanto que os municípios em geral estavam ausentes da oferta de vagas desse nível de ensino. Nos demais estados da federação, o processo de municipalização do ensino fundamental já estava mais avançado e o desequilíbrio na oferta das vagas comparado com a potencialidade de arrecadação dos entes federados era de outra ordem.

O gráfico 1 mostra como evoluiu o percentual de matrículas do ensino fundamental nas redes públicas oficiais do Estado de São Paulo antes e depois da implantação do FUNDEF.

**Gráfico 1 – Distribuição das matrículas no ensino fundamental por esfera do Estado. 1995 e 2007**



Fonte: Secretaria Estadual de Educação; censo do MEC 1995 e 2007. Elaborado pela autora (2009).

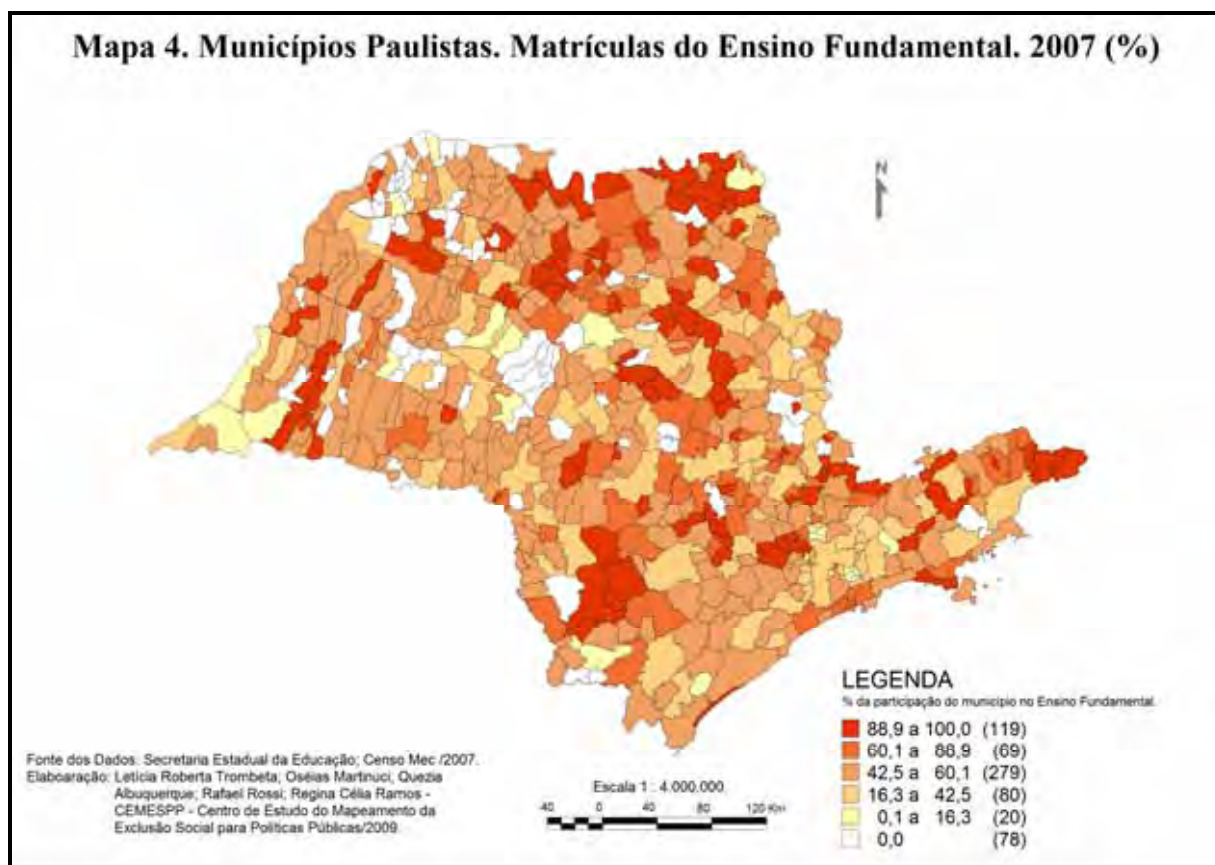
Em 1995, o percentual de matrículas do ensino fundamental público atendido na rede estadual de ensino era de 89,06% enquanto que, se somando todas as matrículas do ensino fundamental nas redes municipais, de todos os municípios do Estado de São Paulo, obtinha-se os 10,94% restantes. No ano de 2007, após ter vencido o prazo de vigência do FUNDEF, as responsabilidades das esferas governamentais, em relação às vagas para o ensino fundamental, estavam bem mais equilibradas. Havia 56% das matrículas do ensino fundamental público sob responsabilidade do estado e 44% distribuídas entre os 645 municípios. Maior responsabilidade dos municípios com o ensino fundamental só ocorreu porque o FUNDEF redistribuiu os recursos financeiros, destinados à MDE do ensino fundamental, proporcionalmente ao número de matrículas assumidas pela rede de ensino de cada esfera de governo.

Caso o município não assumisse matrículas do ensino fundamental, ficaria com parte significativa dos recursos oriundos de transferências da União ou do estado, retida no referido fundo. Esses recursos poderiam ser utilizados pelo estado ou por outro município que tivesse um número de alunos maior do que poderia manter com os recursos financeiros destinados à MDE que ficavam sob sua responsabilidade. Como os recursos do FUNDEF eram distribuídos proporcionalmente ao número de matrículas no ensino fundamental de cada rede - e estas se achavam equilibradas - os recursos financeiros para este nível de ensino também estavam equilibrados em 2007.

Além dos recursos do FUNDEF, os municípios contavam ainda com os 25% do ITR, do Imposto de Renda Retido na Fonte dos Servidores Públicos Municipais (IRRF-SM) e da cota parte municipal do IPVA, além dos 25% dos recursos próprios. Destes recursos, no mínimo 60% deveriam ser gastos com o ensino fundamental e os 40% restantes poderiam ser gastos com a educação infantil. Somavam-se a estes, os 10% das transferências intergovernamentais que não faziam parte do FUNDEF, podendo esses recursos serem aplicados também no ensino fundamental.

Consideramos que um equilíbrio no atendimento do ensino fundamental entre as redes municipais e a rede estadual é muito importante, pois somadas as matrículas da educação infantil, assumidas pelas redes municipais e as matrículas do ensino médio, de responsabilidade prioritária da rede estadual, teremos uma distribuição justa considerando que os recursos dos fundos são distribuídos proporcionalmente ao número de matrículas da educação básica.

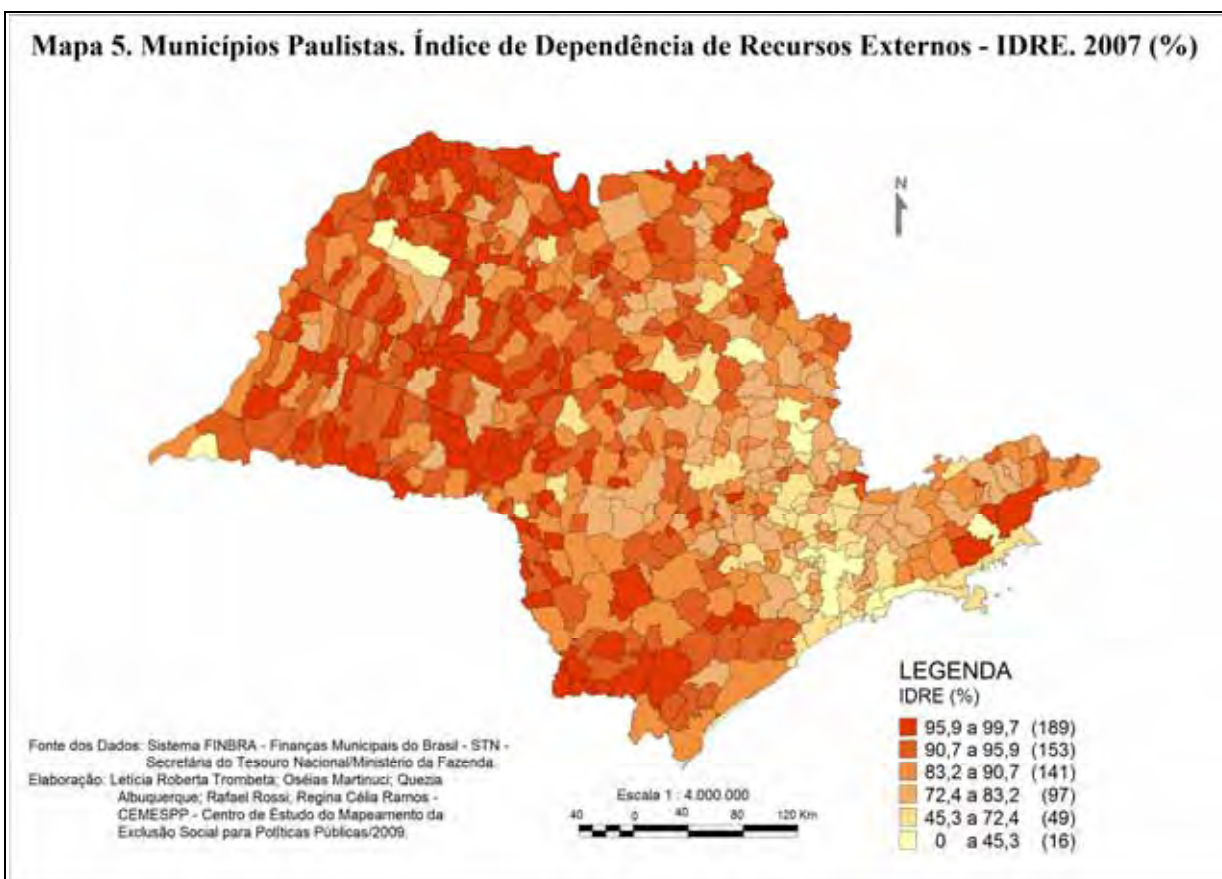
Visualizamos no mapa 4 como ficou a responsabilidade de cada um dos municípios do Estado de São Paulo com o ensino fundamental público no ano seguinte ao de término de vigência do FUNDEF.



Podemos observar que daqueles 553 municípios, em 1995, sem matrículas do ensino fundamental em suas redes de ensino, no ano de 2007, de 645 municípios, apenas 78 continuavam não oferecendo vagas nesse nível de ensino, invertendo assim o quadro da distribuição das matrículas do ensino Fundamental.

Na região administrativa de Presidente Prudente a participação da sociedade organizada nas discussões sobre a municipalização do ensino fundamental teve êxito quando evitou que os prefeitos assumissem um número excessivo de alunos. No mapa 4 observamos ainda que a grande maioria dos municípios do Estado de São Paulo atendia em 2007 mais da metade das matrículas do ensino fundamental nas redes públicas oficiais.

No mapa 5 podemos perceber que o IDRE dos municípios continua bastante alto, uma vez que em geral, não há novas políticas de ampliação da arrecadação de tributos pela esfera municipal do estado. Em nosso entendimento, essa arrecadação poderia ser ampliada com políticas de crescimento econômico local ou de reforma tributária que diminuísse a carga de tributos dos mais pobres e criasse mecanismos de compensação taxando as grandes riquezas, contrariamente ao que ocorre hoje, quando a classe trabalhadora é a que gasta um percentual maior de seus proventos com pagamento de tributos.



Comparando os mapas 4 e 5 (páginas 107 e 108) com os mapas 1 e 2 das páginas 88 e 89, podemos perceber que a política de financiamento da educação pública que instituiu o FUNDEF impulsionou os entes federados a uma redistribuição de responsabilidades com a manutenção e o desenvolvimento do ensino fundamental.

Retomando a afirmação de Negri (1995b, p. 14): “A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério é um passo importante para a implementação de uma política redistributiva, objetivando corrigir desigualdades regionais e sociais”, consideramos que, nesse sentido, o governo federal teve sucesso. Sem dúvida, a instituição do FUNDEF foi um passo importante para redistribuição das responsabilidades com o ensino fundamental público entre as esferas de governo. A política que instituiu o FUNDEF obrigou os municípios a assumirem matrículas do ensino fundamental para justificar a aplicação dos recursos financeiros destinados à MDE, que até então não se sabia de fato em que eram aplicados, uma vez que a imensa maioria dos municípios não oferecia vagas no ensino fundamental e atendia quantidade irrisória de matrículas na educação infantil.

Com o FUNDEF, ampliou-se o atendimento ao ensino fundamental. Entretanto, de acordo com a expressão de Negri, muitos outros passos serão necessários para que se efetive a tão desejada “correção das desigualdades regionais e sociais”. A superação dessas desigualdades passa pela valoração do custo-aluno-qualidade nacional e da utilização deste como parâmetro na definição do Piso Salarial Profissional Nacional. Passa ainda, pela construção de diretrizes nacionais para os Planos de Carreira dos profissionais do magistério, a partir de um Piso Salarial Profissional Nacional que valorize, de fato, os trabalhadores da Educação básica no país. É preciso que não se repita o que ocorreu com as diretrizes emanadas pelo CNE na Resolução 3/97, as quais não foram colocadas em prática pela maioria dos municípios, até hoje.

Se o FUNDEF não tivesse sido substituído por outro Fundo, seria muito preocupante o fato de a maioria dos municípios ter assumido um percentual alto de matrículas do ensino fundamental. Se isso ocorresse, o volume de recursos financeiros disponíveis à MDE em cada um dos municípios voltaria a ser aquele que havia antes da implantação do FUNDEF. Nesse caso, os recursos financeiros poderiam ser insuficientes para sustentar tantas matrículas. Como o FUNDEF foi substituído pelo FUNDEB e este tem prazo de vigência até 2021, até lá os recursos serão proporcionais ao número de matrículas em cada rede e dependerá do valor do custo-aluno do FUNDEB.

Com a implantação do FUNDEB, as matrículas na educação infantil passaram a contar para o cálculo do custo-aluno-ano, bem como para a transferência de recursos do fundo aos municípios. Por esse motivo, a partir de 2007, acontece uma ampliação também no atendimento à educação infantil e, nesse caso, o aumento do número de crianças atendidas, sem o correspondente acréscimo de recursos financeiros, poderia reduzir o valor do custo-aluno.

A substituição do FUNDEF pelo FUNDEB é parte da jornada rumo à superação das referidas desigualdades sociais e regionais, uma vez que inclui as matrículas da educação infantil e amplia o percentual de recursos financeiros do FUNDO. Porém, uma política de ampliação de atendimento à demanda de educação infantil precisa incluir fontes novas de recursos financeiros para o setor.

Uma análise dos dados fornecidos pela Assessoria de Comunicação Social do MEC<sup>68</sup> nos levou à conclusão de que, em nível nacional, de acordo com dados do censo do MEC de 2005, a previsão de ampliação do número de matrículas atendidas pelo FUNDEB em relação ao FUNDEF seria da ordem de 59,7%. Por outro lado, o aumento no volume de recursos vinculados à educação básica, com a transformação do FUNDEF em FUNDEB, seria de apenas 44,03%. No Estado de São Paulo a disparidade seria ainda maior do que na média geral do país. Enquanto as matrículas atendidas pelo FUNDEB cresceriam 82,7%, os recursos financeiros aumentariam apenas em 46,67%. Com estes dados, supúnhamos a possibilidade de queda no valor do custo-aluno do FUNDEB em relação ao do FUNDEF. Porém, os artigos 32 e 33 da Lei 11.494/07 garantiram a não redução do valor real do *per capita*.

**Art. 32.** O valor por aluno do ensino fundamental, no Fundo de cada Estado e do Distrito Federal, não poderá ser inferior ao efetivamente praticado em 2006, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, estabelecido pela Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996.

§ 1º Caso o valor por aluno do ensino fundamental, no Fundo de cada Estado e do Distrito Federal, no âmbito do Fundeb, resulte inferior ao valor por aluno do ensino fundamental, no Fundo de cada Estado e do Distrito Federal, no âmbito do Fundef, adotar-se-á este último exclusivamente para a distribuição dos recursos do ensino fundamental, mantendo-se as demais ponderações para as restantes etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica, na forma do regulamento.

§ 2º O valor por aluno do ensino fundamental a que se refere o caput deste artigo terá como parâmetro aquele efetivamente praticado em 2006, que será corrigido, anualmente, com base no Índice Nacional de Preços ao

---

<sup>68</sup> Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fundeb/quadro\_comparativo\_fundeb\_fundef.pdf>. Acesso em 09 de jul de 2009.

Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou índice equivalente que lhe venha a suceder, no período de 12 (doze) meses encerrados em junho do ano imediatamente anterior.

**Art. 33.** O valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente para o ensino fundamental no âmbito do Fundeb não poderá ser inferior ao mínimo fixado nacionalmente em 2006 no âmbito do Fundef. (BRASIL, 2007a)

A tabela 5 apresenta a evolução do custo-aluno-ano do FUNDEF no Estado de São Paulo. Esse era o valor repassado às duas esferas de governo que tinham matrículas nas, então, quatro séries iniciais do ensino fundamental. Para as matrículas das séries finais do mesmo nível de ensino e para as da educação especial, o valor era 5% maior. Para o ensino rural, era 2% maior que o valor do urbano.

**Tabela 5 - Evolução do custo/aluno/ano do FUNDEF no estado de São Paulo (em R\$) referente às séries iniciais do ensino fundamental.**

<b>Ano</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
<b>R\$</b>	657,41	780,07	888,03	999,91	1.152,95
<b>Atualizado em 12/2008</b>	<b>1.340,65</b>	<b>1.471,79</b>	<b>1.588,57</b>	<b>1.637,48</b>	<b>1.677,57</b>
<hr/>					
<b>Ano</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
<b>R\$</b>	1.248,16	1.435,30	1.627,42	1.820,40	1.837,39
<b>Atualizado em 12/2008</b>	<b>1.610,65</b>	<b>1.750,67</b>	<b>1.881,01</b>	<b>2.050,96</b>	<b>1.975,46</b>

Custo-aluno-ano referente às séries iniciais do ensino fundamental, sendo este o valor referencial para o cálculo do valor para as diversas etapas da educação básica. Valores atualizados pela autora usando o INPC (IBGE).(2009)

Fonte: Secretaria Estadual de Educação – São Paulo – Equipe FUNDEB – março de 2008.

A tabela 6, a seguir, apresenta os valores do custo-aluno do FUNDEF em 2006 atualizados pelo INPC (IBGE) aos valores de 2007 e de 2008, para efeito de comparação com o custo-aluno do FUNDEB nos dois primeiros anos de seu funcionamento.

Tabela 6 – Comparativo entre o *per capita* do FUNDEB de 2007 e 2008

<i>Per capita</i>	FUNDEF/2006 atualizado jun./2007*	FUNDEF/2006 atualizado jun./2008*	FUNDEB/2007 atualizado jun./2008*	FUNDEB 2008
Geral			1.934,30	2.101,15
Creche			1.547,44	
Creche t. integral (t.i)				2.311,26
Creche t. parcial (t.p)				1.680,92
Creche conveniada t.i				1.996,09
Creche conveniada t.p				1.680,92
Pré-escola			1.740,87	
Pré-escola t.i				2.416,32
Pré-escola t.p				1.891,03
Pré-escola conv. t.i				2.416,32
Pré-escola conv. t.p				1.891,03
Ens. Fund. 1 <sup>a</sup> /4 <sup>a</sup> urba.	1.871,98	2008,23	1.934,30	2.101,15
Ens. Fund. 1 <sup>a</sup> /4 <sup>a</sup> rural	1.909,42	2.048,39	2.031,02	2.206,21
Ens. Fund. 5 <sup>a</sup> /8 <sup>a</sup> urba.	1.965,58	2.108,64	2.127,73	2.311,23
Ens. Fund. 5 <sup>a</sup> /8 <sup>a</sup> rural	2.003,02	2.148,81	2.224,44	2.416,32
Ens. Fundamental t.i.			2.417,88	2.626,44
Ens. Médio urbano			2.321,16	2.521,38
Ens. Médio rural			2.542,74	2.626,44
Ens. Médio t.i.			2.514,74	2.731,49
Ens.Méd. t.i. ed. Prof.			2.514,59	2.731,49
Educ. especial	1.965,58	2.108,64	2.321,16	2.521,38
Edu. esp. conveniada				2.521,38
Educação indígena e quilombola			2.321,16	2.521,38
Educação Jovens e Adultos (EJA)			1.354,01	2.521,38
EJA c/ aval. no proc.				1.470,80
EJA (t.i ed. prof. nív. médio c/av. no proc)				1.470,80

\*A atualização de valores foi feita pela autora usando o INPC (IBGE).

Custo-aluno do FUNDEF 2006: R\$1.820,40 - Custo-aluno do FUNDEB 2007: R\$ 1.837,39

Fonte: Secretaria Estadual de Educação – Equipe FUNDEB – Fevereiro de 2009.



Na tabela 6, observamos que o valor real do custo-aluno do FUNDEB, em 2007 e 2008, não sofreu queda em relação ao do FUNDEF do ano de 2006, atualizado para junho do ano anterior, como determina artigos 32 e 33 da Lei 11.494/07.

Com esse capítulo procuramos organizar os elementos que possam contribuir para uma análise das conjunturas política e educacional, no período de discussão, criação e implantação do FUNDEF. Reservamos para o capítulo 4, as responsabilidades colocadas aos municípios a partir do pacto federativo estabelecido pela Constituição Federal de 1988, seus limites e suas potencialidades em relação ao financiamento da manutenção e do desenvolvimento do ensino público oficial.

Ela então percebeu que quando o padrão é o Estado, as reivindicações apresentadas pelo sindicato esbarram nos limites orçamentários do setor público. Recursos finitos têm que ser distribuídos entre diversos agentes. Forçosamente se definem prioridades. E lá estavam eles! Enfileirados em inúmeras colunas do Orçamento Público. Seus queridos números. Não eram tabelas frias, pouco atrativas, lançadas em velhos exemplares do Diário Oficial empoeirando em alguma repartição pública. Não! Ao menos para ela. Eles revelavam a essência da política. Eles contavam histórias. Através deles se podia comparar o que diziam os governantes e o que eles faziam. Ah! Se todos pudessem ver o que ela via! Perceber o que ela percebia!

#### 4 OS MUNICÍPIOS E A EDUCAÇÃO: FINANCIAMENTO E RESPONSABILIDADES<sup>69</sup>

O maior desafio da educação hoje está no nível municipal, ainda que se possa dizer que toda a educação no país seja desafio ingente. É preciso olhar com absoluto carinho para a Educação Municipal, porque é aí que começa o drama de nossa cidadania coletiva.  
Pedro Demo in Souza e Faria (2003, p.15)

Pedro Demo apresenta Souza e Faria (2003) e o faz chamando a atenção do leitor para os desafios a serem enfrentados por quem pretende refletir sobre educação no espaço “onde tudo começa ou jamais começa”: o Município. O texto organizado por Donaldo Bello de Souza e Lia Ciomar Macedo de Faria é base teórica e prática imprescindível ao trabalho investigativo sobre o tema. Trata-se de uma obra que analisa criticamente a LDB/96 e sua regulamentação, tendo em vista os impactos nos sistemas públicos municipais de educação. Produto de um grande projeto de pesquisa<sup>70</sup> voltado para a Educação Municipal, o livro foi organizado em torno de dois focos principais da educação: de um lado, financiamento e gestão, de outro, níveis e modalidades de ensino. Ali encontramos acúmulo de conhecimento, teórico e prático, de fundamental importância aos nossos estudos sobre as potencialidades do município e as responsabilidades pertinentes a esta esfera do poder público.

Na apresentação do texto acima referido, Pedro Demo afirma que:

Nossa tradição centralizadora não tem costume de colocar o Município no centro da Federação. À medida que os municípios se multiplicam não cresce a condição de autonomia de cada um deles. Ao contrário, parece aumentar a

<sup>69</sup>Este capítulo é resultado do estudo conjunto realizado com a pesquisadora Maria Solange Caravina. Uma versão análoga a esta se encontra inserida na dissertação de Caravina (2009), que tem como título: Impacto da Municipalização do Ensino Fundamental Público sobre as Condições de Trabalho dos Professores do Município de Presidente Prudente-SP. A elaboração do texto a partir de estudo conjunto, foi sugerida pelos membros da Banca de Exame de Qualificação, composta pelos professores: Dr. Carlos Roberto Jamil Cury, Dr. Everaldo dos Santos Melazzo e Dr. Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi.

<sup>70</sup>Desenvolvido pelo então Núcleo de Projetos Especiais da Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Nupe-Uerj) – logo a seguir reestruturado de modo a constituir-se no atual Núcleo de Estudos em Políticas de Educação (Nuepe) –, pesquisa intitulada *Mapa Estadual das Reformas Educacionais Pós-LDB nº 9.394/96: leituras, posicionamentos e ações das secretarias Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (2001-2004)* (SOUZA; FÁRIA, 2002). Sobre a temática do controle social da educação, entre os produtos da pesquisa desenvolvida pelo Nuepe, encontramos: Souza; Ometo, et al., (2006) e Souza; Calderón et al., (2008), obras que surgem para responder às necessidades daqueles que se aventuram a intervir na realidade local de forma democrática através da participação nos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF e nos Conselhos Municipais de Educação.

dependência de instâncias externas, o que torna os Municípios, em boa parte, ficção federativa. (SOUZA; FARIA, 2003, p. 15)

Para Demo, os gastos em Educação representam um ralo enorme de corrupção e o controle dos gastos em educação é ponto de honra. Segundo o autor, “um dos resultados mais fundamentais da educação de qualidade é capacitar a população para o controle democrático. É preciso fomentar isso de maneira ostensiva.” (SOUZA; FARIA, 2003, p. 16). Diante da proposta apresentada pelo autor, cabem-nos os seguintes questionamentos: Quais instrumentos os cidadãos precisam ter em mãos para efetuar o controle da correta aplicação dos recursos destinados à MDE? Como cobrar do Estado a responsabilidade por essa gestão inadequada que permite o desperdício de recursos através da corrupção?

Ao fazermos referência às responsabilidades do Estado em relação à educação muitas vezes nos remetemos às responsabilidades da esfera Federal. Sendo assim, deixamos de levar em consideração que as demais esferas do estado também têm incumbências bem definidas pela Constituição Federal vigente, uma vez que esta, em seu artigo 1º, determina que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

Conforme o inciso XXIV do art. 22 da Constituição Federal de 1988, a educação organiza-se a partir de diretrizes e bases nacionais elaboradas pela União. Os princípios nacionais do ensino e os deveres do Estado para com a Educação estão explicitados, respectivamente, nos seus artigos 206 e 208. Além destes, o art. 214 delega ao MEC a responsabilidade de conduzir a elaboração e implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), o que define em lei a responsabilidade da União como coordenadora da organização educacional no país. Em consonância com a Carta Magna e a regulamentação de seus dispositivos legais pela LDB/96, as Constituições estaduais e as Leis Orgânicas municipais definem as responsabilidades das outras duas esferas de governo.

Podemos observar na legislação educacional que há uma relação de colaboração entre as esferas de governo, que tem origem no modo como é estabelecido o pacto federativo brasileiro.

Em Cury (2006) encontramos a descrição do processo histórico que culminou com a opção pelo federalismo cooperativo como forma de organização do Estado Brasileiro. Quando conceitua federalismo, Cury (2006, p. 114) aponta que:

Uma federação é a *união de membros federados*, que formam uma só entidade soberana: o Estado. Ou seja, no caso do Brasil, é o que

denominamos de União. No regime federal, só há um Estado Soberano, com unidades federadas subnacionais (Estados). Estas gozam de autonomia, cuja relatividade se dá dentro dos limites jurisdicionais atribuídos e especificados. Daí que tais subunidades não são nem nações independentes, nem unidades somente administrativas.

Para o autor, as incumbências que o regime federado impõe aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, exercem influências na elaboração de políticas educacionais. Estas estão submetidas a todas as competências e limitações definidas na Constituição Federal. Os sistemas de educação são municipais, estaduais ou distrital, devendo estruturar-se de maneira articulada sob a coordenação da União. O Plano Nacional da Educação (PNE) e a LDB são partes dessa estruturação. Segundo Cury (2006), o alcance das políticas públicas torna-se minimizado caso não haja um consórcio articulado e compromissado e um regime fiscal que atenda de fato ao pacto federativo.

A estratégia de construção da política de financiamento da educação que instituiu o FUNDEF “revela a possibilidade” de articulação estruturada no pacto federativo brasileiro. O mecanismo de colaboração entre as esferas de governo elaborado com esse Fundo mostrou que é possível o estabelecimento de uma cooperação intergovernamental financeira de recorte federativo, uma vez que o FUNDEF estabeleceu um vínculo entre encargos e receitas fiscais, e garantiu a efetiva transferência dos recursos entre os entes federados. (ARRETCHE, 2004). Como reforça Cury (2006, p. 127): “A experiência do Fundef, com seus avanços e limites, revela a possibilidade de um pacto federativo com um desenho de fato cooperativo e uma descentralização harmônica.”

Para uma análise dos impactos do FUNDEF e da municipalização do ensino fundamental na estruturação das redes municipais e nas condições de trabalho dos professores, buscamos por uma visão geral sobre os desafios dos municípios brasileiros pela via da gestão municipal em Melazzo; Sposito (2009). Estes autores procuram alinhar idéias sobre as questões que atravessam o debate sobre os desafios municipais hoje no Brasil, considerando, de um lado, o estágio das relações entre os entes federados e, de outro, a diversidade de situações “locais/municipais”.

Os autores explicitam as complexidades das ações no nível “local/municipal” em suas dimensões técnicas, políticas e administrativas como pontos de partida para o enfrentamento dos problemas do planejamento e da gestão municipal, tendo como referência dois fatores que concorrem para o caráter ainda periférico da questão “local/municipal” na agenda pública brasileira. O primeiro fator é consequência da tardia construção do próprio

sentido da federação no Brasil, enquanto forma de organização política e territorial do estado brasileiro. O segundo tem a ver com a diversidade regional, que dificulta “olhares simplistas e homogeneizadores sobre realidades tão díspares, tanto em relação à situação e posição geográfica dos municípios, quanto em relação à complexidade das relações socioeconômicas”. (MELAZZO; SPOSITO, p. 2)

Para compreender a complexidade dos desafios colocados ao município no que se refere às suas responsabilidades em relação ao financiamento da educação, além do estudo conjunto<sup>71</sup> do referencial teórico acadêmico, nos apoiamos também na experiência por nós acumulada em virtude de nossa participação nos espaços democráticos de discussão sobre a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo. Esta participação era uma das incumbências de nossas funções enquanto dirigentes do movimento sindical. Esse movimento, desde os anos 1990, caracterizou-se por intervir de maneira sistemática e qualificada nos fóruns de discussão das propostas de municipalização do ensino fundamental, tendo como preocupação a avaliação dos seus prováveis efeitos na qualidade da educação pública, diante da perspectiva de transferência, para o município, da responsabilidade pelo ensino fundamental.

Em virtude da implantação do FUNDEF, a APEOESP investiu na construção de instrumentos que subsidiassem o acompanhamento e o controle social dos recursos desse Fundo, através da elaboração de materiais e apresentação do conhecimento acumulado tanto em eventos promovidos pelo próprio sindicato, quanto em eventos de caráter educacional promovidos por outras entidades. Entre os eventos promovidos pela APEOESP, no ano de 1998, destacamos duas oficinas cujo tema era Financiamento do Ensino Público Municipal. Estas contribuíram de maneira significativa para a compreensão das responsabilidades do Município, enquanto ente federado, em relação à manutenção e o desenvolvimento do ensino.

A primeira oficina<sup>72</sup> foi realizada em julho de 1998, na cidade de São Paulo, promovida pela Direção Estadual da APEOESP, organizada pelo GAT-Estadual e coordenada pelo assessor Guerino Zago Júnior, tendo como participantes lideranças sindicais dos professores oriundos das diversas regiões do Estado.<sup>73</sup> A segunda oficina foi realizada em Presidente Prudente, promovida pela Subsede da APEOESP local, organizada pelo GAT-Regional. Esta oficina contou com a presença do então membro do Conselho Nacional de

---

<sup>71</sup> Como explicitado na Introdução, este estudo foi realizado pelas autoras Regina Célia Ramos e Maria Solange Caravina.

<sup>72</sup> Denominada oficina estadual.

<sup>73</sup> A Diretora Estadual de Organização da APEOESP era a professora Regina Célia Ramos.

Educação, professor João Monlevade na coordenação dos trabalhos de avaliação do FUNDEF e de análise das possibilidades de construção do FUNDEB, o que já era discutido como proposta da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). Além das lideranças sindicais, participaram da oficina: representantes de prefeituras dos municípios da região, membros de Conselhos Municipais de Educação e membros dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF <sup>74</sup>.

Na oficina estadual, tendo em vista as novas responsabilidades atribuídas ao município em virtude da recente alteração na Constituição Federal, da promulgação da LDB/96 e da Lei nº 9424/96 de regulamentação da EC nº14/96, Zago Júnior apresentou elementos para uma visão geral sobre as finanças do município. Os elementos incluíam a organização tributária definida pelo pacto federativo brasileiro, destacando as transferências intergovernamentais recebidas pelo município, bem como os impostos municipais e a vinculação de ambos com a MDE.

Em continuidade, Zago Júnior, propôs que os participantes, utilizando informações sobre as receitas e despesas dos seus municípios de origem, realizassem a análise das características específicas dos mesmos, com a finalidade de avaliar os limites e as potencialidades de cada município e de verificar se os recursos destinados à educação estavam sendo aplicados em conformidade com a legislação. Os dados necessários para essa análise constam do Balanço Geral Anual do Município, que é publicado no primeiro semestre do ano trazendo informações sobre tudo o que foi efetivamente realizado no ano anterior, tanto em termos de receitas quanto de despesas. Antes mesmo da publicação desse documento, é possível obter na prefeitura, ou na Câmara de Vereadores, o Balancete de receitas e o de despesas. Estes são enviados para o legislativo mensalmente e trazem os valores de cada mês e o acumulado no ano até aquele mês. Sendo assim, os balancetes de dezembro podem servir como fonte para a visão geral sobre as finanças do município.

O balancete de dezembro de cada ano é um dos primeiros instrumentos necessários para que os cidadãos interessados possam investigar as potencialidades do município e acompanhar as receitas e despesas, inclusive com a educação. O acesso a tal documento deveria ser democraticamente assegurado se não vivêssemos em um país com uma tradição autoritária tão arraigada, onde os agentes políticos dificultam esse exercício de cidadania. Esse direito é assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de acordo com o § 3.º do art. 31: “As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias,

---

<sup>74</sup> Neste texto usaremos de forma simplificada a denominação Conselho do FUNDEF.

anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade nos termos da lei.”

De posse do documento, o próximo passo consiste em selecionar as principais fontes de receita do município. Como sabemos, um município é mantido pelos impostos que arrecada e por transferências oriundas da União e do Estado. Os principais impostos arrecadados no próprio município são o IPTU e o ISS. Da União o município recebe a Cota-Parte do FPM e a Cota-Parte IPI-Exportação. O Estado repassa aos municípios 25% da arrecadação do ICMS, de acordo com determinados parâmetros dispostos na legislação de cada estado e 50% do IPVA. Existem outros impostos e transferências, mas de magnitude muito inferior.

Para atender o objetivo de fazer um diagnóstico inicial da capacidade financeira do município é suficiente nos concentrarmos nos impostos e nas transferências principais. Para delinear as possibilidades do atendimento de um município, não devemos nos ater a recursos que podem variar sobremaneira. É mais prudente focalizarmos aquelas fontes de recursos que tem uma regularidade razoável. Mais importante, não podemos, de maneira alguma, utilizar o total do Balanço Geral do município. Ali estão incluídas receitas de capital (empréstimos, por exemplo) e taxas sobre serviços sobre as quais não incide a obrigatoriedade de aplicação em educação.

Naquela oficina promovida pelo GAT-Estadual, Zago Júnior., alertava os participantes para os cuidados no momento da fiscalização sobre a aplicação dos recursos destinados à MDE, quando o trabalho deveria ser feito de forma mais rigorosa, incluindo outros impostos e até mesmo a Receita da Dívida Ativa.

É muito comum o uso do Orçamento para o ano em vez do Balanço ou do Balancete no mês de dezembro. Todo cuidado é pouco nesse caso, pois os números indicados num Orçamento são uma estimativa de arrecadação que, como tal, pode incorrer em erros. Nossa experiência indica que só devemos fazer afirmações a partir de Orçamentos se conhecermos muito bem o comportamento dos recursos do município nos últimos anos.

Outro cuidado importante é com relação aos códigos que designam as receitas e despesas nos demonstrativos financeiros. Como a elaboração dos Orçamentos e Balanços públicos é regulamentada pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, tais códigos encontram-se explicitados na referida Lei. Os códigos que acompanham cada item deveriam ser de imensa ajuda, pois são os mesmos para qualquer município. Deveriam, mas não podemos nos apoiar cegamente neles, pois ocorrem muitos erros na elaboração desses documentos.

Por ocasião dos debates iniciais sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 233/95<sup>75</sup>, havia sido construída pela assessoria da APEOESP, uma planilha para ser usada nos debates sobre as conseqüências da implantação do Fundo proposto. Na planilha havia espaço para os dados financeiros e educacionais do município referentes ao ano de 1995. A partir dos mesmos, a planilha produzia uma análise detalhada das potencialidades - financeira e educacional - do município, apresentando também uma simulação sobre o total de matrículas, por modalidade de ensino, que o município poderia atender com os recursos destinados à MDE, que ficavam sob sua responsabilidade, antes e depois da criação do Fundo proposto pela PEC nº 233/95. Na análise produzida destacamos três informações importantes:

- ⇒ receita constituída pelos principais impostos municipais e transferências intergovernamentais;
- ⇒ Índice de Dependência dos Recursos Externos (IDRE)<sup>76</sup>;
- ⇒ número de matrículas do ensino fundamental que multiplicado pelo valor do custo-aluno-ano seria igual ao total de recursos retidos no Fundo.

É importante destacar que, naquela época, não se sabia o que aconteceria após os 10 anos de funcionamento do FUNDEF. Os cálculos da assessoria sindical subsidiavam os argumentos dos representantes do sindicato sobre as conseqüências negativas da provável municipalização de um número excessivo de alunos. Como o cálculo do repasse do Fundo seria feito a partir do número de alunos matriculados no ensino fundamental, a tendência era de que os prefeitos assumissem o maior número possível de matrículas deste nível de ensino com a finalidade de obter “lucro” financeiro, ou seja, um valor maior do que aquele que ficou retido no FUNDEF. Neste caso, se após dez anos o FUNDEF deixasse de existir, e não surgisse um outro fundo, o município deixaria de receber o tal “lucro” e continuaria com o mesmo número de alunos, que teriam um custo maior do que os recursos disponíveis. Diante dessa possibilidade os representantes do sindicato recomendavam que os prefeitos não ultrapassassem o número máximo calculado nessa planilha.

A preocupação da assessoria sindical era de que nos debates com a sociedade, os representantes do sindicato apoiassem seus argumentos não apenas nos interesses corporativos, mas nos limites e possibilidades reais constatados em cada município, a partir da análise feita na planilha. Para ilustrar o potencial de análise da mesma, no próximo capítulo, será apresentada a simulação feita com os dados referentes ao município de Pirapozinho e a

<sup>75</sup> A PEC nº 233/95 foi aprovada e deu origem à EC nº 14/96, criando o FUNDEF

<sup>76</sup> O IDRE era calculado dividindo-se a soma das transferências (ICMS, FPM e IPVA) pelo total das receitas (IPTU, ISS, ICMS, FPM e IPVA), representando o grau de dependência do município em relação aos recursos oriundos das outras esferas de governos.



avaliação das potencialidades desse município, tendo como base o ano de 1995, ano anterior ao da promulgação da legislação que instituiu o FUNDEF.

A partir das simulações fornecidas pelas planilhas, a população conheceria os limites e possibilidades do município em relação ao ensino. Caso o prefeito optasse por não respeitar esses limites assumindo um número elevado de matrículas do ensino fundamental, a educação no município poderia ser prejudicada.

Além de conhecer as potencialidades do município, antes de optar pela criação ou ampliação da rede com matrículas do ensino fundamental, os agentes políticos locais precisavam refletir sobre as responsabilidades que a legislação definia em relação à valorização do magistério. A Lei 9.424/96 exigia em seu artigo 9º que, no prazo de seis meses, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios elaborassem novos Planos de Carreira e Remuneração do Magistério assegurando: a remuneração condigna dos professores do ensino fundamental público, em efetivo exercício no magistério, o estímulo ao trabalho em sala de aula e a melhoria da qualidade do ensino. A mesma lei estabeleceu, em seu artigo 10, que caberia ao CNE fixar diretrizes para os novos Planos de Carreira e Remuneração do Magistério.

O dispositivo legal que fixou essas diretrizes foi a Resolução nº 3 do CNE, de 8 de outubro de 1997, que em seu artigo 7º estabelecia uma relação direta entre o custo-aluno de uma rede e o salário médio mensal pago aos docentes.

**Art. 7º.** A remuneração dos docentes do ensino fundamental deverá ser definida em uma escala cujo ponto médio terá como referência o custo médio aluno-ano de cada sistema estadual ou municipal e considerando que:

**I** - o custo médio aluno-ano será calculado com base nos recursos que integram o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, aos quais é adicionado o equivalente a 15% (quinze por cento) dos demais impostos, tudo dividido pelo número de alunos do ensino fundamental regular dos respectivos sistemas;

**II** - o ponto médio da escala salarial corresponderá à média aritmética entre a menor e a maior remuneração possível dentro da carreira;

**III** - a remuneração média mensal dos docentes será equivalente ao custo médio aluno-ano, para uma função de 20 (vinte) horas de aula e 05 (cinco) horas de atividades, para uma relação média de 25 alunos por professor, no sistema de ensino;

**IV** - jornada maior ou menor que a definida no inciso III, ou a vigência de uma relação aluno/professor diferente da mencionada no referido inciso, implicará diferenciação para mais ou para menos no fator de equivalência entre custo médio aluno-ano e o ponto médio da escala de remuneração mensal dos docentes;

V - a remuneração dos docentes do ensino fundamental, estabelecida na forma deste artigo, constituirá referência para a remuneração dos professores da educação infantil e do ensino médio. (BRASIL, 1997)<sup>77</sup>

Com base neste Parecer era possível estimar a relação entre o custo-aluno e o salário médio dos professores considerando que uma classe das séries iniciais do ensino fundamental deveria ter 25 alunos e que para trabalhar nessa sala era necessário um único professor. Sabíamos que as salas tinham um número maior de alunos, o que traria mais dinheiro para o salário do professor, mas sabíamos também que haveria necessidade de contratação de professores substitutos em caso de licença de docentes, o que anulava os recursos extras.

Para saber qual o valor que retornaria do FUNDEF, referente a uma classe, deveríamos multiplicar o valor do custo-aluno por 25, portanto, em um ano o município teria recebido o total de 25 x custo-aluno. Considerando que, de acordo com a legislação<sup>78</sup>, 60% (0,6) desses recursos deveriam ser gastos com o salário do professor, teríamos ao final do ano 0,6 x 25 x custo-aluno para pagar os salários dos 12 meses de trabalho, o décimo terceiro salário e mais um terço do salário por causa das férias, ou seja, aproximadamente 13,33 salários mensais do professor. Para saber o potencial valor do salário médio mensal, bastava dividir 0,6 x 25 x custo-aluno por 13,33. O salário mensal médio de um professor responsável por uma sala de série inicial do ensino fundamental seria de, aproximadamente, 1,1 x custo-aluno. Portanto o salário médio mensal de um professor poderia ser 10% maior que o valor do custo-aluno da rede em que esse professor trabalhasse. No processo de elaboração do Plano de Carreira, seria razoável que o valor médio do salário dos professores fosse equivalente ao valor do custo-aluno.

A partir desses cálculos começaria a discussão entre os profissionais do magistério e os agentes políticos ligados ao executivo e ao legislativo dos municípios sobre a estrutura que teria o Plano de Carreira e qual deveria ser o Piso Salarial da categoria. Quanto mais ampla fosse a carreira, ou seja, quanto maior fosse a diferença entre o salário de um professor iniciante e daquele que estivesse para se aposentar, maior seria a diferença entre o salário médio e o piso. É importante destacar que naquela época, as discussões sobre o Piso

---

<sup>77</sup> Publicada no Diário Oficial de 13/10/97 - Seção 1 - p. 22987, disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0397.pdf>>. Acesso em 10 de julho de 2009. Esta resolução tornou-se extemporânea em 2006 e no DOU de 29 /05/2009, Seção 1, p. 41 e 42 foi publicado no DOU a Resolução Nº 2 da CEB/CNE de 28 de maio de 2009, disponível em: <[http://lce.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao\\_cne\\_ceb002\\_2009.pdf](http://lce.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002_2009.pdf)>. Acesso em 10 de jul/2009.

<sup>78</sup> § 5º do Artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, alterado pela EC nº 14/96.

Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério, apesar de acontecerem intensamente nas instâncias das entidades filiadas à CNTE, ainda não haviam evoluído para a definição do referido piso em lei.

Somente em 16 de julho de 2008, foi sancionada a Lei Federal nº 11.738, que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para todos os profissionais do magistério público da educação básica. Essa Lei foi sancionada após muitos anos de luta e ações organizadas pelas entidades representativas dos profissionais do magistério. O novo piso é de R\$ 950,00 para uma jornada de até 40 horas semanais e, portanto, nenhum ente da federação pode pagar um salário base abaixo desse valor. Tampouco poderão contabilizar abonos e gratificações para atingir o valor de R\$ 950,00. A mesma Lei também determina que o professor dedique, no mínimo, um terço da jornada à atividades extraclasse.

Todos os entes federados devem implantar ou adequar os Planos de Carreira dos Profissionais do Magistério à luz da Lei do PSPN, até 31 de dezembro de 2009. Esses Planos de Carreira deverão ser elaborados a partir das Diretrizes Nacionais para a Carreira do Magistério emanadas do Conselho Nacional de Educação (CNE)<sup>79</sup>. Este é o desafio posto aos gestores municipais e aos cidadãos compromissados com uma educação de qualidade: desenvolver novos instrumentos de análise e avaliação das potencialidades dos sistemas municipais de educação diante da nova legislação.

Portanto, aqui foi apresentado um quadro das potencialidades dos municípios, no que se refere ao atendimento educacional no ensino fundamental. Esse quadro embasou a análise pormenorizada do município de Pirapozinho quanto a essas potencialidades e quanto ao impacto do FUNDEF na estruturação da Rede Municipal de Ensino nesse município.

Na Proposta Orçamentária o governante definia suas prioridades reais. Nem sempre eram as mesmas referidas em seus discursos. Os representantes do povo podiam, dentro de limites bem rígidos, fazer alterações. Surgia o Orçamento. Mas a história não acabava aí. Um ano depois, no Balanço Geral do Estado, seus amigos, os números, revelavam o que tinha sido cumprido. O que de fato tinha acontecido.

Armada desse conhecimento ela foi para a arena política. Elegeu-se vereadora de sua cidade natal, o município de Pirapozinho – SP.

---

<sup>79</sup> Em 2 de abril de 2009, foi aprovado, na Câmara e Educação Básica do CNE, o Parecer CNE/CEB nº 9/2009, que trata da revisão da Resolução CNE/CEB nº 3/ 97 e que apresenta projeto de Resolução que fixa Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, em conformidade com o art. 6º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e com base nos artigos 206 e 211 da Constituição Federal, nos artigos 8º, §1º e 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no artigo 40 da Lei 11.494, de 20 de junho de 2007.

## 5 O MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO – SP: POTENCIALIDADES, LIMITES E RESPONSABILIDADE COM A EDUCAÇÃO

Seja no debate das reivindicações salariais do magistério, seja na discussão sobre o financiamento do ensino público, dois argumentos são repetidos à exaustão.

De parte do governo ouvimos sempre o registro de que a arrecadação de impostos vem caindo, fruto da crise econômica e das medidas recessivas adotadas pelo governo federal. Ao mesmo tempo, diversos atores sociais marcam sua presença no debate, com o argumento de que recursos para a escola pública existem e seriam até suficientes, mas são desperdiçados ou mal aplicados. (ZAGO JÚNIOR, 1998, p.348)

Em sua participação no I Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, Guerino Zago Júnior discorreu sobre o tema: “Salários *versus* Verbas: o Caso do Magistério Paulista”. Na ocasião, o então assessor sindical da APEOESP apresentou os motivos que levaram muitos setores da sociedade à compreensão de que a necessidade de um ensino público universal, além de um direito fundamental e instrumento para a permanente construção da cidadania, é também pré-condição para a superação dos entraves ao desenvolvimento do país. Entre esses motivos, o palestrante citou a constatação de que só a escola, pode desenvolver a capacidade exigida dos cidadãos que vivem momentos de profundas transformações na economia mundial. Nas palavras de Zago:

Tais constatações, ao lado da observação da experiência de países que, com pesados investimentos, reverteram a situação de seu ensino com evidentes reflexos no seu desenvolvimento (Japão, Coréia, Itália) trouxeram a situação da escola pública brasileira para o centro das atenções. Tema antes restrito aos educadores, que no máximo atingia o público-alvo, a educação passa a ser pensada como fator estratégico. (ZAGO JÚNIOR, 1998, p.347)

Preocupados com essa importância estratégica dos investimentos em educação básica e, sabendo que os anos iniciais do ensino fundamental estão majoritariamente sob a responsabilidade da esfera municipal do estado, fizemos um estudo detalhado das potencialidades financeiras do município de Pirapozinho, apresentado a seguir.

O mapa 6 apresenta os 53 municípios da RA de Presidente Prudente e nele se destaca o município de Pirapozinho-SP entre aqueles que fazem parte do Pontal do Paranapanema.



Para avaliar a riqueza e a qualidade de vida da população de Pirapozinho, buscamos os resultados apontados pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS). O IPRS é composto de três dimensões básicas na análise da evolução das condições de vida dos 645 municípios do Estado de São Paulo. São elas: renda, escolaridade e longevidade. A metodologia usada pela Fundação Seade para o cálculo do IPRS permite realizar o *ranking* dos resultados para cada uma destas três dimensões. Permite ainda:

- ⇒ resumir, através de um tratamento estatístico, estas três dimensões em um único indicador : o IPRS;
- ⇒ organizar este indicador em cinco grupos que comparam os indicadores sociais (educação e longevidade) com o econômico (renda);
- ⇒ comparar o resultado de um determinado município com a sua Região Administrativa (RA) e
- ⇒ comparar o resultado de cada município com o resultado médio do Estado.

Os indicadores do IPRS sintetizam a situação de cada município no que diz respeito à riqueza, escolaridade e longevidade, e quando combinados geram uma tipologia

que classifica os municípios do Estado de São Paulo em cinco grupos, conforme as características descritas a seguir<sup>80</sup>.

De acordo com os parâmetros do IPRS de 2006, o indicador de riqueza é Baixo até 42 e Alto com escore de 43 e mais; o de longevidade é Baixo até 68, Médio de 69 a 72 e Alto de 73 e mais; e o de escolaridade, Baixo até 53, Médio de 54 a 57 e Alto de 58 e mais.

No grupo 1 encontram-se os municípios que se caracterizam por um nível elevado de riqueza com bons níveis nos indicadores sociais. No grupo 2, estão os Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não são capazes de atingir bons indicadores sociais. No grupo 3 ficam os municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores sociais. No grupo 4, os municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade. No grupo 5, os municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza como nos indicadores sociais.

A partir dos indicadores referentes ao ano de 2002, houve alterações metodológicas de cálculo. Para manter a comparabilidade, os indicadores do ano 2000 foram refeitos. Portanto, somente estão disponíveis dados a partir de 2000, pois as edições anteriores (anos de 1992 e 1997) não são comparáveis, em razão das alterações metodológicas de cálculo. Para o indicador de longevidade manteve-se a mesma metodologia utilizada nas edições anteriores do IPRS.

Na versão divulgada em março de 2009, com dados de 2006, constata-se que aumentou o número de municípios pertencentes ao Grupo 5 (composto por localidades tradicionalmente pobres, com baixos níveis de riqueza, longevidade e escolaridade) nas regiões de Bauru, Campinas, Central, Marília, Presidente Prudente, Registro e Ribeirão Preto. Nas regiões de Barretos, Franca, São José dos Campos e RMSP esse grupo diminuiu.

---

<sup>80</sup> A metodologia completa pode ser encontrada em:  
<<http://www.seade.gov.br/projetos/iprs/ajuda/metodologia.pdf>>. Acesso em 10 de agosto de 2009.

**Gráfico 2 - Evolução do Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS do município de Pirapozinho-SP. 2000 – 2006**

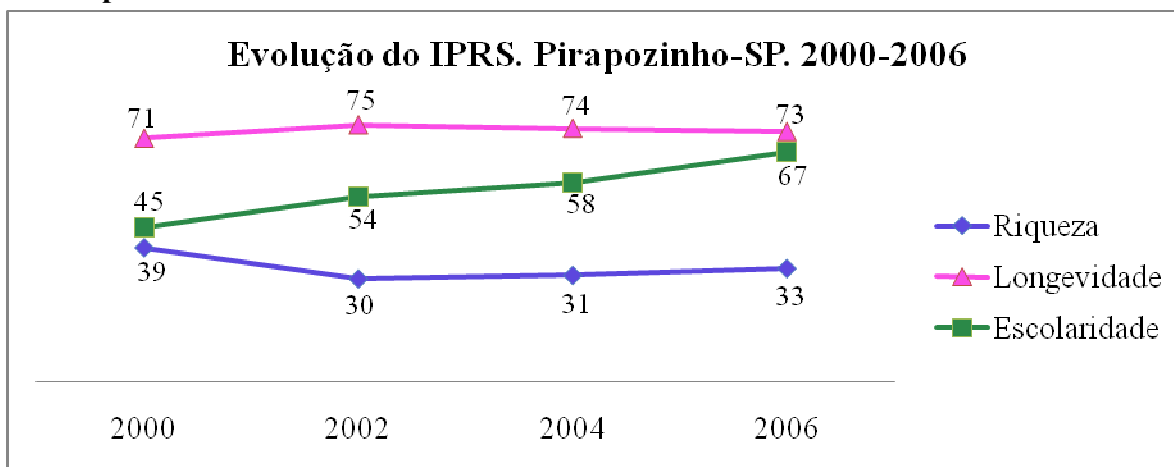


Gráfico elaborado pela autora (2009)

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS. (2000,2002,2004,2006)

Pirapozinho está entre os municípios que têm alguma projeção regional, em termos econômicos e de oferta de empregos. Em 2006, esse município manteve-se no grupo 3 composto pelos municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões. Apesar de experimentar avanços sucessivos, Pirapozinho ainda tem baixo nível de riqueza, mas ostenta indicador de escolaridade próximo da média e de longevidade acima da média dos municípios do estado.

As situações de maior ou menor vulnerabilidade às quais a população se encontra exposta estão resumidas nos seis grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS).

Construído a partir dos dados do Censo Demográfico 2000, o IPVS consiste em uma tipologia derivada da combinação entre duas dimensões (socioeconômica e demográfica), que classifica as áreas geográficas intramunicipais em seis grupos distintos de vulnerabilidade social. A dimensão socioeconômica é composta pela renda apropriada pelas famílias e o poder de geração da mesma por seus membros, enquanto a demográfica relaciona-se ao ciclo de vida familiar. Como áreas geográficas adotaram-se os setores censitários utilizados no Censo Demográfico de 2000.<sup>81</sup> Os seis grupos ou tipos de áreas que constituem o IPVS, [...] são descritos a seguir.

Grupo 1 – Nenhuma Vulnerabilidade: setores censitários em melhor situação socioeconômica, com os responsáveis pelo domicílio possuindo os melhores níveis de renda e escolaridade. Embora o estágio das famílias no ciclo de vida não seja um definidor do grupo, encontram-se aí chefes de domicílio

<sup>81</sup> Na metodologia da construção dessa tipologia foram adotados os modelos de análise fatorial e de análise de agrupamentos. O primeiro é amplamente utilizado em análises regionais, permitindo identificar a estrutura de interdependência entre as diversas variáveis, isolando as dimensões comuns ao conjunto das variáveis em estudo. No segundo, por meio da análise de agrupamentos, foram gerados os grupos de setores censitários com perfis similares nas dimensões identificadas pela análise fatorial, que constituem o IPVS (ver Relatório Metodológico).

mais velhos, menor presença de crianças pequenas e domicílios com menos moradores, quando comparados com o conjunto do Estado de São Paulo.

Grupo 2 – Vulnerabilidade Muito Baixa: setores censitários que se classificam em segundo lugar, no Estado, em termos da dimensão socioeconômica (média ou alta). Nessas áreas, concentram-se, em média, as famílias mais velhas.

Grupo 3 – Vulnerabilidade Baixa: setores censitários que se classificam nos níveis altos ou médios da dimensão socioeconômica; seu perfil demográfico caracteriza-se pela predominância de famílias jovens e adultas.

Grupo 4 – Vulnerabilidade Média: setores que apresentam níveis médios na dimensão socioeconômica, estando em quarto lugar na escala em termos de renda e escolaridade do responsável pelo domicílio. Nesses setores concentram-se famílias jovens, isto é, grande presença de chefes jovens com menos de 30 anos e de crianças pequenas.

Grupo 5 – Vulnerabilidade Alta: setores censitários que apresentam as piores condições na dimensão socioeconômica (muito baixa), estando entre os dois grupos em que os chefes de domicílios têm, em média, os piores níveis de renda e escolaridade. Concentra famílias mais velhas com menor presença de crianças pequenas.

Grupo 6 – Vulnerabilidade Muito Alta: um dos dois piores grupos em termos da dimensão socioeconômica (muito baixa), com grande concentração de famílias jovens. A combinação entre chefes jovens com baixos níveis de renda e escolaridade e presença de crianças pequenas torna este o grupo de maior vulnerabilidade à pobreza. (SÃO PAULO, 2008)<sup>82</sup>

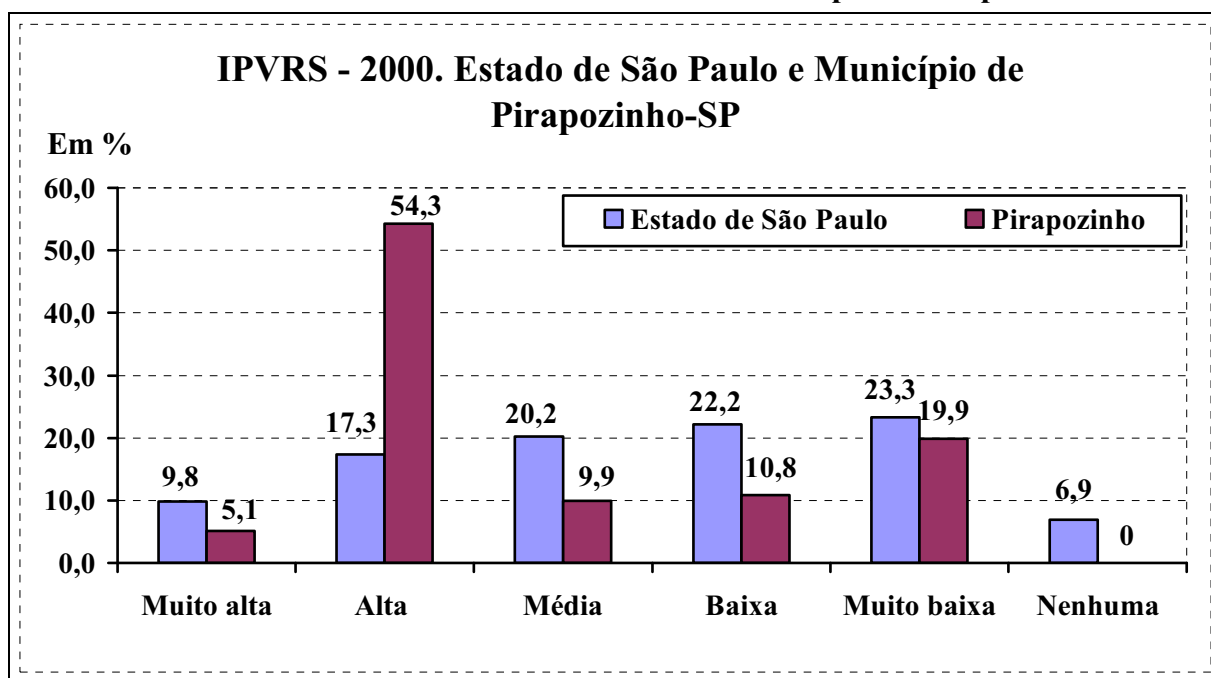
Uma análise das condições de vida dos habitantes dos municípios do Estado de São Paulo, realizada pelo SEADE, em 2004, com dados do censo demográfico de 2000, mostra que os responsáveis pelos domicílios auferiam, em média, R\$ 598,00 sendo que 64,4% ganhavam no máximo três salários mínimos (R\$ 453,00). Esses responsáveis tinham, em média, 5,6 anos de estudo, 32,3% deles completaram o ensino fundamental, e 13,3% eram analfabetos. Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos chefes de domicílios era de 46 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 13,6% do total. As mulheres responsáveis pelo domicílio correspondiam a 19,9% e a parcela de crianças com menos de cinco anos equivalia a 8,5% do total da população.

---

<sup>82</sup>Disponível em <[http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/analises/ra\\_pres\\_prudente.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/analises/ra_pres_prudente.pdf)>. Consulta em 11 de ago. de 2009



**Gráfico 3 - Distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS – 2000. Estado de São Paulo e Município de Pirapozinho – SP**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade.<sup>83</sup>

Podemos observar que as condições da população não são boas, uma vez que o IPVS – 2000, do município, aponta que nenhuma família está livre de vulnerabilidade social, apenas 19,9% tem vulnerabilidade social muito baixa, sendo que a média estadual é de 23,3%, ficando abaixo da média estadual também quanto à vulnerabilidade social baixa (10,8% contra 20,2 do estado) e média (9,9% contra 20,2% estadual). Mais da metade (54,3 %) da população está distribuída em grupos de alta vulnerabilidade social, sendo que a média estadual de famílias que se encontram nesse grupo é de 17,3%. Entretanto, precisamos saber se o município é pobre mesmo ou se os recursos financeiros não têm sido aplicados na melhoria da qualidade de vida da população.

Os gestores de um município considerado pobre, como é o caso de Pirapozinho, precisariam gerir seus recursos financeiros com muita responsabilidade para oferecer à população uma qualidade de vida razoável, com escolaridade que dê condições aos munícipes de conquistarem o enriquecimento do município. Conquista essa que pode ocorrer pelo trabalho qualificado dos cidadãos e pela participação destes nos colegiados encarregados de definir as políticas públicas municipais e fiscalizar sua execução.

<sup>83</sup> Disponível em <<http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/analises/pirapozinho.pdf>>. Consulta em 11 de ago. de 2009

Para uma análise da responsabilidade fiscal associada à responsabilidade social dos governantes locais, buscamos na Confederação Nacional de Municípios (CNM) o Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IRFS) dos municípios.

Este índice reflete anualmente o desempenho dos municípios sob três óticas – fiscal, social e de gestão –, oferecendo à sociedade um parâmetro simples e, ao mesmo tempo, bastante amplo de avaliação das administrações municipais. Essa avaliação se baseia na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mas não se restringe aos controles desta, ou seja, os limites de endividamento e de gasto com pessoal. São comparados também os níveis de despesa com custeio da máquina, o esforço de investimento e a performance nas áreas de saúde e educação, entre outros indicadores.<sup>84</sup> (CONFEDERAÇÃO, 2009)

O IRFS mede a qualidade da gestão municipal e é calculado pela média do Índice Fiscal, Índice Gestão e Índice Social. Esses índices são obtidos da seguinte forma:

- ⇒ Índice Fiscal é dado pela média entre Endividamento, Suficiência de caixa, Gasto com pessoal conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Superávit primário;
- ⇒ Índice Gestão é igual à média entre Custeio da máquina, Gasto com o legislativo e Grau de investimento;
- ⇒ Índice Social resulta da média entre Subíndice Educação e Subíndice Saúde sendo que o
  1. Subíndice Educação, resulta da média entre Gasto com educação, Matrículas da rede municipal, Taxa de abandono da rede municipal e Percentual de professores da rede municipal com curso superior;
  2. Subíndice Saúde é dado pela média entre Gasto com saúde líquido, Taxa de mortalidade infantil, Cobertura vacinal e Média de consultas médicas por habitante.

Com base nesses indicadores, foram calculados os IRFS. Todo índice acima de 0,500 representa uma situação melhor do que a média dos municípios do país.

O IRFS 2007 apurou a situação de 4.164 municípios cujos balanços orçamentários foram disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional no sistema FINBRA<sup>85</sup>. Nessa edição, o setor fiscal foi destaque do IRFS. A gestão em relação às receitas correntes líquidas das

<sup>84</sup> Disponível em [http://www.cnm.org.br/irfs/mu\\_irfs.asp](http://www.cnm.org.br/irfs/mu_irfs.asp). Acesso em 31 de julho de 2009.

<sup>85</sup> Sistema disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional contendo dados de arrecadação dos municípios com tributos oriundos das diversas fontes de arrecadação nas diferentes esferas de governo.

prefeituras, obteve evolução significativa nos aspectos: endividamento, suficiência de caixa, gasto com pessoal e superávit primário.

O IRFS indicou que os municípios permaneceram abaixo do limite máximo da Lei de Responsabilidade Fiscal, variando entre 3% e 8% da Receita Corrente Líquida (RCL). O custo com pessoal também diminuiu, segundo dados do índice. O município gaúcho de São José do Hortêncio apresentou o mais alto índice geral de 2007, *score* de 0,647. No estado de São Paulo, os três primeiros colocados na edição 2007 do IRFS foram respectivamente os municípios de Fernando Prestes com IRFS de 0,647, Cerquilha cujo índice foi de 0,634 e São Sebastião com 0,631.

O município de Pirapozinho obteve IRFS geral 0,526, sendo o Fiscal: 0,522, o de Gestão: 0,459 e o Social: 0,597, enquanto a média estadual do IRFS geral foi de 0,516, o Fiscal: 0,519, o de Gestão: 0,485 e o Social: 0,544. Portanto Pirapozinho ficou um pouco abaixo da média estadual no índice de Gestão, mas nos índices de longevidade, de escolaridade e no IRFS geral, este município ficou acima da média estadual. Como centenas de outros municípios pequenos do Estado de São Paulo, Pirapozinho não foge à regra: as riquezas são escassas e a gestão municipal não tem um bom índice na avaliação. A longevidade e a escolaridade sobrevivem apesar dos obstáculos.

Entre os obstáculos colocados a um ensino público de boa qualidade, certamente estão: a escassez de recursos financeiros destinados à MDE e os desperdícios ocorridos como consequência da má gestão dos recursos.

Este trabalho busca compreender as mudanças ocorridas na realidade da rede municipal de Pirapozinho a partir da criação do FUNDEF. Nesse sentido, o processo de municipalização do ensino fundamental que foi uma das consequências da implantação do fundo precisa ser estudado.

Nossa participação no processo de debates sobre a municipalização do ensino fundamental neste município foi privilegiada. Sendo natural de Pirapozinho, ali morando durante os 54 últimos anos, ali estudando desde 1962, exercendo a profissão de professora há mais de 30 anos, atuando como liderança sindical dos professores durante o mesmo período e ocupando o cargo eletivo na vereança durante o período de janeiro de 2001 a dezembro de 2004, procuramos contribuir, tanto na parte política quanto na parte técnica, com as discussões ocorridas.

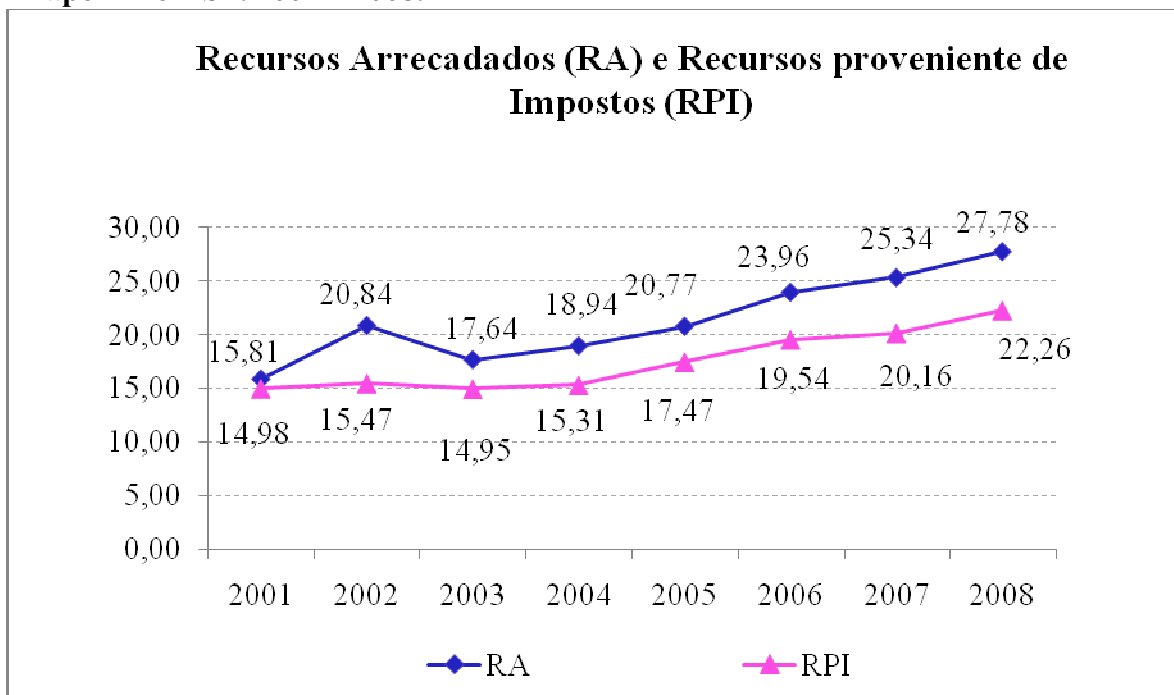
Desde o início da década de 1990 havíamos tido acesso aos balancetes de receitas do município. Estes eram obtidos por nós na Câmara Municipal. Sendo públicos, esses documentos deveriam ser disponibilizados à população pelo executivo municipal.

Porém era quase impossível um cidadão comum obter cópia dos mesmos. O atual prefeito do Município de Pirapozinho, Sr. Marcos Antonio Brambilla, foi vereador em duas gestões de 1993 a 2000 e, como tal, solicitava cópia dos balancetes do mês de dezembro de cada ano e nos fornecia para que pudéssemos acompanhar a evolução das receitas públicas, dos valores que deveriam ser aplicados em MDE por determinação constitucional e dos valores constantes dos balancetes como gastos no setor.

Com estes documentos em mãos, organizamos as informações que viriam a ser fundamentais para a avaliação das potencialidades do município no que se refere ao financiamento da educação. É importante lembrar que naquele início de década não tínhamos as informações disponíveis nos *sites* oficiais com a transparência e a velocidade que temos hoje. Os dados que não conseguíamos obter localmente, íamos pessoalmente buscar nos órgãos do governo federal em Brasília, na Secretaria Estadual de Educação ou da Fazenda do Estado de São Paulo, situadas na Capital do estado.

Um acompanhamento da arrecadação do município nos permite planejar as possibilidades de conquistas para melhorar a qualidade de vida da população, incluindo a melhoria no atendimento à educação. Estas melhorias passam pela valorização dos servidores públicos municipais, em particular dos educadores e, para isso, as lideranças dos trabalhadores precisam subsidiar suas reivindicações em dados concretos sobre as receitas do município. As receitas do município de Pirapozinho podem ser observadas no gráfico 4 que apresenta, separadamente, as que estão vinculadas à MDE, provenientes de impostos.

**Gráfico 4. Receitas Arrecadadas (RA) e Receitas Provenientes de Impostos (RPI). Pirapozinho – SP. 2001 – 2008.**



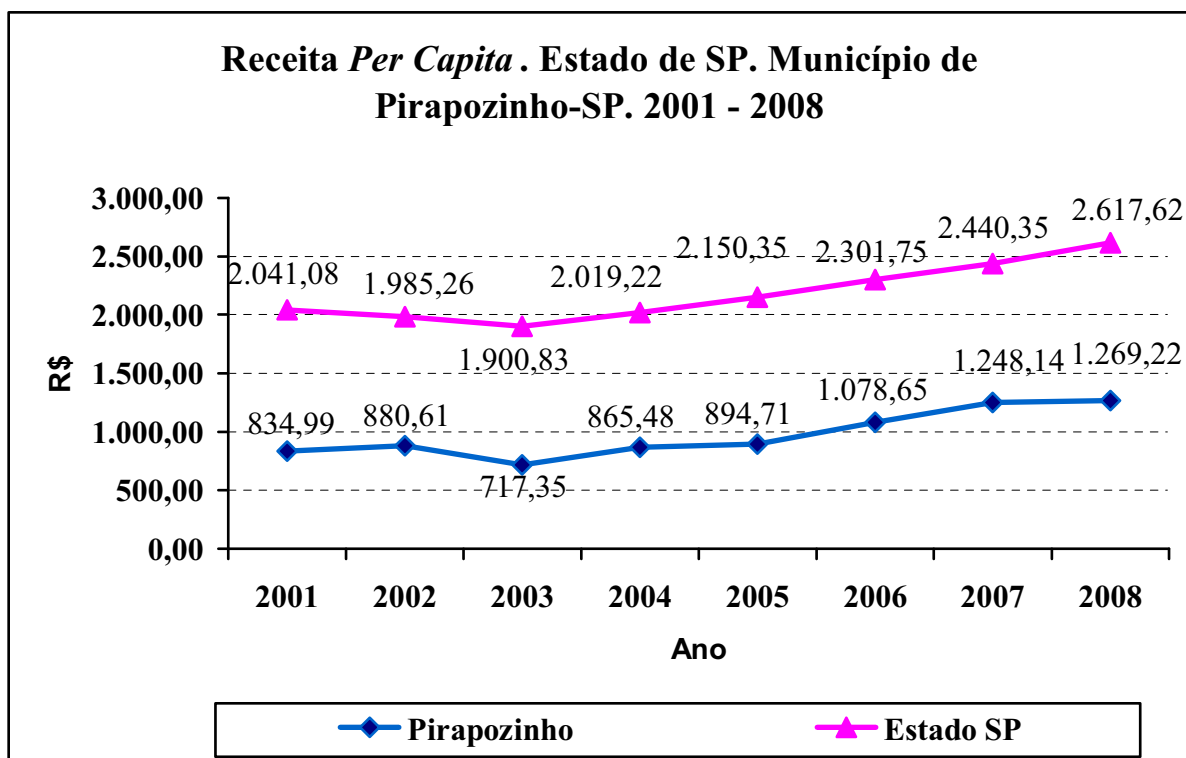
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Estado da Fazenda e IBGE. atualizado para dez. 2008, pelo INPC (IBGE). Disponível no *site* <https://www3.bcb.gov.br>. Acesso em 10/agosto/2009.

No gráfico 4 observamos que, com exceção de uma pequena queda em 2004, as receitas do município têm crescido nos últimos anos. De acordo com notícias da CNM<sup>86</sup>, muitos incentivos do governo federal têm contribuído para esse aumento de receitas dos municípios e, entre estes incentivos, está a EC nº 55, de 20 de setembro de 2007, que altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando em 1% a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.

Para traçar o perfil financeiro do município, consideramos não apenas o volume total de recursos arrecadados, mas também a razão entre esta arrecadação e o número de habitantes do município. Entendemos que a receita *per capita* pode ser um parâmetro mais realista das potencialidades do município. O resultado está representado no gráfico 5.

<sup>86</sup><http://www.cnm.org.br/institucional/conteudo.asp?iId=68161>

**Gráfico 5. Receita *per capita* . Estado de SP. Município de Pirapozinho-SP. 2001 – 2008**



Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Estado da Fazenda e IBGE. Dados atualizados para dez. 2008, pelo INPC (IBGE) Disponível no site <https://www3.bcb.gov.br> . Acesso em 10/ago/2009

Considerando-se as Receitas Correntes, no gráfico 5 observamos que a receita *per capita* do Município de Pirapozinho teve queda real no ano de 2003, recuperando-se no ano seguinte e mantendo-se crescente até o ano de 2008. No mesmo gráfico percebemos que a receita *per capita* do Estado de São Paulo esteve em queda apenas nos anos de 2002 e 2003, mas durante todo o período seu valor permaneceu acima ou muito próximo do dobro do valor *per capita* do Município de Pirapozinho. Com isso concluímos que se trata de um município pobre quando comparado com o estado no qual está localizado.

Se comparado com os demais municípios do Estado de São Paulo, Pirapozinho não figura entre os mais ricos e tampouco entre os mais pobres. Com base nos dados do SEADE podemos dizer que Pirapozinho é um município cuja receita *per capita* é muito próxima da média das receitas dos municípios do Estado de São Paulo.

No ano de 2008, a receita total arrecadada pelo município de Pirapozinho foi de R\$ 31.684.772,89 e a previsão de população estimada pelo IBGE para o ano de 2008 foi de 24.964 habitantes. A razão entre esses dois valores resultou em uma receita *per capita* de aproximadamente R\$ 1.269,22.

Tão importante quanto conhecer o montante de receitas do município e sua receita *per capita* é saber que: sendo rico ou pobre, 25% de sua arrecadação com impostos devem ser destinados à MDE. Estes recursos não pertencem ao município e sim à manutenção e ao desenvolvimento do ensino oferecido aos cidadãos que ali residem.

Não podemos iniciar uma reflexão a respeito dos impactos do FUNDEF na estruturação da rede de ensino municipal sem antes compreendermos os limites orçamentários e financeiros impostos ao município responsável por essa rede. Como vimos no capítulo 4, os municípios conquistaram, na Constituição Federal de 1988, a qualidade de entes federados, com a aquisição da autonomia político-administrativa. Entretanto, tal autonomia está diretamente ligada à independência financeira e esta também precisa ser analisada.

Para uma avaliação dos limites orçamentários e financeiros, bem como das potencialidades do município de Pirapozinho<sup>87</sup> em relação à educação, apresentaremos a planilha 1, planilha 2 e planilha 3, com as simulações efetuadas a partir dos dados financeiros e educacionais deste município, referentes aos anos de 1995 e 1997. Estas planilhas foram instrumentos que subsidiaram a construção das propostas por nós defendidas, por ocasião de nossa participação nas discussões sobre municipalização do ensino fundamental, nos diversos municípios do Estado de São Paulo, em particular no município de Pirapozinho.

---

<sup>87</sup> Uma análise semelhante aparece na dissertação de Caravina (2009) e trata dos limites orçamentários e financeiros do Município de Pres. Prudente-SP.

**Planilha 1: Análise das Potencialidades do Município**

<b>MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO</b>			
<b>1995</b>			
Recursos próprios:		Transferências:	
		ICMS	2.134.259,54
IPTU	223.019,46	FPM	1.778.793,45
ISS	87.180,64	IPVA	187.103,95
<b>RECEITAS</b>	<b><u>4.410.357,04</u></b>	<b>( IDRE )</b>	<b><u>92,97%</u></b>
<b>IDRE - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DOS RECURSOS EXTERNOS</b>			
Se o município aplicasse 25% de suas receitas no ensino fundamental, com o custo-aluno do estado, poderia ter na rede municipal.			
			<b><u>2.625</u> alunos</b>
Como a rede estadual tem ali sendo que destes			
	3.804 alunos,	2.018 nas 4 primeiras séries, podemos	
dizer que o município tem uma capacidade de absorver			
			<b><u>69,01%</u> dos</b>
alunos do ensino fundamental ou			
			<b><u>130,09%</u> dos</b>
alunos de 1ª a 4ª séries			
Se o município reservasse 8% de seus recursos para a pré-escola, poderia ter, um ensino fundamental com e neste caso teria uma capacidade de absorver:			
			<b>1.785 alunos</b>
			<b>46,93% dos</b>
			<b>88,46% dos</b>
			<b>alunos de 1ª a 4ª séries</b>
<b>IMPACTO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO ( PEC 233 )</b>			
Se estivesse funcionando em 1995, o FUNDO teria retido deste município o valor de			
	<b><u>586.957,95</u></b>	Ou seja,	<b><u>13,31%</u></b> das suas receitas.
Como havia, naquele ano, 0 alunos matriculados no ensino fundamental no município, este receberia de volta			
			<b><u>0,00</u></b>
Para recuperar o dinheiro retido, teria de assumir uma rede de escolas com			
	<b><u>1.067</u></b> alunos. O que equivaleria a assumir		<b><u>52,88%</u></b> dos
alunos matriculados nas quatro primeiras séries da rede estadual.			
<b>Obs:</b> para efeito desta planilha considera-se como Receitas do município apenas a soma IPTU+ISS+ICMS+FPM+IPVA.			

**Fonte:** Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, Censo MEC 1995 e Balancete de Receitas do Município de Pirapozinho do mês de dezembro de 1995. Elaborada por ENCONTRO (1996)

Na planilha 1 encontramos inicialmente os registros da arrecadação dos dois principais impostos recolhidos no próprio município, o IPTU e o ISS. Existem outros impostos



municipais, mas estes são os mais significativos em termos de arrecadação. Em seguida a planilha registra as principais transferências feitas ao Município. Em primeiro lugar as estaduais. Por determinação da Constituição Federal de 1988, 25% do ICMS arrecadado pelo Estado é repassado aos municípios. No Estado de São Paulo, a Lei nº 8.510/93<sup>88</sup> determina que a distribuição seja baseada no índice de participação dos municípios, que estabelece critérios e cálculos para determinar a cota-parte destinada a cada município. Em relação ao repasse do IPVA, metade do valor arrecadado no município permanece no mesmo. Segue-se a transferência feita pela União. O FPM que é composto por parcelas do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

É importante ressaltar que o TOTAL DE RECEITAS que aparece na planilha não é idêntico ao Total de Receitas do Município, pois como registramos anteriormente só os principais impostos e transferências foram considerados. Mas, é claro, são números muito próximos.

Constatamos ainda na planilha 1 que o município de Pirapozinho teve uma receita superior a R\$ 4.410.357,04, sendo R\$ 310.200,10 (7,03%) provenientes de recursos próprios e R\$ 4.100.196,94 (92,97%) de recursos externos. Estava entre os 542 municípios paulistas<sup>89</sup> com IDRE superior a 50% e que não ofereciam matrículas no ensino fundamental em suas redes.

Uma avaliação que se pode fazer sobre o esforço de arrecadação própria do Município é a que se segue. O valor indicado como transferência de IPVA, R\$ 187.103,95 como já dissemos, representa a metade do valor arrecadado no município, portanto o valor total arrecadado foi o dobro deste valor, ou seja, R\$ 374.207,90, representando 8,48% do total considerado na planilha 1, que é superior aos R\$ 223.019,46 arrecadados com o IPTU (5,06% do mesmo total). Como se explica que em um município arrecade mais imposto sobre a propriedade de veículos do que sobre a propriedade de imóveis?

Com relação aos recursos financeiros constitucionalmente destinados à MDE , ou seja, 25% do total de receitas com impostos, considerando apenas o total da planilha 1 (R\$ 4.410.357,04), Pirapozinho teria que investir R\$ 1.102.589,26 no ensino. Se o município aplicasse esse montante exclusivamente no ensino fundamental, considerando o valor de

---

<sup>88</sup> Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/176398/lei-8510-93-sao-paulo-sp>>. Acesso em 10/ago/2009.

<sup>89</sup> Hoje o Estado de São Paulo possui 645 municípios. Em 1995, ainda não haviam sido criados 20 destes municípios e, portanto, esses 542 de um total de 625 representavam 86,72% dos municípios existentes em 1995.

R\$420,00 que correspondia ao custo-aluno-ano da rede estadual<sup>90</sup> em 1995, poderia ter uma rede com 2.625 matrículas<sup>91</sup> nesse nível de ensino. Tendo em vista que o município já era responsável pela pré-escola e considerando que o município reservasse 8% dos recursos para este nível de ensino, restariam 17% dos recursos, ou seja, R\$ 749.760,70. Estes recursos seriam suficientes para o município assumir 1.785 matrículas<sup>92</sup> do ensino fundamental e neste caso teria uma capacidade de absorver 46,93% dos 3.804 alunos deste nível de ensino matriculados na rede estadual ou 88,46% dos 2.018 alunos que cursavam de 1ª a 4ª série.

Com a finalidade de avaliar o impacto do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, a simulação da planilha 1 apontava que, caso o Fundo estivesse funcionando em 1995, este teria retido R\$ 586.957,95, que correspondia a 13,31% do total das receitas do município e, como não havia alunos matriculados no ensino fundamental da rede municipal, o valor retido no Fundo não retornaria. Considerando o custo-aluno do Fundo igual a R\$ 550,00<sup>93</sup>, para o município recuperar o dinheiro retido no Fundo, teria de assumir 1.067 alunos<sup>94</sup> deste nível de ensino, o que correspondia a 52,88% do total de alunos matriculados nas quatro séries iniciais do ensino fundamental.

A planilha 2 permitia a compreensão das alterações que ocorreriam nos esquemas de financiamento da escola pública e na provável criação ou ampliação do sistema municipal de ensino em virtude da implantação do FUNDEF. Como na sua regulamentação a implantação do FUNDEF foi adiada para 1998, a planilha 2 também era uma simulação do que ocorreria no ano de 1997 se o FUNDEF estivesse em vigor. Convém ressaltar que alguns estados fizeram a opção pela antecipação da implantação do FUNDEF para 1997, entre eles Goiás, Espírito Santo e Pará, porém, no Estado de São Paulo, o FUNDEF começou a vigorar em 1998.

---

<sup>90</sup> Este valor foi obtido dividindo-se o gasto anual da Secretaria Estadual de Educação (2.737.160.245,92) no ano de 1995 pelo total de matrículas atendidas na rede estadual de ensino (6.522.314), no mesmo ano, que resulta em 419,66, ou seja, aproximadamente 420,00.

<sup>91</sup> Número obtido pela divisão dos R\$ 1.102.586,26 por R\$ 420,00.

<sup>92</sup> Número obtido pela divisão dos R\$ 749.760,70 por R\$ 420,00.

<sup>93</sup> Estimativa realizada pela assessoria sindical da APEOESP em 1995, supondo que as novas regras de financiamento da educação tivessem sido aplicadas em 1995.

<sup>94</sup> Divisão do valor retido no FUNDEF, R\$586.957,95, por R\$ 550,00 que era o valor estimado para o custo-aluno do FUNDEF no Estado de São Paulo, caso este tivesse sido implantado em 1995.

Planilha 2 – Simulação do Número de Matrículas do Ensino Fundamental a serem Transferidas para o Município

<b>MUNICÍPIO:PIRAPOZINHO</b>			<b>REPASSE DO FUNDO = R\$</b>		
<b>SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO COM BASE NOS DADOS DE 1997</b>			<b>634,37</b>		
<b>RECEITAS</b>	<b>Verbas da MDE</b>	<b>Rede Municipal</b>	<b>Matrículas</b>	<b>Custo-aluno-ano</b>	
IPTU	149.189,29	Creche	256		
ISS	64.683,06	Pré-escola	372		
ITBI	44.799,73	Ensino Fundamental	135		
ITR	13.955,36	Educação Especial	-		
DÍV. ATL. TRIB.	135.707,38	Supletivo (*)	-		
IRRF	72.345,58	TOTAL	<b>763</b>		<b>1.823,86</b>
IPVA	268.722,58				
ICMS	2.602.278,61				
FPM	2.177.746,86				
IPI(export)	36.982,78				
TOTAL	<b>5.566.411,23</b>				
<b>Com o FUNDO</b>		<b>Rede Municipal</b>	<b>Matrículas</b>	<b>Custo-aluno-ano</b>	
Enviado ao FUNDO	722.551,24	Ensino Fundamental	135	<b>1.467,04</b>	
Retorno do FUNDO	85.639,95	Outros	628	<b>886,37</b>	
Retido no FUNDO	636.911,29	<b>Rede Municipal</b>	<b>Matrículas</b>	<b>Custo-aluno-ano</b>	
<b>HIPÓTESE 1</b>		Ensino Fundamental	1.139	<b>733,06</b>	
Retorno do FUNDO com		Outros	628	<b>886,37</b>	
1.139 alunos no Ensino		TOTAL			
Fundamental :	722.551,24	<b>Verbas da MDE</b>			
		E.fund.	834.961,68		
		Outros	556.641,12		
		TOTAL	<b>1.391.602,81</b>		

Obs: 1. Em 1996, estima-se que o custo-aluno na rede estadual foi de R\$ 621,00.

2. O valor do custo-aluno-ano equivale ao salário médio mensal possível do professor com uma classe.

Fonte: Secretaria Estadual de Educação, Censo MEC 1995 e Balanete de Receitas do Município de Pirapozinho, mês de dezembro de 1995.

No quadro da planilha 2, que está sob o título geral de HIPÓTESE 1 registramos a situação a partir da qual o Município poderia obter o máximo retorno de recursos do FUNDO, tendo como limite o total retido. Ao lado temos a nova distribuição dos recursos da educação e das matrículas. A partir destes dois dados chegamos ao custo-aluno que os recursos do município permitiriam na sua rede.

São necessários alguns esclarecimentos sobre a categoria “custo-aluno” e suas implicações quando analisamos uma dada rede de ensino. O custo-aluno do FUNDEF era calculado dividindo-se todas as receitas que compunham o Fundo pela soma das matrículas do ensino fundamental das redes municipais de todos os municípios do estado com as da rede estadual. De uma maneira simples, o custo-aluno de uma rede é calculado dividindo-se o total de gastos ao longo de um ano numa dada rede de ensino, pelo número de matrículas iniciais nessa mesma rede. Em 1997, o custo-aluno da rede estadual foi de R\$ 621,00, enquanto que, o do FUNDEF seria de R\$ 634,37, caso o FUNDEF tivesse sido implantado naquele ano.

Devemos ainda distinguir as categorias de custo-aluno efetivo e potencial. No caso da rede estadual tratava-se de um dado efetivo, pois se dividia o total de gastos pelo número de matrículas. Quando analisávamos a planilha de um município, o que obtínhamos era o custo-aluno potencial. Porque tínhamos os dados referentes às matrículas, mas não sabíamos quanto tinha sido efetivamente gasto com o ensino ali. O que tínhamos eram os dados de receitas e, a partir da vinculação constitucional, calculávamos quanto potencialmente o Município poderia gastar com MDE. Poderíamos então, afirmar que aquele município tinha a capacidade de montar uma rede de ensino fundamental com um custo-aluno de tal ou qual valor. Estávamos falando de um potencial.

É importante ressaltar que quando o valor encontrado era maior que o praticado no estado, isso significava que aquele município tinha condições de manter uma rede com uma receita *per capita* maior que a do estado. Por exemplo, o valor potencial do custo-aluno da Rede Municipal de Ensino do Município de Pirapozinho, no ano de 1997, era de R\$ 1.823,83 antes do funcionamento do FUNDEF. Se este fundo tivesse sido implantado naquele ano, o valor correspondente ao custo-aluno do ensino fundamental naquela rede de ensino seria de R\$ 1.467,04 e restaria ainda R\$ 886,37 para cada uma das matrículas nas demais etapas atendidas pela rede municipal de ensino, já incluindo as creches na educação infantil, enquanto o valor efetivo da rede estadual era de R\$ 621,00.

Na hipótese 1 da planilha 2, o município assumiria 1.139 alunos<sup>95</sup> do ensino fundamental, para os quais teria um custo-aluno potencial de R\$ 733,06, valor superior ao valor efetivo do estado. Isso significa que a rede municipal de ensino desse município tinha potencial para manter 1.139 alunos do ensino fundamental com uma receita *per capita* 18,05% maior que a da rede estadual.

No decorrer dos debates apareciam outras hipóteses como as que constam na planilha 3 que se segue.

---

<sup>95</sup> Número obtido somando-se o número de matrículas no supletivo já existente no município com o das matrículas assumidas nesta hipótese.

**Planilha 3 - Outras Hipóteses do Número de Matrículas do Ensino Fundamental a serem Transferidas para o Município de Pirapozinho**

<b>HIPÓTESE 2</b>	<b>Verbas da M D E</b>	<b>Rede Municipal</b>	<b>Matrículas</b>	<b>Custo-aluno-ano</b>
Retorno do FUNDO com <b>1.704</b> alunos nas series iniciais	E.fund. 1.193.376,93	Ensino Fundamental	1.704	<b>700,34</b>
do E. Fundamental : 1.080.966,48	Outros 556.641,12	Outros	628	<b>886,37</b>
	<b>TOTAL 1.750.018,05</b>	<b>Total</b>	<b>2.332</b>	
<b>HIPÓTESE 3</b>	<b>Verbas da M D E</b>	<b>Rede Municipal</b>	<b>Matrículas</b>	<b>Custo-aluno-ano</b>
Retorno do FUNDO com <b>3.688</b> alunos no Ensino	E.fund. 2.451.967,01	Ensino Fundamental	3.688	<b>664,85</b>
Fundamental : 2.339.556,56	Outros 556.641,12	Outros	628	<b>886,37</b>
	<b>TOTAL 3.008.608,13</b>	<b>Total</b>	<b>4.316</b>	

Fonte: Secretaria Estadual de Educação, Censo MEC 1995 e Balancete de Receitas do Município de Pirapozinho; mês de dezembro de 1995.  
Elaborada pela autora, 1998

No debate mostrávamos que nas duas hipóteses da planilha 3 a receita *per capita* seria reduzida e conseqüentemente afetaria a qualidade do ensino. Em comparação ao custo-aluno potencial obtido na hipótese 1 da planilha 2, onde esse valor era de R\$ 733,06, na hipótese 2 seria reduzido para R\$ 700,34, representando uma redução de 4,46%, enquanto que na hipótese 3 esse custo-aluno seria de R\$ 664,85, representando uma redução de 9,3%. Isto ocorreria porque, embora os recursos do FUNDEF fossem proporcionais ao número de matrículas no ensino fundamental, os recursos próprios do município, a serem acrescidos aos recursos oriundos do FUNDEF, se manteriam constantes independentemente do número de alunos atendidos no ensino fundamental. O aumento desse número acarretaria a redução do custo-aluno potencial do município.

A escolha de uma dessas hipóteses (2 ou 3), a médio ou longo prazo, poderia acarretar mais prejuízos para o ensino municipal, visto que o FUNDEF foi criado para vigorar por 10 anos. Ao final deste prazo, nada se sabia sobre o que aconteceria com o financiamento da educação. Caso não houvesse um novo Fundo para substituí-lo, em qualquer uma das duas hipóteses o valor do custo-aluno na rede municipal seria reduzido drasticamente, dado que tudo voltaria a ser como era antes do FUNDEF. Por exemplo, o município de Pirapozinho voltaria a ter, para investir na MDE, o total de R\$ 1.391.602,81, o mesmo que tinha antes da criação do FUNDEF, porém, com uma rede muito maior. No caso de optar pela hipótese 2 teria um total de 2.332 alunos<sup>96</sup>, o que resultaria num custo-aluno potencial de R\$ 596,74 (3,9% inferior ao do estado); e no caso da opção pela hipótese 3, teria o mesmo montante para um total de 4.316 alunos<sup>97</sup>, reduzindo-se o custo-aluno para R\$ 322,43 (48,08% menor que o do estado).

Nos anos seguintes, o acompanhamento dos recursos destinados à MDE no município de Pirapozinho foi feito usando novas planilhas elaboradas naquela oficina do GAT- Estadual, cujos modelos encontram-se entre os anexos deste trabalho.

Na oficina oferecida pelo GAT-Estadual, em julho de 1998, após a visão geral sobre as potencialidades do município e realização de exercícios manualmente, foi distribuído aos participantes um disquete contendo duas pastas. Uma delas tinha dezesseis planilhas, sendo quatro para o acompanhamento de cada trimestre, período de prestação de contas definido na Lei 9.424/96 de regulamentação da EC nº 14. A outra pasta continha quatro

---

<sup>96</sup> Este número foi obtido somando-se as matrículas do Ensino Fundamental (1.704), do Supletivo do Ensino Fundamental (0) e Educação Infantil (628)

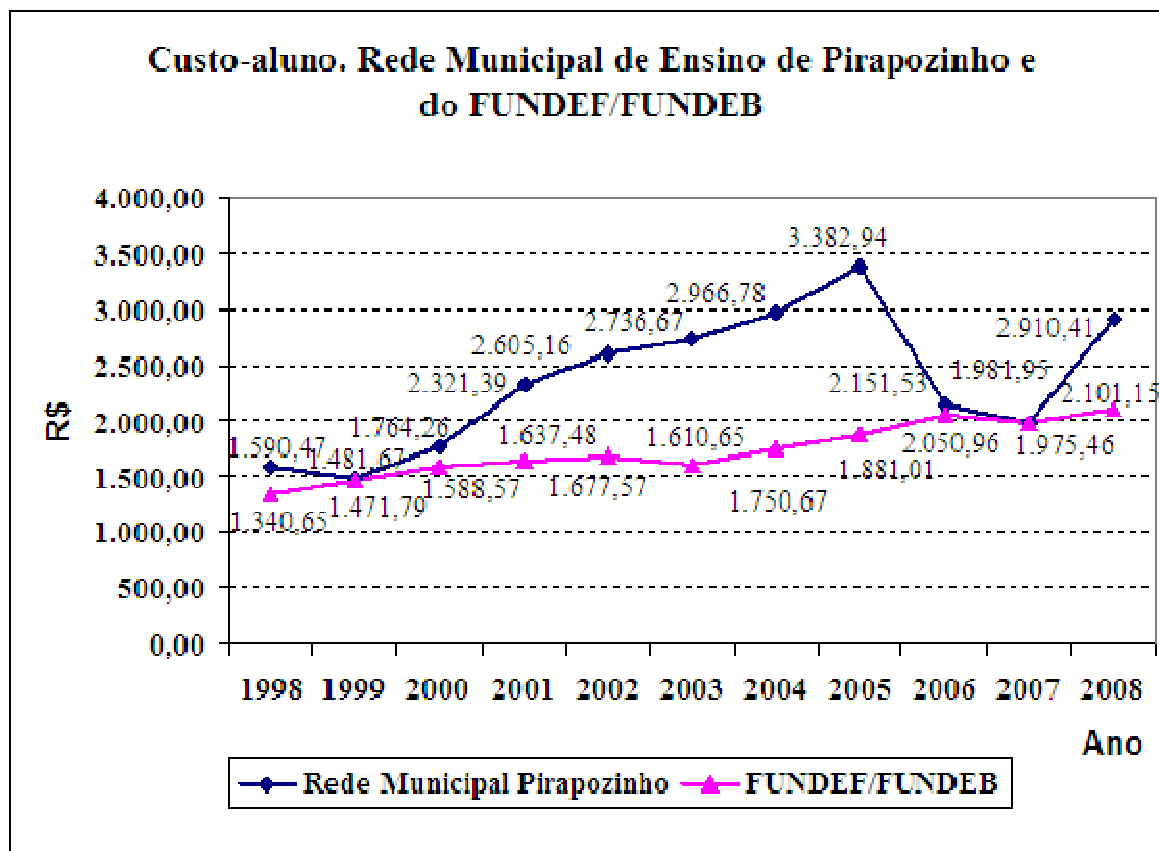
<sup>97</sup> Este número foi obtido somando-se as matrículas do Ensino Fundamental (3.688), do Supletivo do Ensino Fundamental (0) e Educação Infantil (628)

planilhas para o acompanhamento da síntese anual. As atividades da oficina contemplaram o preenchimento das planilhas a partir dos balancetes de receitas e de despesas do mês de dezembro de 1997. Nas planilhas da primeira pasta seriam registrados os valores de impostos arrecadados mês a mês, os acumulados no trimestre e os acumulados no ano até o último mês do trimestre. Entre os anexos estão modelos de algumas daquelas planilhas.

O custo-aluno do FUNDEF é o mesmo em todo o Estado de São Paulo, mas o custo-aluno de cada rede de ensino municipal varia conforme os recursos vinculados à MDE que são acrescidos aos do FUNDEF. Vejamos qual a evolução do valor gasto por aluno/ano na rede municipal de Pirapozinho comparando-o, a cada ano, ao valor do FUNDEF, este último muito próximo ao custo-aluno da rede estadual.



**Gráfico 6. Custo-aluno da Rede Municipal de Ensino de Pirapozinho e do FUNDEF/FUNDEB**



Custo-aluno-ano referente às séries iniciais do ensino fundamental, sendo este o referencial para o cálculo do valor para as diversas etapas da educação básica. Valores atualizados, pela autora, para dez/2008, usando o INPC (IBGE).(2009)

Fonte: Balançetes de Receitas do Município de Pirapozinho de dezembro de cada ano e censo MEC 1998-2007 e Secretaria Estadual de Educação.

Como já mostramos na introdução deste trabalho, qualquer município do país tinha para investir em MDE, além dos recursos do FUNDEF, mais 10% da arrecadação com impostos que compunham o fundo e 25% dos recursos próprios e das transferências que não faziam parte do FUNDEF. Com isso, concluímos que o custo-aluno potencial nos municípios de um estado era sempre maior que o custo-aluno do FUNDEF ali determinado.

Quando avaliamos, em valores atualizados para dezembro de 2008 pelo INPC (IBGE), o valor investido por aluno/ano na rede municipal em estudo, percebemos que nos anos de 2006, 2007 e 2008 o *per capita* foi de R\$ 2.151,53; R\$ 1.981,95 e R\$ 2.910,41 respectivamente. Esse cálculo foi realizado por nós a partir dos dados educacionais do censo MEC e dos dados financeiros registrados no demonstrativo de receitas e despesas do município do mês de dezembro de cada ano.

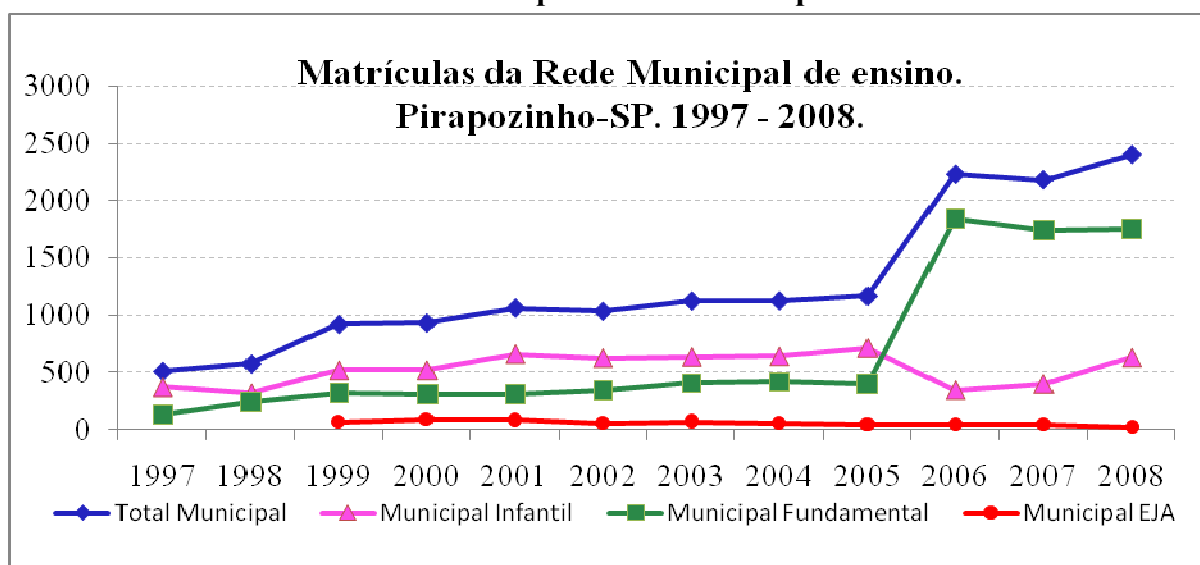
Convém observar que, no Estado de São Paulo, em valores também atualizados para dezembro de 2008 pelo mesmo índice, o *per capita* do FUNDEF em 2006 foi de R\$ 2.050,96 e o do FUNDEB em 2007 de R\$ 1.975,46 e em 2008 de R\$ 2.101,15. O *per capita* estadual investido na educação básica<sup>98</sup> foi de R\$ 2.000,28 em 2006, cresceu para R\$ 2.173,46 em 2007 e ficou no valor de R\$ 2.107,42 em 2008. A partir de 2009, o FUNDEB estará implantado em sua totalidade e, sendo assim, uma avaliação mais precisa sobre a relação existente entre os valores *per capita* realizados na rede municipal de ensino, no FUNDEB e na rede estadual do Estado de São Paulo poderá ser objeto de estudos futuros.

De acordo com a publicação oficial da Prefeitura Municipal enviada ao Tribunal de Contas, em dezembro de 2008, a receita total arrecadada pelo município com impostos e transferências no referido ano foi de R\$ 22.263.711,24. Essa receita permitia um gasto potencial com a MDE no valor de R\$ 5.565.927,81. Entretanto, o município investiu no ano de 2008 o valor de R\$ 6.507.679,14, que correspondia a um percentual 29,23% dos recursos oriundos de impostos e transferências intergovernamentais. É importante destacar que 61,71% dos recursos do FUNDEB foram gastos com a folha de pagamento dos profissionais do magistério da educação básica e atendendo ao disposto no art. 69, §5º, da Lei 9 394/96, foram repassados à conta do ensino R\$ 2.530.443,58.

A evolução do número de matrículas na Rede Municipal de Ensino é destacada no gráfico 6. Nesse gráfico aparecem as matrículas da Educação Infantil, do ensino fundamental regular e da EJA, sendo que esta só aparece em destaque no Censo MEC a partir do ano 2000. A rede municipal atendia também alguns alunos da educação especial, porém essas matrículas estão incluídas entre as do ensino regular em alguns anos e em outros, não. Por esse motivo não as registramos neste gráfico.

---

<sup>98</sup> Obtido dividindo-se o gasto anual da Secretaria Estadual de Educação com a educação básica, excluindo-se a folha de pagamento dos inativos, pelo número de alunos ali matriculados no mesmo ano. Fonte: SEE. Equipe FUNDEB (2009).

**Gráfico 7 - Matrículas na Rede Municipal de Ensino. Pirapozinho – SP. 1997 – 2008**

Fonte: Secretaria Estadual de Educação; Censo MEC 1997 – 2007

Convém destacar que o ensino fundamental de nove anos que começou a vigorar em Pirapozinho no ano de 2006, fez com que as matrículas do último ano da educação infantil passassem a contar como matrículas do ensino fundamental. O que no gráfico é aparentemente uma redução no atendimento da educação infantil, na verdade trata-se de transferência daquelas matrículas do último ano da educação infantil para o primeiro ano do ensino fundamental.

No gráfico podemos observar que a Rede Municipal de Pirapozinho ficou, durante o período de funcionamento do FUNDEF, com um número de matrículas que variou muito pouco. Por este motivo, os recursos disponíveis à MDE que eram proporcionais ao número de matrículas no ensino fundamental foram reduzidos no município. No entanto, este foi o período em que a rede municipal de ensino preparou-se para sua ampliação. Com a participação da comunidade nas decisões através de um processo democrático de debates, os gestores se empenharam na estruturação da parte física e legal para garantir condições mínimas de desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, inclusive com a elaboração do Estatuto do Magistério e novo Plano de Carreira exigidos pela legislação educacional de 1996. Estas condições, como já dissemos, são mínimas e precisam melhorar muito ainda.

E aquela menina percebeu que quando o patrão é o Estado, as reivindicações apresentadas pelo sindicato esbarram nos limites orçamentários do setor público. Recursos finitos têm que ser distribuídos entre diversos agentes. Forçosamente se definem prioridades. Para ela a prioridade é ensino público universal e de boa qualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade social que vive hoje o Município de Pirapozinho – SP, com aproximadamente 24 mil habitantes e mais da metade vivendo em condições de alta vulnerabilidade social, podemos dizer que este se encontra entre os pequenos municípios que, sem muitas alternativas de riquezas, dependem dos recursos financeiros oriundos de transferências vindas da União e do Estado.

O número reduzido de vagas no mercado de trabalho deste município faz do erário público a principal fonte de pagamento de salários e da prefeitura municipal, um porto seguro para os trabalhadores.

Localizado numa das regiões do Estado de São Paulo onde a desigualdade social é marcante e a concentração de renda está acima da média geral do estado e do país, Pirapozinho é também um município pobre e desigual. Contraditoriamente, a exemplo da maioria dos pequenos municípios do Estado de São Paulo, este município possui uma receita *per capita* superior a dos médios e grandes municípios. Mesmo assim, os investimentos nas áreas sociais são insuficientes para a demanda.

Considerando os recursos financeiros destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, desde a Constituição Federal/1988 até o ano de 1997, não se tinha muita clareza de como esses recursos eram aplicados, uma vez que a rede municipal de ensino só atendia, e de forma precária, os alunos matriculados na educação pré-escolar.

Até o final da década de 1980, o salário dos professores que atuavam na pré-escola era de apenas um salário mínimo, bem como da maioria dos funcionários públicos municipais, pois não havia um plano de carreira, nem tampouco o estatuto do magistério. Naquela época, o município passou por grande instabilidade política e administrativa, prova disto é que durante a sua 9ª legislatura (01/01/1983 a 31/12/1988), Pirapozinho teve três prefeitos, sendo que um<sup>99</sup> teve seu mandato cassado pela câmara municipal e outro<sup>100</sup> se licenciou. Nesse período eram constantes os atrasos dos salários, chegando a acumular meses sem pagamento aos servidores.

Na legislatura que se seguiu<sup>101</sup> (de 01/01/1989 a 31/12/1992), a administração regularizou o pagamento dos salários e modificou a remuneração dos professores diferenciando-a da que era paga aos demais servidores. Comparativamente, até os dias atuais,

---

<sup>99</sup> Rubens Delorenzo Barreto

<sup>100</sup> Valdomiro Favaretto

<sup>101</sup> Então prefeito, Valdemar Casseze

esse foi o período em que os professores da pré-escola tiveram os seus melhores salários. No mês de junho de 1989, quando o salário mínimo era de NCz\$ 120,00, um professor iniciante, passou a receber salário mensal de NCz\$ 485,00, quase três vezes maior que o recebido no mês anterior. Esse salário é equivalente a R\$ 1.534,40, em valores corrigidos para dezembro de 2008 pelo INPC – IBGE.

Na 11ª legislatura<sup>102</sup> (de 01/01/1993 a 31/12/1996), os reajustes salariais foram dados conforme as referências nas quais o servidor público estivesse enquadrado. Os professores não se enquadravam em nenhuma das referências relativas aos demais servidores municipais, portanto não foram contemplados com os referidos reajustes. Além disso, por motivos por nós desconhecidos, alguns professores tiveram seus salários suspensos durante quase todo o ano de 1996, e os demais professores ficaram sem recebê-los nos últimos três meses do mesmo ano. Os professores então se mobilizaram e fizeram passeatas reivindicando o pagamento dos salários atrasados.

Em 1996, foi encaminhado e aprovado, às pressas, um Estatuto do Magistério local. Aquele estatuto surgiu para atender às exigências da LDB e da lei que regulamentou o FUNDEF, e com isso evitar retenção de verbas dos convênios com a educação, Foi um avanço, pois o estatuto aprovado trouxe alguma segurança aos profissionais da educação. Porém, o achatamento salarial ocorrido nos últimos anos fez com que o valor do salário ainda ficasse muito aquém das necessidades dos professores. O referido estatuto era muito vago, deixando sem definição muitos itens necessários para a garantia de melhores condições de desenvolvimento do trabalho docente.

Uma peculiar característica do município de Pirapozinho é a de não ter municipalizado o ensino fundamental por ocasião da criação do FUNDEF, em 1996, nem nos anos que se seguiram. Essa demora se deu pelo fato de que os professores da rede estadual, organizados pela APEOESP, mobilizaram-se para que o ensino fundamental continuasse sob a responsabilidade do estado.

O município de Pirapozinho, que já havia passado pela cassação do mandato de um prefeito, teve novamente cassado o mandato de outro prefeito<sup>103</sup>, em outubro de 1999. Neste período a LDB já havia definido que as creches deveriam fazer parte da educação, ampliando a possibilidade de atendimento das crianças na educação infantil da rede municipal de ensino.

---

<sup>102</sup> Então prefeito Jorge Assef

<sup>103</sup> Valdemar Casseze

Em 2001, o prefeito eleito<sup>104</sup> encontrou a administração municipal ainda sob os reflexos negativos do processo que levou à cassação do mandato do prefeito anterior. O chefe do executivo foi pressionado pela situação caótica em que encontrou a administração municipal, quando os servidores públicos haviam passado longos períodos com seus salários atrasados. A conjuntura política nacional era de reorganização legal do país, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Instituição do FUNDEF e aprovação da LDB. Nesse contexto, o prefeito eleito abriu-se ao diálogo e respeitou as decisões dos professores que se manifestaram contrários à municipalização do ensino fundamental. A comunidade optou por manter matriculados no ensino fundamental oferecido pela rede municipal, apenas os alunos cujas matrículas não foram aceitas na rede estadual. A não aceitação desses alunos deu-se pelo fato de não terem completado a idade mínima de sete anos exigida pela Secretaria Estadual de Educação.

Com a parcela dos recursos destinados à MDE que não era enviada ao FUNDEF e o pouco que retornava diante do pequeno número de alunos da rede municipal, o prefeito conseguiu além de pagar os trabalhadores em dia, ampliar, gradualmente, o prédio da escola municipal e ainda atender com melhores condições a educação infantil oferecida nas creches.

Houve melhorias também na situação funcional dos profissionais do magistério da educação. Em 2003, estes trabalhadores conquistaram um novo Estatuto do Magistério, o qual não contemplava todas as reivindicações da categoria, mas significava um avanço em relação ao que havia anteriormente. Mesmo assim, por causa do achatamento salarial ocorrido anteriormente, o salário de uma professora iniciante de pré-escola era equivalente a R\$ 820,03, em valores corrigidos para dezembro de 2008 pelo INPC – IBGE. Com poucas modificações, aquele estatuto continua em vigor.

Em 2006, último ano de vigência do FUNDEF, os vereadores foram procurados por um grande número de professores solicitando a aprovação do convênio de municipalização das quatro primeiras séries do ensino fundamental daquela época. Os professores aceitaram negociar com o prefeito, por se sentirem pressionados pelos efeitos da municipalização do ensino fundamental na maioria dos municípios do estado de São Paulo e por estarem temerosos de que a situação funcional da categoria ficasse ainda pior caso a municipalização acontecesse obrigatoriamente.

Diante da garantia de que todos seriam absorvidos pela rede municipal até a data de suas aposentadorias, estes profissionais assinaram um pedido aos vereadores para que

---

<sup>104</sup> Sérgio Pinaffi

aprovassem a assinatura do convênio de ação e parceria com o governo estadual para a municipalização das quatro séries iniciais do ensino fundamental.

No município de Pirapozinho, a demora na decisão de municipalizar as séries iniciais do ensino fundamental, serviu para que o executivo municipal, pressionado pela necessidade de atender ao que determinava a nova legislação educacional, aplicasse com mais cuidado os recursos que ainda ficavam sob a responsabilidade da esfera municipal. O principal resultado desse processo foi a melhoria na estruturação física da rede com o término da construção e ampliação do prédio próprio da escola municipal existente na época. Além disso, no processo de negociação entre prefeito e governo estadual que culminou com a assinatura do convênio de municipalização, o município recebeu verbas para a construção de mais um prédio para a educação municipal, onde hoje funciona a EMEIF Prof. Ted Teixeira. Com o governo federal, o município firmou convênio para a construção de prédios para a educação infantil.

No final de 2006, o prefeito<sup>105</sup> também teve seu mandato cassado, seu sucessor<sup>106</sup> criou o cargo de Diretora Municipal de educação e proporcionou melhores condições de estruturação da DME. Até o final da 14ª legislatura, houve investimento de muitos recursos na melhoria das condições de desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Nesse período, porém, não houve alteração significativa no valor dos salários dos profissionais do magistério.

O custo-aluno-ano potencial da Rede Municipal de Ensino de Pirapozinho tem evoluído de maneira a ficar sempre acima do praticado pelo FUNDEF/FUNDEB e pela rede estadual, significando que a rede municipal tem condições de oferecer um ensino no mínimo igual ao que a rede estadual oferece. Prova disto é que o IDEB/2007 conquistado pela escola municipal foi tão satisfatório quanto o das escolas que foram municipalizadas no ano anterior.

Havia em geral uma preocupação de que a educação infantil sofreria prejuízos com a criação do FUNDEF. Não foi esse o caso do Município de Pirapozinho. Com a implantação do Conselho do FUNDEF, o executivo foi obrigado a prestar contas do que gastava de fato com o ensino fundamental. Isso fez com que o dinheiro da educação infantil também fosse melhor aplicado, promovendo uma melhoria e ampliação no atendimento desta etapa da educação básica. Nesse período, os profissionais que trabalhavam no setor foram gradativamente recebendo formação e participando dos horários de trabalho pedagógicos coletivos juntamente com os demais profissionais da educação.

---

<sup>105</sup> Sérgio Pinaffi

<sup>106</sup> Orlando Padovan

Havia também uma preocupação de que a Educação de Jovens e Adultos fosse prejudicada pelo fato do Fundo não incluir as matrículas dessa modalidade de ensino no cálculo para o retorno dos recursos retidos. No município de Pirapozinho, não foi observado nenhum prejuízo nesse sentido. A demanda da EJA é atendida a contento, inclusive com sobra de vagas oferecidas pela rede municipal, cujo número tem sido estável desde 1996.

Agora em 2009, o novo prefeito eleito<sup>107</sup> pretende fazer alterações no Estatuto do Magistério e no Plano de Carreira para adequá-los à Legislação que a partir do ano de 2007 instituiu o FUNDEB e, a partir de 2008, o Piso Salarial Nacional para os profissionais do magistério. Essa legislação exigiu também o aumento na parcela da jornada dedicada ao trabalho desenvolvido fora da sala de aula na preparação e avaliação da atividade docente e na construção coletiva do trabalho pedagógico.

Espera-se que a proposta de alterações no estatuto e no plano de carreira seja discutida e definida com a participação dos trabalhadores, sendo então enviada ao legislativo. A expectativa dos professores é de que os salários dos profissionais do magistério da rede municipal sejam equiparados aos salários dos profissionais que atuam na rede estadual. Os diretores das escolas municipais que recebem seus salários diretamente do município têm uma remuneração bastante inferior aos diretores que atuam nas escolas municipais, mas recebem seus salários do governo estadual. A diferença entre os salários pagos aos professores da rede municipal e aos da rede estadual é menor que a diferença entre os salários dos diretores, mas ainda existe.

Defendemos a participação de todos os interessados nas discussões para garantir melhoria das condições de trabalho ao magistério e aos demais trabalhadores da educação. Entendemos que será necessário também, conquistar espaços de formação continuada dentro da jornada de trabalho desses profissionais. Consideramos de grande importância a participação qualificada dos trabalhadores do magistério nos colegiados de controle e acompanhamento social da educação e de seu financiamento.

Embora o FUNDEF não tenha ampliado o volume de recursos financeiros destinados à MDE, trouxe contribuições importantes para a equalização dos investimentos em educação por parte das três esferas de governo. O mecanismo estabelecido com a instituição desse Fundo contribuiu para a revelação de que grande parte daquele dinheiro da educação foi mantido distante das salas de aulas do ensino fundamental até aquele momento.

---

<sup>107</sup> Marcos Antonio Brambila



As unidades escolares que foram municipalizadas encontram-se, atualmente, em melhores condições físicas do que quando faziam parte da rede estadual de ensino. As novas tecnologias e uma diversidade de materiais pedagógicos estão presentes em todas as escolas. A proximidade das escolas com a DME faz com que todos os processos de aquisição de materiais e reparos dos mesmos sejam realizados mais rapidamente.

A estruturação física da DME e o quadro de apoio pedagógico ainda são insuficientes. Porém, a dedicação e esforço da equipe de gestão da DME e de cada Escola aliada à persistência dos professores, que em sala de aula desenvolvem o processo de ensino e aprendizagem, fazem a diferença no cotidiano do espaço escolar.

A formação dos professores da Rede Municipal passou por períodos difíceis, pois a Secretaria Estadual de Educação havia prometido oferecer formação continuada aos mesmos, porém os excluía dos processos formativos. Cada professor tinha que custear sua participação em eventos de formação. Nos últimos anos, essa realidade vem se modificando e diversas atividades formativas têm sido oferecidas pelo governo federal via MEC – FNDE, pela Fundação Lemann, UNDIME em parceria com a FCT UNESP e também pela Secretaria Estadual de Educação através das Diretorias Regionais. Estas últimas oferecem formação a algum membro da equipe de gestão que posteriormente reproduz aos demais professores em oficinas locais, cursos e/ou nos Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC).

Os profissionais que atuavam nas escolas estaduais antes da municipalização e continuam trabalhando nas mesmas escolas, agora municipalizadas, confirmam as melhorias nas condições de trabalho. Porém, são unânimes quando criticam severamente o clima de instabilidade criado pelo desamparo da legislação estadual aos professores que têm sua vida profissional vinculada à rede estadual. Alguns desses professores têm seus cargos transferidos para escolas estaduais cada vez mais distantes do município em que moram e trabalham.

Sobre a possibilidade de perseguição política aos trabalhadores da educação, anunciada e amplamente combatida pela APEOESP, observamos que essa hipótese não está descartada, haja vista a experiência narrada pela diretora de escola que foi “devolvida para a rede estadual” contra a sua vontade e sem um motivo plausível.

Entendemos que a referida experiência serviu de alerta para que os trabalhadores da rede fiquem atentos às oportunidades de inclusão de seus direitos na legislação que decide os rumos da educação no município, no estado e no país.

Houve um avanço significativo na intervenção da sociedade civil nos Conselhos Municipais. Entretanto, ainda há muito por avançar no que se refere a

disponibilidade da população em participar desses colegiados e a formação dos cidadãos para que esses possam intervir de maneira qualificada nesses espaços.

Necessário se faz a criação de condições que permitam a participação dos pais de alunos, pois os horários disponíveis para as reuniões são difíceis de serem compatibilizados.

Por conta do alto índice de dependência dos municípios em relação aos recursos externos, devia-se mesmo esperar que a imensa maioria dos municípios do Estado de São Paulo não se permitisse “perder” perto de 15% de suas receitas e que a municipalização do ensino fundamental seria um caminho sem volta.

A legislação educacional de Pirapozinho evoluiu para melhor durante o período de funcionamento do FUNDEF. Contudo, o Plano Municipal de Educação ainda não foi construído. Entendemos ser este o instrumento mais importante na definição de rumos para a educação municipal, principalmente se for construído com a participação democrática dos agentes sociais locais.

O FUNDEF propiciou condições para maior transparência e visibilidade da gestão pública, com efeitos positivos. Tudo indica que o FUNDEB aliado a uma maior participação popular pode fazer avançar esse processo, a exemplo do que vem ocorrendo na Conferência Nacional de Educação (CONAE), em suas diferentes etapas.

O Brasil vive um momento privilegiado de construção de diretrizes para a educação no país com o processo que culminará na realização CONAE 2010, cujo tema é “Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégia de Ação”. A participação da comunidade escolar e da população na etapa municipal do evento foi um exercício de cidadania que servirá de base para a elaboração do Plano Municipal de Educação, inclusive articulado com o Plano Nacional.

Além de um direito fundamental, sem o qual não se pode pensar a permanente construção da cidadania, consideramos que a educação é pré-condição para a superação dos entraves ao desenvolvimento de seu município.

Novas pesquisas podem e devem ser realizadas em torno desta questão, tendo em vista especialmente a implantação do FUNDEB, que já repõe pontos aqui vistos em outros termos. A dinamicidade da realidade do financiamento da educação para os pequenos municípios se revelará certamente ainda em futuras medidas que começam a se delinear no horizonte, como a reforma tributária. A crescente participação dos agentes sociais na definição das políticas públicas, certamente coloca também novos parâmetros a serem melhor compreendidos no âmbito educacional.

Podemos agora ler novamente a história da Rede Municipal de Ensino de Pirapozinho. Desta vez, com a possibilidade de haver um encantamento que não havia na primeira leitura. Encantamento dado pela reflexão sobre a prática dos agentes sociais que escreveram essa história. Um encantamento com o papel que os números e a habilidade de lidar com eles podem exercer na vida das pessoas. Um encantamento com o mundo melhor que podemos construir. Um mundo onde todo cidadão seja capaz de ver e interpretar corretamente os fenômenos sociais, econômicos e políticos da sua comunidade. E fazer isso com os instrumentos matemáticos aprendidos na escola. Numa escola que seja pública, democrática, universal e de boa qualidade.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso. Um novo FUNDEF? as idéias de Anísio Teixeira. **Revista Educação & Sociedade**, ano 22, n. 75, Campinas, Agosto de 2001.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 18., p. 17-26, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a03v18n2.pdf>> Acesso em: 23 jun.2009

BEISEGEL, Celso de Rui. Relações entre a quantidade e a qualidade no ensino comum. **Revista ANDE**. São Paulo, 1980, p. 49-56.

BRASIL. **Lei nº 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/visualizarNorma.html?ideNorma=376590&PalavrasDestaque=>>> Acesso em: 23 jul. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro em 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)> Acesso em 09 jul. 2009

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 14**, de 12 de setembro de 1996, Modifica os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao artigo 60 do ADTC. Brasília: MEC, 1996a. Disponível em <<http://www.sefa.pa.gov.br/LEGISLA/leg/Diversa/ConstEmendas/Emendas/EmendaConst%2014.htm>>. Acesso em 09 jul. 2009.

BRASIL, **Lei n. 9.424**, de 24 de dezembro de 1996. Regulamenta o FUNDEF. 1996c. Disponível em <<http://www.mec.gov.br/sef/fundef/Legisla.shtm>> Acesso em 28 jan. 2008.

BRASIL, **Lei nº 10.832**, de 29 de dezembro de 2003. Altera o parágrafo 1º e o seu inciso II do art. 15 da Lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e o art.2º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que dispões sobre o salário-Educação. Brasília: D.O.U. de 30/12/2003 p.1. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.832.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.832.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. **Documento referência da Conferência Nacional da Educação Básica (CNEB)**. Brasília: 2006a. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conferencia\\_seb.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conferencia_seb.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2009.

BRASIL, **Emenda Constitucional n. 53** de 19 de Dezembro de 2006. Brasília: MEC. 2006c. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm).> Acesso em: 10 ago. 2009.

BRASIL, **Lei nº 11.494** de 20 de junho de 2007. Brasília: MEC. 2007a. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm).> Acesso em: 28 jan. 2008.

BRASIL, **Lei n. 11.738**, de 16 de julho de 2008a. Disponível em:  
<<http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html>> Acesso em: 17 jul. 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. **Encontro debate rumos da educação básica**. Brasília, 2008b. Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=10311](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10311)>. Acesso em: 10 ago. 2009.

BRASIL, **Construindo o sistema nacional articulado de educação**: o plano nacional de educação, diretrizes e estratégia de ação. Documento Referência. Brasília: 2009a. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento\\_referencia.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento_referencia.pdf)> Acesso em: 11 ago. 2009.

BUTARELO, Fernanda Stefani. **A municipalização do ensino fundamental**: a política nacional de financiamento e a aplicação de recursos da educação pelos municípios do Estado de São Paulo após a Emenda Constitucional nº 14/96. 2007. 190f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

CARAVINA, Maria Solange. **Impacto da Municipalização do Ensino Fundamental Público sobre as Condições de Trabalho dos Professores do Município de Presidente Prudente-SP**. Presidente Prudente 2009.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Índice de Responsabilidade Fiscal e Social**. Brasília: CNM, 2008. Disponível em: [http://www.cnm.org.br/irfs/mu\\_irfs.asp](http://www.cnm.org.br/irfs/mu_irfs.asp). Acesso em: 11 ago. 2009.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Notícias da CNM**. Brasília: 2007. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/institucional/conteudo.asp?ild=68161>>. Acesso em: 12 ago. 2009

CURY, C. R. J. Legislação educacional brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 120 p. v.1

CURY, C. R. J. Um olhar sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova de 1932. In: XAVIER, Maria do Carmo (Org.). **Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 113-129.

CURY, C. R. J; FERREIRA, N. S. C. Federalismo político e educacional. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília: Liber Livro, 2006, p. 113-130.

CURY, C. R. J. Estado e políticas de financiamento em educação. **Educação e Sociedade**, v. 28, Campinas, p. 831-856, 2007.

CURY, C. R. J. A Educação básica no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 23, UNICAMP, Campinas p. 169-201, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302002008000010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302002008000010&script=sci_arttext)> Acesso em: 09 jul. 2009.

DI GIORGI, C. A. G. **Uma outra escola é possível**. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

ENCONTRO ESTADUAL DE FORMAÇÃO, 1, 1996. São Paulo. **Anais...** São Paulo: APEOESP, 1996. 2 DVD (acompanha caderno mimeografado)

JORNAL DE LUZILÂNDIA. CCN – Noticiário Policial. **Disponível em:** <<http://www.jornaldeluzilandia.com.br/txt.php?id=9451>>. **Acesso em 10 ago. 2009**

LEITE, Y. U. F.; DI GIORGI, C. A. G. Saberes docentes de um novo tipo de formação do professor: alguns apontamentos. **Revista Educação**. Santa Maria, v. 29, n.2, p.135-145. 2004.

MACEDO, Roberto. Jornal O Estado de São Paulo. **Na USP, uma greve pelas elites**. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://arquivoetc.blogspot.com/2005/09/roberto-macedo-na-usp-uma-greve-pelas.html>>. Acesso em: 11 ago. 2009.

MELAZZO, Everaldo S; SPOSITO, Eliseu, S. **Os desafios dos municípios brasileiros pela via da gestão municipal**. Presidente Prudente, 2009 19 p. (mimeo).

MONLEVADE, João Antonio C. **Financiamento da educação pública: avanços e perplexidades**. Brasília, 1996. (mimeo).

MONLEVADE, João Antonio C. **Educação pública no Brasil: contos & descontos**. Ceilândia – DF: Idéa, 1997.

MONLEVADE, João Antonio C. **Para entender o FUNDEB**. Ceilândia – DF: Idéa, 2007.

NEGRI, Barjas. **O financiamento da educação no Brasil**. Brasília: MEC/ FNDE, setembro de 1995a. (Texto para discussão)

NEGRI, Barjas. **O fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério**. Brasília: MEC/ FNDE, 1995b. (mimeo).

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Disponível em <<http://noticias.pgr.mpf.gov.br/>>. Acesso em 10 ago. 2009

OFICINA DE FINANCIAMENTO DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL, 1, 1988. São Paulo. **Anais ...**. São Paulo: APEOESP, 1998. 2 DVD.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O direito à educação. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa. (org.) **Gestão financiamento e direito à educação: análise da LDB e da constituição federal**. 3.ed. São Paulo: Xamã, 2007a., p.15-42. (Coleção Legislação e Política Educacional)

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O Financiamento da educação. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa. (org.) **Gestão financiamento e direito à educação: análise da LDB e da constituição federal**. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007b. p. 83-141. (Coleção legislação e política educacional)

PINTO, José Marcelino de Rezende. **As implicações financeiras da municipalização do ensino de 1º grau**. Campinas, UNICAMP, 1989.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Toma que o mico é teu, ou como se dá a articulação entre os sistemas de ensino no Brasil**. São Paulo, 1995. (mimeo).

PINTO, José Marcelino de Rezende. **A divisão de responsabilidades pelo ensino no Brasil e o impacto das mudanças recentes na legislação**. São Paulo, 1996 (mimeo).

PINTO, José Marcelino de Rezende. Uma proposta de custo-aluno-qualidade na educação básica. **Revista brasileira de política e administração da educação**. Porto Alegre, v.22, n.2, 197-227, jul./dez. 2006.

SAIU NO DIÁRIO OFICIAL, TÁ AQUI. **Adidos**. Disponível em:  
<<http://www.publicado.com.br/ud/map03.htm>> Acesso em: 10 ago. 2009

SÃO PAULO. **Lei n. 8.510/93** de 29 de dezembro de 1993. Altera a Lei n.º 3201 de 23 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a parcela, pertencente aos municípios, do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/176398/lei-8510-93-sao-paulo-sp>>. Acesso em 10 ago. 2009.

SÃO PAULO. **Decreto nº 42.966**, de 27 de março de 1998. Disciplina a transferência e o aproveitamento dos integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dá providências correlatas. Disponível em:  
<[http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes\\_p0806-0809\\_c.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0806-0809_c.pdf)>. Acesso em 10 ago. 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia** 32. ed. Campinas; São Paulo: Autores Associados, 1999.

SANTOS, Lucilene Aparecida dos. **História da educação infantil de Pirapozinho – SP (1970 – 2002)**. 2002. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) –) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Presidente Prudente, 2002.

SERBINO, R. V. *et al.*(Org). **Formação de professores**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Seminários e debates)

SINGER, P. Poder, política e educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 1, 1996.

SOUZA, Donaldo B. de (org); OMETO, Ana M. H. et al. **Acompanhameto e controle social da educação: fundos e programas federais e seus conselhos**. São Paulo: Xamã, 2006. 224p.

SOUZA, Donaldo B. de (org); CALDERÓN, Adolfo I. et al. **Conselhos municipais e controle social da educação: descentralização, participação e cidadania**. São Paulo: Xamã, 2008. 263 p.

SOUZA, Paulo Renato, **Comentário ao Parecer nº 02/97**, de 16 de abril de 1997, Brasília: MEC,1997. Aviso nº 178



VIANA FILHO, Luiz. **Anísio Teixeira: a polêmica da educação.**  
Disponível em <[http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/livro9/chama\\_capitulo3.html](http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/livro9/chama_capitulo3.html)>.  
Acesso em: 10 ago. 2009.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino. **Política educacional no Brasil: introdução histórica.** Brasília: Liber, 2007, 188 p.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política educacional em tempos de transição: 1985-1995.** 2.ed., Brasília: Líber, 2008, 251 p.

ZAGO JÚNIOR., Guerino; BRYAN, Newton. **Pré-tese sobre a questão do financiamento do ensino público no estado de São Paulo.** São Paulo, 1995. (mimeo).

ZAGO JÚNIOR., Guerino et al. **A municipalização do ensino público no estado de São Paulo.** São Paulo, 1997, (mimeo).

ZAGO JÚNIOR., Guerino. Salário versus verbas: o caso do Magistério Paulista. In: SERBINO, Raquel Volpato et al (org.). **Formação de professores.** São Paulo: Unesp, 1998, p. 347-349.

## BIBLIOGRAFIA

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber, 2005. 68p. (Série Pesquisa, 13).

APPLE, Michael W. Entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo: a educação e conservadorismo em um contexto global. In: BURBULES, N. C; TORRES, C. A. (ed). **Globalização e educação: perspectivas críticas**. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 45-57.

BASSI, Marcos Edgar. **Gestão e financiamento da educação básica: repercussões do Fundef em sete municípios paulistas**. 2001. 265f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da nossa época, 56).

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Investimentos públicos em educação**. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/estatisticas/gastoseducacao/indicadores\\_financeiros/P.relacao\\_PIB.htm](http://www.inep.gov.br/estatisticas/gastoseducacao/indicadores_financeiros/P.relacao_PIB.htm)>. Acesso 10 ago. 2009.

BRASIL. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases para a educação. Disponível em: <<http://www.fiscosoft.com.br/indexsearch.php?PID=545>>. Acesso em: 16 out. 2008.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996b. Estabelece as diretrizes e bases da educação Brasília: MEC, 1996b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 09 jul. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parecer CNE 1/97** aprovado em 26 de fev. 1997, Brasília: 1997b. Orientações Preliminares da Câmara de Educação Básica sobre a Lei nº 9.394/96. Disponível em: <[http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes\\_p0252-0255\\_c.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0252-0255_c.pdf)>. Acesso em 10 ago. 2009.

BRASIL, **Parecer CNE n. 30**, de 12 de setembro de 2000. Conselho Nacional de Educação. Disponível em <[http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes\\_p0739-0753\\_c.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0739-0753_c.pdf)> Acesso em: 13 jul. 2009.

BRASIL, **Lei n. 10.172/2001** de 09 de janeiro de 2001. Aprova o plano Nacional de Educação. Brasília: MEC. 2001. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2009.

BRASIL, **Lei n. 10.832**, de 29 de dezembro de 2003. Altera o §1º e o seu inciso II do art. 15 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e o art. 2º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que dispõem sobre o Salário-Educação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.832.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.832.htm)>. Acesso em 10 ago. 2009.

BRASIL, **Lei n. 11.274** de 6 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília: MEC. 2006a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm)> Acesso em: 28 jan. 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. **Ensino fundamental de 9 anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: FNDE, 2006b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Quadro comparativo – FUNDEB-FUNDEF**. Brasília. 2006c. Disponível em: <[ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fundeb/quadro\\_comparativo\\_fundeb\\_fundef.pdf](ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fundeb/quadro_comparativo_fundeb_fundef.pdf)>. Acesso em 10 ago. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de desenvolvimento da educação**: razões princípios e programas. Brasília, 2007b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 28 jan. 2008.

BRASIL, **Resolução Nº 2** da CEB/CNE de 28 de maio de 2009. DOU de 29 /05/2009, Seção 1, p. 41 e 42. Brasília: MEC, 2009b. Disponível em: <[http://lce.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao\\_cne\\_ceb002\\_2009.pdf](http://lce.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002_2009.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2009.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Transparência Pública**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2009. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>> Acesso: em 12 ago. 2009.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal**. Brasília: STN, 2009. Disponível em: <<http://www.stn.fazenda.gov.br/siafi/index.asp>> Acesso em: 10 ago. 2009.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Calculadora do Cidadão**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/jsp/index.jsp>> Acesso em: 10 ago. 2009.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Biblioteca do IBGE**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/saopaulo/pirapozinho.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2009

BUTARELO TOFFOLI, Fernanda Stefani. **A municipalização do ensino fundamental: as políticas públicas adotadas pelo município de Adamantina, estado de São Paulo, em decorrência da emenda constitucional nº 14/96**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

CARREIRA, Denise; PINTO, José Marcelino Resende. **Custo aluno-qualidade inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil**. São Paulo: Global, 2006.

CASTRO, Jorge Abrahão. Financiamento e gasto público da educação básica no Brasil e comparações com alguns países da OCDE e América Latina. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 841-858 (Especial, Out. 2005) Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 28 set. 2008.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, **Histórico do “acordo nacional” do piso salarial profissional**. Brasília, 1995 (mimeo).

CUNHA, Célio da. Plano decenal: fundamentos, trajetória e alcance social. **Em Aberto**, Brasília, ano 13, n.59, jul./set. 1993.

CURY, C. R. J. Novo ordenamento jurídico da educação: a responsabilidade ampliada. **Revista da UNDIME**, Rio de Janeiro, v. 3, n. ano 4, p. 10-12, 1998.

DAVIES, N. **Financiamento da educação: novos ou velhos desafios**. São Paulo: Xamã, 2004.

DAVIES, N. FUNDEB: a redenção da educação básica? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, Especial out. 2006. p.753-774. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 08 mar.2009.

DELGADO, G. C.; CASTRO J. A. **Direitos sociais no Brasil sob risco de desconstrução**. IPEA, políticas sociais - acompanhamento e análise | 9 | nov. 2004. Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps\\_09/ENSAIO2\\_Guilherme.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_09/ENSAIO2_Guilherme.pdf)>  
Acesso em: 10 ago. 2009.

MORROW, R. A., TORRES, Carlos. A. Estado, globalização e políticas educacionais. In: Burbules, N. C. & Torres, C. A. (Ed.). **Globalização e educação: perspectivas críticas** (tradução de Ronaldo Cataldo Costa). Porto Alegre: ArtMed, p. 27-44, 2004.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma política educacional**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção educação contemporânea).

SOUZA, Donaldo B. de; FARIA, Lia C.M. de (Org.). **Desafios da educação municipal**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, 480p.

SOUZA, Donaldo B. de. **Política, gestão e financiamento de sistemas municipais públicos de educação no Brasil: bibliografia analítica (1996 - 2002)**. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2005, 288p.

SÃO PAULO. TCE. **Manual básico - Aplicação no ensino - as novas regras**. São Paulo, s.d. (1998 ou 1999). Inclui a Instrução No. 1, de 10/12/97, e o voto do relator Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues.

SÃO PAULO (Estado) Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. **Manual básico: aplicação de recursos no ensino**. São Paulo: ago. 2007. Disponível em <[http://www.tce.sp.gov.br/arquivos/manuais-basicos/2007\\_aplicacao-de-recursos-no-ensino.pdf](http://www.tce.sp.gov.br/arquivos/manuais-basicos/2007_aplicacao-de-recursos-no-ensino.pdf)> Acesso em: 07 out. 2008.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEAD. **O estado dos municípios 2004 – 2006: Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) versão 2008**. São Paulo: 2008a. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/projetos/iprs/ajuda/metodologia.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2009.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEAD. **IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social: Região Administrativa de Presidente Prudente versão 2008**. São Paulo: 2008b. Disponível em: <[http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/analises/ra\\_pres\\_prudente.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/analises/ra_pres_prudente.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2009.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEAD. **IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social**: Município de Pirapozinho. São Paulo: 2008c. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/analises/pirapozinho.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2009.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Central de atendimentos. São Paulo: SEE, 2009. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br>> Acesso em: 10 ago. 2009.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Municípios e parcerias. São Paulo: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.fazenda.sp.gov.br>> Acesso em: 10 ago. 2009.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. Região Administrativa de Presidente. São Paulo: 2008. Disponível em: <<http://www.ppa.sp.gov.br/perfis/PerfilRAPresidentePrudente.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2009.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (APEOESP). **O abandono da escola pública**: uma política deliberada. [São Paulo], 1993.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (APEOESP). **O abandono da escola pública**: uma política deliberada. São Paulo, 1995.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (APEOESP). **Os recursos vinculados à educação**: alguns elementos para fiscalizar a sua aplicação. [São Paulo].1998. (Caderno n. 3)

TEODORO, Antonio. **Globalização e educação**: políticas educacionais e novos modos de governação. São Paulo: Cortez, 2003.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed., Porto Alegre: Bookman, 2003.

# **Anexos**

## ANEXO 1: ENTREVISTA COM O EX-PREFEITO SERGIO PINAFFI

**Pesquisadora:** A entrevista é com o ex-prefeito Sergio Pinaffi, que tendo sido eleito, foi responsável pelo executivo municipal e assinou o convênio de municipalização das séries iniciais do ensino fundamental no município de Pirapozinho. Gostaria então que o senhor falasse seu nome, o período de sua atuação na prefeitura, sua profissão, algumas coisas sobre sua pessoa.

**Entrevistado:** Meu nome é Sergio Pinaffi. Eu fui eleito prefeito em 2000 e fui reeleito em 2004. Nascido em Pirapozinho, apesar de ter me formado professor de Matemática, sempre atuei no comércio e sempre gostei de política. Anteriormente às vezes em que fui candidato atuei também nos bastidores da política, ora coordenando ora apoiando candidaturas. Cheguei até a ter fama de pessoa que tinha facilidade em eleger prefeitos aqui, até que chegou um ponto que eu me entendi em condições de ser eu mesmo candidato a prefeito. Me candidatei, perdi a primeira porque na época disputei contra uma pessoa que era um verdadeiro mito aqui em Pirapozinho. Perdi e perdi feio! Mas serviu de base para que eu ganhasse a campanha seguinte. Em 2000 eu consegui finalmente me eleger prefeito de Pirapó!

**P:** Quando o senhor assumiu o cargo de prefeito municipal pela primeira vez, qual era a responsabilidade do município com a educação? O que havia de educação no município e quais as responsabilidades do executivo local?

**E:** Então, quando eu assumi, eu assumi uma responsabilidade muito grande porque assumi salários atrasados inclusive de professores. Assumi escolas em situação difícil, estas estavam praticamente abandonadas. O sistema de transportes de estudantes também não funcionava porque alguns veículos que existiam estavam em situação precária. “Perueiros” que não estavam recebendo, conseqüentemente quem não recebe não presta bom serviço. A responsabilidade era muito grande, havia um movimento pela municipalização da educação e que naturalmente tinha uma facção que era contra e não aceitava de forma nenhuma.

**P:** Já existia escola de ensino fundamental, creches, pré-escolas? Quais as etapas do ensino eram oferecidas pelo município?

**E:** Tinha creches, tinha o ensino fundamental mas era uma fração muito pequena de alunos que eram educados pelo sistema da prefeitura, a maioria ainda era estadual.

**P:** A constituição exigia que se gastasse os 25% dos principais impostos e transferências com a educação. Só existiam as creches, a pré-escola e poucos alunos do ensino fundamental. Como eram gastas todas as verbas da educação no município até então?

**E:** Então, fica um pouco difícil eu falar disso porque aí vamos entrar num campo de críticas e criticar não leva a nada, mas sei que eram gastos de maneira fantasiosa. Nem sempre o documento espelhava a verdade do gasto, e a gente sabia disso, e precisávamos implementar seriedade na aplicação dessas verbas. Precisávamos também achar um meio de que as verbas que o município tinha direito realmente viessem para Pirapozinho, porque da forma que estavam sendo distribuídas as verbas da educação, no meu entender, o município estava perdendo dinheiro pelo fato de não assumir a educação, de não municipalizar a educação até então.

**P:** Mas os recursos do município eram gastos só com as creches e com o pouco que tinha de escola fundamental, ou também contribuía com as escolas estaduais, transportes de alunos e outras coisas?

**E:** É! Pelo menos o que nós encontramos aparentemente contribuía, e nós não podemos dizer com certeza até onde contribuiu ou não, só sei que não era bem gasto o dinheiro, tinha funcionário demais em certos setores, funcionário de menos nos outros setores.

**P:** Inclusive nas escolas estaduais?



**E:** Exatamente! Era um tal de prefeito ligar para escola estadual para pedir pelo amor de Deus ao diretor para aceitar mais um apadrinhado dele lá, então era um dinheiro sendo gasto sem necessidade, indevidamente.

**P:** E aí então veio o FUNDEF, e teve reflexos na situação financeira do município. O senhor poderia dizer quais reflexos foram esses, pelo fato do FUNDEF reter algumas verbas da educação e devolver apenas pelo número de alunos do ensino fundamental?

**E:** Então, nós tínhamos que aumentar esse número de alunos para que as verbas viessem mais abundantemente para o município, porque os compromissos eram muitos. Nós tínhamos que começar a montar uma estrutura própria pro município e os recursos ainda eram poucos. O estado manda os recursos baseado naquilo que a gente projeta, naquilo que a gente mostra pra ele e na verdade o ensino de Pirapó, em termos de educação municipal, quase que nem existia. Consequentemente os recursos eram poucos. Na época começamos a montar uma equipe de estudo, inclusive a senhora (a pesquisadora) na época era vereadora e foi um apoio muito grande que nós tivemos, porque eu me enquadrava no grupo daqueles que entendiam muito pouco do assunto, e a senhora realmente ajudou bastante. Esclareceu muita coisa, inclusive a respeito de arrecadação e orçamento público, das possibilidades de arrecadação de novos recursos. Pudemos então ampliar esses recursos e apesar da senhora ter sido eleita pela oposição, contribuiu muito para minha administração, não só na área da educação mas em diversos setores. Tivemos muitas diferenças, mas sua atuação nunca foi de oposição sistemática, entendo que a coerência marcou sua passagem pela câmara municipal.

**P:** E pelo fato do dinheiro ficar no FUNDEF foi necessário cortar gastos com as escolas estaduais?

**E:** Sim! Na época uma das iniciativas que eu tomei, acho que no primeiro ano (se não me engano), foi necessário fazer um PDV (plano de demissão voluntária) pra poder “enxugar a máquina”. Tinha setor que tinha gente demais e outro que tinha gente de menos. Ficava difícil transferir servidores de um setor para outro porque nem sempre eram pessoas capacitadas para aquela determinada função, então precisávamos “enxugar a máquina” porque também já estávamos no limite de gastos com o pessoal. Na época também servi de “cobaia”, junto com milhares de prefeitos do Brasil inteiro, com respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi implantada a lei em cima do nosso mandato. Imagine você iniciando um mandato, sem experiência e ainda enfrentar uma lei que mudava muita coisa. A arrecadação era a mesma e às vezes até menor, a estrutura da administração toda montada nos moldes antigos e cheia de vícios. Foi uma época muito difícil e a gente acha que conseguiu superar as dificuldades com atitudes duras e severas. Muitas delas impopulares ao extremo, pois de outra forma não teríamos conseguido tocar a “máquina”.

**P:** Então voltando à educação e ao processo que se desencadeou como consequência da implantação do FUNDEF, eu gostaria que o senhor contasse até com detalhes, como foi esse processo de negociação que envolveu o executivo, a secretaria da educação e seus representantes na região além dos demais agentes políticos, processo esse que culminou com a municipalização somente em 2006. Gostaria também que o senhor opinasse a que se atribuiu a demora, visto que [o processo] teve início em 2001, quando o senhor assumiu, e foi concluído só em 2006.

**E:** A demora foi porque nós tentamos conduzir tudo num processo o mais democrático possível, porque não tentamos empurrar “goela abaixo”, até porque não adiantava mesmo. Tudo que é empurrado “goela abaixo” não dá certo. Foi então um processo bastante amplo, muito discutido, inclusive com a sua pessoa, que além de professora e líder dos demais professores locais, era vereadora na época e ajudou bastante. Me lembro até que a sua atuação deixou alguns companheiros seus frustrados, porque muitos achavam que a senhora, tendo sido eleita dentro da atividade sindical, tomaria uma posição radicalmente contra a municipalização. Pra surpresa de muitos, inclusive minha, confesso, a senhora não foi radical.

Pelo contrário, foi intermediária de um vasto leque de negociações de forma que todos participaram e tiveram momentos de expor suas idéias. Sei que o que vou dizer pode até soar contraditório vindo de uma ativista da APEOESP, mas na minha opinião, sem sombra de dúvida, a senhora foi a “madrinha” da municipalização em Pirapozinho. Inclusive digo que se a municipalização deu certo em nosso município isso deveu-se em grande parte à sua orientação sobre muita coisa que eu desconhecia a respeito da educação. A senhora me abriu muito a visão a respeito das possibilidades de arrecadação do município, que eu conhecia assim de uma maneira bastante simplória. Eu e os demais integrantes do grupo de discussão aprendemos muito com o estudo profundo que senhora apresentou. E no meu caso tirei muito proveito daquilo. Tentei aplicar o que foi discutido nessas reuniões. Isso possibilitou que aumentássemos a arrecadação de uma maneira justa e conseqüentemente tivesse uma verba maior para aplicar na educação. Isso foi se desenvolvendo, não havia possibilidade de atropelar a situação, porque se atropelasse daria briga, daria discussão e discórdia. Então a maneira que encontramos foi discutir amplamente, dar condição de todos se manifestarem, por isso demorou todo esse tempo para municipalizar. Isso fez inclusive com que os louros dessas conquistas fossem colhidos quando minha administração já tinha terminado, mas foi um processo tão bem discutido que a população tem na memória que foi uma conquista ocorrida na nossa gestão.

**P:** Então, em um primeiro momento os professores eram radicalmente contra a municipalização, e depois eles passaram a ter uma outra visão. Como foi esse processo, esse encontro dos professores, essa procura dos professores a respeito da possibilidade de municipalização nesse segundo momento?

**E:** Então, você colocou muito bem: a princípio a grande maioria era contra e como foi um processo demorado e muito bem discutido, nós fomos conquistando adeptos que até então eram contra a idéia. Também ajudou muito o fato dos professores temerem que pudesse vir uma municipalização por decreto, onde eles não teriam espaço, nem tempo, nem condições de discutir detalhes e assim poderiam sair prejudicados. Assim pessoas que eram radicalmente contra passaram a pedir até que se apressasse a municipalização e foi o que aconteceu.

**P:** Eles solicitavam muito do executivo, o senhor se lembra como foi a relação dessas pessoas com o legislativo?

**E:** Bem, no legislativo alguns eram contra e outros a favor. Aí volto a ressaltar o papel da senhora no processo que na qualidade de vereadora, conduziu o processo de discussão de uma forma que este se transformou em subsídio para que os demais vereadores passassem a entender profundamente as questões. Isto se deu pelo seu histórico de vida dentro da educação. Tanto os professores, como os pais de alunos e demais profissionais da área conheciam sua luta pela educação de qualidade e confiaram a você a condução do processo. Acho que todos eles, assim como eu, tinham na lembrança quando você pedalava por toda cidade com sua filha na garupa e os panfletos da Apeoesp no bagageiro da sua bicicleta (risos). Ao final alguns vereadores que eram contra, passaram a admitir a municipalização além da grande maioria de professores que eram radicalmente contra, que passou a entender que o que estávamos propondo era algo pra melhorar inclusive as condições de trabalho deles, melhorar o ganho deles e conseqüentemente as condições de vida do professor. Foi o que aconteceu, foi um convencimento lento, mas que aconteceu e no fim foi até um motivo de satisfação pra nós, porque não foi nada imposto, nada “goela abaixo”, mas tudo democraticamente resolvido.

**P:** Então, o senhor disse que quem levou os louros foi o governo que veio depois. A gente sabe que o FUNDEF levava os recursos e ficou muito pouco recurso no município comparado com o que tinha antes. Só que esse período foi um período em que os professores conquistaram seu estatuto de magistério, o senhor poderia falar um pouco de como foi a construção desse estatuto? O senhor se lembra quais pessoas contribuíram para isso?

**E:** Então retrocedendo um pouco, lá no início, nós fizemos uma caravana para São Paulo e fomos conversar com as pessoas que realmente administravam a educação do estado, que poderiam então dar uma luz pra nós a respeito dos prós e contras e nós encontramos tudo isso na secretaria. Fomos lá com uns 30 professores e inclusive pessoas que não eram da área da educação, mas que representavam diversos setores da comunidade tais como a Maçonaria, o Rotary Club, a Associação Comercial e outras entidades daqui. Isso foi feito para que a coisa não se prendesse só ao legislativo, executivo e a classe dos professores. Como essa primeira fase foi muito demorada, mas teve resultado satisfatório, paralelamente a isso também, sempre subsidiados pela prof<sup>a</sup> Célia Ramos, elaboramos o tão sonhado estatuto do magistério. Até então o professor não tinha nada em que ele pudesse se apegar ou se apoiar e o estatuto saiu de maneira satisfatória, e eu acredito que hoje o professor já pode dizer que tem um estatuto à altura aqui em Pirapozinho, e que deve muito a essas pessoas que se envolveram lá atrás, e volto a ressaltar que a professora Célia Ramos foi de vital importância. Devo dizer que é uma pena para nossa população que ela tenha abandonado a vida política!

**P:** Então, mas agora eu sou apenas uma pesquisadora e gostaria que o senhor falasse sobre o que quisier com respeito à educação, principalmente qual foi o lugar que a educação ocupou nas prioridades do seu governo.

**E:** Olha, é difícil a gente falar da gente mesmo, mas eu, apesar dos contratemplos, apesar de todos os acontecidos nesse período que eu administrei Pirapó, eu reconheço que tenho um temperamento que não é muito fácil, mas também reconheço que tenho capacidade de ouvir as pessoas que entendem mais do que eu principalmente, tenho a capacidade de copiar o que é bom. Isso fez com que eu fizesse uma administração em Pirapó, no meu ponto de vista, que mudou a cara da cidade em muitos aspectos e a educação foi um deles. Nós construímos mais creches do que todos os prefeitos juntos que passaram até então. Nós construímos escolas, salas de aulas. Por exemplo a escola municipal, quando eu assumi, não tinha nem telhado, ela só tinha uma laje que quando chovia pingava nas cabeças dos alunos. Já no primeiro ano fizemos daquela escola, a mais bonita da cidade, e depois a ampliamos várias vezes, tanto é que hoje ela é uma das maiores escolas de Pirapozinho. Equipamos, melhoramos sensivelmente o transporte escolar, envolvemos as escolas em todos os eventos do município, a senhora mesmo é testemunha disso. Nós resgatamos a realização dos desfiles cívicos, pois achávamos isso tão bonito, mas por décadas ficou sem se fazer nenhum desfile em Pirapó. Nós recuperamos isso e passamos a comemorar as datas com desfiles envolvendo as escolas. Isso pra muita gente parece bobagem, mas para o pai do aluno e principalmente para o aluno é de uma importância que ele nunca mais vai esquecer o dia que ele desfilou pela cidade, ostentando a bandeira, ostentando uma faixa, ou participando de uma apresentação.

**P:** Os convênios com o ensino profissionalizante, a história das paredes lá da escola, eu achei muito interessante aquela iniciativa...

**E:** Sim, fizemos vários convênios e parcerias. Acho que se somar todas as administrações juntas, até a que está aí hoje, não fizeram tantas parcerias com entidades, com o próprio governo para que se propiciasse cursos profissionalizantes de pedreiro, carpinteiro, eletricista e outros. Está aí a marca na escola municipal Moacyr Teixeira: os painéis que os próprios pedreiros fizeram, os assentadores de pisos, cacos e restos de piso que sobraram e está lá uma verdadeira obra de arte. Nós temos hoje pedreiros que só trabalham em condomínios de elite, em cidades vizinhas aí, porque? Porque se aprimoraram nesses cursos profissionalizantes que proporcionamos na nossa administração. Mais uma vez vou repetir, para muita gente parece besteira, mas para quem conseguiu sair de um lugar comum, de um pedreiro comum para um pedreiro especializado por causa de um curso que ele fez, também nunca ninguém vai esquecer, porque não foi só ele o beneficiado, a família dele toda foi. O cliente dele que passou a ter uma mão de obra melhor também. Tudo isso eu acho que faz parte da educação. Nós envolvemos as escolas no plantio de árvores, e a senhora se lembra perfeitamente disso.

Árvores nos rios, nos córregos, nas avenidas, praticamente em todo município de Pirapozinho. A entrada e a saída da cidade dava vergonha e hoje Pirapó é uma das cidades que tem a entrada e saída da cidade mais bonita da região, graças à parceria do executivo com as escolas. Nós preparávamos os terrenos e convocávamos os alunos para plantar flores, plantar árvores nessas vias de acesso à cidade. Eu me lembro que nós tínhamos que plantar 30 mil mudas de flor e previmos que faríamos [isso] em cinco dias de plantio. Plantamos em um dia e meio, porque não só as escolas participaram como os pais dos alunos. As pessoas que iam passando se entusiasmaram tanto que passaram a ajudar a plantar essas flores, plantamos tudo em um dia e meio. Tudo isso faz parte de um projeto que nasceu lá no comecinho e que foi ganhando credibilidade e ganhando adeptos.

**P:** E pra educação do município a transformação do FUNDEF em FUNDEB, o senhor se lembra aconteceu isso no finalzinho já da sua gestão, certo?

**E:** Sim !

**P:** O FUNDEB, o senhor acha que traz novas perspectivas, melhorias ou não faz diferença?

**E:** Olha, fica um pouco difícil eu falar disso, porque conheço muito genericamente isso aí. Eu não sei, deve ter mudado muita coisa nesses dois anos que estou afastado da administração, mas, no meu ponto de vista, se o administrador souber usufruir daquilo que é oferecido, porque o estado, a união ela oferece, mas exige alguma coisa em troca, se você souber usufruir daquilo que ele oferece é boa coisa. O município assim só pode crescer. Eu estou sabendo aí, que deixaram de fazer convênios porque dava muito trabalho, porque tinham que ir em Brasília assinar e tinham que levar para a secretária da educação, depois não sei pra quem... Não adianta “quem tem dó de angu não engorda cachorro!”, você tem que gastar pra conseguir verba, eu muitas vezes sabia pelos jornais ou televisão, que poderia acontecer liberação de recursos em determinada secretaria ou ministério. Eu levantava vôo daqui e ia lá brigar, porque aquele que chega primeiro recebe, não adianta você ser o último a buscar um recurso, que às vezes já faz um ano que está sendo liberado, você chega lá e já esgotou. Então você tem que ser o primeiro, é isso que acontecia.

**P:** Nesse sentido, o governo estadual na época da municipalização, se comprometia a dar um suporte em termos de construção de escolas, de reformas? Alguma coisa assim pra ajudar nesse processo?

**E:** Sim, como tudo na vida existe uma negociação, e também o governo não dá nada sem pedir algo em troca, e a gente também não faz nada senão pede alguma coisa também, é uma barganha! O governo está lhe liberando verba, e você também tem que, da mesma forma que você está aplicando certinho, fazendo seu município crescer, o governo está enxergando e lhe dá condições de você pedir mais pra ele. Nós conseguimos aquela escola do residencial Natal Marrafon num momento em que Pirapozinho tinha salas de aulas ociosas, sobrando, mas porque? Porque eram locais longe daquele bairro, então não adianta você ter sala de aula sobrando na vila Santa Rosa, sendo que o aluno está no “Natal Marrafon”. Então nós com uma luta muito difícil, conseguimos uma bela escola para aquele bairro. Conseguimos creches, quando eu saí, deixei uma creche assinada, que é essa ali perto do Fórum. Enfim, eu acho que nós tivemos aí, boas conquistas na área de educação, e acredito que deixamos o caminho preparado, arrumadinho para que os próximos prefeitos pudessem fazer a cidade crescer ainda mais, ampliar ainda mais essa prestação de serviço. Educação é uma prestação de serviço da administração para a população. E eu acho que ela deve ter prioridade, porque a partir da educação você cresce em todos os sentidos. Você diminui a violência, faz com que as pessoas melhorem a qualidade de vida, melhorem a renda *per capita*, tudo através da educação. Se não for por aí hoje você não chega lugar nenhum.

**P:** Acho que já fechou com chave de ouro a entrevista. Então a gente só tem a agradecer, e torcer para que a educação fique cada vez melhor.

**E:** Professora, eu gostaria de dizer o seguinte: entre as minhas lembranças da administração que passou, você é uma boa lembrança pra mim, apesar de não ter sido eleita comigo. Você não jogava mole comigo também, você jogava duro, mas você tinha, ou melhor tem algumas características que nem todo político tem, primeiro que você conhece muito de política, de educação, e muito de uma forma geral, de um todo! Um outro aspecto que você tem é de justiça, você nunca foi levada pela “politicagem” ou por mágoas pessoais. Você foi justa e coerente naquilo que você reivindicava e no que você argumentava. Então, a sua atuação como vereadora só me ajudou, apesar de não ter sido situação, você era uma oposição consciente, me orientou muito. Sempre achei que a oposição é importante para que o administrador erre menos e pode estar certa que você me ajudou a errar muito menos do que poderia ter errado.

**P:** Isso é muito bom ouvir, saber que a gente pôde contribuir de alguma forma. Não como a gente gostaria, nem talvez como o senhor gostaria, mas com certeza foi o melhor que pudemos fazer! E acho que esse também foi o seu caso! Muito obrigada pela entrevista!

## **ANEXO 2: ENTREVISTA COM A ATUAL DIRETORA DA DIVISÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**Pesquisadora: P**

**Entrevistada: E**

**Obs.** As questões foram deixadas com a professora que as respondeu por escrito.

**Identificação:** Diretora municipal de educação

**Nome:** Vera Lucia Fioravante Cavalli

**Período de atuação**

**Como diretora municipal de educação:** 12/02/2007 à 08/07/2008

**Na gestão escolar da rede estadual:** 28/02/1975 à 20/07/2005

**Em sala de aula:** o mesmo - 30 anos

Paralelo entre o trabalho realizado na educação infantil, modalidade creche, enquanto mantidas pela assistência social e atualmente como entidade educativa.

**E:** Pirapozinho é um município atípico, já que passou por três cassações de prefeitos. Este é um processo que desgasta o município, que o deixa desacreditado perante os órgãos oficiais de governo e a própria comunidade. Numa dessas cassações – período de 27/10/1.999 a 31/12/2000 – meu marido que era vice-prefeito, assumiu a prefeitura municipal e nós atuamos como presidente do Fundo Social de Solidariedade e como Diretora da Divisão Municipal de Assistência Social. Assumimos os dois cargos e as duas funções, pois, nessa época não se aplicava a lei do nepotismo.

Recebemos 3 creches no município e 1 no distrito de Itororó do Paranapanema. Nessa época as creches eram mantidas pela Assistência Social. Não tinha a característica educativa, apenas assistencial.

Os pais, que precisavam trabalhar, colocavam seus filhos, apenas para a modalidade creche (maternal e berçário). As pré-escolas eram nas escolas de ensino fundamental, atendidas pela rede estadual e posteriormente, paralelamente, para atender a demanda foi criada a rede municipal. Nem todas as crianças frequentavam a pré-escola, como acontece nos dias de hoje, e não possuímos demanda reprimida para essa modalidade de ensino. Os professores de 1ª série, das escolas de ensino fundamental, testemunhavam a diferença entre as crianças que tinham passado pela pré-escola e as que não tinham. As creches que recebemos, eram precárias, tanto no trabalho realizado com as crianças, bem como na alimentação, atividades realizadas, equipamentos e materiais de recreação. As coordenadoras de creche tinham as funções de: abrir e fechar as mesmas, cadastrar crianças e olhar para evitar algum tipo de acidente. A merenda era feita na própria creche, sem acompanhamento de uma nutricionista, os produtos não tinham ficha de controle de qualidade, não existia cardápio. A creche do distrito de Itororó, estava com ordem judicial para ser fechada, por desmando: sanitários entupidos, pias vazando, berços amarrados uns aos outros com arame e encostados na parede para não cair, não existiam cortinas. As crianças faziam atividades e se alimentavam sob o sol que adentrava pelas janelas, o freezer na parte da manhã ficava exposto ao sol, pois não tinha como mudá-lo de lugar, as mamadeiras dos bebês eram deploráveis, não tinha mangueira para a faxina, que era feita jogando-se água com o caldeirão em que se cozinhava o feijão, e mais tantas outras coisas que nos falta espaço e tempo para elencá-las. As crianças almoçavam diariamente arroz com batata doce frita. Não tinham hábito de comer frutas, por não conhecê-las. Arregaçamos as mangas e fomos à luta. Pedimos 30 dias para tomarmos as providências necessárias com esta creche. Consertamos os problemas da parte física, fomos em busca de

parceiros (pessoas da comunidade de Pirapozinho), e trocamos todos os berços, cortinamos, compramos TV, antena parabólica. Fizemos compras de roupas/calçados para as crianças usarem na creche, bem como para irem para casa. Melhoramos e enriquecemos a alimentação. Todas as creches receberam materiais de recreação. As crianças de todas as creches usavam calças plásticas, confeccionadas em sacolinhas doadas por um dos mercados por uma senhora evangélica, mãe de um dos bebês. Evidentemente que oferecemos às crianças das creches, condições dignas de frequentar as mesmas, mas era essa a função maior da assistência social. Só para lembrar, a creche de Itororó, aquela que estava com ordem judicial para fechar, e nós pedimos 30 dias, lembra!!!!!!!, pois não fechou e existe até hoje. Findos os 30 dias, a equipe da Divisão Regional de Assistência Social (Presidente Prudente), realizou fiscalização, e todos choramos, quando ela disse que até o “cheiro” da creche era diferente. Hoje, aquelas “creches”, já não existem mais. Em seus lugares... E ...olha eu aí... de novo. Chegamos em fevereiro de 2.007, e o visual da creche era outro, mas o atendimento o mesmo, com um diferencial que agora são atendidos berçário, maternal, Pré I e Pré II, no mesmo prédio. As crianças continuavam do mesmo jeito, atendidas por ADIs – Auxiliares de Desenvolvimento Infantil, que têm uma função importantíssima nessa 1ª fase da vida das crianças. Mas cadê a orientação para elas? ... Nenhuma. Para iniciar, designamos uma professora como coordenadora da educação infantil, levando em conta toda a sua formação e experiência com essa faixa etária. Foi criada uma rotina diária. As ADIs passaram a receber capacitação. Hoje elas possuem até semanário. Passaram de meras trocadoras de fraldas para exercerem sua real função de participantes do processo de crescimento de cada criança. Hoje, as creches tem HTPCs, sob a orientação da coordenadora pedagógica. As coordenadoras de creche foram designadas como vice-diretoras, através de alteração no Plano de Carreira e projeto de lei que enviamos a Câmara Municipal. A alimentação é feita com cardápio, com acompanhamento de nutricionista, que efetua o preenchimento das fichas de controle de qualidade dos alimentos. As nossas EMEIs, só perdem para as particulares, nos espaços e na fama que as particulares acabam tendo. É oferecido um trabalho de primeiríssima qualidade. Temos profissionais competentes, dedicados. É claro que, como em todo lugar e profissão, sempre aparece alguém que parece estar fora do seu *habitat*, mas quando detectamos o problema, corremos em busca de solução. Hoje as EMEIs contam com computador, com impressora e internet, TV de 29”, rádio toca CD, máquina fotográfica, material didático pedagógico e de recreação atualizados, canto da leitura e educação continuada para todos. As crianças participam de projetos. Para finalizar você que lê este pequeno relatório pode tirar suas próprias conclusões.

Será que há diferença da creche de 2.000, para a EMEI de hoje?

### **Parte 1 – caracterização da diretora da DME**

**P:** Gostaria de saber, inicialmente, qual a sua formação? (ensino médio, graduação/pós-graduação – área).

**E:** PEB-II – Matemática / Pedagogia com habilitação em administração escolar

**P:** Poderia me falar um pouco de sua experiência na área de administração, particularmente a administração pública?

**E:** 1.- No período em que estive na rede pública estadual, tive a felicidade de ser convidada para assumir a vice-direção da unidade escolar em que eu tinha o meu cargo efetivo – PEB-II, Matemática. Digo, felicidade, pois sempre fui e continuo sendo uma profissional que não teme os desafios, pelo contrário, estou sempre a procura deles. Foi uma experiência inédita, pois, após esse período, comecei a entender melhor a postura dos diretores das escolas. Pois quando passei para o “lado de lá”, vi como era difícil trabalhar com a categoria de professores. Passei por momentos e situações difíceis, muitas vezes até engraçadas, mas que precisaria de muito papel para relatá-las. Ficará para uma próxima oportunidade.

2.- Como dirigente municipal de educação foi, e está sendo realmente, desafiante, principalmente por ter assumido a direção da educação de um município, onde tudo estava por

fazer. Avançamos muito. Não entendo como mérito apenas do meu trabalho e esforço, mas, pela facilidade que tenho de me relacionar com as pessoas, e através deste carisma, obtive um retorno muito positivo das equipes de gestão das U.E.s, de suporte pedagógico da DME. Não se faz educação sozinho. E na parceria com as minhas “companheiras de luta”, as coisas tem fluído.

**P:** Como chegou a se tornar diretora da DME? Qual a sua relação com a temática da educação antes de assumir o cargo? A Sra. tem um relacionamento pessoal com o prefeito ou com os vereadores? Ou suas relações com a administração municipal são recentes e basicamente formais?

**E:** 1.- Após a minha aposentadoria, vivi alimentada pela esperança de continuar na educação. Como já disse anteriormente, corro atrás de desafios. Recebi um convite, do executivo municipal (anterior), para assumir esta função. E por 17 meses, tomei conta da educação do nosso município com toda garra e determinação, período de 12/02/2007 a 08/06/2008. Retornei em 6 de janeiro do corrente ano.

2.- A educação sempre foi e continua sendo algo muito importante na minha vida. Amo a “causa” e as “coisas” da educação.

3.- Para toda pessoa que ocupa uma função de dirigente, principalmente num setor tão importante como é o da educação, não há como não se relacionar com o executivo, o legislativo, bem como, com os demais setores, da administração pública. A relação de amizade que tenho com a administração municipal não é recente, pois estivemos juntos numa campanha política, só que o meu profissionalismo está acima de qualquer vínculo de amizade.

#### **Parte 2 – Prioridades governamentais e educação**

**P:** Com esse seu interesse pela educação, a Sra. encontra receptividade na política da prefeitura? Diria que a educação é prioritária na agenda política do prefeito? Ou existem outras prioridades? A relação do prefeito com o atual governador é satisfatória? Acredita que o novo governo produzirá mudanças importantes para a política educacional do município?

**E:** 1.- Sim. Quando encontro alguma barreira, procuro rompê-la. O mesmo trabalho que faço, de parceria com a equipe da educação, eu o realizo com os outros departamentos da administração. Respeito a todos e sou muito respeitada. Tenho sido muito solicitada para colaborar com outros setores e o faço com muita satisfação. Não há nada mais gratificante do que ser útil a alguém.

2.- A educação deve ser prioridade e exemplo numa administração pública, mas, evidente que não é só ela, pois a saúde e a assistência social, não podem ocupar lugar inferior nesse espaço. Um bom administrador é aquele que promove o desenvolvimento em todos os departamentos, para que ao final do mandato receba a aprovação da opinião pública.

3.- Muito satisfatória. Ele é do partido do governador, o que facilita muito numa administração. A sua vontade política tem sido o grande diferencial.

4.- Acredito muito nisso. Estamos entrando num outro processo que é a implantação de projetos. Acredito muito neles, pois quando bem elaborados apresentam resultados fantásticos.

**P:** No plano de governo do prefeito, qual é o lugar dado à educação? Nos últimos dois anos, considera que o plano do governo municipal vem se realizando? Existe documentação a esse respeito? Eu posso ter acesso a essa documentação?

**E:** 1.- Apresenta-se como uma das prioridades, não sendo diferente do que tem ocorrido com o estado e a união, que também tem dado destaque à mesma.

2.- Sim. Considerando o período em que estivemos à frente da educação, o nosso trabalho sempre foi muito intenso e com a atenção sempre voltada tanto para o lado administrativo quanto pedagógico.



3.- É evidente que temos as documentações: alterações importantes no plano de carreira, projetos de lei, resoluções, instruções, capacitações de profissionais, fórum da educação, projetos pedagógicos, etc.

**P:** Os recursos destinados à educação vão além dos 25% do orçamento municipal? Se sim, de que fontes provêm? A questão dos recursos é importante para a sra.? Já tomou alguma iniciativa para conseguir apoio para seus projetos educacionais? (ongs, parcerias com empresas, fundos governamentais, agências internacionais, etc.).

**E:** 1.- Sim. Recurso estadual: FUNDEB, QESE; recursos federais: PNATE, PNAE.

2.- Na minha concepção considero alguns recursos como importantes: o humano, a competência de um profissional, a experiência, a responsabilidade, a ética, a dedicação, a determinação, mas, tudo isso só frutifica se tivermos os recursos financeiros para efetuar os investimentos.

3.- Sim.

**P:** Qual é a posição da prefeitura sobre o assunto da participação e transparência na gestão? Gostaria que você falasse sobre os instrumentos de participação e a estrutura institucional necessária para que esses instrumentos funcionem. Por exemplo, existe orçamento participativo? Como é feito esse orçamento? As compras e os contratos que são realizados pelo município são publicados para conhecimento de todos? Existem conselhos instituídos para a participação da comunidade? Em quais áreas? Existe sistema de ouvidoria e atendimento das reclamações dos moradores do município? Há presença nesse município de ONG? Quais são e qual é o papel de cada uma delas?

**E:** 1.- Neste item destaco a importância dos conselhos municipais: educação, FUNDEB, alimentação, que tem participado não só como órgãos fiscalizadores, mas, sugerindo e acompanhando a aplicação dos recursos.

2.- O orçamento participativo está no plano de governo. A falta de transição e o fato do administrador atual, não ter encontrado em caixa, sequer os 5% permitidos por lei, para iniciar a sua gestão, tem retardado o início deste processo. Como discutir com a população sobre como aplicar recursos, se só na educação temos o montante de R\$ 198.000,00, para ser devolvido ao governo estadual, do repasse da folha de pagamento da municipalização (outubro, novembro, dezembro e 13º) ???????? E quase R\$ 8.000,00, para a Cesgranrio, pelas avaliações do SARESP. Desde o início do ano anterior, que já sabíamos, que em 2009, a SEE, disponibilizaria gratuitamente o SARESP para os municípios. Qual a importância de realizar a avaliação e não honrar com o compromisso do pagamento???

3.- Sim. A publicação é prevista em lei.

4.- Sim. Conselhos: da educação, FUNDEB, alimentação, criança e adolescente, segurança, etc.

5.- Sim, existe este sistema.

### **Parte 3 – Programas e políticas educacionais**

Dependendo do município, sei que varia o foco central da política educacional. Aqui, a Sra. diria que sua política está centrada em quais aspectos?

**E:** - Melhoria da qualidade de ensino oferecido pela rede pública municipal de ensino, até obtermos o nível de “excelência”.

- educação continuada.

- atingir, de fato... a inclusão.

**P:** Quais os principais desafios na área da educação do município?

**E:** - Atender 100% a demanda reprimida das EMEIs, modalidade creche (berçário e maternal)

- Melhorar o espaço físico das escolas municipalizadas que vieram sucateadas da rede estadual

- Construção de quadra esportiva/cobertura para as EMEIFs, dando prioridade às que trabalham em tempo integral.

**P:** Em sua opinião, o que significa uma educação de boa qualidade?

**E:** -Significa: compromisso, responsabilidade, parceria e ação.

**P:** Como a Sra. classifica as escolas de sua rede em termos da qualidade da educação?

**E:.-** Nível bom. Ainda não ousou classificar acima, pois temos muitos profissionais novos, em estágio probatório, e professor não se produz como chuchu na chuva ou por osmose, mas, vamos ficando professor. Então temos que ser cautelosos, oferecer a esses profissionais toda capacitação necessária, acompanhar efetivamente o seu desempenho. E não precisa entender muito de educação, para termos a consciência de que, na maioria dos casos, os “professores novos”, vêm “cheios” de teorias, e não são muito acessíveis à mudanças de metodologias. E tem que mudar. Temos que atingir metas, indicadores, e, só seremos “bons ensinantes se formos bons aprendentes”.

**P:** A Sra. recebeu os resultados da prova Brasil aplicada nas escolas de sua rede?

Sim ( x ) não ( ) Se a resposta for não: como pretende obter os resultados?

Se a resposta for sim:

De que forma a Sra. recebeu esses resultados?

**E:** - Evidentemente feliz, orgulhosa, por estarmos acima da média do estado e da união, mas, não podemos nos acomodar. Temos que continuar trabalhando muito e certo para não permitir jamais que o nosso IDEB venha cair. O mais importante é ter a consciência que não temos que trabalhar bem pelo IDEB, mas que o IDEB aconteça como consequência de um bom trabalho.

**P:** Qual a sua opinião sobre os resultados dessa prova nas escolas da rede municipal?

**E:** - O resultado é bom, embora o nosso nó seja o grande número de matrículas de alunos que vem de famílias, das mais diversas partes do país e que aqui tem chegado, em busca de emprego, incentivadas pelo acúmulo de usinas alcooleiras, em nossa região e que tem se apresentado em condições mínimas de alfabetização e os alunos com necessidades especiais, que pelo fato de não conseguirmos que alguém ateste a sua necessidade específica, eles ficam incluídos no rol dos alunos ao qual será aplicada a prova Brasil. A SEE obriga o cumprimento da Constituição, no que tange a inclusão, mas, tem ficado a desejar quanto às capacitações de profissionais, adequação de materiais escolares e até da parte física das UEs.

**P:** Como esses resultados irão ser utilizados para definir reformas de políticas educativas na rede municipal?

**E:** - Primeiro evidentemente temos que intensificar o nosso trabalho de conscientização de nossos profissionais, de que não podemos nos acomodar pelo fato de termos um IDEB acima de 5 pontos. Na sequência ampliação da equipe pedagógica da DME, com contratação de profissionais capacitados e comprometidos com as causas da educação. Intensificar a capacitação dos profissionais da educação. Aquisição de materiais didáticos pedagógicos atualizados e em quantidade para atender a toda demanda.

**P:** Quais são os principais fatores responsáveis pela qualidade da educação em seu município?

**E:** Educar com amor.

Oração diária: se queremos educação para todos temos que ser todos pela educação.

Compromisso com as causas da educação.

Trabalho de equipe.

Respeito com todos e entre todos.

### **ANEXO 3: ENTREVISTA COM O ATUAL PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPOZINHO-SP**

#### **Identificação**

Nome: Claudinei Dinello

Formação/profissão: Vendedor

Período de atuação como Vereador: Janeiro de 2001 até o presente momento.

Período de atuação como Presidente da Câmara: Janeiro de 2009

**P:** O Sr. poderia falar um pouco sobre o lugar ocupado pela educação em seus mandatos?

**E:** No meu primeiro mandato conhecia muito pouco sobre a sistemática da educação, então passei a visitar escolas, participar de todas as reuniões que envolviam a educação, aí aos poucos fui me inteirando mais sobre o assunto, mas me dediquei bastante à educação.

**P:** O senhor participou de algum processo de punição de prefeito por não aplicar corretamente os recursos constitucionalmente vinculados à educação?

**E:** Sim, teve que se devolver recurso por não investir corretamente na educação.

**P:** Em seu primeiro mandato como vereador em Pirapozinho, como foi o processo desencadeado pela implantação do FUNDEF em 1998, no qual ficava retida parte significativa das transferências intergovernamentais, que só retornavam se o município tivesse alunos matriculados no ensino fundamental?

**E:** A visão do Prefeito foi de municipalizar para que se viessem mais recursos por conta da municipalização, mas o que não é uma realidade, pois à medida que vai se passando o tempo o recurso vai se diluindo, pois se aposentam professores e o município tem que substituir, reforma de escola e outros.

**P:** Com a retenção dos recursos no FUNDEF e a obrigatoriedade de aplicação do que retornava no ensino fundamental, restava no município 40% das verbas educacionais que poderiam ser gastos com a educação infantil. Houve alguma mudança significativa neste atendimento? Se sim, para melhor ou para pior? Comente sua resposta.

**E:** Sim a educação infantil foi ampliada, mas com parceria com o governo (federal).  
Pra melhor.

**P:** Com a implantação do FUNDEF, qual foi a reação dos agentes políticos no município?

**E15:** Por falta de conhecimento com relação à educação, uns eram contra apenas por ser contra, outros tinham mais conhecimento, achavam que tinha que municipalizar mas com restrições e garantias do Governo, o que a gente sabia que não haveria esta garantia.

**P:** Representantes da Secretaria Estadual de Educação

**E:** Sempre faziam a parte do interesse do Governo, a favor da municipalização.

**P:** Prefeito Municipal

**E:** Visando mais recursos e mais investimentos na educação sempre a favor.

**P:** Parlamentares

**E:** Na época do legislativo sempre eu e a vereadora Célia Ramos que debatíamos sobre a municipalização pois como a Vereadora sempre teve uma participação nesse processo, busquei parceria com a mesma e acabei vendo que não havia outro meio.

**P:** Representantes da APEOESP

**E:** A vereadora Célia Ramos como representante da APEOESP, procurava fazer o seu papel, defendia o Professor, mas conscientizava também a questão futura dos Professores, A Apeoesp radicalmente contra a municipalização e em defesa da educação, não a favor do município.

**P:** Professores da rede estadual do ensino fundamental

**E:** A atuação da professora Célia Ramos sempre trazia dados financeiros e de vida profissional, os demais se preocupavam muito com a sua própria situação, remanejamento de professores.

**P:** Profissionais da rede municipal de ensino

**E:** Existia uma preocupação em piorar mais a Educação, na divisão em números de cabeça, a qualidade do ensino.

**P:** Sociedade civil

**E:** Os pais nunca se preocuparam com a municipalização, o que eles querem é uma educação de boa qualidade, quem vai pagar, ou administrar não importa, isto não por descaso, mas, por falta de conhecimento.

**P:** Outros agentes da região

**E:** Houve participação para esclarecimento. A secretária (representante da Secretaria Estadual) de educação esclareceu bem sobre o assunto.

**P:** A legislação educacional que foi promulgada na época da instituição do FUNDEF exigia: construção de Planos Municipais de Educação, constituição de Conselhos Municipais, instituição de novos Planos de Carreira para os profissionais da educação, etc. Como ocorreu o atendimento àquelas exigências da lei?

**E:** No meu ponto de vista o professor não foi atendido a altura, pois a categoria é muito desunida, eles tentam resolver problemas isolados e isto enfraquece a classe.

**P:** Quais foram as conseqüências da não-municipalização do ensino fundamental em Pirapozinho até o ano de 2006?

**E:** Avaliando o processo a municipalização tinha mais problemas, principalmente as vagas para professores, na rede municipal de ensino houve muito desentendimento entre os professores, disputa por posições relacionadas a cargos.

**P:** Na situação dos professores da rede estadual de ensino

**E:** Houve insegurança. O que será de meu futuro? Municipalizando pra onde eu irei? irei eu?

**P:** Em 2006, foi assinado o convênio de municipalização. O senhor pode fazer uma avaliação sobre as mudanças que ocorreram na conjuntura educacional local e na postura dos agentes envolvidos no processo?

**E:** Mudanças no comportamento dos professores: começaram a perceber que inclusive as condições de trabalho seriam melhores.

**P:** Desde 2007, o FUNDEF foi substituído pelo FUNDEB, o qual incluiu a educação infantil no retorno de recursos financeiros ao município. O senhor poderia enumerar alguns pontos positivos e negativos da criação do FUNDEF, e perspectivas com o FUNDEB nas responsabilidades do município com a educação?

**E:** O recurso vem direcionado, mais opções de melhora na merenda, na manutenção da escola.

**P:** Faça suas considerações finais e acrescente algo que gostaria de dizer sobre o impacto do FUNDEF na estruturação da rede municipal de ensino.

**E:** Eu, depois de muito buscar informação inclusive com a Célia Ramos, posso dizer que melhorou bastante. O que todos temiam é porque desconheciam as diretrizes.

**P:** Fale um pouco de sua participação na Conferência Nacional de Educação (CONAE) – etapa municipal, do eixo que o senhor discutiu.

**E:** Pra mim, foi de grande valia participar. Fiquei encantado com o trabalho da CONAE. Eu estive em uma sala com trinta e poucas pessoas, professores, tinha pai de aluno também. Onde a gente pode participar e juntamente com esses professores e com pais de alunos a gente está passando para o governo federal as nossas necessidades aqui no município, não só no município, mas também em nível de Brasil. Porque, quando a gente vê que o governo fala de inclusão, quando ele fala de justiça social, isso é muito bom, tá?! Só que não acontece, a nossa dificuldade é muito grande. Aqui no estado de São Paulo, a gente pode observar que ainda é

melhor, mas se você olhar em nível de Brasil, se você acompanhar em nível de nordeste, de Amazonas vai ver que são muitos os direitos que não chegam lá. E aqui falando agora do meu município, eu vejo a inclusão da pessoa portadora (de deficiência), do negro, uma grande dificuldade, tá?! Quando você fala assim: “Ah, mas, o governo tem dado soluções”. Ele tem, mas quais soluções? Colocar um aluno portador numa sala onde já existem 30 alunos. O professor vai ter condições de estar atendendo essa necessidade especial do aluno?! Como vai ser feita essa inclusão social?! De que maneira esse professor vai conseguir atender?! Eu não vejo condições de uma escola, mesmo a APAE, que tem isso, o professor não tem como tá lá com uma criança que necessita ir ao banheiro cada 20 minutos, ou que ela precisa de um banheiro especial. O professor teria que ter uma pessoa também ao lado dele pra assessorar nesse trabalho. Então, eu acho assim. Mas, eu gostei da participação, da oportunidade de poder estar passando para o governo. Eu pretendo também participar em Presidente Prudente e pretendo também, se for indicado, ir pra Brasília. Eu quero acompanhar de perto, é um trabalho que eu entendo, que a inclusão social e a educação, principalmente a questão do portador de deficiência física é fundamental a ser discutida. Em todo Brasil, a gente vê a necessidade de o governo perceber que muitos órgãos (públicos) estadual, federal e municipal que não têm nem acessibilidade. Exemplo: a própria escola onde eu participei (da CONAE) eu cobro uma rampa há muito tempo. Fez a rampa, mas, até hoje não tem entrada à escola. A rampa tá lá, mas não se tem uma porta de acesso a essa rampa. São pequenas coisas, para aquela pessoa que não necessita da rampa, é uma pequena coisa, mas e aquele que é portador e que poderia tá participando?! Eu tenho exemplo de pessoas hoje que moram em Pirapó e gostariam de participar de alguns eventos, mas devido às dificuldades de acessibilidade, não vão. Então, falar de mobilidade urbana hoje também é inclusão social. Fiquei muito contente e quero agradecer esta oportunidade de estar aqui com você falando da CONAE. Porque eu vejo assim: Na medida em que a gente vai conversando, vai discutindo os assuntos, vai se avançando. E algumas coisas vão melhorando. Porque o governo também, ele precisa saber como estão as coisas aqui. Então esta é uma grande oportunidade, para o professor, para o pai de aluno, para o portador, todos estarem trabalhando pela mesma causa: Justiça Social e Inclusão. Não só do portador, mas do negro, do quilombola, do indígena. Todas as nossas dificuldades de inclusão e nós sabemos que no Brasil ainda é muito grande a questão da exclusão social.

P: Muito obrigada, senhor presidente!

## **ANEXO 4: ENTREVISTA COM A PROFESSORA QUE FOI DIRETORA DA DME NO PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO DE 2008**

**P: Pesquisadora**

**E: Entrevistada: Dilaine Carrijo Daleffe Pereira**

**P:** Vamos então fazer a entrevista com a diretora da escola municipal e de ensino fundamental e infantil, Prof<sup>o</sup> Moacir Teixeira, que é a professora Dilaine. Por gentileza seu nome completo?

**E:** Dilaine Carrijo Daleffe Pereira.

**P:** A sua formação...

**E:** Sou pedagoga, com pós-graduação em gestão escolar e fiz pedagogia clínica e institucional.

**P:** O período de atuação na educação em Pirapózinho, qual foi o período principal que você ficou em sala de aula?

**E:** de 1994 a 1997.

**P:** E na direção da escola?

**E:** 1998, janeiro de 1998.

**P:** Na equipe de gestão da divisão municipal de educação, além do período que você foi diretora você ficou na equipe em algum momento ou não?

**E:** Não! Diretamente não.

**P:** E como diretora?

**E:** Como diretora da escola, muito superficialmente, porque na realidade a DME não tinha uma equipe formada, um organograma com uma equipe e tudo mais, então a gente participava de acordo com as necessidades da escola e da própria instituição, [em] um processo, por exemplo, de atribuição de aula, processo de matrícula, você está participando da equipe digamos assim no trabalho, mas não que faça parte, ou que fosse chamado não é assim que funciona.

**P:** E nesse período que você foi diretora da divisão municipal?

**E:** Da DME? foi de 14 de Julho de 2008 a 31 de Dezembro.

**P:** Eu queria que você falasse um pouco sobre você, sua trajetória como profissional, seu envolvimento com a educação...

**E:** Então tá. Minha formação inicial é o magistério pela escola Monsenhor Sarrion, me formei em 1987, e a partir de 1988 comecei como professora eventual, estagiária também pela SEPRON em Presidente Prudente, que é a antiga Secretaria de Assistência Social, eu era estagiária num projeto parcial, onde o aluno freqüentava meio período na escola e meio período nesse projeto, trabalhando sempre nos bairros da periferia de Presidente Prudente, com crianças em situação de risco. O perfil dessas crianças era de crianças em situação de risco por isso participavam desse projeto, eram projetos de cunho realmente social e assistencial também. E em 1994, prestei concurso público, passei como professora PEB 1, na rede municipal de Pirapózinho só tinha educação infantil, pré-escola. Anterior a isso prestei dois concursos em Presidente Prudente, também passei nos dois mas não pude ingressar. Inclusive no primeiro em 1991 quando eu fui chamada pra ingressar cheguei até fazer o PROEP, que era um curso que pra poder ministrar aula lá era obrigado a ter essa capacitação, e ele era dado num período de férias, então eu fiz em julho e dezembro, porque eu seria nomeada logo a seguir, e eu fui chamada em 1991 e eu estava grávida, fui passar por aquelas perícias médicas na SASSOM ali perto da Santa Casa, passei pela perícia tal, fiz entrevista com o médico ele perguntou se eu estava grávida, se estava no início da minha gravidez e eu respondi que sim. Ele pediu que eu fosse até o departamento pessoal na prefeitura. Eu fui até o departamento pessoal, aí de lá pediram que eu fosse até a secretaria da educação, que hoje é

a cultura, a biblioteca municipal ali, e a secretária então não pôde me atender e eu fui atendida por uma assessora dela dizendo que eu não poderia assumir porque eu estava grávida.

**P:** Não acredito, você não entrou na justiça? Não processou nada?

**E:** Tem coisas que vale a pena, tem coisa que não vale a pena na vida, né? E aquilo me abalou muito, me abala até hoje quando eu falo, penso : “Meu Deus do céu! Que preconceito, né?” e eu pensei...

**P:** É crime! Não é preconceito, é crime!

**E:** Eu sei que é crime, até fiquei revoltada na época e tudo mais era um concurso que já fazia algum tempo que eu tinha prestado, e ele tava assim por prescrever, início da gestação mulher já fica alterada, pensa o desgaste que ia ser, me expor mais ainda tudo. Aí falei: “deixa quieto, o próximo que tiver eu faço”, e eu fiz o próximo concurso e passei de novo, mas quando eu fui convocada eu estava morando em Joinville , foi quando em mudei pra lá, meu filho já havia nascido e eu lembro que meu sogro me mandou pelo correio, uma carta fazendo a desistência porque eles não poderiam prosseguir a lista, se não fossem esses dois,[...] talvez eu fosse uma servidora pública em Prudente. Mas Deus escreve certo por linhas tortas, né? Porque acabei vindo pra cá, e aí quando voltei de lá mais ou menos essa época em 1993, voltei de Joinville, em 1994 eu ingressei comecei trabalhar aqui e estou aqui até hoje.

**P:** Então, antes de 1996 que foi o ano de criação do FUNDEF, o FUNDEF é o objeto de estudo assim como a rede é também objeto de estudo, qual era a responsabilidade do município com a educação e como eram aplicadas as verbas da educação?

**E:** Então, veja bem, até pela minha falta de conhecimento naquela época né? porque essa parte mais burocrática o professor está mais envolvido na parte pedagógica né? então só vivenciando mesmo pra você ver o outro lado. Então eu vou te falar assim, antes disso era só educação infantil, tinha as creches numa visão totalmente assistencialista, tanto que elas eram totalmente vinculadas à Divisão da Assistência Social vinculadas à primeira dama, tinha todo aquele pátrio poder em cima disso, né? E as pré-escolas em salas cedidas pelas escolas estaduais, né? Eu dei aula no Olga, dei aula no Maria José, em salas cedidas. Depois dei aula no Geraldo Salim Jorge , na época com a professora Benirdes diretora. E era muito estranho porque a gente se sentia como um peixe fora da água [porque assim ali] não no Geraldo Salim mas nas outras era assim, a gente era o professor, o inspetor, o servente, você tinha que fazer tudo você entendeu? Não tinha uma estrutura, a divisão não tinha uma estrutura então a gente fazia tudo mesmo, na hora de servir eles a gente estava ali auxiliando. Eu me lembro que eu descia escadas no Olga pra cuidar, porque era lá em baixo que servia a merenda, eu descia com uma pilha de cadernos equilibrando. Enquanto eu cuidava deles, eu corrigia lição de casa e passava lição de casa pra eles levarem no caderno. Então a gente fazia de tudo e era difícil tudo, material pedagógico era pouquíssimo quase não existia, folha sulfite por exemplo, que era o básico pra gente rodar alguma atividade, alguma coisa, não existia, [então assim], quantas vezes a gente pegava da antiga SESP aqueles papel container, usava o verso e rodava atividade ali mesmo. Então a gente trabalhava com o que a gente tinha mas fazia o nosso trabalho e fazia bem feito, eu acho que esse é o papel do educador.

**P:** Você não sabia que a prefeitura tinha que gastar 25% dos recursos com a educação?

**E:** Não! Foi com o advento dos conselhos, [eu me lembro] que uma pessoa falou assim: “Oh! Vai ter uma eleição de conselho, vai ser na câmara, vai ser bom esse negócio de conselho porque agora vai tomar conta de tudo.” Isso foi em 1997, Conselho Municipal da Educação.

**P:** Como era a vida funcional, as condições de trabalho e salariais do professor, antes, nesse 94?

**E:** Era, eu me lembro que eu ganhava acho que, não lembro se era real, porque muda tanto essa moeda, mas era 1,79 por hora-aula.

**P:** Só pra ter uma idéia, perto do salário mínimo por mês...

**E:** Por aí, e assim...

**P:** Sempre em dia, no dia certo?

**E:** Não! Imagina! Eu cheguei a trabalhar 6 meses sem pagamento, de Julho a Dezembro, mas eu acho que meus alunos sempre estiveram acima de qualquer problema profissional. Eu escolhi então eu assumo minha escolha. Se eu não quero então eu saio disso. Eu não posso falar assim: “Ai, eu deixei de fazer !” Eu me viro! Eu tenho que me virar, eu acho que é uma obrigação minha.

**P:** Agora nós vamos entrar no conselho, me conta agora do conselho pra frente como foi esse processo?

**E:** Então, do conselho eu assim, meio de pára-quebras: “Ah, legal! Então vamos lá ver o que é e tal...”, e eu acabei fazendo parte do conselho no segmento de professor e foi a partir daí que a gente começou a entender um pouco. Mas aí já estava vindo o FUNDEF, vindo num sentido de conhecimento porque o FUNDEF mesmo veio a partir do próximo ano, porque foi implantado ensino fundamental aqui em 1997. Eu me lembro que as pessoas falavam assim, a secretária até então e o prefeito, que assumiu o ensino fundamental pra atender uma reivindicação da sociedade, então falavam assim: “Ah, mas botaram filhos no mundo, pros outros criar”, né? E aí eu falava assim: “Oh, esse filho não foi eu que botei no mundo mas vou criar” (risos), porque tinha muito essa disputa, achavam que se o município não tinha estrutura não poderia ter feito, né? Mas foi pra atender uma necessidade, porque aqueles alunos iam ficar sem estudar? Um ano? Fazer o pré de novo?

**P:** Isso foi em 97 ou 96?

**E:** Em 97!

**P:** Ah, todas as pessoas falam que foi em 96. Então, antes disso você disse que já tinha conselho? Antes de 97.

**E:** Não, foi em 97 que começou o conselho.

**P:** A professora Vanilda era presidente? Alguma coisa assim?

**E:** A professora Vanilda , ou Benirdes, - eu não lembro direito quem foi a primeira presidente-, mas a Benirdes está muito na minha mente, você está muito na minha mente, foi aí que começou aquela questão dos 25%, você fazia aqueles cálculos e trazia aquelas planilhas nas reuniões lá no Olga, lembra disso?

**P:** Lembro!

**E:** E aí, eu lembro que você falava assim: “Prefeito fazer uma ponte na vicinal lá de Barretos, botava na verba da educação”, e não é! (risos). Então, é lógico que lá na escola ia faltar o papel, ia faltar o caderno. Então foi a partir daí que a gente começa a ter esse conhecimento pra poder embasar as suas opiniões, aí falava assim: “Peraí, (*sic*) tinha que ter, porque que não tem?” É o tipo de informação. Internet ? Não existia como existe hoje, que você vai lá por exemplo, eu quero saber das coisas, como quando estivemos no CGU o ano passado que o fiscal começou apontar...

**P:** O que é CGU?

**E:** É a Controladoria Geral da União, né? Que veio averiguar os convênios todos do governo federal pra governo municipal, e eu acompanhei da parte da educação, da saúde, da assistência à educação, e a hora que ele falou PENAE né, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Não! Isso tá irregular, isso tá irregular. Aí hoje a menina me falou: “Oh Dilaine, aquelas coisas que ele falava você deu pra nós”. Aí eu fui pra internet, [...] eu corri pra internet ficava de madrugada na internet pesquisando, e baixando arquivo, baixando arquivo, aí dei pra ela a apostila de nutricionista, dei apostila do papel do conselho pro Joel, entendeu? Porque há essa falta de informação...

**P:** E naquela época não tinha internet, então tinha que esperar alguém vir com a planilha na mão...

**E:** A passos de tartaruga, porque como que chega uma informação aqui em Pirapózinho? Demorava muito, demorava muito.



**P:** Então a partir da criação do conselho, e desse processo do FUNDEF, começaram as negociações...

**E:** E a estruturação dessa rede, começou aí. Eu falo que é um divisor de águas, divisor de águas: antes e depois.

**P:** Antes e depois do...?

**E:** Do FUNDEF e dessa democratização, dessa gestão democrática através do conselho. Então ele passou a mostrar a responsabilidade de cada um, o papel de cada um, e é uma coisa tão antiga mas que desde aquela época até hoje a gente sofre a mesma coisa. Hoje por exemplo do CAE, tinha 4 membros do conselho só.

**P:** E no total são quantos?

**E:** 14! Entre suplente e titular, mas hoje também entre os 4 tinha suplente.

**P:** Nossa! Então essa dificuldade de participação da sociedade ainda continua?

**E:** Continua. O que eu senti na época, por exemplo, quando veio o conselho gestor pra fiscalizar, a gente sentiu uma corrida desenfreada e isso eu sei porque eu participava e trabalhava lá, geralmente as eleições eram centradas lá na câmara municipal, até por ser central o espaço e tudo mais. Uma corrida desenfreada de todos em querer fazer parte e como nós éramos a minoria nos acabávamos assim, não tendo espaço para fazer parte. Nós pedimos o servidor da educação municipal porque era assim, segmento de professor, tinha o professor municipal e o professor estadual, segmento de professor! Quem era a maioria? Era o estado, então ia eleger quem? O regime democrático! A maioria elege, então nós não tínhamos representatividade. Mas, por que queriam fazer parte? Porque morriam de medo de uma municipalização, então queriam acompanhar, queriam estar lá quando veio a municipalização. Hoje eles correm disso! Correm!

**P:** Então, até chegar na municipalização foram 10 anos, nesses 10 anos teve aquele primeiro momento que você já falou, todo mundo correndo pra entender, pra falar a favor ou contra, aquela coisa toda, e depois no final quando municipalizou cada um foi pro seu canto. Esses 10 anos então foram muito cheios de...

**E:** Foram...foram, a gente costuma brincar que viam a escola municipal como a rede paralela, e assim vulgarmente falando o paralelo ai no mercado, é “de segunda”, é o “poder paralelo”, “vou comprar peça do paralelo”, é aquela coisa do Paraguai vagabunda que você vai usar 2 ou 3 dias e vai quebrar e não tem nem garantia. Nada contra as paralelas da matemática (risos). Então a gente brigava muito por esta questão do paralelo, não tem esse negócio, porque era no sentido pejorativo da coisa, ou quando não, falava assim: “Ai, escolinha municipal!” Aí eu brincava: “Gente, hoje em dia escolinha municipal nem é do tamanho de escolinha, ela cresceu!”. Até 1999 os nossos pais de alunos eram obrigados, por força de lei, a matricular seus filhos na rede municipal, porque saia por resolução do estado, que só poderia matricular no estado quem fazia 7 anos ate 30 de junho do ano letivo, quem fazia de 1º de julho á 31 de dezembro o estado não pegava! Então a saída era: ou eles colocavam no “paralelo”, ou colocavam no particular depois ia por transferência pro estado, que na cabeça era onde tinha qualidade. Porque falavam que nós não tínhamos bagagem, então a gente brincava as vezes de bom humor, a Val, a Luciene, falávamos que os “dinossauros” da rede iam começar andar de mala, colocar nossas livros na mala e arrastar nossa bagagem, falando que a gente tem bagagem, que não é bem assim! Mas a partir de 2000, graças a Deus tudo é transitório, o governo tirou isso, e pra nossa surpresa veio o reconhecimento, nós provamos para aqueles que falavam, não para os nossos pais, porque nossos pais eles sabiam e nós sabíamos, nós tínhamos que provar pra os que estavam lá fora, e houve uma corrida desenfreada pra sair daqui e pra ir lá, [...] o número de alunos se manteve, porque nós nascemos pequenos, 97 primeira série, 98 primeira e segunda série, 99 primeira,segunda e terceira série.

**P:** Uma classe só de cada?

**E:** Não! 4, duas de manhã e duas a tarde, o número veio se mantendo, a coisa veio se mantendo. E aí nós provamos que o “paralelo” tinha conquistado seu espaço, que nós éramos mais uma rede, tinha a rede particular, rede estadual e a rede municipal, não tem rede paralela, mas era mais uma rede no sistema de ensino do município.

**P:** Bom, aí veio então por conta do FUNDEF: o prefeito perdia uma certa parte do dinheiro e esse dinheiro era encaminhado para esfera estadual, que era computado para as crianças, então era assim, o dinheiro ia para quem tinha aluno né?

**E:** Isso! Mas assim, é uma visão errada porque se eu vou aumentar o número de alunos eu vou aumentar o custo, é proporcional, então entre perdas e ganhos, não sei...

**P:** É que antes, eles tinham dinheiro e a escola não dava despesas, então eles gastavam com pontes, ou outras coisas...

**E:** Passavam o asfalto, sabe? Funcionários por aí tudo na folha da educação.

**P:** Aí o dinheiro foi embora e eles ficaram apavorados?

**E:** Ficaram apavorados. Em Pirapozinho houve uma resistência muito grande para a municipalização, toda vez que falava em municipalização os “cabelos arrepiavam”, de todo mundo, Ai...porque cargo vai embora, porque vai mexer com aposentadoria, um conjunto de prejuízos profissionais. Os professores da rede estadual eram muito bem organizados, por conta do sindicato, da APEOESP e tudo mais. Fazia-se movimentos contra a municipalização, tanto é que cada processo de eleição fazia-se reuniões com os candidatos para saber qual era a sua posição com relação à municipalização, e o coitado que falasse que era a favor, tava morto! Porque? O professor é formador de opinião, se ele tem 30 alunos na sala ele tem 30 pais e 30 mães, ele tem 30 famílias, então no decorrer dessa história foi se assumindo politicamente com os prefeitos ou candidatos a futuros prefeitos, compromissos de não municipalizar. Eu participei de reuniões que a gente ficava sabendo bela boca dos outros, porque a gente não era muito convidada por nossos colegas nos verem como adversários, professores colegas do estado nos viam como adversários, “Tão querendo tomar o que é nosso!”. E ninguém queria tomar nada de ninguém. Participei no Everest, de reunião com os candidatos, eram convidados candidatos em momentos diferentes, teve até na antiga associação eu lembro que foi um “fiasco” aquela, mas nós participamos...

**P:** A deputada Bia Pardi, veio, um dia, fazer discussão...

**E:** Veio...veio, teve acho que na câmara. Então nós participamos de algumas coisas, a gente ia meio de “bicão” nessas reuniões, e foi se assumindo. Porém todos os municípios em volta, a nível até de estado e principalmente nessa região houve uma corrida desenfreada então assim, Narandiba, Tarabai, Prudente, começou daqueles municípios virem pra cá, onde tinha cargo. Então começou a ter concorrência. Mas peraí (sic), perder por perder então prefiro perder sendo municipalizada, eu imagino que tenha sido essa a lógica! Foi quando começou a ter até um movimento contrário e a favor da municipalização, porque entre perdas e ganhos, é melhor ser amigo do inimigo, é mais ou menos assim. Eu não sei muito bem a questão da parte funcional para o servidor estadual, mas eu senti que depois de um certo período, eles começaram a ver assim: “Ah, mas a escola lá tem tudo!”. Porque a escola aqui passou a ter, essa escola foi inaugurada em 2000 com 4 salas de aula.

**P:** Ah, eu estava nessa inauguração...eu descerrei alguma coisa...

**E:** Você veio na primeira ampliação, tem foto sua aqui (risos). Essa escola foi inaugurada em 2000. Era então o prefeito Marcos Cavali, mas quem conseguiu a verba através do deputado Silvio Torres foi o prefeito Valdemar Cassezze.

**P:** Ah, sim! Eu vim depois, quando ampliou?

**E:** Com o Sérgio, você era vereadora na época, foi lá em cima. Aí o que aconteceu? Em 2000 nós viemos pra cá com 4 salas, era um projeto pra 8 salas e fizeram 4, não cabia a escola aqui! Nós viemos pra cá e ainda continuamos tendo que usar salas emprestadas do Celestino e do Geraldo, o ônibus pegava aluno aqui na porta e levava pra essas duas escolas com o professor.

**P:** Já era o período em que o dinheiro do FUNDEF tava indo embora...

**E:** Já era, já! Aí o prefeito que assumiu em 99, que era o Marcos, ele assinou em dezembro de 99 e inaugurou em 2000, no início do ano letivo. Ele assumiu o compromisso de ampliar a escola, a escola precisava no mínimo de mais 4 salas na época, e começou em 2001 o início da ampliação, o prefeito Sérgio assumiu em Janeiro de 2001 e como estava a obra? Tinha feito o alicerce, as 4 salas deixado no reboque e deixado na laje, não houve tempo hábil, porque período pré-eleitoral, antes da eleição não se trabalha porque só se pensa em eleição. Depois da eleição dependendo do resultado, aí um abraço...

**P:** Que não trabalha mesmo.

**E:** Então, não terminou e a previsão era pra terminar pelo menos as salas em baixo pra iniciar o ano com os alunos, mas não foi possível! Então chovia muito dentro das salas porque tava na laje, e não tinha o que fazer parar de chover porque tinha que por a cobertura, e a gente não queria por a cobertura porque o projeto foi feito pra fazer o 2º piso, que hoje é um espaço aí que a gente chama de auditório, mas não é um auditório e sim um espaço a mais que a escola tem, um espaço amplo e gostoso pros eventos da escola e da comunidade, porque serve pra comunidade toda. E quando o prefeito assumiu em janeiro, [eu estive lá] eu tirei férias e tudo mais, 1 semana, até minhas férias foram interrompidas por conta de um acidente de carro, aí voltei antes e falei “já que voltei antes então vou trabalhar”, e ele fazia aquele atendimento ao público né?. Aí eu fui, fiquei lá na fila pra ser atendida, e solicitei que desse continuidade na obra aqui. Ele perguntou o que faltava eu disse que tinha que terminar o piso superior pra poder terminar mesmo e colocar os alunos na sala. Na época ele pediu que o vice João, me acompanhasse até aqui, junto com o chefe de gabinete que era o professor Cláudio, o chefe do departamento de compras que era o Nei, e nós deixamos os quatro aqui, e o professor Cláudio muito simplista, pra resolver o problema rapidinho né? “Ah, mas aqui tá fácil: é só fazer o madeiramento, colocar as telhas e beleza.”, eu falei: “Não senhor! Então não faça, porque nós não vamos perder toda a estrutura que tem de ferro, de concreto, de tudo que foi feito aqui em baixo pra subir um segundo piso, laje e piso, tudo mais pra simplificar a obra.”, e com isso a gente ia perder o nosso espaço que nós estávamos querendo garantir, um espaço a mais pra escola. Aí nós ficamos nessa peleja, mas conseguimos conscientizar. Eu fui lá negociar, falei que não seria justo desperdiçar dinheiro dessa maneira: foi feito broca, toda aquela estrutura necessária pra fazer dois pisos! E aí deu-se andamento na obra [...] fez-se o piso superior, foi quando no finalzinho do ano mais ou menos foi feita a inauguração que você participou, na época que era vereadora e tal, e por você ter sido muito bem votada né? os professores botavam muita fé, porque a gente tem assim sempre lá naquela câmara, sempre a mesma, pedia-se renovação né? E aí teve todo aquele evento de inauguração e a partir de 2002 começou o outro bloco. Então foram feitas mais 4 salas de aula, sala pra professor - que não tinha- foi feita uma salinha que hoje é usada como biblioteca.

**P:** Em meio ao alvoroço da discussão da municipalização?

**E:** Em meio ao alvoroço da municipalização! E a escola começou a ganhar forma, e as pessoas vêem que...

**P:** Num período em que o dinheiro ainda estava indo pro FUNDEF, e não estava voltando?

**E:** Ainda estava indo, não voltava! E assim, foi feito tudo com recurso próprio. Então não era uma obra que poderia começar hoje e acabar daqui a 2 meses, porque o dinheiro vem “pingadinho”, então a obra tinha que ser de acordo com o dinheiro. Então toda essa construção, ampliação, reforma, que ao longo desses 10 anos teve, não foram 10 anos, foi até 2005 a última obra, foi tudo feito com recursos próprios do FUNDEF né?

Então as pessoas viam assim: “Olha, não é tão ruim assim, ter o patrão mais perto, ter o recurso mais perto, ter onde pedir mais perto, porque tá logo ali o chefe tá ali!” Então é mais fácil você negociar as necessidades da educação, e começaram a ver que a municipalização era um caminho sem volta, ao redor, a primeira gestão foi muito boa e então começou a ter

um movimento interno contrário ao da não municipalização. Então acho que por isso não foi tão dolorido essa municipalização em 2006. Eu me lembro, sem lembrar das palavras exatas, mas muitos vereadores falaram na sessão da câmara, eu não estava lá mas ouvi pelo rádio, que todos eles falavam que eles aprovavam, porém aprovavam com a anuência dos professores que estavam ali presentes, porque eles foram procurados por aqueles professores, por aquele movimento, tipo assim, “se não der certo não venha me cobrar!”

**P:** Isso já era no ano de...?

**E:** Isso foi em 2006. Eu ouvi pelo rádio a fala de vários vereadores, mais ou menos nesse sentido.

**P:** Eu já não era mais vereadora nessa época, então...

**E:** Não, não!

**P:** Então, até o período que eu trabalhei havia uma resistência, mas eu também já sentia que os professores, diziam assim, “não chama a Célia Ramos pra esse debate”, “não deixa a APEOESP vir”, e um professor veio dizer pra mim: “nós temos que chamar a APEOESP pra fazer um debate.” Eu falei: “Antes de chamar a APEOESP, pergunta pros professores se eles querem que a APEOESP venha.” Aí os professores falaram: “Nós não queremos que a APEOESP venha! Porque eles vão fazer terrorismo e a gente quer decidir sem terrorismo.”

**E:** Não é nem terrorismo, é sem saber a verdade nua e crua né? É mais ou menos como quando você está desconfiado que tem uma doença grave, aí você vai ao médico, você fez o exame, mas você não quer que o médico te fale com todas as letras, pingos e vírgulas do que se trata o resultado daquele exame, é tipo assim, eu prefiro saber meias verdades, né? Mas meias verdades são mentiras inteiras, né?

**P:** Então, estamos em 2006 e você acha que pelo FUNDEF devolver os recursos apenas para os alunos do ensino fundamental, prejudicou o atendimento da educação infantil aqui?

**E:** Olha, a educação infantil, apesar de desde 1996 fazer parte da educação básica pela LDB, eu lembro que a dona Ester falou assim: porque faz parte da jornada do professor, tava colocando o professor lá...

**P:** Dona Ester era...?

**E:** Diretora da divisão.

**P:** E você ainda era professora ou já era diretora?

**E:** Já era diretora da escola, aí a dona Ester me falou: “Dilaine, eu gostaria que você tivesse HTPC com os professores das creches também, com as coordenadoras!”, eu me lembro que uma das coordenadoras foi muito sincera em falar pra mim que foi lá pra pedir pra anotar tudo que eu falasse e levar, sentido assim, daquela disputa que achavam que existia, mas que da minha parte não existia isso, - da educação com a assistência -, então era assim: “Se você tá pensando que a educação vai vir mandar aqui dentro da creche, não vai não! Aqui quem manda sou eu!”. Então tinha esse lado, mas nós começamos a passos de tartaruga: demos alguns passos pra frente, voltamos alguns pra trás, porque foi onde a dona Ester pediu pra começar mas houve muita resistência, aí ela pediu que deixasse, que fazia parte da jornada mas elas não iriam fazer HTPC, porque trazia desconforto político e outros desconfortos lá, então a gente entende toda essa posição, mas mesmo assim foi caminhando muito aos poucos... mas foi caminhando.

**P:** Não diminuiu o número de atendimentos na creche? Mesmo com o início do FUNDEF não diminuiu?

**E:** Não, não! Não teve aquele avanço pedagógico, continuou mesmo por um tempo com essa questão assistencial, colocava assim, a questão pedagógica acima do senso comum. A educação infantil, aqui em Pirapózinho, não atende a demanda, principalmente no período de creche, naquela etapa creche.

**P:** Nunca atendeu?

**E:** Nunca atendeu e ainda não atende.

**P:** E a lista de espera, aumentou, diminuiu ou ficou do mesmo tamanho?

**E:** Olha, eu não tenho essa lista de espera primeiro porque eu acho assim, precisa fazer um cadastro único alguma coisa assim, porque as vezes na creche A, B, C ou D, o pai deixou o nome em todas, então algumas vezes a gente pedia pra fazer essa...

**P:** Uma coisa informatizada né?

**E:** É, quando digitar já fala: “está em tal lugar!”, então tá morando longe, então tá a mais próxima que tiver vaga, eu acho que isso ajudaria nessa gestão, nesse gerenciamento. Pré-escola na segunda etapa, atende 100% porque, por exemplo, eu tenho uma sala aqui no período da manhã que está desativada, por que? Porque não tenho aluno, só tenho aluno no período da tarde.

**P:** Ah, não há procura pra pré-escola?

**E:** Não houve, se não houve é porque não tem demanda, porque Pirapó tem essa questão, não há uma pesquisa - que eu acho que poderia se fazer com parceria da UNESP ou TOLEDO-, não sei, de real índice de analfabetismo, real demanda deprimida. Eu por curiosidade há dois anos atrás, antes mesmo de construir a creche lá do Natal Marrafon, eu fiz uma pesquisa por minha conta, na época eu pedi parceria do PSF, das agentes, pra nossa entrevista perguntar se tinha aluno lá, qual série era matriculado, alunos de educação infantil, qual a idade, então tem como mas não é sistemático, porque aí acho que tem que ser uma coisa bem feita, sistemática e tabulada, e tem toda uma sistematização que a gente acaba não fazendo.

**P:** Merece atenção um projeto desse né?, Vê com a UNESP, os grupos de pesquisa lá, se eles...

**E:** Eu acho, sabe?

**P:** Eu já participei de um grupo de pesquisa que trabalha junto com a UNDIME, o grupo da Mônica Fukoter, que veio aqui...

**E:** Eu achei que fosse pra frente aquilo, não no que tá aquilo parado, e porque tá aquilo parado?

**P:** É, vou dar um toque naquilo e vou dizer que já é uma demanda aqui uma pesquisa desse tipo. Nossa! Tem muitos alunos da pedagogia que podem fazer isso trabalho de conclusão de curso!

**E:** Não é?

**P:** E já fica uma coisa bem orientada. O primeiro trabalho que teve aqui foi da Luci, sobre educação infantil?

**E:** Sim.

**P:** Eu não sei se teve algum outro, mas eu estou fazendo esse sobre a rede, esse vai ser mandado pro próprio departamento da educação outros projetos que ....(inaudível)

**E:** Eu sinto essa necessidade em Pirapó.

**P:** Você acha que vai melhorar alguma coisa com o FUNDEB agora?

**E:** Olha, qual é a questão do FUNDEB? As pessoas falavam assim: “Ah, vocês falam da municipalização, mas vocês vão ver, vai acabar e quando acabar o município vai falir, vai devolver tudo!”, e eu falei : “Gente, nós estamos lidando com gente, com formação, vai passar os 10 anos e algo vai acontecer antes disso, não é possível! Vão tirar recurso no orçamento de algum lugar, porque a educação nunca vai acabar, e se acabar vai acabar com a nossa profissão!”. E aí veio o FUNDEB, e eu acho que ele veio contribuir, porque se é educação básica e se eu começo a construir uma casa eu não começo pelo telhado, mas eu começo pelo alicerce, e o alicerce está na educação infantil, como eu vou socorrer o meio? Nem o fim? Os extremos não existem? Só aqui! E como ficam esses extremos? Tanto é que a coisa está tão assim, que hoje vem recurso pra merenda escolar pro EJA, pelo PENAE. Não é mais só creche, não é mais pré, não é mais pro ensino fundamental, ensino médio e EJA, EJA vai começar a noite com merenda escolar.

**P:** E isso é uma decisão estadual?

**E:** FNDE, federal! Aí eu já questionei a prefeitura, e já está no jurídico, porque tem aquela lei de responsabilidade fiscal que diz que não pode dar merenda coisa e tal, foi quando se cortou a merenda do período noturno, mas o EJA está recebendo da FNDE recursos pro PENAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

**P:** Então veja, quando que cortou a merenda do período noturno? Porque assim, a merenda sempre foi pro ensino fundamental, só que o prefeito sempre deu também pro ensino médio, dava-se um jeitinho...

**E:** Dava-se um jeitinho...porque não existia a lei de responsabilidade fiscal! Foi em 2001, que mal falhe minha memória, quando se tirou funcionários municipais das escolas públicas.

**P:** Um pouco como represália por não ter municipalizado né?

**E:** Também! Mas ele tinha uma carta na manga que justificava...

**P:** Que era a lei de responsabilidade fiscal e o fato de o FUNDEF ter levado o dinheiro do município, então isso...

**E:** Isso! Cortou a merenda do período noturno, agora o período diurno, tem ensino médio no período diurno mas ele estuda junto do fundamental, ai como você vai falar assim: “Sai você, entra você, sai você e entra você?” Como se faz isso numa fila de merenda? Então acabou o bolo entrando, mas entre aspas tava sendo favorecido aquele aluno por conta de estudar numa escola que também tinha ensino fundamental.

**P:** E agora com o FUNDEB eles estão...

**E:** Agora, eu não sei se vem do FUNDEB, por onde vem, porque eu só recebi o informativo do recurso entendeu? Aqui! Dos repasses que já houve referentes a 20 dias, no mês de março a abril. Oh, creches, pré-escolas, fundamental, até ai tudo bem, ensino médio...então, começou que de manhã com nutricionista, com o conselho, com representante da prefeitura, a gente estava discutindo isso.

**P:** Sim! e hoje teve um vereador presente aqui pra saber...

**E:** Não, ele até veio assim por outras coisas, mas aí a gente acaba discutindo tudo né?

**P:** A legislação prevê a constituição de Conselhos Municipais de Educação e de Controle Social do FUNDEP/FUNDEB, com representação do poder público, e da sociedade civil. Como tem se dado o referido processo de escolha dos conselheiros durante esse período? Houve mudanças?

**E:** Houve, houve mudanças sim! Até os anteriores, - acho que você se lembra que até participou na época -, era feito uma ampla divulgação nas escolas, se concentrava tudo em um único dia, num único lugar e o dia inteiro, nós fazíamos na câmara municipal né? Agora não, agora está um pouco descentralizado, então manda as urnas pra escolas e aí a escola tem a incumbência...

**P:** Só as escolas municipais?

**E:** Todas! A incumbência de cada segmento é estar mobilizando esse segmento. Por exemplo, eu já recebi um ofício ontem, dia 19 nós vamos buscar as urnas, e vai ser do conselho do FUNDEB né? De Controle Social. Aí já pedi pra fazer bilhetes [de comunicação], e aqui vai ser segmentos de pais, funcionários, professores e do (inaudível), 4 segmentos aqui na escola. Então dos professores e funcionários já estão no mural lá dentro informando a eles que a eleição será dia 20.

**P:** E o período de inscrição?

**E:** Período de inscrição já passou! Mandaram na escola, aí a escola chamou, por exemplo, nós chamamos no caso os pais, a gente no começo do ano depois de fevereiro, que nós tivemos a primeira reunião pra montar os conselhos, a APM, então a gente já aproveita esse momento, e agente mandou por ofício, aos professores interessados, às pessoas interessadas, entendeu? E aí agora vai ser a eleição. Então a gente manda um bilhetinho pros pais informando quando deverá vir votar, o horário (das 08:00 às 17:00) pra comparecer na escola e estar votando, segmento de pais né? E assim estar mais...

**P:** Mas não tem debates onde cada um apresenta sua proposta? Essa coisa mais parecida com eleição de verdade?

**E:** Não, não! E até assim né? Pra esclarecer né? Mais esclarecedora do papel de cada um...

**P:** Ainda não tem, mais ainda vamos ter...

**E:** Vamos...vamos!

**P:** Como são preparados esses conselheiros? Pra trabalhar depois que são eleitos?

**E:** Olha, eu vou falar de mim, né? Preparo não tem! Até eu preenchi ontem uma ficha de inscrição pra uma capacitação do MEC, mas eles vão priorizar os municípios do IDEB baixo...

**P:** Ah, que pena né? Qual é o IDEB daqui?

**E:** O daqui, do município ficou em 5.1 e da escola ficou em 5.4.

**P:** Já pensou? Você vê, dos países desenvolvidos é 6.0.

**E:** É! E aí eu brinco assim: “Olha, sabe o que o MEC ta falando pra nós? Pra que fazer lição de casa, pra que ser bom? né?” Eles estão mandando uma verba pra essas escolas de IDEB baixo, pra poder investir! Vai capacitar onde tem IDEB baixo, então e daí? Os bons vão sofrer por ser bons?

**P:** E essa capacitação que ele vai oferecer...

**E:** Então, deixa-me verificar aqui, que eu já arqueei aqui, é via on-line ta? É uma pré-inscrição, exatamente porque eles vão priorizar o IDEB baixo, mas como não é obrigatório pode ser que sobre vagas, e eu estou torcendo pra que sobre porque eu fiz [inscrição] e aí eu entro.

**P:** E vai sair essa informação onde? Você sabe?

**E:** Então, vai ser via on-line, vai ser pela internet...

**P:** ...Curso de extensão à distância, formação continuada em conselhos escolares...

**E:** Vai ser muito bom e eu gostaria muito de fazer...

**P:** É, e não precisa vir ninguém lá de Brasília aqui pra te ensinar, basta você estar na internet.

**E:** Não, vai ser pela internet!

**P:** Mas e porque será que as vagas são limitadas? Ah, porque deve ter tarefa eles têm que corrigir...

**E:** Tutoria, porque eles falam que vai ter um tutor, etc e tal... Mas eu acho que eles poderiam ampliar, aí ele coloca aqui, priorizar a ficha de pré-inscrição, que eles vão priorizar IDEB baixo, e que havendo vagas...

**P:** Os que fizeram lição de casa também podem participar! Não mas é que ele supõe exatamente isso né, que quem já está um pouquinho melhor, é porque já tem clareza. E na verdade você tem, você já imaginou...

**E:** É pra tratar os desiguais de formas desiguais pra tentar colocar no...

**P:** Vai chegar o dia que todo mundo vai ter acesso, se a gente não acreditar...

**E:** Eu acredito!

**P:** Você acha que esses conselhos têm fiscalizado satisfatoriamente a aplicação das verbas da educação?

**E:** Olha, falta conhecimento, conhecimento mesmo! Porque nós estamos falando de contabilidade e são muito complicadas essas coisas, por exemplo, eu não sei explicar isso direito também não, até é algo que eu quero fazer, já andei pesquisando muito ... não achei em lugar nenhum, eu vou pesquisar ainda, estou parada há algum tempo que estou sem estudar e eu quero voltar a estudar de novo, e eu quero fazer gestão pública. E o Tadeu, está na FATEC e falou assim: “Ah vai vir pra Prudente!” Ah, mas aí é graduação e eu não estou mais na idade de graduação, estou na idade de Pós, porque graduação todo dia não dá! Sabe, depois que a gente é avó, não dá!

**P:** Nossa, você já é avó?

**E:** Avó. Então tem que ter uns horários mais móveis.

Mas tem que devolver e não foi devolvido do ano passado, por volta de 78 ou 79, R\$ 1.000,00 que não foi devolvido, daquela parte que volta do estado.

**P:** Não foi devolvido assim, o prefeito que tinha que devolver pro estado porque o estado banca o salário dos professores?

**E:** É, aquela parte que volta. Aí pergunta assim: “Mas não foi devolvido por que?”, se você perguntar o Gerson vai te falar, ele já falou 500 vezes, mas como não é o meu universo contábil, é algo difícil de entender, e aí? O conselho [...] o conselho não vem acompanhando isso? Mas se você olhar lá ele aplicou mais que os 60%, e daí? Porque hoje, - hoje que eu digo, o ano passado -, praticamente não está se sustentando, tanto é que no ano passado quando nós fomos discutir o orçamento pra este ano, lá eu sentei e discuti com o Gerson e os demais, - eu já gosto disso e esses seis meses que passei lá, eu passei a gostar ainda mais -, ele colocou 70 pra 30.

**P:** O que é isso, 70 pra 30?

**E:** No mínimo 60%...

**P:** Ah, pro salário do professor ou pro ensino fundamental?

**E:** Não, da parte do FUNDEB...

**P:** Então na verdade, a folha de pagamento consome 70% e não 60%?

**E:** É. Ele estava ultrapassando 60%, aí vem reajuste vem tudo, e na previsão contava o que ele fez do ano passado pra esse ano, ele jogou 70. Não sei se consome os 70%, né? Mas aí o que conta? Licença prêmio, férias, um terço de férias e conta tanta coisa, que então tem que ter. (sic)

**P:** E as pessoas que estão colocadas nessa folha de fato são pessoas que estão no magistério?

**E:** No quadro do magistério!

**P:** Ah! no quadro do magistério? O que é quadro do magistério?

**E:** Entra o diretor, o coordenador pedagógico, entra vice-diretor, do mesmo jeito de quando era o FUNDEF.

**P:** E das creches? Entra quem?

**E:** Das creches, as ADI's ainda não, isso é uma outra história, uma outra discussão[...] . O Zé que fez um curso, - que até eu fiquei sabendo muito em cima [da hora] e acabei nem indo -, foi a equipe do César Calegari, presidente da IBISA, coordenador do grupo que deu essa palestra. Tarabai foi e Pirapó nem ficou sabendo, e foi dado esse curso em cima desse livro aqui. Se eu soubesse eu teria ido...

**P:** Ah no estado de São Paulo. É que eu pensei que fosse o nacional.

**E:** Foi. Porque eu entendo que assim: as ADI's de cargo e carreira com formação pela nova lei, - que é a lei que fala sobre o piso de R\$ 950,00 com o mínimo de 40 horas e tudo mais -, entra no quadro do magistério. Só não vai entrar como professor mas ela entra no quadro. Segundo o Pacheco, lá foi falado que não é bem assim, há uma outra interpretação da lei, e como eu estou um pouco afastada dessa parte administrativa, - porque geralmente isso é discutido nas reuniões da UNDIME, né? O Pedro Rota acaba trazendo informações -, então eu não sei te dizer -, porque sinto falta de um grupo de estudos desses aqui e eu até sugeri isso numa das nossas reuniões de diretores com a Vera, que precisava formar um grupo de estudos dessas questões, aqui.

**P:** Ah, eu quero participar se tiver! Agora que eu não tenho mais intenções políticas eu posso participar...

**E:** Ninguém vai poder falar que tem segundas intenções (risos), porque infelizmente as pessoas acham que tudo tem segundas intenções, não basta você ter vontade de conhecer.

**P:** Ah, mas vai ser ótimo se a gente puder trabalhar junto... Então eu vou aproveitar que já falamos sobre folha de pagamento, veja bem, você está dizendo que as ADI's não contam na folha de pagamento, mas elas contam na folha de educação...



**E:** Não... não. Não contam no quadro do magistério, mas elas contam como 40%, que hoje está em 30%, né? Digamos assim...

**P:** Eu queria ver como é feito o questionamento de algumas coisas que possam não estar dando certo,[porque] não estão sendo feitas corretamente. Por exemplo, essa história das pessoas que estão na folha da educação, recentemente teve um problema com... com...

**E:** Com a saúde!

**P:** Ah, é a saúde? Não é na educação? De pessoa que está em desvio de função e portanto não podia estar na folha de pagamento?

**E:** Não, isso teve também na educação, o que eu estou falando da saúde. Foi assim, o conselho da saúde que fez um apontamento e tal... É disso que você está falando?

**P:** Não! Eu estou falando assim, de que as contas do governo anterior teriam que ter sido justificadas, porque...

**E:** Foi... foi... olha veja bem: isso não é nem de A, nem de B, nem de Pedro nem de Paulo, isso é uma prática, - não sei se em todas as prefeituras -, mas vou falar da prefeitura de Pirapozinho. Desde quando eu trabalho, desde 1994, há desvio de função: a pessoa fez [seleção] pra varredor de rua e está de merendeiro, merendeira.

**P:** Merendeira não é educação...

**E:** Mas ela pode entrar lá nos 40%.

**P:** Nem nos 40%. Por que ela entra? Porque o prefeito colocou o cargo dela como sendo auxiliar de serviços gerais, embora ela fique na merenda.

**E:** Aí é o desvio de função que eu te falo...

**P:** Por isso que não são os 70%...

**E:** Mas não é só aí. Ele fez [seleção para] servente e está na secretaria da escola, ele fez de atendente e está como inspetor, escriturário, você entendeu? Então fez de operário e está como servente na escola. Então desvio de função sempre existiu, por que? Eu acho, que é porque - é a maneira que eu creio- , onde se poderia ter maior número de vagas, então a seleção acaba sendo mais fácil para ingressar e até o nível de escolarização exigido é menor, é uma explicação! Existem outras mas não é problema nosso, não pra essa pesquisa!

**P:** Então esses questionamentos não foram feitos por parte do conselho e sim por conta do Tribunal de Contas?

**E:** O Tribunal de Contas que fez o apontamento, - eu enquanto diretora aqui, -es eu tenho pessoas com desvio de função. Eu me lembro que o jurídico - na época finado Doutor Valdecir Scola - pra todos os setores tinha funcionários de apontamento, para que cada chefe do seu setor falasse que, fulano de tal desempenha as funções disso...disso...na escola, tendo em vista que não há funcionário pra tudo, eu não tenho, isso não dá!

**P:** E está sobrando em outro setor, ou não está sobrando?

**E:** Essa questão é assim: eu mesma já pedi funcionário, está faltando funcionário aqui e tudo mais. Falei com o chefe do departamento pessoal, falei com outra pessoa assessor nessa área, falei com a chefe da educação, falei com o senhor prefeito e eu contei pra ele, - ele sabe disso -, falei que não estava lá pra trazer problema mas para apresentar o que existe, então eu escuto assim: "Pirapó tem mil e não sem quantos funcionários". Onde estão? Como ele disse pra mim: "Dilaine, na educação se você pegar a folha da educação ela tem muitos funcionários, e falta funcionário na creche, falta na sua escola, na outra escola! Se você pega folha da saúde é a segunda folha maior de funcionários e faltam funcionários na saúde ! Onde estão?. E eu falei: "Olhe, prefeito, será que não estão mal distribuídos?" Então ele tem a intenção, - agora né?- de fazer um recadastramento certo? Então vem aqui, pega funcionário por funcionário vai preencher, assinar a ficha dele é disso, ele está desempenhando isso, o horário dele é esse e aí cruzar informações.

**P:** É, vai ter que ter um banco de informações bem apurado né?

E: Porque no departamento pessoal, - eu acho que acaba perdendo, - não tem esse controle e acaba perdendo.

P: Você disse que foi conversar com o Gerson a respeito do que vai planejar para o ano que vem...

E: Isso foi no ano passado...

P: Você foi conversar ano passado pra planejar para esse ano?

E: Isso!

P: Quais são os agentes políticos que estão envolvidos nesse planejamento financeiro de como vai ser o ano seguinte, em termos de distribuição de dinheiro na rede ?

E: Então, faz parte de projetos, do plano anual, certo? - que a gente sabe assim -, deve ser feito numa questão bem democrática, através de audiência pública, chamar os segmentos pra discussão e tudo mais, sempre haverá um líder, alguém. Também, eu acho que esse líder tem que ser da parte da contabilidade, porque dali é que vão sair todos os setores, educação, saúde, obras, engenharia, a parte de compras, almoxarifado, todos os setores deveriam ser chamados pra discutir, né? Por setor é lógico - senão ia virar uma briga -, pra ficar uma coisa mais democrática, pra não ficar assim: é da cabeça de fulano.

P: Mas atualmente não é feito assim?

E: Atualmente eu nem sei como está sendo feito, e se já começaram a discutir, né?

P: Ah, é porque o ano passado você estava lá na divisão, desculpe, eu pensei que o diretor de escola participasse de alguma forma..

E: Eu me lembro de ter ido uma vez, - eu lembro que eu fui,- a Neuzinha foi, eu acho que a Luciana estava lá que nos chamou na câmara, lá em cima, - que ele ia apresentar,- mas antes eles mandaram pra escola um papel pra gente colocar o que a gente pensava de obras, reformas e construção pras escolas...

P: Sonhar primeiro né?

E: É, vamos sonhar e colocar! E mandamos pra ele, e aí depois ele me chamou, e tinha um pessoal que dava assessoria pra prefeitura, não me recordo quem, e passou lá em data *show*, *slides*, tal... como seria o plano, como se fosse uma audiência e foi legal, mas foi uma ou duas vezes só que eu participei...

P: E você não lembra que governo que era?

E: Eu acredito que do Sérgio.

P: Então, basicamente os agentes são: a diretora de divisão, o rapaz que faz a contabilidade...

E: Departamento contábil, né?

P: E quem mais? Só esses dois se reúnem?

E: Eu não sei se eles se reúnem, porque cada um trabalha de um jeito né? Mas eu trabalhava ali muito próximo com a compra, e naqueles 6 meses com a contabilidade e com a tesouraria né?

P: Então você tinha sua reivindicação, ia ver se tinha dinheiro e você dava a ordem pra comprar?

E: Ordem não, porque não é uma secretaria, é uma divisão, a gente ia negociar, passar para o prefeito a necessidade, mas como vou pedir sem antes saber se eu posso pedir? Primeiro, vou descobrir se eu já posso, se vai ter [dinheiro], porque enquanto ele vai eu já fui lá, já fiz o caminho antes, e até a reivindicação não era minha, eles só me mandavam e a gente ia né?

P: Ah, então é desse movimento mesmo que eu queria saber. Você sabia da necessidade, ia sondar pra ver se tinha e depois ia levar pro chefe...você fazia esse “meio de campo”?

E: Em termos pedir, porque depois, não! Não era isso, não era mais isso. Não tem orçamento pra tudo isso e assim, faça uma lista de compras pra suas escolas. As escolas mandaram e pediram um monte, mas eu tenho uma reserva grande pra pedir? Então vamos pedir! Então vamos atender, porque todo mundo sonha e a gente quer a escola dos sonhos, né? Aí passei no departamento da licitação, e falei: “Gente, isso tá demorando e vem o final do ano, vem

política, vem eleição, tem que ser antes.”, aí me falaram: - “Dilaine, tenta pegar as fichas técnicas.” - Gente! O que eu fiquei dias de madrugada na internet em casa pegando ficha técnica, porque você não pode por marca, não pode por *slogan*, nada! Mas eu não posso pedir assim, porque aconteceu isso na licitação: licitaram caixa de lápis de cor de doze cores, o que vem na sua cabeça quando você vai comprar uma caixa de lápis de cor de boa qualidade de doze cores?

**P:** Um lápis de tamanho normal...

**E:** Isso. E você sabe qual veio? Lembra aquele de quando éramos criança? Na minha cabeça isso não existia mais, porque eu não vejo na loja pra comprar ou pelo menos nunca me ofereceram (risos).

**P:** Você tinha que ter especificado que era de 20cm de comprimento...

**E:** E essa licitação foi feita no começo do ano, nem foi feita quando eu estava lá, e a pessoa - que até foi a Adriana Paula que fez a lista na época -, teve o cuidado de pegar na embalagem, todas as especificações tal, mas quando? Lá não tinha cm de tamanho, quando você ia imaginar uma coisa dessas? Então você vê, que essas pessoas, empresas que vivem de (sic): Aí, ganhou qual? O mais barato porque ele não apresentou na hora qual era, não mas o seu é meio, é mais barato porque é meio, quero esse porque é inteiro (risos), você entendeu? A malandragem, - eu não dou outro nome - da empresa que participa, onde? Gente, na minha cabeça isso não existia mais, isso era de 1977, sei lá, de quando eu estudava o primário com a dona “Mítica” (risos).

**P:** Mas aqui no município tem plano municipal de educação ou não?

**E:** Não! Ainda não!

**P:** E aqui é rede de ensino ou sistema de ensino?

**E:** Qual a diferença?

**P:** Então, quero saber inclusive se...

**E:** É uma rede! Porque pra ser sistema ele deveria ser um sistema próprio, aí o Conselho Municipal de Educação seria muito mais atuante, porque tem que homologar, dar parecer inclusive sobre critério de matrícula, tudo mais, era o conselho municipal.

**P:** Por enquanto vocês tem que mandar pro Conselho Estadual então?

**E:** Não, não mandamos. Nós pegamos o que vem de lá, o conselho que libera e você... Tanto é que nossos calendários são homologados, pela dirigente regional de ensino, nossa matriz curricular...

**P:** Tudo pela dirigente?

**E:** Tudo pela dirigente!

**P:** Então, vamos desprender um pouco aqui do papel, e vamos conversar assim sobre essas coisas que tem agora. Aquele dia que eu vim aqui, você falou de um plano que você fez, de coisas que você está encaminhando, são tudo coisas solicitadas por Prudente? Fala no geral, o que eles solicitam, o que vocês encaminham?

**E:** Em 2007, por exemplo decidiram (pediram) o plano de gestão escolar por 4 anos e nós fizemos.

**P:** Plano quadrienal de gestão escolar, de 2007 a 2010, quem pediu? A secretaria, a divisão municipal de educação?

**E:** Isso..isso! Foi pra lá, foi encaminhado e foi visto.

**P:** E como foi construído isso?

**E:** Bom, aqui cada escola construiu o seu né? Aqui tem os pareceres, cada escola foi construindo o seu, por segmento, a gente foi discutindo, as metas...

**P:** Eu posso ter uma cópia disso depois?

**E:** Pode, tranquilamente... Aí, este ano eles vieram tipo assim, de hoje pra amanhã, - não vocês tem que fazer agora o plano -, que é esse aqui que eu tenho no computador porque não voltou ainda, foi pra lá, o plano diretor.

**P:** O plano diretor por escola?

**E:** Por escola, que basicamente é tudo o que está ali dentro. Mas meu Deus nós acabamos de mandar, e ainda estamos na vigência desse plano, tendo que mandar todo ano o que? Os anexos mudaram o número de alunos, mudaram funcionários, mudou professor, calendário, matrícula, os anexos. Aí fizemos tudo de novo, o plano diretor!

**P:** Mais ou menos as mesmas informações...

**E:** Mais ou menos as mesmas informações, basicamente as mesmas só mudando o nome. E lá se foi um bom tempo de novo. Oh, caracterização, com as metas tudo de novo, foi mandado tudo de novo, mais 24 páginas.

**P:** E vocês seguem essas coisas que estão nos planos tudo certinho?

**E:** A gente vai assim, trabalhando, vai (sic) no decorrer do nosso trabalho, aquelas coisas que estão lá nas metas. As orientações, por exemplo, as reuniões: aqui tem que ser assim, - aumentar o comparecimento dos pais... - 80% da participação na atividade escolar. Então incentivar a participação... Assim, nas reuniões de pais, a gente procura dar uma lembrancinha [feita] pelos alunos, uma coisa bonitinha. Aí a criança que o pai não veio e a mãe não deu pra vir, não teve jeito e tal, aí no outro dia a mãe chega aqui e diz “Ai, então vocês deram um prendedor de lembrancinha...”... “Não, mãe a gente vai mandar pela criança. A gente não está aqui pra punir ninguém, - nem mãe, nem criança -, pela falta de tempo ou agenda da mãe”. Mas o que a gente acaba vendo é que muitas vezes são os mesmos pais que não vem, e não vem mesmo, são aqueles que não comparecem e não acompanham mesmo.

**P:** Mas de um modo geral...

**E:** A participação é boa de um modo geral sim, e assim, os pais que não vem acabam vindo antes, pedem pra falar com a professora, quando estão em aula a gente procura agendar numa aula vaga ou ele vem depois. E aquele que não comparece e a gente precisa que venha, a gente convoca.

**P:** E a participação da comunidade no Conselho de Escola?

**E:** Então, isso é algo ainda pra ser realmente melhorado, porque assim, os pais pedem pelo amor de Deus muitos, pra não serem colocados, mas a gente precisa, é bem assim: “Quanto falta pra assinar?”, eu vejo até com esse curso assim uma ajuda pra gente poder... porque vamos fazer o que? Tirar o que da manga? Porque não dá né? A gente não inventa nada.

**P:** E a formação dos professores?

**E:** Bom, a questão pedagógica, tem uma equipe pedagógica agora em 2007.

**P:** Antes da municipalização não tinha essa equipe?

**E:** Não! Veio depois né? A municipalização foi em 2006, aí demorou um pouquinho foi depois em 2007. Aí essa equipe tinha lá a Lindamara, a Luciene, a Valdecir e a Andréia, a Andréia com a educação infantil, as outras três com o fundamental, a Luciene como formadora do “Letra e vida” através de um convênio né? que foi feito, a Val da parte do fundamental, e a Mara mais pra parte da matemática. Aí a Luciene, por motivos pessoais, esse ano pediu afastamento, quis voltar pra sala de aula em silêncio profissional, mas eu acho que a pessoa tem que trabalhar querendo trabalhar. Não gosto de nada obrigado, eu sou uma pessoa muito democrática e se você falar assim pra mim: “Não, Dilaine, eu não quero!”, Célia eu não vou ficar falando: “Mas não quer por que? Vamos!” Não! Porque eu acho assim, se você não quer você não quer mesmo, não quer nem dar muita explicação, porque se eu falar pra você que eu não quero eu não quero mesmo, não fica insistindo. Então eu tiro por mim. Sabe, acho que as pessoas têm que se respeitar nas suas individualidades. Então no final do ano ela falou que pra esse ano ela não queria, eu falei: “Olha, é uma pena mas eu respeito!” Voltou pra sala de aula e está lá, eu falei: “Enquanto eu estiver aqui, se você mudar de idéia, a hora que você quiser...”, mas não insisti porque não surte efeito. Aí agora tinha um remanejamento e tal, a Lindamara saiu dali e foi como vice-diretora da EMEI Estela, na Santa Rosa. Então, só está a Valdecir e a Andréia. Então deu uma diminuída e está se reestruturando

de novo, porém a Lindamara já tinha começado um curso, porque assim, qual é a linha? A gente dá essa formação ao técnico que está lá pra ele vir formar os professores aqui. Então, no ano passado, a Lindamara e a Valdecir, começou pela Val. Depois quando eu fui lá coloquei a Lindamara também, mesmo porque é a área dela, ela é especialista em matemática, fazer um curso naquela participação da UNDIME com a UNESP, que são uns cursos dados lá na UNESP, formando pra elas virem repassar esses cursos. A Val fez um curso que é o “Entre na roda” de uma parceria de Tarabai com a Volkswagen, ou a Mercedes Benz, não me lembro muito bem, aí ela está repassando pro grupo agora.

**P:** Agora tem esse trabalho, antes não tinha?

**E:** Antes não tinha, o que acabava fazendo? A gente sempre foi muito de correr atrás, então Pirapó sempre tinha os congressos de Prudente, pagava o curso pros professores que queriam fazer o congresso em Prudente, a semana da pedagogia na UNESP, muitos foram pagos pros professores fazerem. A gente sempre buscou parceiros, - a gente que eu falo sou eu enquanto diretora -, e eu sempre “passei verniz” e ia pedir, né? Então eu lembro na época do Pedro Rota secretário de Prudente, eu fui lá com a maior cara de pau pedir: “Pelo amor de Deus, município pobre, nós estamos começando, gente precisa e tal”, então ele mandou o técnico dele sem custo nenhum pra dar curso pra nós. Na época de Mirante, Mirante foi um parceiro muito bom, eu pedia assim pro Sebastião: “Sebastião pelo amor de Deus, o material o senhor manda a matriz a gente tira, manda pra lá é só espaço físico pros nossos professores, sem custo nenhum. Aí nós professores íamos e participávamos dos HTPCs tal, mas isso enquanto nós éramos filhos únicos, só tínhamos nós do município tal, né porque aí depois em 2006 com a municipalização tudo ficou mais complicado.

**P:** Ficou mais complicado com a municipalização? Porque antes a desculpa era vocês não assinarem o convênio de municipalização com a secretaria estadual, vocês não vão ter curso de formação, vocês não vão ter apoio nosso e não davam, a menos que você conseguisse negociar com o Sebastião ou com o Pedro Rota, com alguém que estivesse aqui perto. E depois que municipalizou, que assinou o convênio complicou mais? Ao invés de melhorar?

**E:** Sim, complicou mais.

**P:** Ai que horror, eu pensei que...porque lembra quando a secretaria da educação oferecia o convênio? Eles diziam: “Olha, as redes paralelas não vão ter cursos de capacitação, não vai ter isso, não vai ter aquilo, mas se fizer o convênio com o estado ai vocês vão ter o estado dando apoio...”

**E:** Tanto é, que é uma coisa que eu e a Cristina sempre discutimos isso, - a Cristina Ferrari -, ela sempre coloca: “cadê os cursos de capacitação?” Que nós diretores, - nós, digo, ela que é diretora do estado -, não somos chamados pra mais nada. Eu até coloquei pra Vera, que nós fizemos o SARESP...

**P:** SARESP de Pirapozinho?

**E:** Não, SARESP estadual, porque o ano passado foi aberto quem quisesse fazer o convênio pagando, mas e daí? Não precisava fazer o SARESP pra saber os resultados, ah mas vamos discutir, e discutimos, o que mais? Porque eu sei que o estado, o seu supervisor, o seu ATP, sei lá o nome que eles dão, já foram pra São Paulo, receberam orientação, já estão...sabe? já estão com professores isso...isso, doutores...pra virem pra suas TE, já chamaram seus diretores e estão discutindo o que eles vão fazer nas suas unidades. Aí, ontem eu falei com a Vera, falei: “Vera, e aí? Nós fizemos o SARESP, e daí?”, sabe? Não precisa nos chamar, vai alguém daqui da equipe cobra isso da TE. Vai alguém da equipe, passa lá, vê o que vai ser feito com ele e passa pra nós, pra gente saber como vai fazer, porque eu não me “fundo” (*sic*) de trabalhar, mas.. “tirar água de pedra?”. Eu vou pra internet, eu pesquiso por mais que não tenha tempo, e não tem mesmo, porque eu tenho vice-diretora, tenho coordenadora, [mas vem...é tudo], o diretor é que é o cabeça.

**P:** Então, você falou agora há pouco do Pedro Rota, e eu me lembrei de um processo de construção do estatuto, plano de carreira que aconteceu em?

**E:** 2003!

**P:** Em 2003, e eu era vereadora naquela época e eu queria que você contasse em detalhes como é que foi tal... Nós vamos falar um pouco do estatuto, de como foi construído o estatuto do magistério, no período como era a questão financeira, aquela coisa toda...

**E:** Em 1999, em 98 pra 99, por força de lei, - é sempre isso que obriga às vezes o poder executivo a agilizar -, é agora ou já ou então perde, correu-se para fazer um estatuto...

**P:** Porque a LDB, ou a lei do FUNDEF...

**E:** A lei do FUNDEF, a lei exigia. Deixa-me achar... eu o tenho aqui...velhinho coitado...Então foi feito a toque de caixa, maio de 1999. Esta pasta é privilegiada, a montamos com o decorrer dos anos. Então eu me lembro como isso aqui foi votado, e foi feito assim, - mais ou menos modelo padrão e copiado -, que nós fomos, eu e dona Ester subimos correndo na câmara municipal pra falar assim pros vereadores: “Ou vocês aprovam, ou a verba vai ser cortada”. Porque tudo eles acabam deixando pra ultima hora. Então, ela pediu [...]se eu iria com ela, eu disse que sim, ela era diretora, mas não participei da elaboração e aí nós fomos lá. O PEB 1 (professor de educação básica 1), ganhava em 99 por 150 horas, R\$ 525,00! Saía a 3,50 (a hora/aula). Foi quando nós saímos de 1,79 a hora/aula, pra vir pro primeiro reajuste, praticamente.

**P:** Que dobrou?

**E:** Dobrou o valor, porque naquela época tinha diferença dos valores do PEB 1 para o PEB 2, e aí nos fomos lá pedir por favor, que pelo amor de Deus, que fizesse, aprovasse e colocasse em pauta, em reunião, porque o prejuízo ia ser muito grande. Então nem foi muito questionado, nem sei te falar quem era o presidente da câmara na época e foi aprovado. Esse plano de carreira ficou até 2003, pra você ver como a história é feita a passos de tartaruga...

**P:** Até 2003 sem ser implantado?

**E:** Não, implantado do jeito que está aqui, eu não sei nem o que implantaram, faltava tudo o que iam implantar? É difícil, mas é o que tinha e de imediato não houve estudo, não houve discussão porque não dava tempo, não tinha! Aí na época, em 99/00 foi caçado, mudou o prefeito pra 2000, e naquela época já se começou reivindicar um plano de carreira, um estatuto discutido democraticamente e tudo mais. E aí, nessa época alguns candidatos a prefeito [...] assumiram esse compromisso com a gente, com a rede municipal que, colocaria esse plano de carreira em discussão pra se alterar e tudo mais. Foi quando começou então essa luta e veio essa participação, esse apoio que foi quando você se elegeu vereadora, então quem representava a educação? A quem nos relacionávamos a educação? Não é? Ao professor que estava ali representando! Porque eu não tenho que envolver você, mas (inaudível) foi um professor, professor que estava no magistério, até por essa linha de conhecimento, lembra aqueles livrinhos do GAT que você trazia? Eu tenho eles, aquelas planilhas sabe?, porque você participou muito das nossas reuniões, lembra? COMED, que era lá no Olga... Então a gente tinha essa visão, porque também faltava conhecimento, a gente não tinha conhecimento pra fazer um plano e etc...E aí nós tínhamos várias professoras também líderes, que também começaram a se movimentar e pegar modelos, não sai do nada, sai de alguns modelos, elas pegaram modelos de cidade vizinha que elas achavam. Prudente tinha feito um que na época era assim, um modelo de perfeição pras professoras de plano de carreira, e faziam até aqui de noite mesmo, discussões, várias discussões. Aí depois nós abrimos um tempo no HTPC pra mostrar, pra anotar e foi feito isso, até que se chegou num modelo que foi encaminhado para a prefeitura.

**P:** O conselho municipal...

**E:** Não.

**P:** O COMED não participou?

**E:** O COMED não! Depois foi apresentado para o COMED o que veio pronto, aí foi apresentado esse modelo, aí o que aconteceu? Contratou-se uma pessoa pra fazer o plano de carreira, que foi o Pedro Rota. E aí a gente acreditava que as nossas reivindicações de uma maneira maciça seriam atendidas, mas há uma diferença entre o real e o ideal, impossível de ser atendidas, porque nem tudo é possível né? É o ideal, mas é humanamente impossível entender, dentro de uma realidade que nós temos no município, com essa *per capita*, com essa arrecadação, porque arrecadação envolve tudo, tanto é que estamos passando por essa crise aí diminuiu a arrecadação do município, aí você vai criticar a administração pública? A crise não é deles, a crise é mundial! Poderia ser Pedro ou Paulo, o prefeito que estivesse ali, a arrecadação iria diminuir do mesmo jeito, não é? Então quando a gente vai fazer alguma reivindicação a gente tem que saber o que é possível e o que não é. E aí o Pedro foi elaborar o plano de carreira, ele que foi contratado, e quando ele nos trouxe pra discussão que foi aqui na primeira sala aqui no Moacir, a rede era pequena ainda, então vieram basicamente os professores da nossa rede da época. Você participou, - até eu confundia muito: onde que está a Célia professora, a Célia vereadora e a Célia sindicalista né? - (risos). Porque eram três papéis e a gente se confunde, até aqui mesmo quando fala Dilaine associam ao Moacir, como não me associar né? Então estava você e de vereador além de você só tinha mais um, não sei se você se lembra disso, era o Melo que estava. Aí começou a lei encaixar, e eu me lembro que as professoras ficaram muito revoltadas porque foi cortado muitas coisas das reivindicações, é lógico, dos benefícios, e elas ficaram muito revoltadas principalmente na progressão horizontal, que assim, demoraria muito tempo pra chegar lá na frente, o que aconteceu? Não me lembro qual professora, (se foi a [...], - essas mais líderes -) questionou para o Pedro, falou assim: “Escuta, porque você está tirando, se nós buscamos no modelo Prudente que foi você quem fez?”, ele falou assim: “Porque a gente não erra duas vezes o mesmo erro!”(risos).

**P:** Porque em Prudente ele tinha feito um plano de carreira de acordo com o que o sindicato tinha pedido, depois, 13 dias antes de terminar o mandato do prefeito, o sindicato fez greve porque tava com o pagamento atrasado porque não deu conta de pagar.

**E:** Então, por que? O que acontecia? O profissional ia muito rápido da primeira letra pra última. Aí ele fala assim: “um profissional lá há 3 ou 4 anos, - e isso até hoje, tanto é que a Andréia não tem 4 anos em Prudente, só tem 3 anos e falta pouco pra ela ir pro final da...da... (carreira) Por que? Os professores já calculam a quantidade de cursos que eles tem que fazer nesse período de tempo, do interstício de um do outro, pra ele pular daqui pra lá, [...] E aí virou aquela mercadoria, da corrida a qualquer preço e a qualquer custo, não importa a qualidade dos cursinhos de extensão, disso e daquilo, não criticando faculdade A, B ou C, porque é comércio e é a lei da oferta e procura, porque os professores chegavam em julho, ela mesmo é uma que fez não sei quantos cursos [...] pra dar o número lá e em 3 anos ela já tinha percorrido quase metade de caminho. Ela vai aposentar com 20 e daí?

**P:** Agora fica desestimulada durante 17 anos...

**E:** Você entendeu? Então ele colocou isso, e Prudente até hoje não corrigiu isso. Então no nosso...isso foi cortado, então o professor sente... E por outro lado não só isso, vai chegar num ponto..., a que valor vai chegar essa folha?

**P:** Então, e eu lembro que naquela época eu era vereadora, só que até uns dias antes eu tinha feito o discurso de sindicalista, e eu tinha feito todos os cálculos e dito: “Olha, o piso salarial aqui pode ser tanto!”, e era um piso relativamente alto.

**E:** Que se fazia em cima do cálculo do valor aluno, não era?

**P:** Era!

**E:** Então eu me lembro que teve uma época que o valor aluno era mil e tanto, nossa eu sonhava, deslumbrava... início com valor de mil e tanto? Aí vem a progressão horizontal, vai lá em cima...

**P:** Na verdade era salário médio. Mas eu acho que, na empolgação, a gente acabava até passando a mensagem de que era o piso, aquilo ali, era o salário médio porque tinha uma resolução do Conselho Nacional de Educação, a resolução 3/97, que dizia isso, que o valor do salário médio deveria ter como referência o custo aluno/ano.

**E:** Então, mas não é nem assim na questão da empolgação, a maneira que passa. Mas é aquilo, daquilo que a gente fala, então depende do que eu to falando e o que você quer receber do que eu estou falando. Você só vai filtrar o que você quer.

**P:** É, por isso que tem o gravador e agora eu vou mandar outra pessoa digitar...

**E:** E aí. você vai ler e tudo mais...

**P:** Senão eu conto a história onde eu sou o mocinho o resto é tudo bandido...

**E:** Então assim, daquela fala do custo-aluno e tal, o professor está vendo o que? “Eu só vou pegar a parte que me interessa”, então é ai que tá. Porém, ele foi feito melhor que o anterior, mas não colocado em prática porque a evolução horizontal via não acadêmica, não existe até hoje, os nossos cursinhos de 30...a não ser pra classificação, mas monetariamente até hoje ... Por que?

**P:** E vocês já estão reivindicando isso agora?

**E:** Faz tempo, isso. Desde a época do Sérgio entendeu? E foi cobrado: “Pedro deixa claro como isso vai acontecer...”, “Não, mas isso é simples, demanda apenas por resolução, da DME...”, e esse *simples* nunca saiu do papel, nunca aconteceu. Eu tenho minhas fotos, meus cursos e faço isso porque eu gosto, porque eu quero conhecer, não é só pra ter títulos como muitas fazem, mas e o outro lado? E até pra você poder investir no seu conhecimento, porque tudo tem custo nada é de graça, e continua o nosso salário sendo o mais baixo da região. A minha professora aqui, Ângela, ela não ganha a mesma coisa que a outra professora que está pela parceria no “Celestino”.

**P:** Continua baixo?

**E:** Continua! O meu salário não é o mesmo da Márcia, o mesmo da Cristina!

**P:** E o sindicato já fez um pedido de equiparação salarial para estado? Do município, dos servidores públicos municipais?

**E:** Nunca veio se discutir, [...] apesar de fazer parte do sindicato, professores! Tanto nessa chapa que ainda não saiu da eleição porque tá tendo uma demanda jurídica aí, eu sei que tem professor mas nunca ninguém colocou isso em pauta, pelo menos nunca ninguém veio sentar aqui e discutir isso comigo.

**P:** Então, porque eu lembro o seguinte...Algumas vezes a gente tentou adequar, solicitar de alguma maneira, mesmo depois que eu não era vereadora, tentou adequar no salário dos professores à legislação pra evitar essa história do bolo no final do ano, mas não poderia dar pros outros trabalhadores, por que? Porque a lei de responsabilidade fiscal não permite que a folha de pagamento ultrapasse 60%, e a lei do FUNDEF obriga que a folha de pagamento dos professores seja acima de 60%, e o que você deduz? Que tem que ter alguma coisa para o professor que de imediato não vai ser estendido aos demais funcionários.

**E:** Mas veja bem, acontece que hoje é aquilo que eu te falei, está passando de 60, então vai adequar o que?

**P:** Mas naquela época não passava?

**E:** Não passava por que? Porque só tinha essa escola e porque o nosso salário é baixo, porém agora como...

**P:** Pro seu salário poder ficar maior, teria que ter uma vantagem para o professor que não se estendesse pros outros.

**E:** Mas, veja bem...Nós tivemos bônus até 2005, depois da municipalização acabou o bônus, porque o bônus dava praticamente quase um salário pra cada um, um décimo quarto do salário, como se você fizesse a conta dividisse aquilo por doze, era o percentual que daria pra fazer reajuste.



**P:** E isso, aconteceu porque? O salário do professor do estado que era maior, sai do bolo do município para o estado...

**E:** Você entendeu? E isso eu falava: “Gente a municipalização, não é lucro pro professor do município, nos acusam dizendo que estamos defendendo a municipalização e é uma inverdade.”, porque eu sempre falei que não ia dar.

**P:** Agora essa luta da equiparação é justa e daria uma boa briga em..

**E:** E é velha, é velha...

**P:** Agora precisa engajamento né? tanto da direção do sindicato quanto da categoria que vai...

**E:** Quem que vai dar a cara à tapa Célia?

**P:** Você acha que isso é mais difícil por ser no município?

**E:** Eu acho! Qual é o prego que leva a martelada?

**P:** Você disse assim, que tinha vantagens no FUNDEF nessas coisas todas que aconteceram, porque ficou mais perto pra buscar, pra pedir, pra reclamar tal, e quais as desvantagens então?

**E:** Essa é uma delas, em uma mesma rede há coisas distintas. Por exemplo, uma coisa simples, não estou dizendo que está errado, é legal e é legítimo, mas é simples! No município tem direito de 4 faltas abonadas, e no estado 6. O professor da rede municipal, não é o caso aqui, mas nas em algumas escolas municipalizadas, - lá nós temos por exemplo a Gláucia que é do município e tem a Fátima que é do estado -, são duas PEB 1, enquanto uma faz 4 faltas abonada/ano, a outra faz 6. Diferença de hora/aula, diferença de tudo, está correto? Está. É legal? É. É justo? Não!

**P:** E isso é uma desvantagem de desigualdade, e aquilo que você disse, quem é que vai querer dar a cara à tapa? O fato de o patrão estar próximo, você acha que dificulta o movimento de reivindicação?

**E:** Dificulta, até agosto de 2007 eu sempre fui diretora, nunca tive vice, nunca tive coordenador. Até 2006 além de tomar conta da escola, todos os prés nas outras escolas que eram cedidas, porque eram estaduais eram vinculados a mim, então além dos nossos aqui nós tínhamos mais 370 ou 380 alunos de pré-escola, mais 13 professores incluindo Itororó, e sempre trabalhei, sem reclamar ou espernear, porque eu gosto! Faço o que gosto, sempre trabalhei! Municipalizou em 2006. Quando municipalizou, tinha escola que não tinha vice, não tinha coordenador, tinha escola que já municipalizou com a diretora com o vice coordenador - então já veio o pacote -, mas tinha escola que não tinha. Diretor esperneou, como vou trabalhar sem vice? Espera aí, eu não tenho ué, se pode então também quero! Então o estado vem de uma estrutura que eles não aceitam que fuja daquela estrutura, então só querem a parte boa da municipalização, o osso não quer roer, e como a gente está acostumado...

**P:** Você acha que mesmo os professores estaduais acham que a municipalização foi uma boa?

**E:** Olha, isso é uma visão minha, nunca conversei sobre isso com eles. Mas veja bem o cargo deles pode ter ido pra fora, mas eles permaneceram e não tiveram prejuízo algum, continuaram com seus direitos garantidos do que está no estatuto. Eu não sei de professor nenhum que tenha assinado a parceria que tenha sido prejudicado, por exemplo a Luzia mesmo, já vai aposentar, agora está até de licença prêmio tal, já estive vários lá no “Geraldo” que se aposentou, né? Então trabalhou normal com a parceria, a aposentadoria veio. Agora, pros professores da rede municipal, o que trouxe a mais, porque a rede já existia o ensino fundamental já existia...

**P:** E era mais fácil de lidar quando tinha pouca gente né? Agora, é aquilo: ter 3 filhos é uma coisa, ter 11 como meu pai tinha...(risos)

**E:** Isso que eu falava, eu falava: “Gente o tamanho do bolo é o mesmo, vai aumentar o número de filhos!”. Isso eu falava e se você conversar com a Valdecir, com esse pessoal, eles vão te falar.

**P:** Você já me falou alguma coisa a respeito de atribuição de aula, cronogramas, as regras, que tudo é [feito] pela divisão estadual...

**E:** Não. A atribuição, não! A atribuição é nossa.

**P:** Tá. Então você me explica como se dá isso na rede municipal porque não entendo nada..O que vem de lá é a estrutura em termos de cronograma?

**E:** Isso! Calendário...tal, então assim, a nossa lei fala sobre atribuição, então fala do quadro do magistério...

**P:** Essa lei é o que? É o estatuto?

**E:** É o nosso estatuto! É a lei de 2003, né? Aí, o que vai falar? Que por resolução da DME, fala da jornada do professor, aquela jornada parcial e jornada integral...

**P:** Inclusive essa jornada, está de acordo agora com o que se pediu, do piso de R\$ 950,00...

**E:** Ainda não, tanto é que é pro ano que vem o limite, até 31 de dezembro. Tanto é que, até onde eu sei foi contratado uma empresa, pelo menos foi isso que foi falado, que iam contratar uma empresa, não sei se já contrataram ou vão contratar, que vai estar fazendo esse plano de carreira...

**P:** Não teve as discussões ano passado, com categoria essas coisas todas?

**E:** Não, foi assim, a dirigente, - isso foi no começo do ano passado -, ela começou elaborar um plano e tal, começou até a fazer uma leitura daquilo que ela vinha elaborando com os diretores, aí qual era a idéia? Depois que fizesse tudo, mas ai não teve tempo hábil, porque começou época de campanha e aí ela se desligou e tudo mais, ela estava discutindo conosco isso ai. Aí depois qual era a idéia? Cada diretor colocou a sua opinião [e coisa e tal] e ela ia fazendo as adequações, ela viria pra discutir então, colocar num telão, chamar os professores, e ir passando e lendo isso para os professores. Então a discussão não seria uma discussão do nada, seria a partir de um modelo...

**P:** E depois haveria um diálogo com a categoria?

**E:** Aí, eu não sei.

**P:** Então não avançou?

**E:** Não avançou...Aí ela disse que retomou tudo isso, que vai estar fazendo inclusive em cima dessa lei, adequando a essa lei, desse 1/3 da jornada né? que cada um entende esse 1/3 da jornada de uma maneira. O ano passado nós implantamos aqui. Na época nós falamos pra Vera que a gente ia implantar, a nossa idéia e ela autorizou a gente implantar, e ai eu falei assim: “Bom isso já é uma saída pra esse 1/3..”, que é assim: eu tenho professor de educação física e educação artística especialista, na sala de aula e o professor da sala, são duas aulas de educação física e duas aulas de educação artística, 4 aulas semanais, certo? O meu PEB 1, ele ficava lá no fundo da sala corrigindo o caderno, fazendo as coisinhas dele, mas ele não fica atuando junto com o professor, e eu acho que em escola nenhuma, não é mérito nosso!

**P:** Não, e também já é uma coisa que se já tem especialista, é porque o professor multidisciplinar não estava dando conta...ele precisava mesmo...

**E:** Então o que nós vimos? Só que ai tinha na lei dizendo que o professor era obrigado a acompanhar as aulas, tá lá na lei! Porque na ausência do especialista ele já sabe o que está sendo trabalhado, ele já sabe o que ele vai dar. No básico, porque ele não é especialista. É aquilo que você falou, já colocou especialista porque alguém viu a real necessidade de alguém que entende do negócio direito! Aí nos discutimos com os professores depois da atribuição, fizemos o planejamento e tal, nós íamos fazer nossos horários de aula de forma que coincidiria a aula dos especialistas, então no 1ºA estaria com aula do professor de educação física e o 1ºB estaria em aula com o professor de educação artística, então os dois professores do 1º sairiam da sala iriam pro nosso espaço, - no caso, a biblioteca -, e estariam lá em hora de estudo, trocando idéias, informações, trocando receita, fazendo uma leitura pedagógica, preparando aulas juntos, fazendo atendimento de pais e seria, - na nossa cabeça -, mais proveitoso!

**P:** Vocês fizeram essa experiência e deu certo?

**E:** Tanto deu certo, que todas as outras escolas esse ano copiaram.

**P:** Que ótimo!

**E:** Aí quando nós levamos esse modelo... Mas como você vai fazer? E num sei o que, porque se você for por imposição, eu falei: “Gente, não é imposição os nossos professores aceitaram numa boa, porque é trabalhar um pouco mais aqui pra diminuir um pouco de trabalho lá!”.

**P:** E aí esse trabalho conta como fora de sala..

**E:** Não conta? Aí veio a lei depois, aí falei: “Gente tá aí, só falta mais uma aula pra atingir 1/3”, porque eu já conto HTPC, porque 1/3 de 30 são 10, eu tenho 2 horas/aula de HTPC e 3 de HTPL, são 5.

**P:** O que é o HTPL?

**E:** O horário de livre escolha, que pode ser incluído nesse 1/3. Aí, essas 4 aulas - de educação artística e educação física -, já foram pra 9, falta 1. Quer dizer, eu nem sonhava que ia sair a lei e tudo mais, mas...

**P:** A experiência falou mais alto...

**E:** Falou mais alto e pode ser colocado assim... tanto pode se colocar assim, se colocar assim vai aumentar a jornada do professor pra 40? Não precisa, e ele vai poder continuar fazendo o que? Acumulando, porque o grande problema de se aumentar pra 40, é como irão acumular? Dois de 40 são 80, humanamente não é possível.

**P:** Mas, na rede municipal ainda não pode acumular?

**E:** Na rede municipal, não! Não pode passar de 220, e a jornada nossa hoje 150 + 150, dá 300! Então não pode. Então a nossa atribuição atende as deliberações que são feitas anualmente, de acordo...

**P:** E onde são publicadas essas deliberações ?

**E:** No jornal! São resoluções...

**P:** Então, isso eu também não sei se tenho essas resoluções, eu vou dar uma olhada...

**E:** Lembra o ano passado? Eu separei e mandei tudo?

**P:** Ah, beleza!

**E:** Agora, era tudo que a gente tinha até aquela época, agora não sei. Mas o que faltar você fala.

**P:** Não eu acho que só o que eu não tenho é aquele caderno lá...e esse aqui que você disse que é muito semelhante.

**E:** É que esse não voltou homologado, é complicado, né?

**P:** Não, então tudo bem, então a resolução é publicada e todas as pessoas têm acesso a ela e vêm pras atribuições..

**E:** É porque a partir do momento em que é publicado, não tem quem não tenha acesso! E aí vem! Olha, esta aqui é uma de 2007: “Dispõe sobre o processo de classificação e atribuição de classe/aula ao pessoal da rede municipal de ensino de Pirapozinho”.

**P:** Ah, legal! E a seleção dos profissionais que vão atuar no magistério, é professor...

**E:** Então. O ultimo concurso foi em 2006 e foi prorrogado e valia por 2 anos e depois por mais 2 anos, então vai pra 2010.

**P:** E ainda tem gente aprovada naquele que está sendo chamado?

**E:** Ainda tem! Esse ano, há pouco tempo, já foram nomeados alguns professores. E teve também o exame seletivo que foi feito no ano passado...

**P:** Isso! Pro professor substituto, como que é?

**E:** É assim...até 15 dias qualquer professor da rede pode (substituir) porque não ultrapassa aquelas 220 horas. Passou de 15 dias tem que pegar alguém, ai vai pra onde? Primeiro vai para os do concurso, pois lá no concurso dizia que era tanto pra ingresso quanto para substituição, não havendo interesse aí tinha que ir para outro lugar, e ai o tribunal de contas fez o exame seletivo e tudo mais, o ano passado foi feito...

**P:** É uma provinha também?

**E:** Foi feita uma provinha, o exame seletivo no ano passado, e aí como dezembro ia ser período de transição etc e tal, pra terminar, eu pedi um parecer pro jurídico da continuidade pra esse ano, né? Do exame seletivo, até que se fizesse outro, e foi dado parecer favorável, e aí se prorrogou do ano passado, porque senão ia chegar janeiro, aí como ia fazer em janeiro pra começar o ano em fevereiro e começo do ano é complicado pra professora, é aquela loucura!

**P:** Esse é o substituto então com o exame seletivo, o diretor? Concurso também?

**E:** Diretor é concurso, a única diretora concursada sou eu, né? Não houve mais concurso pra diretor, porque quando municipalizou vieram os diretores, com exceção da escola “Moacir Teixeira”, que é uma escola nova e que lá por ser desde 2006, eu acho que já caberia lá o concurso.

**P:** E por enquanto como é escolhido?

**E:** Então, não tem assim um critério muito claro sobre isso, acaba sendo de livre nomeação do executivo.

**P:** Mas no estatuto diz que tem que ser concurso?

**E:** No nosso sim! É que, até que se abra o concurso não pode ficar sem...

**P:** E não tem uma seqüência de concursos que esteja prevista...é igual ao estado..

**E:** Não! Mas aquilo que não está escrito na lei, né?

**P:** Vice-diretor?

**E:** Vice-diretor tem todo um processo no estatuto...

**P:** Lista tríplice..

**E:** É, apesar de que foi alterada essa parte..

**P:** Foi alterada nessa gestão?

**E:** Na gestão anterior mas com a secretária atual.

**P:** E os vereadores aprovaram? Não é mais lista tríplice?

**E:** Não me recordo, deixa-me achar a alteração aqui...Lei 3.450/08, o que alterou aqui vamos fazer um paralelo, aqui tínhamos 5 vagas, como a intenção era passar o que tinha de creche para EMEI, e passar coordenador pedagógico pra vice-diretor na EMEI teria que aumentar, como passou de 1 escola municipal pra 6, eram mais 5 também teve que aumentar, então como a rede toda são 12 escolas, aumentou pra 12 vagas. Eram 5 passou pra 12. Então, era assim...em comissão escolhida pelo diretor através de lista tríplice apresentada pelos docentes, licenciatura em pedagogia ou graduação na área da educação com mestrado em educação, ter no mínimo 2 anos de exercício em função docente na rede pública. Aí vem aqui assim... indicado pelo diretor através da lista tríplice ao executivo municipal, priorizando inicialmente os docentes efetivos na unidade escolar, então primeiro quem é da unidade, não havendo ninguém...

**P:** Mas não são os professores que fazem a lista tríplice então...

**E:** São. Mas se não tiver ninguém? São os professores, mas e se não tiver ninguém?

**P:** Ai o que é que faz?

**E:** Vai pra outro, na ausência. E outra, por exemplo, eu sou daqui mas eu acho outro professor lá de outra escola, mas eu tenho que priorizar quem está aqui, se aqui não tem ninguém que tenha o perfil? Mas eu tenho que ver primeiro quem é daqui. Na ausência desses docentes efetivos da rede pública municipal de Pirapozinho, no caso das EMEIF's, - em se tratando das EMEI, os docentes que já ocupam as funções de coordenadora pedagógica, que serão re-denominados para a função de vice-diretor apresentada pela docente. Quesito, requisito: licenciatura em pedagogia com graduação em educação, com pós-graduação em gestão escolar, então tirou o mestrado e pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado, mas como na rede não tem ninguém com mestrado, ninguém com doutorado, só com

especialização... Então, deve ter no mínimo 2 anos de exercício docente na rede municipal pública de Pirapozinho.

P: O coordenador pedagógico...

E: Aí permanece o mesmo processo como era...e como são escolhidos pelo diretor em lista tríplice apresentada pelos professores, não está na lei mas a gente pede pra eles inclusive apresentar um projeto, a lei não exige mas é melhor! A Ângela quando foi, apresentou...

P: A seleção das pessoas que vão trabalhar na divisão municipal? Só por Deus?

E: Eu não posso te responder, acredito que perfil, né?

P: Afinidade de projeto político, né? Projeto político pedagógico? Ou não?

E: Também, você não pode - também trabalha com inimigo.

P: Claro, se você tiver um inimigo em cada escola você está perdido.

E: Por exemplo, eu brinco, eu falo que vice e diretora, é cabeça e pescoço já pensou a cabeça indo pra um lado e o pescoço pro outro? Vai dar torcicolo, não dá. A equipe tem que estar em sintonia.

P: É, se a gente lidasse só com gente séria no mundo da política, até o diretor não poderia ser...teria que ser eleição pela comunidade...

E: Eu tenho medo disso...

P: Eu também tenho, mas a APEOES defende muito essa idéia né? Mas eu tenho medo disso por que? Porque a gente não lida só com gente séria... Mas é que a democracia só se aprende exercendo, né?

E: Teve uma pessoa que falou pra minha colega de trabalho...

P: Em relação às condições de trabalho dos professores da rede municipal de ensino após a municipalização do ensino fundamental, aponte vantagens e desvantagens...nós já apontamos, né? Então agora só se você gostaria de apresentar alguma observação ou tecer algum comentário em relação o processo de implantação do FUNDEP, do FUNDEB, em relação à municipalização do ensino, qualquer coisa que você queira acrescentar.

E: Eu acho assim, - eu vou falar do "Moacir", que passou pela primeira prova Brasil em 2005 -, não existia a estrutura que está aí hoje, só existíamos nós, alunos e a escola e a nossa nota foi 5.5.

P: Nossa! Que bom.

E: Então, eu falo assim...que quando se quer fazer um trabalho sério, independe de todo um aparato ou não...

P: E ficou sempre mais ou menos nessa média?

E: Sim, caiu 0,1 que foi pouco, mas caiu! Nós somos críticos, nós, os professores, mas por que? Houve mudança, mudança de clientela, nós estamos tendo, - isso não privilégio só meu, mas de todas as escolas -, um fluxo muito grande de alunos por conta das usinas, todo dia tem matrícula e hoje está, amanhã não está. A gente está tendo um fluxo, um flutuante muito grande, está a questão da inclusão que vem ai, e tudo mais. Mas independente do aparato. Quando se quer fazer um trabalho sério se faz. Então diante dos nossos 12 anos de escola municipal, - a escola foi implantada em 1997 então tem 12 anos e eu estou desde 1998 -, todos que passaram aqui, estão ou não estão mais, mas passaram, tem a sua co-responsabilidade sua parcela de contribuição nesses índices da escola. É uma história, eu falo que nós já temos a nossa primeira leva, que já está fazendo faculdade, nós temos excelentes alunos representando a nossa escola. Então, isso é algo que nos temos de positivo. Mas, é lógico, nós somos críticos queremos saber que quanto maior a estrutura menos dá pra se caminhar, falta e muito. Temos muito o que andar, muito que aprimorar. Eu falo que nós seremos sempre no começo do ano, que seremos sempre um carvãozinho preto pra virar diamante, tá? Então, cada ano é um ano, cada ano, uma história e a gente vai, porque a escola é um organismo vivo, ela não para, ela trabalha e falta divulgação do que a gente consegue...

Por exemplo, essa nota que nós tiramos, nós não botamos faixa aí, às vezes as pessoas por tão pouco põe faixa, faz aquela....e eu falo que isso é uma falha.

**P:** Mas vocês falaram na reunião de pais?

**E:** Ah sim, pra nossa clientela? Pra nossa comunidade com certeza, mas eu falo que se *marketing* e propaganda não fossem bom negócio, coca-cola não faria! Então a gente precisa ser mais “marketeira” também...

**P:** Ah faz parte do jogo...

**E:** Né? Pra ser reconhecido. Nós fizemos um trabalho nada mirabolante, coisa que nós fazemos todo ano, pegamos coisa do ano passado demos uma melhorada, aí pediram relatório do que foi feito, fizemos e tal e encaminhamos pra regional, a regional amou, adorou, e ligou pedindo pelo amor de Deus pra gente ir lá apresentar o projeto desenvolvido aqui na escola, e não fomos só nós. Teve escolas daqui, da região e tal. Então nós vamos agora colocar no *power point* e tal, pra apresentar lá o que foi feito, mas não é assim “descobrimo a lâmpada”, entendeu? Não tem nada de novo, é fazer o trabalho do dia a dia mesmo, é por ai.

**P:** Legal Dilaine, muito obrigado! Pela sua disposição de ajudar, eu sei o quanto é difícil abandonar essa pilha de coisas aí pra fazer isso, e, parabéns! Você é uma guerreira. Eu me lembro quando você estava sem salário, e eu ainda falava assim: “O que vocês querem? Municipalização? Pro professor do estado também 3 meses sem salário?” E você fez aquela fala, essa mesma fala que você fez hoje: “Eu estou há 3 meses sem receber salário, mas o meu trabalho não mudou uma vírgula e continua com a mesma qualidade!”.

**E:** Não é trabalhar pelo que você ganha, é trabalhar pelo que você acredita e na hora em que eu deixar de acreditar, eu vou embora. Eu trabalho porque preciso, mas eu posso trabalhar em outra coisa.

**P:** O que a Sra. pode nos dizer sobre a CONAE?

**E:** A Conferência Nacional da Educação – CONAE, etapa municipal, realizada no dia 31 de julho, contou com a participação de professores, diretores de escolas, funcionários, pais de alunos, convidados da sociedade civil e autoridades. Foi importante como espaço democrático para debates visando à educação de qualidade envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino do nosso município. Após a solenidade de abertura os participantes foram divididos em seis grupos, ficando cada grupo responsável por um eixo diferente. Trabalhamos com o eixo IV “Formação e Valorização dos Profissionais da Educação” – durante os trabalhos houve significativa participação coletiva – um momento rico de debate. Neste espaço todos puderam expor suas idéias, bem como suas críticas, todas as indicações realizadas pelos participantes tiveram a preocupação com relação ao desenvolvimento e o melhoramento da educação e também com os rumos da educação nacional, passando pela qualidade de trabalho e valorização dos profissionais da educação.

**P:** Muito obrigada.

## **ANEXO 5: ENTREVISTA COM O FUNDADOR DA ESCOLA TÉCNICA MUNICIPAL DE PIRAPOZINHO, JOSÉ RODRIGUES GARCIA.**

**Pesquisadora: P**

**Entrevistado 01: José Rodrigues Garcia**

**P:** O Sr. pode se apresentar por favor?

**E01:** José Rodrigues Garcia, Brasileiro, casado, contador, com 81, na véspera de 82 anos. Já fui professor no CELSA [Colégio Estadual Lúcia Silva Assumpção] durante doze anos e fui lá também assistente de direção. E posteriormente fundamos a Escola Técnica Municipal que foi idéia do ex-prefeito Jorge Asséf, cuja autorização foi no início da gestão do Sr. Osório de Souza Santos. Eu não queria ser diretor, mas o Osório me pressionou e disse que se eu não fosse o diretor ele não autorizava a escola. Tive que ser, e aí fui. Fui diretor durante a gestão dele, depois o Sr Rubens de Lorenzo Barreto ganhou a eleição, ele não gostava de mim e me mandou embora. A nossa escola teve uma vida muito bonita, tivemos professores lá, que eu não vou citar os nomes, muito batalhadores. Nós participávamos de tudo quanto era evento. Fomos campeões da mais bela voz colegial, fomos campeões também da torcida mais alegre e mais vibrante. E depois infelizmente a nossa escola pereceu para a tristeza de todos nós. E hoje está fazendo muita falta.

**P:** Eu gostaria de saber um pouco sobre o profissional que era formado naquela escola.

**E01:** Ela formava o técnico em contabilidade, que é o contador em primeiro grau. Dá habilitação para ser técnico em contabilidade de qualquer firma, assinar balanços, fazer escriturações, enfim, é uma categoria que hoje está fazendo falta aqui em Pirapó, porque nós só temos curso de contador de nível universitário.

**P:** Fale um pouco da importância dessa escola para a criação posterior das demais escolas da Rede Municipal de Ensino de Pirapozinho.

**E01:** O que eu posso adiantar é que não há ligação nenhuma, mesmo porque as escolas que foram criadas depois são todas de ensino básico, ensino primário e ela era em nível de segundo grau, em nível que chamava antigamente de colegial.

**P:** Eu quero agradecer o Sr. Pela entrevista e dizer que é muito bom saber que o sr. continua trabalhando ainda, quase aos 82 anos de idade. Muito obrigada.

## ANEXO 6: QUESTIONAMENTOS A UMA PROFESSORA DA EQUIPE DE GESTÃO

**Pesquisadora: P**

**Entrevistada 02: E02**

**Obs.** As questões foram deixadas com a professora, que respondeu por escrito.

**Identificação:**

**Professora Entrevistada 02: E02**

**Período de atuação em sala de aula:** março/1988 – março/2007

**Período de atuação na gestão escolar:**

**Período de atuação na equipe de gestão da D M E<sup>108</sup>:** março/2007 até hoje

### **Parte 1 – Caracterização da professora**

**P:** Gostaria de saber, inicialmente, qual a sua formação? (ensino médio, graduação/pós-graduação – área).

**E02:** Graduação em Geografia, pós em Psicopedagogia, cursando Pedagogia.

**P:** Poderia me falar um pouco de sua experiência na área de educação?

**E02:** Iniciei em 1988, em uma escola meio improvisada, no salão da Igreja Católica no Município de Pirapozinho. No ano seguinte fui para uma creche que também funcionava, precariamente em uma casa. Fiquei por três anos. As condições eram péssimas. Depois fui para uma escola Estadual que emprestava uma sala para o Município e assim ficamos por vários anos até que em 1997, foi construída nossa Escola Municipal.

**P:** Como chegou a se tornar professora da rede municipal? Qual a sua relação com a temática da Educação antes de assumir o cargo?

**E02:** Iniciei na rede, meio que por acaso, ainda freqüentava o 4º ano de magistério e ninguém queria dar aula pelo Município, pois o Prefeito [Rubens de Lorenzo Barreto] estava sendo cassado e não pagava [os salários], iniciei o trabalho docente para receber um salário mínimo mensalmente e fiquei meses sem pagamento, depois o outro prefeito [Valdemar Casseze] acertou tudo com os funcionários. Esse prefeito ofereceu concurso público, reorganizou os salários dos diferentes setores. Ingressei e estou na rede até hoje.

### **Parte 2 – Prioridades governamentais e Educação**

**P:** Com esse seu interesse pela Educação, a Sra. encontra receptividade na política da prefeitura? Diria que a educação é prioritária na agenda política do prefeito? Ou existem outras prioridades? A relação do prefeito com o atual governador é satisfatória? Acredita que o novo governo produzirá mudanças importantes para a política educacional do município?

**E02:** Com mais de 20 anos de Município, já passei por tudo, tivemos prefeitos comprometidos e em contrapartida outros, totalmente alheios aos anseios da Educação. O último prefeito que ficou apenas dois anos, se empenhou bastante em melhorar a Educação do Município, nomeou uma dirigente. Haja vista que o Município ficou, durante anos, com um professor respondendo pelo cargo sem nomeação e, conseqüentemente, sem nenhuma autonomia. A Dirigente montou uma Equipe de trabalho e o Município deu um grande avanço em matéria de Educação.

---

<sup>108</sup> DME: Divisão Municipal de Educação



Nossas expectativas em relação ao atual Prefeito são as melhores possíveis. Uma de suas prioridades é rever o nosso plano de carreira e esperamos que este venha ao encontro ao que almejamos.

**P:** No plano de governo do prefeito, qual é o lugar dado à educação? Nos últimos anos, considera que o plano do governo municipal vem se realizando? Existe documentação a esse respeito? Eu posso ter acesso a essa documentação?

**E02:** A Educação tem lugar de destaque nesse governo, como eu disse na questão anterior, nós, que estamos na rede há algum tempo, percebemos um grande avanço. Quanto à documentação eu acredito que não terá nenhum problema em ser colocada à sua disposição.

**P:** Qual é a posição da prefeitura sobre o assunto da participação e transparência na gestão? Gostaria que você falasse sobre os instrumentos de participação e a estrutura institucional necessária para que esses instrumentos funcionem. Por exemplo, existe orçamento participativo? Como é feito esse orçamento? As compras e os contratos que são realizados pelo município são publicados para conhecimento de todos? Existem conselhos instituídos para a participação da comunidade? Em quais áreas? Existe sistema de ouvidoria e atendimento das reclamações dos moradores do município? Há presença nesse município de ONGs? Quais são e qual é o papel de cada uma delas?

**E02:** Em relação a essas questões o que sei é que existe o conselho, que acompanha e fiscaliza todo o gasto das verbas do FUNDEB. Quanto às outras questões não tenho conhecimento.

### **Parte 3 – Programas e políticas educacionais**

Dependendo do município, sei que varia o foco central da política educacional. Aqui, a Sra. diria que a política está centrada em quais aspectos? Quais os principais desafios na área da Educação do município?

**E02:** Realmente um dos maiores desafios da Educação é em relação à qualidade. O nosso Município, apresentou um resultado razoável em relação aos Municípios da região, mas ainda assim está longe do resultado esperado por todos. Sonhamos com uma escola que proporcione aprendizagem significativa a todos que nela ingressam e não apenas a uma minoria.

**P:** Em sua opinião, o que significa uma educação de boa qualidade?

**E02:** Temos que proporcionar as mesmas oportunidades a todos, não adianta garantir acesso a todos se esse acesso não garantir que todos tenham acesso também à aprendizagem.

**P:** Como a Sra. classifica as escolas dessa rede em termos da qualidade da educação?

**E02:** Como eu disse em uma das questões anteriores ainda temos um grande desafio pela frente, o Município tem investido em formação continuada do seu quadro de professores e oferecido uma melhor infra-estrutura em suas unidades para com isso melhorar a qualidade de ensino.

**P:** A Sra. recebeu os resultados da Prova Brasil aplicada nas escolas dessa rede?

Sim ( x ) Não ( )

Se a resposta for não: como pretende obter os resultados?

Se a resposta for sim:

**P:** Quais são os principais fatores responsáveis pela qualidade da educação em seu município? (não respondeu)

**P:** Formação continuada de professores (não respondeu)

**P:** Investimento na Educação, materiais pedagógicos, compra de computadores, assinatura de jornais e revistas etc. (não respondeu)

### **Parte 4 – Caracterização da rede político/institucional**

**P:** Penso que, quando há colaboração entre os governos estadual e municipal no que concerne à educação, as crianças em idade escolar saem ganhando. É este o caso do município? O governo estadual tem programas bem desenhados e eu gostaria de saber quais deles são usados aqui. A Sra. pode me falar disso? (não respondeu)

**P:** A Câmara de Vereadores tem boa atuação no campo educacional? Colabora com a secretaria ou existem conflitos? De que tipo? E como a Sra. faz para lidar com eles?

**E02:** Nunca soube de nenhum conflito entre vereadores e a Divisão.

**P:** Em geral, quando a sociedade se organiza em torno da questão educacional, os resultados são positivos para o aprendizado do aluno. Aqui existe clima de mobilização e pactos políticos entre governo e sociedade civil? Em particular, gostaria de saber se, em sua opinião, o Conselho Municipal de Educação está funcionando a contento. Gostaria também que me falasse um pouco da relação com as entidades da sociedade civil, como associações de moradores, sindicatos, associações empresariais, etc.

**E02:** O conselho tem uma boa atuação.

### **Parte 5 – Proposta pedagógica**

**P:** Já falamos um pouco do que a Sra. considera ser o foco principal da atuação da DME, mas gostaria de desenvolver mais este assunto. Os princípios que informam a política educacional da rede estão pautados numa proposta pedagógica? (não respondeu)

**P:** De que tipo? Feita pela atual Responsável pela DME ou dando continuidade à proposta da gestão anterior? Existe algum documento que possa dar uma idéia mais precisa da forma pela qual o ensino é tratado em sua rede escolar? (não respondeu)

**P:** A Sra. diria que a proposta é do conhecimento dos principais agentes educacionais? Diretores, supervisores e professores? (não respondeu)

**P:** Na formulação dessa proposta, os agentes educacionais tiveram a possibilidade de opinar? Consultores ou pessoas externas à rede também contribuíram para sua formulação? A Sra. considera que há consenso em torno da proposta? Ou existem pontos de discordância? Neste caso, quais? (não respondeu)

**P:** Nem sempre uma proposta torna-se realidade, isto é, nem sempre a proposta efetivamente norteia as ações: qual é o caso aqui? A Sra. considera que a proposta está presente nas ações da secretaria? De que modo? (não respondeu)

### **Parte 6 – Caracterização da equipe da secretaria municipal de Educação**

**P:** Como feita a seleção da equipe de gestão da DME? Os critérios técnicos prevaleceram sobre relações pessoais, de confiança? Há pressão política para manter esta ou aquela pessoa na equipe? Já foram feitas alterações na equipe ao longo dos últimos anos?

**E02:** A escolha foi feita atendendo alguns requisitos, tempo de serviço, formação, experiência, entre outros, não sinto pressões políticas voltadas para a equipe.

**P:** Gostaria de saber sobre a distribuição do tempo disponível para o trabalho. Quanto tempo é dedicado ao apoio às escolas da rede, relativamente ao que é dispensado ao trabalho interno da secretaria?

**E02:** Os coordenadores pedagógicos estão sempre voltados para o trabalho de apoio às escolas. Mesmo quando estamos na Divisão estamos preparando algum repasse de curso, orientação pedagógica, material de estudo, ou organizando algum projeto a ser trabalhado na rede, não nos envolvemos com a parte administrativa.

**P:** Há preocupação com a capacitação da equipe? Os funcionários da DME já passaram por cursos ou outras formas de aprimoramento de suas competências? Houve algum apoio de universidades? E a remuneração é compatível com a qualidade de seu desempenho? O desempenho é sistematicamente avaliado? Por quais meios?

**E02:** Nos anos de 2007/2008, passamos por vários cursos tais como: Letra e Vida, Pró gestão, Entre na Roda (curso de leitura), 4 Módulos de Matemática (onde um professor coordenador recebeu a capacitação na UNESP e repassou os cursos), Dificuldade de Aprendizagem (curso pago pelo município onde participaram 128 professores), todos foram repassados para a rede pela equipe pedagógica. Quanto à remuneração depende de como se vê, num país como o nosso onde um jogador de futebol ganha uma fortuna, enquanto um “bóia fria” não ganha o

suficiente para sobreviver, um professor ganha uma miséria diante do jogador, mas em contra partida ganha bem aos olhos do “bóia fria”. Eu, com certeza, não sonho com o salário de um jogador de futebol, mas se tivéssemos nossa progressão horizontal a qual já é garantida pelo nosso plano de carreira e que nunca se fez valer, já ficaria contente.

**P:** Finalmente, ainda no que concerne à equipe, a Sra. diria que a distribuição das funções da DME se faz de forma adequada entre os membros de modo a responder às demandas das escolas?

**E02:** Na minha opinião nossa equipe ainda é pequena para 12 unidades escolares, mas na medida do possível, conseguimos atender razoavelmente a demanda.

### **Parte 7 – Política educacional e planejamento**

**P:** Gostaria que a Sra. falasse um pouco sobre planejamento e política educacional. Imagino que conte aqui com o Plano Plurianual e com o Plano Municipal de Educação. Existe também um plano de governo da prefeitura? Em qual deles a questão educacional vem sendo mais bem tratada? A Sra. acompanhou cada um deles desde a sua formulação? De que maneira?

**E02:** Não acompanhei a formulação destes planos.

**P:** No que concerne ao Plano Municipal de Educação, ele foi criado por lei? Posso ter acesso a ele? A Sra. tem conhecimento de como se deu o processo de sua formulação? Sabe identificar que atores participaram do processo decisório? Em particular, foram escutados os representantes da comunidade? E sua contribuição, como a qualifica?

**E02:** Não sei, quanto ao acesso com certeza não terá nenhum problema.

**P:** Gostaria de ter uma idéia do conteúdo do plano, bem como de sua abrangência (diagnóstico do ensino, metas, discriminação de gastos, projeções de matrícula e outros elementos importantes da rede, monitoramento, avaliação).

**P:** A Sra. conta com equipamento adequado para a implementação dos planos? Em particular, tem como dar um tratamento informatizado à sua base de dados?

**E02:** Sim.

**P:** No âmbito dos planos, ou de uma forma mais geral, a DME tem algum procedimento regular para avaliar a política para rede municipal? Os resultados do Plano são discutidos com as escolas, a comunidade e com outros agentes?

**E02:** Não Sei.

### **Parte 8 – Financiamento da educação municipal**

**P:** Quem é ordenador de despesas da DME? Como é feita a liberação dos recursos destinados à Educação?

**E02:** Setor de compras.

**P:** Sua participação no processo orçamentário se dá em todas as etapas? Fale um pouco disto.

**E02:** Não

**P:** Que critérios são utilizados para alocar os recursos na rede? Como a DME faz para atender a demandas inesperadas, como a necessidade de reparar algo em alguma escola? Tem uma reserva?

**E02:** Não tenho muito acesso a essa parte. O que eu sei é que as Unidades Escolares mandam ofícios solicitando o que necessitam, a dirigente encaminha os pedidos ao setor de compras e este providencia o que foi solicitado.

**P:** A Sra. considera eficiente o sistema de gestão financeira (licitação, pagamento, etc.) e de controle interno da DME?

**E02:** Sim.

**P:** E como vem sendo feita a prestação de contas? É um sistema único, ou varia de acordo com recursos financeiros adicionais à dotação orçamentária?

**E02:** Não sei.

### **Parte 9 – Educação infantil**

Aqui no município já existem programas públicos para a educação infantil?

a) Se sim, desde quando? São articulados com o ensino fundamental? Os recursos de que dispõe são suficientes para atender às crianças em idade pré-escolar? E de onde eles provêm? Nós contamos com 6 Unidades de Educação Infantil, mas ainda temos demanda reprimida, no berçário principalmente.

b) Se não, acha que seria importante cuidar disso ainda na sua administração? Como pensaria em iniciar esse tipo de educação?

**E02:** Já existe.

### **Parte 10 – Professores**

a) Normalmente, elegemos os professores como peças centrais da qualidade do ensino no município, bem como dos processos de constituição.

Em geral, os professores são concursados? Quando foi o último concurso? Para quais áreas? A demanda foi muito grande? E os resultados foram satisfatórios?

**E02:** O último concurso foi há três anos, para PEB I e PEB II de Artes e Educação Física.

b) A Sra. diria que aqui existe uma política que garante a formação continuada, de boa qualidade? Por quais meios? É comum um professor se licenciar para completar sua formação, ou para fazer cursos de capacitação? Essa política de capacitação está mais voltada para atender às necessidades dos professores ou da rede escolar?

Estou imaginando uma situação em que a secretaria dá uma licença remunerada para o professor se qualificar, e que este, assim que pode, vai para outro município onde imagina ter melhores condições de trabalho. Esse tipo de situação acontece aqui?

**E02:** Temos formação continuada, mas na maioria das vezes um membro da Equipe vai fazer a capacitação e depois repassa para a rede.

Na nossa região estamos perdendo profissionais para o município de Presidente Prudente, pelo salário ser bem maior.

c) O Plano de Carreira é adequado para manter o professor com boa disposição em sala de aula? Como é feita sua avaliação? E que tipo de incentivos ou gratificações são dados? Poderia ter uma cópia de Plano?

**E02:** Nosso plano está muito defasado, ele até contempla alguns incentivos, mas estes ficaram no papel.

d) Como é feita a distribuição dos professores nas escolas? Há muita mudança? Existem escolas para as quais ninguém quer ir? Ou, alternativamente, quais são aquelas para onde todos querem ser transferidos? Como é equacionado esse tipo de questão?

**E02:** Não temos esse tipo de problema na nossa rede, a não ser com o Distrito de Itororó do Paranapanema, por conta da distância. (fica a 40 km do município e tem poucos horários de ônibus)

### **Parte 11 – Gestão escolar**

a) As escolas desta rede são dirigidas apenas pelo diretor ou contam também com coordenador pedagógico ou outros auxiliares no núcleo gestor? A Sra. considera que a direção escolar, no município, está em boas mãos? Fale um pouco do processo de seleção dos diretores, se há ou não participação da comunidade e se existem incentivos para incremento de sua qualidade.

**E02:** Estamos com gestores muito bons. As escolas contam com diretores, vice-diretores e coordenadores.

b) A direção escolar é submetida a um processo de avaliação? De que tipo? Com que regularidade?

**E02:** Ao final de cada ano é feita uma avaliação do coordenador pedagógico, pelos professores, com relação aos outros, não tenho conhecimento.

c) Existem programas de qualificação dos núcleos gestores que ajudem a tornar a administração escolar ágil, moderna, participativa?

**E02:** No ano de 2007/2008 fizemos o Pró-gestão.

d) As crianças vão para a escola de preferência de seus pais ou existe alguma orientação da secretaria para a sua alocação na rede escolar?

**E02:** As crianças são distribuídas por setor, o mais próximo de suas casas.

**Parte 12 – Políticas diferenciadas para uma rede escolar heterogênea**

a) Qual é a sua opinião sobre o tema de equidade na qualidade de educação no município? A secretaria municipal de ensino dá mais atenção às escolas que têm bom desempenho para que elas fiquem cada vez melhores e aumentem sua reputação? E o que faz a secretaria para ajudar as escolas com desempenho inferior?

**E02:** Pelo contrário, o tratamento é o mais igualitário possível.

b) Que critérios são usados para distribuir os recursos financeiros nas escolas? As melhores são premiadas?

**E02:** Não. Como eu disse, em uma questão acima, as escolas fazem ofício solicitando materiais, a dirigente encaminha para o setor de compras e o mesmo providencia.

c) Existe suporte pedagógico para a educação de crianças com necessidades particulares (distorção idade/série, repetência, etc.)?

**E02:** Temos sala de recursos, projeto de reforço e recuperação.

## **ANEXO 7: QUESTIONAMENTO À PROFESSORA RESPONSÁVEL PELA DIVISÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE ESTRUTURAÇÃO DAS PRIMEIRAS TURMAS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO –SP**

**Pesquisadora: P**

**Entrevistada 03: Almeida**

**Identificação:**

Nome: Ester Alves de Almeida

Formação: Curso de Pedagogia com Habilitação em Orientação Educacional, Administração Escolar/ Supervisão Escolar

**Período de Atuação:**

**Como professora da rede estadual de ensino:** Fevereiro/ 1966 a julho/ 1972

**Assistente de Diretor:** Agosto/ 1976 a janeiro/ 1979

**Como diretora da rede estadual de ensino:** agosto/ 1972 a julho/ 1976, fevereiro/1979 a julho/ 1990

**Como gestora municipal de educação:** janeiro/ 1992 a 12/ 1996 e julho/ 1997 a abril/ 1999.

**Outras atividades ligadas à educação:** Supervisora de Ensino – agosto/ 1990 a julho/ 1991

**Questões:**

**P:** Conte- nos um pouco de sua história como profissional da Educação

**E03:** Iniciei a carreira no Magistério Público do Estado de São Paulo, como Professora Primária, hoje PEB – I, em 16 de fevereiro de 1966. Trabalhei em escolas isoladas do município de Pirapozinho e Sandovalina, como professora admitida. Prestei concurso, e em fevereiro de 1972, ingressei como Professora Efetiva (Titular de Cargo) no Grupo Escolar de Ouro Branco, Distrito de Iubatinga, município de Caiabu. Permaneci na sala de aula até julho/ 1972, em seguida fui designada para substituir o Diretor Luiz Carlos Amorin, que se afastou para prestar serviços em escola de Presidente Prudente. Substitui a direção em Iubatinga até julho de 1976, quando fui convidada pela Prof.<sup>a</sup> Ivanice Bessa de Oliveira para ocupar a função de Assistente de Diretor (hoje Vice Diretor de Escola) na Escola Estadual Lúcia Silva de Assumpção em Pirapozinho, onde trabalhei até Janeiro/ 1979. Nesse período prestei concurso para Diretor de Escola e ingressei em fevereiro de 1979, na Escola Estadual do Distrito de Nova Pátria, Município de Presidente Bernardes, onde permaneci um ano, sendo removida para a Escola Estadual Liria Yuriko Sumida em Sandovalina. Após um ano de trabalho, vim para a Escola Estadual Prof. Celestino Martins Padovan em Pirapozinho, hoje Escola Municipal. Permaneci por mais de dez anos. No final deste período prestei concurso para Supervisor de Ensino tendo escolhido e deixado de tomar posse na Diretoria Ensino de Regente Feijó. Prestei novamente o concurso e desta vez na última oportunidade oferecida escolhi a Delegacia de Ensino de Mogi Mirim, tomei posse mas me afastei junto a Escola Estadual Prof. Celestino Martins Padovan numa função, até então nova para já naquela época coordenar se houvesse interesse as atividades de implantação do Programa de Municipalização do Ensino Oficial do Estado de São Paulo do Município de Pirapozinho. Aposentei- me como Supervisora de Ensino em julho de 1991. Quero acrescentar que tudo me aconteceu naturalmente e que sempre me senti realizada em tudo que fiz, desde o trabalho em sala de aula até nas funções administrativas. Guardo boas lembranças de todas as escolas por onde passei, e acredito ter deixado em cada uma delas contribuição positiva.

**P:** Como foi o processo de criação das primeiras turmas de ensino fundamental da rede municipal de ensino?

**E03:** As primeiras turmas do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino foram criadas no ano de 1997. A pré-escola que funcionava na época, sob responsabilidade do município, matriculava alunos que completassem 6 (seis) anos, dentro do ano até 31 de dezembro.

No ano de 1997, o Estado, então mantenedor do Ensino Fundamental estabeleceu a idade mínima para o ingresso na 1ª Série, em até 30 de junho, deixando sem condições para matricula um número expressivo de alunos. Por pressão dos pais e influência dos Vereadores, a Prefeitura se sentiu na obrigação de atender seus esses alunos e criar o Ensino Fundamental. Foram instaladas quatro classes que, assim como toda pré-escola, funcionavam em salas cedidas pelas escolas estaduais. No ano seguinte as classes do Ensino Fundamental foram reunidas na Escola Estadual Prof.<sup>a</sup> Maria José Barbosa Castro Toledo e designado um Diretor de Escola para responder pelo funcionamento da primeira Escola Municipal de Ensino Fundamental.

**P:** Você poderia nos descrever o que aconteceu no município de Pirapozinho, durante o período de criação e implantação do FUNDEF, no qual ficava retida parte significativa das transferências intergovernamentais, que só retornavam ao município se este tivesse alunos matriculados no ensino fundamental?

**E03:** O FUNDEF começou a transferir receita para o município no ano de 1998. As verbas eram aplicadas em despesas com o Ensino Fundamental e a prestação de contas conferida e vistada pelo Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério-FUNDEF.

A implantação do Ensino Fundamental foi gradativa, uma série a cada ano, e o repasse com base no número de alunos matriculados. A rede começou a crescer com muitas necessidades que foram sendo atendidas contemplando recursos pedagógicos, físicos e humanos. O município não contava com nenhuma estrutura física para acolher os alunos. Foi um período de aprendizado para todos, tratado com seriedade, tanto pelo pessoal da Divisão de Educação como pelo Conselho do FUNDEF. Nesse início procurou-se designar para o Ensino Fundamental os profissionais mais experientes, avaliando o trabalho desempenhado por eles na pré-escola. Quando as salas de aula da Escola Estadual Prof.<sup>a</sup> Maria José Barbosa Castro Toledo tiveram que ser devolvidas, foi alugado e adaptado um prédio. Finalmente depois de muita argumentação foi construído um prédio próprio em terreno ao lado do Campo de Futebol, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Moacyr Teixeira.

**P:** Qual foi a reação do executivo (Estadual e local), legislativo, profissionais da rede estadual e da rede municipal de ensino no período de 1996 até o ano de 2000?

**E03:** Em todos os anos quando o assunto era Municipalização do Ensino, o poder Executivo e Legislativo acabava ouvindo as razões dos professores. Na época, me parece que todos, alunos, pais de alunos, professores e autoridades estavam satisfeitos com o desempenho das escolas. O quadro do magistério estadual efetivo era numeroso e tinham a confiança da comunidade. A Rede Municipal de Ensino continuava crescendo paralela a Rede Estadual e já demonstrava eficiência e preocupação com a qualidade de Ensino.

**P:** Com a retenção dos recursos no FUNDEF e a obrigatoriedade de aplicação do que retornava no ensino fundamental, restava no município 40% das verbas educacionais que poderiam ser gastos com a Educação Infantil. Houve alguma mudança significativa neste atendimento? Se sim, para melhor ou para pior? Comente sua resposta.

**E03:** As mudanças foram para melhor. A Educação Infantil se desvinculou da Divisão Municipal de Assistência Social e ganhou estrutura, passou a ser gerenciada pela Divisão de Educação.

**P:** A legislação educacional, que foi promulgada na época da instituição do FUNDEF, exigia construção de Planos Municipais de Educação, constituição de Conselhos Municipais, instituição de novos Planos de Carreira para os profissionais da educação, etc. Como ocorreu em Pirapozinho o atendimento às exigências da lei?

**E03:** O atendimento às exigências da legislação deu-se no âmbito da própria Divisão de Educação com a colaboração do Conselho Municipal de Educação, o primeiro a ser constituído. Tudo seguiu as normas legais, de encaminhamento pelo executivo e aprovação pelo legislativo. Quanto ao Plano de Carreira e Estatuto do Magistério foi elaborado um documento preliminar utilizando como subsídios Planos de outros municípios e da rede estadual. Este documento foi apresentando ao Conselho Municipal de Educação que constituiu uma comissão que analisou, alterou, acrescentou o que julgou necessário. O documento final, com aprovação do Conselho Municipal de Educação foi enviado pelo Executivo a Câmara Municipal que o aprovou.

**P:** Faça uma avaliação crítica da participação desta pesquisadora (professora e líder sindical na época) no processo de discussão sobre a criação do FUNDEF e possibilidade de municipalização do Ensino Fundamental em Pirapozinho.

**E03:** A pesquisadora teve uma participação eficiente e sensata. Representou o interesse dos Professores da Rede Estadual enquanto maioria na época, considerando também a satisfação dos pais. Minha impressão é que a situação foi evoluindo naturalmente para a municipalização do Ensino e chegou o momento em que não havia mais condições para manter a situação vigente. O número de Professores Efetivos da Rede Estadual diminuiu sensivelmente e a experiência de outros municípios demonstrava que era possível ter uma Rede Municipal de Educação consistente e estruturada.

**P:** Você poderia dizer algo mais sobre os impactos do FUNDEF na estruturação da Rede municipal de Ensino de Pirapozinho? Cite pontos positivos e negativos.

**E03:** A estruturação da Rede Municipal de Ensino só foi possível graças ao FUNDEF. A meu ver as escolas que já cumpriam o seu papel, mantêm um ensino de qualidade e é visível a preocupação do poder público municipal em investir na qualificação dos professores e no provimento de outras necessidades.



## **ANEXO 8: ENTREVISTA COM A PROFESSORA DA EQUIPE DE GESTÃO DA DME QUE RESPONDEU POR ESTE ÓRGÃO SEMPRE QUE NÃO HAVIA ALGUÉM NOMEADO PARA A GESTÃO DO MESMO.**

**Pesquisadora: P**

**Entrevistada 04: E04**

**Obs.** As questões foram deixadas com a professora que as respondeu por escrito.

**NOME:** Terezinha Aparecida Martins de Souza

Formação: Nível Superior

Período de atuação em sala de aula: 1982 a 1997

Período de atuação na gestão escolar: Não houve

Período de atuação na equipe de gestão da DME: a partir de 1984 até a presente data.

Período de atuação em conselhos municipais de educação:

**E04:** A partir do ano de 1999 até 2007, atuei em todos os Conselhos Municipais de Educação, como conselheira e quando não reconduzida em função do regimento dos mesmos, continuei acompanhando e participando das reuniões realizadas, durante o período em que estava como responsável pela Divisão Municipal de Educação.

**P:** Conte-nos um pouco sobre você: sua história como profissional da educação, sua formação, sua experiência como professora em sala de aula, na gestão escolar, na Divisão Municipal de Educação e sua participação nos Conselhos Municipais (de Educação e do FUNDEF/FUNDEB).

**E04:** Iniciei minhas atividades junto a Prefeitura Municipal de Pirapozinho, no ano de 1982, quando comecei atuar como Professora, ministrando aulas para Jovens e Adultos, através do antigo MOBREAL e posteriormente FUNDAÇÃO EDUCAR, órgão responsável por este tipo de ensino, em parceria com o município, que fornecia um espaço para atendimento local, tendo uma pessoa responsável pelo acompanhamento dos cursos, atendimento ao público e demais atribuições. Em 1983, passei a trabalhar com Educação Infantil, em classes em funcionamento no Ginásio Municipal de Esportes, em um espaço adaptado, porém, em condições precárias. Posteriormente, foram cedidas à Prefeitura, para funcionamento da Educação Infantil, algumas dependências do antigo Colégio das Freiras que se encontrava desativado, em razão do encerramento das atividades, onde passei a trabalhar por mais alguns anos. Visando a necessidade de ampliar o atendimento a Educação Infantil, em razão de o Estado passar para o Município, a responsabilidade de atender a Pré-Escola, este tipo de ensino passou a funcionar em salas cedidas pelas Escolas da Rede Estadual, onde permaneci até junho de 1997. Durante esse período mencionado, ou seja, a partir do ano de 1984 até 1997, comecei a trabalhar em período diverso, no Posto de Atendimento do MOBREAL/FUNDAÇÃO EDUCAR, acima citado, localizado no Prédio da Prefeitura, que após extinção do mesmo, passou a funcionar como Divisão Municipal de Educação, onde permaneci assessorando os Diretores que atuaram na referida Divisão, e em período de ausência destes, atuei como responsável pela Educação no Município até janeiro de 2007.

**P:** Você acha que pelo fato do FUNDEF devolver recursos apenas para os alunos do Ensino Fundamental, prejudicou o atendimento da Educação Infantil? Explique sua resposta.

**E04:** Sim. Com certeza, houve prejuízo ao atendimento da Educação Infantil, em comparação ao Ensino Fundamental, em razão do grande número de crianças existentes nessa faixa etária, principalmente berçário e maternal, e da falta de recursos destinados especificamente para

suprir satisfatoriamente esta demanda. Embora o município tenha atualmente o mesmo número de Unidades que atendem os dois tipos de ensino, ainda existe um grande diferencial, comprometendo o atendimento satisfatório, que é a capacidade física das Escolas de Educação Infantil, com necessidade de maiores investimentos, em relação à ampliação das mesmas, para atender esta demanda, o que requer maiores gastos pelo fato de ser um atendimento diferenciado, em função dos cuidados especiais necessários para esta faixa etária, seja em relação a alimentação adequada, maior período de permanência na Unidade, - o que consequentemente exige maior número de funcionários -, por se tratar de crianças totalmente dependentes, em razão das idades inferiores das que já estão cursando o Ensino Fundamental. Diante do exposto, conclui-se que existem grandes despesas com este tipo de ensino e se houvesse a devolução dos recursos com certeza haveria um investimento maior, da mesma forma que ocorreu com o Ensino Fundamental.

**P:** Como evoluiu a demanda reprimida, durante os 10 anos de funcionamento de FUNDEF? Aumentou, diminuiu ou permaneceu a mesma?

**E04:** Em relação à Educação Infantil, podemos afirmar que sempre houve atendimento satisfatório para a Pré-Escola (Pré III), crianças com idade de 6 anos, pelo fato de todas as Unidades Escolares, funcionarem com salas, oferecendo este tipo de ensino. Atualmente com a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos, as Unidades Escolares passaram a absorver também os alunos de Pré Escola com 5 anos, o que proporcionou melhores condições de atendimento para as EMEIs. Portanto, no que se refere aos alunos em idade pré-escolar, ou seja, com 4 e 5 anos, existe atendimento satisfatório, não havendo demanda reprimida. Porém, em relação às crianças de 0 a 3 anos, sempre existiu e continuamos tendo demanda reprimida, em razão das creches, atualmente designadas escolas municipais de Educação Infantil, não possuírem capacidade física suficiente para atender a demanda existente no Município.

**P:** É possível nos fornecer o número de crianças na lista de espera em cada ano de vigência do FUNDEF?

**E04:** Infelizmente não temos como fornecer estes dados referentes ao período solicitado.

**P:** Você poderia nos contar resumidamente o que vem ocorrendo na rede municipal de ensino e na rede estadual de ensino, durante os últimos 12 anos, por influência da criação do FUNDEF e posteriormente do FUNDEB?

**E04:** Com a criação do FUNDEF e posteriormente o FUNDEB, podemos afirmar que para a Rede Municipal trouxe influências positivas, pois a obrigatoriedade da aplicação dos recursos do FUNDO exclusivamente para as despesas relacionadas à EDUCAÇÃO, ou seja, o mínimo de 60% para pagamento dos Profissionais do Magistério e o restante para manutenção das Escolas em diversos aspectos e despesas com pagamento de funcionários que atuam nas Escolas Municipais, isto proporcionou uma melhoria em relação a qualidade e estrutura para as UEs.

**P:** A legislação prevê a constituição de conselhos municipais de educação e de controle social do FUNDEF/FUNDEB, com representações do poder público e da sociedade civil. Como tem se dado o referido processo de escolha dos conselheiros durante esse período? Houve mudanças? Quais e quando?

**E04:** No que se refere a Conselhos, podemos afirmar que estes, sempre foram constituídos com seriedade e seguindo criteriosamente a legislação vigente. Em relação ao Conselho de Controle Social, certamente sofreu mudanças tendo em vista a nova legislação que instituiu o FUNDEB, pois este, teve alteração em relação à representatividade dos segmentos na composição do referido Conselho, além de outras exigências previstas na atual legislação.

**P:** Como tem sido o funcionamento dos referidos conselhos, quanto à presença dos conselheiros, periodicidade de reuniões e dias escolhidos para reunião?

**E04:** Os Conselhos Municipais são atuantes e funcionam de maneira satisfatória, sendo que as reuniões acontecem de acordo com cada regimento interno e em comum acordo entre os conselheiros para que possam obter melhores resultados e atingir os objetivos propostos.

**P:** Como é a articulação dos membros dos conselhos com os setores que eles representam?

Os conselhos têm fiscalizado satisfatoriamente a referida aplicação dos recursos educacionais? Justifique.

**E04:** Sim. As reuniões que acontecem periodicamente têm como um dos objetivos, acompanhar a aplicação dos recursos destinados à educação.

**P:** Como tem sido estruturada a DME nesse período, quanto ao espaço físico e recursos humanos envolvidos? Houve mudanças? Quais e quando?

**E04:** Podemos dizer que houve melhoria na estrutura da DME, em relação ao que era no passado, porém, ainda não está adequada em relação ao tamanho da Rede Municipal.

**P:** Como é feito o planejamento dos gastos educacionais? Quais atores estão envolvidos nesse planejamento? (não respondeu)

**P:** No decorrer desse período, houve algum questionamento sobre a aplicação dos recursos da educação? Em caso afirmativo, quem os fez? Quais os resultados?

Existe Plano Municipal de Educação? Em caso afirmativo, como ele foi elaborado? Em caso negativo, existe alguma proposta de construção desse plano?

**E04:** Não, mas existe proposta para construção do mesmo.

**P:** A implantação do FUNDEF em 1997/1998 ou processo de municipalização do ensino fundamental em 2007 acarretou mudanças na estruturação da rede, no processo de ensino e aprendizagem, nas condições de trabalho e no plano de carreira e remuneração do magistério? Quais foram?

**E04:** Vale informar que a municipalização aconteceu em 2006, conseqüentemente acarretando mudanças em razão da ampliação da Rede, o que fez necessário reorganizar a estrutura da DME, no que se refere à equipe de trabalho e mesmo assim ainda não podemos considerar que existe estrutura adequada. Em relação à implantação do FUNDEF, conforme informação acima, automaticamente aconteceram algumas mudanças, inclusive elaboração e aprovação do último Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, - ocorrido no ano de 2003 - e que existe proposta para a elaboração de um novo para atender a legislação vigente.

**P:** Em relação aos demais trabalhadores da Educação no município houve alterações? Se sim, positivas ou negativas? (Não respondeu)

**P:** Como e quando era feita a formação continuada dos professores antes da implantação do FUNDEF e do processo de municipalização? Houve alguma alteração? Quais? E com relação ao FUNDEB, houve alteração? Quais?

**E04:** Infelizmente, nós que estamos há muito tempo na a Educação Municipal, podemos falar sobre a dificuldade que tínhamos em trabalhar nesta área, em virtude da desvalorização que existia por parte dos governantes, em relação à EDUCAÇÃO, podendo portanto afirmar que não havia esta preocupação em investir no Profissional, ao contrário do que acontece atualmente.

**P:** No decorrer do processo de municipalização do ensino fundamental, o que aconteceu com os professores estaduais que trabalhavam nas escolas que foram municipalizadas?

**E03:** Os professores efetivos da Rede Estadual que atuavam em Escolas que foram Municipalizadas, permaneceram afastados junto ao Município.

**P:** O plano de carreira vigente atende a legislação atual que estipula piso salarial profissional do magistério? Por quê?

**E04:** Conforme informação acima, no Município este plano está em fase de elaboração.

**P:** O processo de municipalização do ensino fundamental acarretou mudanças na jornada de trabalho dos professores? Em caso afirmativo, quais foram?

**E04:** Não.

**P:** A atual legislação determina que o professor dedique, no mínimo, um terço da jornada de trabalho a atividades extraclasse. O plano de carreira vigente garante tal jornada?

Dentro da atual jornada de trabalho dos professores estão previstas horas dedicadas à formação continuada? Em caso afirmativo, quantas horas?

Como foi feita a distribuição das aulas/classes nas escolas municipalizadas, durante o processo de municipalização? Como é feita hoje esta distribuição?

**E04:** A Atribuição de classes/aulas ocorreu desde início, sem prejuízo para os Professores, seja do Estado ou do Município, pois partindo de uma classificação do profissional em sua Unidade Escolar, realiza-se a referida atribuição.

**P:** Como tem sido a seleção dos profissionais do magistério que atuam nas escolas municipais de ensino fundamental?

Professor:

Professor substituto:

Diretor (gestor):

Vice-diretor:

Coordenador pedagógico ou equivalente:

Outros:

**P:** Como é feita a seleção dos profissionais do magistério que atuam nos órgãos gestores de educação municipal?

Secretário/dirigente:

Supervisor (ou equivalente):

Coordenador/orientador/assistente pedagógico (ou equivalente):

Outros:

**P:** Em relação às condições de trabalho dos professores da rede municipal de ensino após a municipalização do ensino fundamental aponte: vantagens e desvantagens.

**E04:** Podemos considerar que a municipalização não interferiu nas condições de trabalho do Professor da Rede Municipal.

**P:** Você gostaria de acrescentar alguma observação ou tecer algum comentário, em relação ao processo de implantação do FUNDEF, do FUNDEB ou em relação à municipalização do ensino no município?

**E04:** Tenho a acrescentar que neste município, o FUNDEF/FUNDEB, proporcionou melhorias, em todos os aspectos, pois com aplicação dos recursos destinados a Educação, surgiram maiores investimentos em estrutura física e humana, cursos para os Professores e conseqüentemente melhoria na Qualidade de Ensino. Porém, (continuamos) na expectativa de que seja somente o início de melhores e maiores conquistas no que se refere à Educação de uma maneira muito mais abrangente e necessária.

## **ANEXO 9: ENTREVISTA COM A PRESIDENTE DO PRIMEIRO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (COMED)**

**Pesquisadora: P**

**Entrevistada 05: E05**

**P:** Qual o seu nome?

**E05:** [...]

**P:** Qual é a sua formação?

**E05:** Sou Pedagoga formada pela Unesp de Presidente Prudente, fiz o curso magistério, na época ensino médio, que corresponde hoje como ensino médio e fiz também as habilitações em administração escolar e supervisão escolar na Unesp. Depois freqüentei faculdades de Estudos Sociais e Letras na Unoeste.

**P:** Você poderia dizer pra gente seu período de atuação em sala de aula?

**E05:** Em sala de aula como professora, foi de 1971 á 1989.

**P:** E na direção da escola?

**E05:** Eu ingressei em 90 e me aposentei em 97.

**P:** Você participou de conselhos aqui no município. Pode dizer em quais?

**E05:** Participei de vários e na área de educação participei do Conselho Municipal da Educação. Fui, inclusive, a primeira presidente do conselho em 1998, na formação dele, é interessante dizer, mas foi muito democrática a escolha dos convidados para compor esse conselho porque eu havia sido oposição à administração da época e no entanto eles me convidaram para compor o pessoal que ia fazer o projeto de lei para criar o conselho. Eu acabei sendo eleita a primeira presidente do Conselho Municipal da Educação. E neste conselho designamos professores para comporem o conselho gestor do Fundef.

**P:** E na APAE, qual o período que você atuou? Naquela época você já estava lá?

**E05:** Na APAE eu trabalhei em 1997, enquanto aguardava minha liquidação de tempo e a minha aposentadoria; eu estava em gozo de licença prêmio – (em razão de) férias indeferidas porque na época podíamos deixar.

E comecei a trabalhar aqui como coordenadora pedagógica voluntária. Depois, em 1998, a pessoa que dirigiu a APAE por vinte e seis anos se aposentou e eu fui contratada como diretora e estou aqui desde primeiro de fevereiro de 1998.

**P:** Fale um pouco sobre você e sua história como profissional na educação - sua formação você já falou – (fale sobre) a sua experiência na participação dos conselhos municipais de educação. E do Fundef você participou também?

**E05:** Do Fundef eu acabei não participando. Diretamente não, porque eu estava na presidência do Conselho Municipal da Educação, mas a gente acompanhou muito de perto, porque eu sempre abri espaço para a pessoa que representava o COMED estar passando e a gente sempre preocupou em inteirar-se e estar sabendo como estava. A minha participação na educação? Foi por opção e talvez até por falta de opção. Na época eu queria ser psicóloga, tinha que ir pra Assis. Era difícil e eu fiz o que a Unesp daqui oferecia, eu sempre gostei da educação mesmo, a educação na acepção da palavra, não de determinadas matérias. Na verdade eu queria ter feito carreira dentro da educação, como professora, diretora, supervisora. Foi deliberado mesmo. Eu cheguei a passar no concurso de supervisor, mas eu não tinha o tempo que na época se exigia como diretor efetivo e me faltavam quarenta e dois dias para poder ingressar, por isso eu não ingressei. E depois estava mudando a constituição, e eu acabei aposentando, porque depois teria que ser por tempo, mais idade, e eu queria sair por tempo, porque eu já tinha o tempo.

**P:** E a sua participação no Conselho, fale um pouco mais? Não do funcionamento, porque depois tem outras questões a respeito do funcionamento.

**E05:** Conselho Municipal da Educação? Até pela minha escolha como primeira presidente, foi dentro de princípios bem democráticos, eu achei. O prefeito convidou diferentes profissionais da educação pra fazer um comissão para estudar o assunto, pra ajudar a elaborar um projeto de lei que fosse para câmara. Nós participamos disso aí, lógico que foi aperfeiçoado, e aprovada a lei que criava o Conselho Municipal da Educação. Depois eu fui eleita como a primeira presidente. Aceitei, encarei, tivemos a atribuição de fazer o primeiro regimento, - agora ele já sofreu algumas modificações -, mas eu tenho acompanhado, na essência ainda é aquele que foi elaborado e, ao que me consta, tem funcionado bem. Até mesmo aqui e agora, veio um convite pra mandar o representante da escola especial; mas eu achei por bem, treinar novos professores. Eles é que têm que estar lá. Eu fico dando umas ajudinhas na retaguarda. A vice-presidente da atual diretoria é uma professora nossa aqui da APAE.

**P:** Como você participou daquele processo, eu queria que você falasse de como era antes de 1998, que foi o primeiro ano de funcionamento do Fundef. Qual era a responsabilidade do município com a educação e como eram aplicados os recursos financeiros da educação; os 25%?

**E05:** Só existia essa verba, que eu tenho conhecimento, era 25% oriundos de arrecadação de diferentes impostos e o município empregava essa verba, mas não havia uma fiscalização direta. Acho que a grande conquista com o Fundef foi criar esse mecanismo de supervisão da empregabilidade da verba. Porque é uma verba destinada pra esse fim, além dos 25%, que continuaram existindo né? Ampliou-se então a verba pra ser aplicada em educação e criou-se esse Fundef, além do Conselho, porque eu não consigo ver nem o Fundeb, nem o antigo Fundef desligado do Conselho Municipal, eu acho que eles têm que estar sempre em consonância, tem que estar interligados.

**P:** Na época não tinha ensino fundamental. Que ensino tinha em 98?

**E05:** Em 98 nós tínhamos ...

**P:** Antes de 98, não 98.

**E05:** É porque em 98 já era né? (ensino fundamental)

**P:** 98 foi a implantação do FUNDEF, em 1996 foi a LDB, na LDB foi dito que a educação infantil poderia ser contada nas verbas da educação. Mas até 1996 não, a educação infantil não contava na verba da educação.

**E05:** Então os gastos eram dentro dos 25%.

**P:** Ah, mas era tudo dentro dos 25%, inclusive com creche?

**E05:** Eu acho que era. Não, a creche era ligada a Assistência Social (até 1996).

**P:** Da Secretaria da Educação, você sabe o que era de fato, porque não tinha ensino fundamental até 1997, mas tinha a pré-escola?

**E05:** Tinha a pré-escola. Não sei em termos de verba, como que era feito isso; e até no nosso município, pode estudar, na época a nova LDB; a gente via que aqui tinha alguma coisa errada porque a educação infantil era vinculada a área da Assistência Social e não à educação.

**P:** Como é que o prefeito fazia pra gastar os 25% então?

**E05:** Acho que ele gastava com transporte de alunos, ele gastava na suplementação da merenda né?, ele gastava com transporte urbano, transporte da zona rural, é ... que mais? merendeiras, funcionários, materiais, era gasto nisso aí. Que eu tenho conhecimento.

**P:** Nós tínhamos só pré escola como sendo do município mesmo, mas a prefeitura gastava...

**E05:** O município de Pirapozinho já tinha, uma, duas ou três salas do primeiro ano, que por conta de uma Legislação Estadual que disciplinou: a criança teria que ter sete anos, então o município ficou com aqueles que iriam completar sete anos a partir de junho. Foi onde abriu esse espaço pra que o município criasse a sala atendendo o clamor da comunidade, dos pais que achavam que o filho tinha terminado a pré-escola, no estado ele não tinha idade pra estar

sendo matriculado, então o município entrou e criou, se não me engano, duas salas de primeira série chamada ensino municipal, escola municipal.

**P:** Essas salas, no ano seguinte, então seriam: primeira e segunda séries e no outro ano primeira, segunda e terceira ...

**E05:** No primeiro ano eles criaram duas salas do primeiro ano, primeiras série; no segundo ano passou a ser mais duas ou três de primeiras séries, e uma, duas ou três de segunda séries, e assim por diante. E gradativamente até que eles chegaram nas quartas séries, porque eles eram limitados porque não tinham prédio próprio, então eles emprestavam sala ociosa do estado pra fazer funcionar essa escola municipal, ela não tinha um polo, ela era esparramada onde sobrava sala ociosa, e em prédios do estado.

**P:** Agora ficou bem claro como começou a rede municipal de Pirapozinho

**E05:** Foi um tanto quanto criticada no começo. Na época, até eu andei achando que não deveria criar, mas depois eu entendi que devia sim, porque por uma legislação estadual iria ficar criança ociosa também, porque ela já havia terminado o que tinha de educação infantil, e tinha uma barreira que o estado pôs através da legislação pra ela ser aceita no seu ensino, e essa criança iria ficar fora da escola! Então o município entrou, e com isso, na época era chamada de uma rede municipal paralela, porque até então o Estado atuava soberanamente. O pessoal falava: “tem uma rede municipal paralela por isso, mas o município só fez isso para atender o clamor da comunidade de Pirapozinho. Os pais que não queriam que os filhos voltassem para pré-escola, e para freqüentar as salas do Estado eles não estavam com a idade que a lei determinava.

**P:** Como foi o processo de discussão no município desde a criação do Fundef em 1996 até a municipalização das séries iniciais do ensino fundamental em 2006?

**E05:** Foi de forma democrática como eu já disse, porque se não fosse eu não teria sido chamada para participar, porque eu não fui adepta à administração na campanha eleitoral de quem estava lá, e mesmo estando na oposição fui convidada a participar então eu considero que foi.

**P:** E você participou por ser a presidente do conselho?

**E05:** Não, eu participei da elaboração do projeto de lei que iria criar o conselho.

**P:** Essa pergunta agora é sobre o processo de discussão no município que levou desde a implantação do Fundef e culminou com a municipalização. Então era a questão : “municipalizar ou não municipalizar”, “ampliar ou não ampliar a rede municipal”?

**E05:** Eu acho que até poderia ter sido mais, mas foi de forma democrática também, por que fez algumas reuniões públicas, convidou-se né? Terminou aquela administração que criou a rede municipal de Pirapozinho, que criou o Conselho Municipal, o Conselho Gestor do Fundef, veio uma nova administração já em 2000 ou 2001.

**P:** Foi eleito em 2000, mas começou em 2001?

**E05:** Essa administração fez uma comissão grande, que eu fui, você foi. Ele levou, acho que, trinta e cinco ou quarenta e cinco pessoas na Secretaria da Educação pra conhecer mais sobre o Fundef, pra conhecer a municipalização do ensino, na Secretaria de Estado da Educação em São Paulo. Inclusive, o prefeito da época foi elogiado, porque nunca tinha ido uma comitiva tão numerosa e composta, não só por pessoas do seu *staff*, do seu pensar político, mas opositores também. Então, ele procurou agir de forma bem democrática e voltando de lá ele colocou essas pessoas que foram com ele a São Paulo a dizerem o que aconteceu, o que se aprendeu, o que se descobriu, como deveria ser, porque deveria ser..., numa audiência pública envolvendo todo o pessoal da educação. Foram convidados os pais, professores, funcionários, Então, a priori, foi bem democrática. Depois, o respeito; ele assumiu o compromisso de respeitar a posição da maioria e a maioria foi pelo “não à municipalização” naquele momento em 2001 e acho que foram municipalizados só em 2006.

**P:** Depois desse processo de discussão onde ele respeitou a vontade da maioria das pessoas que participaram da discussão, você ainda teve contato pra saber como culminou na municipalização ou não?

**E05:** Tive. Sempre tive porque eu já estava aqui e no Conselho da Educação eu fiquei dois anos prorrogou-se por mais dois, mas a gente continuou participando se inteirando. Depois houve um recuo, não fez tão aberta essa consulta, mas ainda assim houve uma movimentação as pessoas se juntaram tentaram de novo dizer não, seguraram mais uma vez, aí no terceiro momento já não teve jeito mais, foi quando fez a municipalização, mas aí a vontade dos professores, dos envolvidos já não era nem pelo sim e nem pelo não, ela já estava mesclada, havia os que eram a favor e os que eram contra e muitos já ponderavam - se ficarem pro final, pelo menos era a fala da época, o Estado ainda dá algumas benesses se for agora -, se ficar pro final não vai ter nada disto. E aí já ficou bem misturada, bem mesclada essa vontade e foi onde se assinou o convênio.

**P:** Quando o convênio foi pra câmara havia uma lista de professores solicitando essa municipalização?

**E05:** Sim e uma que não queria também.

**P:** Ah! Tinha a lista daqueles que queriam e a lista daqueles que não queriam?

Não sei se mandaram a lista, mas era um grupo que não queria, porque foi lá na câmara dizer que não queria, mas acabaram sendo voto vencido. Se havia lista eu não sei, mas tinha uma lista dos que queriam. Porque aí eles passaram a temer que se ela não ocorresse no momento a hora que ela ocorresse, eles iriam parar muito longe, os cargos iriam pra muito longe.

**P:** É a história do ADIDO?

**E05:** E outra, havia um compromisso da administração de que eles ficariam todos conveniados pela secretaria da educação e em parceria com o município eles ficariam, seriam mantidos aqui na sede do município através desse convênio.

**P:** Então esta foi a mudança?

**E05:** Esse compromisso foi o que fez com que os professores acatassem a idéia e chegassem até a fazer esta lista a favor da municipalização.

**P:** Eu gostaria que você falasse um pouquinho mais; você já começou a falar quando você disse que foi uma caravana pra São Paulo; mas eu gostaria que você falasse um pouco mais dos agentes políticos que participaram daqueles debates, então tinha assim: pais, alunos, comunidade, tinha APOESP, que participava.

**E05:** Tinha APEOESP, tinha vereadores, prefeito, diretores de escola, professores.

**P:** E você consegue lembrar como era a contribuição de cada um desses setores? Por exemplo a APEOESP o que dizia, os vereadores?

**E05:** É! As opiniões sempre se dividem, elas não são unânimes é muito difícil fechar um consenso, uma questão com unanimidade. E a própria secretaria na época também achou que estava certo, que se municipalizasse de primeira à quarta série e que deixasse o distrito de Itororó sem municipalizar ainda, na liderança do Estado; a APEOESP não era a favor, a APEOESP sempre defendeu a não municipalização, pelo que me consta.

**P:** Ela esteve participando dos debates?

**E05:** Participou dos debates, esteve presente, defendia essa posição. A APEOESP se preocupava porque muitos professores poderiam ficar adidos ter que ir pra um lugar onde eles não queriam. Só que aqui no nosso município, se houve eu desconheço, todos acabaram permanecendo ..., e até hoje estão aí trabalhando, muitos já se aposentaram, muitos ainda estão aí.

**P:** E os vereadores, a contribuição deles?

**E05:** E os vereadores. É difícil falar de vereador. Mas tinha vereador que não se manifestou poderia mas entre aspas “ficou em cima do muro”, nem pelo sim e nem pelo não; se fosse maioria ele ia atrás. Havia alguns que conheciam melhor o assunto resolveram opinar partindo



da premissa que se fosse feita, o município poderia estar trazendo, conquistando alguns benefícios tipo cessão de prédios, alguns benefícios favoráveis ao município, aos alunos, aos pais de alunos. E acabou vindo: a construção da escola do bairro Natal Marafon, a cessão dos prédios, Celestino, do Alzira. Da Soledade não, porque o prédio da Soledade já era do município de Pirapozinho.

**P:** Já era?

**E05:** Já. Foi construído na gestão do prefeito Waldemar Casseze e já era do município. Embora ele cedesse pro Estado e, quando ele criou sua rede paralela, ele dependesse do que sobrava de sala ociosa nos prédios.

**P:** Olha que interessante, eu não sabia disso!

**E05:** É que você não lembra porque lá no Celestino em 1987/1986 você foi da comissão, que nós votamos lá se construía ou se não construía na Soledade. ...(risos)

E aí você vê como que é: a parceria mesmo de forma assim assistemática ela vem acontecendo, porque tinha um acordo de cavalheiros: construíram e depois quando criou a rede não tinha onde pôr os alunos, pra não desalojar o Estado, aí o Estado cedia, sobrava no Olga.

**P:** Veja bem, qual era o governador dessa época que construiu o Alzira?

**E05:** O Alzira não, o Geraldo Salim; em 1988 acho que era o Quércia!

**P:** Você lembra porque que a gente era contra? Por que a APOESP era contra?

**E05:** Porque estava em pé de guerra por causa da questão salarial, por causa da correção.

**P:** E porque chamava assim municipalização dos prédios escolares, a palavra municipalização sempre nos assustou, porque falava é a municipalização dos prédios, porque ele tentava municipalizar começando pelos prédios.

**E05:** Dava a verba pra construção dos prédios, mas era o município que se responsabilizou, que geriu, ali é do município, na verdade quando se assinou a municipalização em 2006; no começo de 2006.

**P:** Foi mais uma ampliação da rede?

**E05:** Foi mais uma ampliação, mas aí cedeu o prédio do Celestino, o prédio do Alzira, que mais? Somente, porque a Soledade já era e o Ted já era e o Moacyr também já era. E porque antes disso 1995 houve a reestruturação do ensino, quando se separou o primeiro e o segundo grau, então o Maria José passou a ser só primeiro grau, e teve aqui primário, de primeira a oitava série, o Olga de primeira a oitava série, o Lúcia ficou só de segundo grau. Lembra dessa reestruturação? Depois mexeu de novo pra chegar na tal municipalização e então separou quinta a oitava de primeira a quarta, e agora está voltando “tudo como era antes no quartel de Abrantes” (risos) e já está tudo misturado quinta com ensino médio está voltando a panela de novo; mas teve esse momento que separou. Nessa época eu estava no Olga, foi antes de eu me aposentar. Daí seu Cláudio soube, foi lá bravo, “como é que eu concordei com essa reestruturação?” Você lembra Célia: teve audiência pública, foi na Câmara, acho que foi quando você era vereadora.

**P:** Eu fui vereadora de 2001 a 2004.

**E05:** Então você não era ainda; mas teve debate, teve briga, teve tudo lá. Fui eu que coordenei lá pra Julieta. Daí eu falava para a vila, briga porque eles estavam perdendo da quinta à oitava, mas tinha que juntar pais, todo mundo, mas o povo não se envolvia, e depois que perderam foram fazer abaixo assinado, mas na hora de brigar mesmo, do vamos ver, não brigaram; que teve a posição, na época, do Dionísio, da Odete, um grupo lá que queria o fechamento da Soledade, porque falavam que aquele bairro não ia crescer.

**P:** Eu me lembro dessa movimentação, me lembro que eu era sempre contra tudo eu estava representando as posições da APOESP, sempre cobrando. Essa da reestruturação é importante lembrar.

**E05:** Porque isso aí já foi. Vamos fazer uma comparação grotesca: é como se fosse o passarinho botando os ramos no fundo do ninho pra municipalização, porque que ficou dividindo? Porque deixaram de primeira a quarta? De quinta a oitava? Darará ... O quê que preconiza a lei? Que o pré, né, a educação infantil e de primeira a quarta é do município; possivelmente até a oitava do município, né? Quem vai ficar com a obrigatoriedade da educação do ensino médio? O Estado. O Estado ficaria só com o ensino médio. Então já foi tudo preparado para ficar mais fácil.

**P:** Beleza! Então demoramos um pouco mais nessa porque é história, né?! A história sempre ... (inaudível). Não, não. Lá a gente vai fazer a seleção, colocar os principais pontos e tal. Mas antes de pôr no material eu dou para você ler, pra ver se não está em contradição. Mas primeiro eu transcrevo tudo isso, depois ponho como anexo e depois eu ponho que é mais importante para o meu trabalho tá? Não tem problema não.

**E05:** Mas, uma pessoa boa pra você fazer esta entrevista sabe quem é também? Pra engrandecer alguns aspectos? A Terezinha, por que a Terezinha respondia né?! Nessa época aí

**P:** Então, a Terezinha preferiu escrever, ela achou que dando a entrevista poderia esquecer alguma coisa e tal. Que escrevendo ela lembraria!

**E05:** Então ela está escrevendo, né? Porque ela tem muita contribuição a dar. A Terezinha da Educação.

**P:** Sim, a Terezinha, professora das nossas filhas na pré-escola, que depois ...?

**E05:** Isso, isso.

**P:** A Legislação previa a Constituição de Conselhos Municipais de Educação e de Controle Social do FUNDEF/FUNDEB, com representação do poder público e da sociedade civil. Como tem se dado o processo de escolha dos conselheiros durante esse período? Houve mudanças? Quais e quando?

**E05:** Que me conste não houve mudança. Eu até acho que ela tinha que ser mais aberta, mais democrática, mais divulgada. Sabe?

**P:** Porquê? A escolha é feita como?

**E05:** Ela é feita de forma ... , por eleição.

**P:** Eleição dos pares?

**E05:** Mas eu sei que é difícil isso, mas um processo democrático, tinha que existir, esses pais tinham que estar passando por todas as escolas, não é? Alguém tinha que..., ou se pensar numa outra forma de que todos conhecessem os candidatos.

**P:** Você acha que nesse ponto. Que embora seja eleição, nem todos conhecem os candidatos? E esses candidatos você acha que são preparados para atuar no Conselho?

**E05:** Outro dia mesmo, houve uma eleição pra eleger pais, pra quê que era mesmo? Até veio a urna aqui, os pais daqui votaram também. Ah! era pro conselho da merenda escolar. Daí, tinha uma relação de pais. Eu era. Eu represento a escola lá no conselho da merenda. Tinha eu e uma professora, eu podia falar de mim e dela, mas os outros eu não conhecia e os pais perguntavam quem é, quem não é.

**P:** Então você acha que no processo que precede eleição deveria ter mais (inaudível...)

**E05:** Eu acho que em todo processo eletivo tem que haver um período de campanha que mostre àqueles que vão votar quem são os candidatos!

**P:** Depois que essas pessoas são eleitas elas são preparadas de alguma forma, elas aprendem o que é ser conselheiro?

**E05:** Não; eu acho que falta também um curso de capacitação pra exercer a função de conselheiro. Não só no conselho da educação, mas em qualquer conselho, porque agora é uma gestão participativa, uma co-gestão com a participação dos conselhos, só que não está se investindo na formação dos conselheiros. Fica a critério de cada um. Eu sei, porque eu participo de vários conselhos. Aqui a APAE tem obrigação de participar de todos os

conselhos que existam e agente acaba participando uma hora na área de assistência social. (Inaudível). Quer um papel?

**P:** Não, não. Eu só vou acrescentar aqui que eu vou perguntar sobre a formação, capacitação dos Conselheiros.

**E05:** Isso é fundamental. A cada vez que se renova o Conselho deveria ter uma capacitação.

**P:** E quem você acha que deveria ser responsável por essa capacitação?

**E05:** O co-gestor, no caso o município. Agora quem vai supervisionar eu não sei! Ou, não sei como está agora a cidade polo; quem é Prudente na ordem do dia? Você que está por dentro na divisão administrativa, era a cidade polo agora não é mais; Prudente era cidade polo da 10ª Região Administrativa, agora parece que a coisa dividiu. É Prudente, Venceslau e Dracena, mas ainda continua tendo seus polos gestores.

**P:** Você acha que essa formação dos conselheiros deveria ser encaminhada pelo município, mas com o apoio da Secretaria Estadual de Educação?

**E05:** Sim, eu acho que tinha que ser assim. E para ficar mais fácil, então centralizada na cidade polo. Entendeu? Porque senão, Pirapó pensa numa, o outro pensa na outra, há um desgaste muito grande. Ela poderia ser setorizada, né?! E supervisionada pelo órgão central. No caso aí, por São Paulo que mandaria para os municípios, não sei.

**P:** É, teria a contribuição, por exemplo, do Tribunal de Contas. Poderia participar de uma palestra do Tribunal de Contas com os conselheiros (inaudível).

**E05:** Mas, não pra quem quisesse, para quem fosse do conselho e que tivesse a obrigatoriedade de se capacitar mesmo. Porque mesmo que o Conselho seja um trabalho de relevância, você não ganha e tal, mas é de muita responsabilidade. O que observamos nos Conselhos é que sempre tem uma meia dúzia, ou nem isso, que se interessa e o resto está ali, cai de pára-quedista, faz número e não é assim, é preciso ler, é preciso inteirar-se do assunto, pra dar opiniões, pra votar naquilo que interessa a maioria da comunidade.

**P:** Como tem sido o funcionamento nos referidos conselhos, quanto à presença dos conselheiros, periodicidade das reuniões, e dias escolhidos para reunião?

**E05:** É outra coisa que eu brigo todo conselho que eu vou. Se você quer que o Conselho funcione, não pode ser em horário de trabalho. A maioria só aceita participar se fôr no horário de trabalho. Como é um trabalho voluntário de relevância à comunidade, o povo não quer saber. Então, ele tem que ter benefício. Quando eu era da educação, eu sempre coloquei em horário das seis, sete, o povo achava ruim. Então mudávamos pra seis, porque o professor tem que deixar a sala de aula, a ida dele à reunião do Conselho não comporta o pagamento de um substituto e aí o aluno fica sem aula? Porque o professor tem que ir à reunião; o da saúde eu acho um absurdo, você quer um conselho importantíssimo é o da saúde, e tantos outros. E funcionar dentro do horário de trabalho isso inviabiliza, e eu acho que o conselho tinha que ser num horário à noite que viabilizasse e o conselho da educação prevê a participação dos pais, o da saúde também vai haver pais só que não como pais mas vão participar. Então se você que ele seja democrático que ele viabilize realmente a participação, você tem que capacitar, fazer um horário compatível com a presença de todos.

**P:** Pelo menos a maioria!

**E05:** Aqui os professores daqui sabem que eu não dispenso, mas eu sei que tem muita gente lá fora no meio dos diretores marca reunião dentro do horário do HTP pra beneficiar o professor que vai (inaudível.)

**P:** HTP é importante pro professor que está na escola (?...)

**E05:** Porque precisa discutir os assuntos da escola. E isso cria distorções que o sistema permite que aconteça, depois o cara só vai participar, não porque ele tem um compromisso de cidadão de ir e opinar e resolver, mas é porque ele vai receber a benfeitoria de não ter que fazer o HTP, ou de ter folga não sei quando. Sabe? É um trabalho de conscientização disso aí. Mas os conselhos não vão funcionar bem, enquanto ... E sempre o lado ruim é que prevalece.

E a gente acaba sendo minoria e, se tivesse capacitação para os conselheiros, se ela fosse obrigatória pra cada conselheiro que começa, trabalhar-se-ia isso aí: a conscientização da importância do cidadão. Quem está ali é um cidadão, embora represente segmento de professores, ou de pais, ou funcionários, seja o que for. Entendeu?

**P:** E a articulação desses membros dos Conselhos com os setores que eles representam? Por exemplo, o setor que representa a APAE, você pede pra vir, pra passar informações?

**E05:** Eu abro espaço nos HTPs para que os outros tomem conhecimento. Aqui o povo aqui já sabe como que é. Que tem que ir, tem que ler, que tem que participar, tem que estudar. Tem que trazer o que foi tratado. Tem que levar o que a gente opina. Mas não é isso que a gente vê nos demais segmentos .

**P:** Nem sempre o representante representa de fato!

**E05:** Nem sempre. Isso não é via de mão dupla não é. Mas se faz de corpo presente, às vezes não abre a boca, não se prepara, não conhece o assunto. É... Não é regra geral, mas ...

**P:** Em seu trabalho como conselheira, ah! Mas aqui é do FUNDEF, eu pensei que você tivesse sido conselheira do FUNDEF.

**E05:** Não, não fui do FUNDEF.

Então eu não vou fazer a questão nº 8, porque ela pergunta se você se negou a assinar alguma ata do Conselho. Mas pra se negar a assinar a ata, só se fosse do FUNDEF e no Conselho Municipal de Educação não tem isso né?!

**E05:** Não, eu não neguei. Mas eu, enquanto presidente, A pessoa que representava vinha e ... Porque como eu usava desse artifício, você tem que trazer e nós vamos discutir pra que você leve o que grupo pensa, então muitas vezes eu fui consultada. E eu dizia não assine, se tem rasura, você não assine. Tem uma coisa lá tramitando, você procure ver o material, procure saber, com rasura você não assine.

**P:** Então a pergunta vai ser assim: Enquanto presidente do Conselho de Educação, que orientação você dava para a pessoa que iria ...

**E05:** COMED aqui, pode pôr? COMED. Olha: Conselho Municipal da Educação.

**P:** Aí seria, que orientação você dava no sentido da participação do representante do COMED no Conselho do FUNDEF?

**E05:** Que não assinasse nada, se não fosse claro, objetivo, realmente gasto dentro dos objetivos a que se propôs, das metas estabelecidas para tal. E muitas vezes tiveram que trocar folha de pagamento. O representante não assinava, inclusive a do FUNDEF era a Idalina, (inaudível). Ela era do Conselho do FUNDEF. Aí uma vez, no banco do Brasil, era no Banco do Brasil antes dele mudar. Ela chegou toda simplesinha, com a pasta, querendo ver a conta e o gerente não tratou ela bem. Ela ligou aqui na APAE dizendo: a senhora não pode me dar um papel que eu represento, eu falei não, de jeito nenhum, você é uma autoridade, tire a sua identidade se você tiver a da APEOESP, de algum lugar aí que fale que você é professora, você mostre. O livro de ata está com você? Lá do conselho gestor? Mostre quem você é. Se ele quiser, você pode dar a ata que te elegeru, a cópia da ata que te elegeru e ponto final. Se ele não aceitar você liga aqui pra mim de novo. Ela fez direitinho. Aí ela viu as contas, ele pediu desculpas.

**P:** Nossa! Imagino! Rs.

**E05:** Isso lá no começo né? Você conhece a Idalina, né? Imagine ela chegando lá toda simplesinha. Eles não queriam dar a conta. E daí ela exercia mesmo ...

**P:** Sim, eu vou entrevistar ela também. Eu me lembro que ela tinha uma pasta com todos os cálculos as planilhas da APEOESP. É! no começo ela sofreu, mas depois ...

**E05:** Mas no começo ela ficou nervosa. Ela era a autoridade competente pra pedir. E tinha o direito de vistoriar. (inaudível) Como é que ela vai fiscalizar alguma verba, se ela não sabe quanto veio? Como ela vai saber se foi gasto o percentual certo, se ela não sabe quanto veio?

**P:** Como era o financiamento da educação especial antes do FUNDEF e depois? Fale um pouco sobre essa questão.

**E05:** Olha, depois do FUNDEF abriu-se o convênio ... Depois não só do FUNDEF, depois da criação do FUNDEF, da LDB. Ela preconizou o direito da parceria das ONGs que trabalham com educação especial, estarem fazendo convênio com a Secretaria de Estado da Educação pra viabilizarem o pagamento, antes disso, como que era? Capengava. Fazia-se rifa uma vez por mês, churrasco beneficente, era uma loucura. Aqui no nosso município, eu ainda não estava, mas teve um presidente que se elegeu vereador, que era o Doutor Ikeda e ele conseguiu parceria com o prefeito. Eu até dei sugestão para que a escola tivesse o nome dele. A APAE estava pra fechar as portas porque não tinha dinheiro pra pagar as folhas de pagamento. E foi quando ele fez a parceria com o prefeito Waldemar Casseze, e o município arcou com o pagamento desse pessoal, ele cedia. Então foi feito o convênio, então ele pagava, porque, como não tinha sala de educação especial, apenas uma para deficientes auditivos, DM ele não tinha, então ele cedia os professores como cede até hoje, motorista, duas faxineiras e alguns professores. Ainda temos o convênio.

**P:** Então, na Lei Orgânica do Município, tem esse compromisso de gastar 5% com a educação especial. Ele acabava gastando ...

**E05:** Mas a Lei Orgânica também é coisa mais recente né? Ela é de que época?

**P:** É de antes de 1996.

**E05:** Então ela deu amparo, ela já amparou para que ele ...

**P:** Ah! Mas essa questão dos 5% deve ter entrado na Lei Orgânica depois né?, como uma emenda do próprio José Ikeda.

**E05:** Porque aí ele cedia os professores. E aí a partir de 2004, não, 2002, a partir de 2003, nós assinamos convênio. Fizemos tudo no final de 2002 e, a partir de janeiro 2003, aí se conveniou com a Secretaria da Educação. Temos uma parceria desde então. Todo ano tem um aditamento a esse convênio, que eles destinam um *per capita* anual pra cada aluno. E a gente faz a gestão.

**P:** Não tem nada a ver com o FUNDEF. Ou tem alguma coisa a ver com o FUNDEF?

**E05:** Não; agora com o FUNDEB, nós vamos ter direito a estar recebendo, além desse convênio, uma verba com o FUNDEB, mas nós temos que assinar com o município. Mas aí ninguém sabe a partir de 2010 como vai ficar! Se vai continuar. Porque está vindo aí, inclusão ampla e irrestrita, então não está muito claro ainda. Também estamos em fase de negociação, em discussão. Ninguém sabe como é que vai ficar. Mas o FUNDEB prevê que seja destinada uma cota pra quem trabalha com educação especial, mas a gente teria que estar fazendo uma nova parceria com o município, pra estar recebendo uma fatia dessa verba do FUNDEB valendo-se da *per capita* de cada aluno *per capita* anual. Mas ainda não está assim não, estamos nos moldes antigos.

**P:** A senhora gostaria de falar algo mais sobre as conseqüências do FUNDEF na estruturação na Rede Municipal de Ensino de Pirapozinho, na Educação Especial, na vida dos professores?

**E05:** Foi uma Lei que , a meu ver, foi benéfica. Porque ela tornou as coisas claras, não que elas não fossem. Mas não era do domínio de todos. Sabia-se que existia 25% que gastava com a educação regular, 5% que gastava com educação especial, segundo a lei orgânica. Mas não era aberto descerraram-se as cortinas; então, qualquer cidadão que se interesse, que queira, pode chegar no conselheiro que faz parte do Conselho Municipal de Educação, no conselheiro que faz parte do comitê, o comitê é hoje né, pois antes era o conselheiro gestor, agora acho que é um comitê do FUNDEB e perguntar. Essas pessoas têm que estar aptas a estar respondendo é de domínio público, a aplicação das verbas, no quê aplica a verba; ficou mais claro.

**P:** Com relação aos professores ACT. O quê o FUNDEF, que teve como uma das conseqüências o processo de municipalização, o quê ele trouxe para os professores que não são efetivos na rede estadual?

**E05:** Olha essa eu vou ficar devendo. Não sei se a prova seletiva que os municípios vêm fazendo que o estado tentou fazer esse ano, tem alguma coisa a ver com o FUNDEF/FUNDEB; não sei eu prefiro não opinar; mas se tiver, na minha opinião, professor ACT: o próprio nome está dizendo: Admitido em Caráter Temporário.

**P:** Por que parece que esse professor foi um dos que foram mais prejudicados, o efetivo teve sua garantia, o professor que era do município também teve seu estatuto, né? Que foi construído o estatuto naquela época também. Agora, o professor ACT se sentiu, de certa forma, lesado, porque estava no estado contando apenas com o tempo de serviço e, de repente municipalizou e ele não teve a garantia que os efetivos tiveram; e o Estado de uma certa forma tem uma garantia porque no tempo de serviço ele passa na frente de quem não tem tempo de serviço, mesmo não sendo efetivo.

**E05:** Agora, eu não sei. É difícil falar sobre isso. Eu tenho uma posição meio radical, porque também ser professor ACT não é profissão né? Tem que ver o sistema que está vigorando. Se for um sistema de concurso, ele tem que estudar, tem que se empenhar, tem que se atualizar, e passar. Aí ele sai dessa condição, seja municipal; estadual, federal, o que for né? É muito pouco, para um professor ter a pretensão de querer se aposentar como ACT, o próprio nome está dizendo: Admitido em Caráter Temporário; ACT: Admitido em Caráter Excepcional. Isso não pode ser uma condição, isso tem que ser uma eventualidade. O professor tem que se capacitar, tem que melhorar, tem que crescer profissionalmente. O governo tem que oferecer, ele tem oferecido concursos, tem de monte. O processo de formação mesmo, faculdades a longa distância, a mídia está aí, facilitou muito, muitos fizeram, mas ainda tem professor lá acomodado nessa condição e se sentindo prejudicado.

**P:** Nossa entrevista vai acabar nesta questão aqui, que é a respeito do FUNDEF na educação municipal e nas condições de trabalho do professor. Então, do professor efetivo foram garantidas como você já havia apontado lá, do professor ACT, ele teve a chance de prestar concurso e passar, ou no estado ou no município.

**E05:** E várias chances. E outra coisa, - que acho salutar - a pedido do próprio Tribunal de Contas, né? Ele faz o concurso e aprova num número lá tipo 5% a mais e esses ficam funcionando como os antigos estagiários, pra cobrir férias, licença. Só vai ter uma sede dele mesmo, a partir do momento, no período, - como é que chama? - Probatório. Ele vai ficar atuando como um substituto. Ele já é efetivo, sem sala fixa, ele vai à sala daquele que se afasta. A prefeitura de Pirapozinho adotou essa sistemática, a de Prudente também. Por que eu tinha uma professora aqui que ela tem. Então elas ficam até dois, quando estiver perto de acabar o período probatório, se o professor for ficar, aí ele acaba indo para uma sede, porque nesse meio tempo alguém se aposenta. Por isso que eu acho, existe isso. A Terezinha vai poder até explicar melhor. Porque eles estão usando este sistema e outras prefeituras por aí também. Então, o Tribunal de Contas não permite que você contrate. Você pode contratar por, no máximo, dois anos. Professor não pode ter limite, a saída que se achou foi essa: ele faz o concurso, ele passa, né? Aí ele fica dentro daquele percentual, ele não tem um local fixo, mas ele pega aqui. Porque toda prefeitura tem aqueles que saem daqui para compor a oficina pedagógica, para estar trabalhando lá na sede da diretoria municipal como no Estado. E antes o ACT que ia. Agora não, é o efetivo que vai, mas ele está em substituição e antes que termine esse período probatório, sempre tem aposentadoria, tem aquele que exonera tererê e daí ele vai pra uma sede dele. Porque o Tribunal já não permite que você fique contratando. Ou a outra saída que o Tribunal dá é essa da prova seletiva. Tem que ter algum tipo de vínculo não pode ser mais como era no nosso tempo Admitido em Caráter Temporário.

**P:** Então é isso! Muito obrigada.

## **ANEXO 10: QUESTIONAMENTO À PRESIDENTE DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB, GESTÃO 2008**

**Pesquisadora: P:**

**Obs.** As questões foram deixadas com a professora, que respondeu por escrito.

**Professora entrevistada 06: E06**

### **Questões**

**P:** Fale um pouco sobre você: sua história como profissional na educação, sua formação, sua experiência e participação nos conselhos municipais (de Educação e/ou do FUNDEF/FUNDEB).

**E06:** Atuando na Rede Municipal de Pirapozinho há doze anos, com formação no CEFAM e em Educação Física na UNESP, experiência com salas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Atuando no momento como Professora Coordenadora Pedagógica, participando como membro do Conselho do FUNDEB.

**P:** Você poderia nos contar resumidamente o que vem ocorrendo na rede municipal, durante os últimos 12 anos, por influência da criação do FUNDEF e posteriormente do FUNDEB?

**E06:** Inicialmente eram poucas salas de aula municipais que ocupavam espaços cedidos nas Escolas Estaduais. Posteriormente foi construído uma Escola Municipal para comportar esses alunos. Em seguida, com a municipalização que ocorreu em 2006 em Pirapozinho, ampliou a Rede Municipal, trazendo mudanças positivas para o ensino.

**P:** A legislação prevê a constituição de conselhos municipais de educação e de controle social do FUNDEF/FUNDEB, com representações do poder público e da sociedade civil. Como tem se dado o referido processo de escolha dos conselheiros durante esse período? Houve mudanças? Quais e quando?

**E06:** O processo de escolha dos conselheiros faz-se pela eleição que acontece a cada dois anos, por voto secreto. Durante o período que participei deste conselho, não houve necessidade de substituição.

**P:** Você participa ou já participou de algum dos Conselhos citados na questão anterior? Em caso afirmativo, conte-nos um pouco de sua experiência.

**E06:** Somente o FUNDEB.

**P:** Como tem sido o funcionamento dos referidos conselhos, quanto à presença dos conselheiros, periodicidade de reuniões e dias escolhidos para reunião?

**E06:** Referente ao FUNDEB, a presença dos membros tem sido regular, ocorrendo as reuniões no final de cada trimestre, mediante a convocação do Presidente deste Conselho.

**P:** Como é a articulação dos membros dos conselhos com os setores que eles representam? Os conselhos têm fiscalizado satisfatoriamente a referida aplicação dos recursos educacionais? Justifique.

**E06:** Os membros do Conselho do FUNDEB, analisam o material apresentado, sendo essas Notas Fiscais dos materiais comprados para a educação, relação nominal e valores recebidos pelos funcionários municipais que atuam na educação e a planilha demonstrativa da aplicação da verba do FUNDEB. Sempre que surgem as dúvidas os conselheiros se mobilizam para esclarecê-las, solicitando auxílio à Contabilidade e ao Departamento de Pessoal.

**P:** Como é feito o planejamento dos gastos educacionais? Quais agentes estão envolvidos nesse planejamento?

**E06:** O planejamento dos gastos educacionais é feito de acordo com as necessidades apresentadas pelos professores, gestores e funcionários e são quase sempre atendidos em sua totalidade.

**P:** No decorrer desse período, houve algum questionamento sobre a aplicação dos recursos da educação? Em caso afirmativo, quem os fez? Quais os resultados?

**E06:** No decorrer do ano de 2008, um grupo de professores questionou a aplicação do recurso do FUNDEB em relação ao 60% (aplicação no Quadro do Magistério). O Conselho apresentou relatórios e planilhas com os demonstrativos em relação à verba do FUNDEB para esclarecer as dúvidas do grupo.

**P:** Em seu trabalho de conselheira do FUNDEF, você se negou a assinar alguma prestação de contas do executivo por não ter sido convencida da correta aplicação dos recursos financeiros destinados à manutenção e o desenvolvimento do ensino? Em caso afirmativo, conte-nos como foi resolvido o impasse.

**E06:** Não, pois quando surgiram dúvidas as mesmas foram esclarecidas.

**P:** Como tem sido estruturada a Divisão Municipal de Educação (DME) nesse período, quanto ao espaço físico e recursos humanos envolvidos? Houve mudanças? Quais e quando?

**E06:** A equipe da DME vem realizando um bom trabalho com empenho e comprometimento dos profissionais que estão envolvidos com a educação. Observa-se que a DME está se estruturando, buscando sempre a melhoria da qualidade do ensino, porém, o espaço físico é comprometido.

**P:** Existe Plano Municipal de Educação? Em caso afirmativo, como ele foi elaborado? Em caso negativo, existe alguma proposta de construção desse plano?

**E06:** O Plano Municipal de Educação não está pronto, porém a elaboração do mesmo está em andamento.

**P:** Como é feito o planejamento das ações educacionais? Quais atores estão envolvidos nesse planejamento? A implantação do FUNDEF em 1997/1998 e/ou processo de municipalização do ensino fundamental em 2007 acarretou mudanças na estruturação da rede, no processo de ensino e aprendizagem, nas condições de trabalho e no plano de carreira e remuneração do magistério? Quais foram? Fale um pouco sobre estas.

**E06:** Observa-se que a Rede Municipal, com a implantação do FUNDEB, foi se ampliando quanto ao espaço físico e se aperfeiçoando quanto a estruturação pedagógica. Com a Municipalização ampliou a Rede Municipal, aproveitando experiências e vivências da Rede Estadual para o processo ensino aprendizagem, porém vale ressaltar que existe descontentamento dos docentes quanto ao salário.

**P:** Em relação às condições de trabalho e de formação dos demais trabalhadores da Educação no município houve alterações? Se sim, positivas ou negativas? Fale um pouco sobre estas.

**E06:** Em relação aos trabalhadores da educação no município, houve melhora, onde foram promovidas orientações para aperfeiçoar o atendimento às crianças e o cuidado com a alimentação e higiene (uso de touca, luvas, armazenamento de alimentos e outras).

**P:** Como e quando era feita a formação continuada dos professores antes da implantação do FUNDEF e do processo de municipalização? Houve alguma alteração nos últimos 12 anos? Quais? Fale um pouco sobre elas.

**E06:** Com o FUNDEB aumentou a abrangência da formação continuada, oferecendo cursos que venham suprir as necessidades e dúvidas dos professores e equipe gestora.

**P:** No decorrer do processo de municipalização do ensino fundamental, o que aconteceu com os professores estaduais efetivos que trabalhavam nas escolas que foram municipalizadas? E os professores admitidos pelo governo estadual em caráter temporário antes do processo de municipalização, como ficaram após esse processo?

**E06:** Com a municipalização, a maioria dos professores permaneceu no município fazendo parte da parceria Estado/Município.



**P:** O plano de carreira vigente no município atende a legislação atual que estipula um piso salarial profissional do magistério de R\$ 950,00 mensais, por uma jornada de 40 horas semanais? Justifique sua informação.

**E06:** O Plano de Carreira ainda não está adaptado a nova Lei do Piso Salarial.

**P:** A atual legislação determina que o professor dedique, no mínimo, um terço da jornada de trabalho a atividades extraclasse de preparação à docência. O plano de carreira vigente neste município garante tal jornada?

**E06:** Não houve mudança na Jornada de Trabalho do professor.

**P:** Dentro da atual jornada de trabalho dos professores estão previstas horas dedicadas à formação continuada? Em caso afirmativo, quantas horas? Qual (quais) entidade(s) oferece(m) este processo de formação?

**E06:** De 2 a 3 horas semanais, dependendo da carga horária.

**P:** Como foi feita a distribuição das aulas/classes nas escolas municipalizadas, durante o processo de municipalização? Como é feita hoje esta distribuição?

**E06:** Mediante classificação por títulos para os efetivos e provas e títulos para os contratados.

**P:** Como tem sido a seleção dos profissionais do magistério que atuam nas escolas municipais de ensino fundamental? Como é feita a seleção dos profissionais do magistério que atuam nos órgãos gestores de educação municipal?

**E06:** A seleção dos diferentes segmentos:

Professor - Concurso Público de provas e títulos.

Professor substituto - Processo Seletivo.

Diretor – Concurso Público de Prova e títulos.

Vice-Diretor – Escolhido pelo Diretor em lista tríplice apresentada pelos docentes.

Coordenador Pedagógico – Escolhido pelo Diretor em lista tríplice apresentada pelos docentes.

Pedagogo (supervisor) - Livre nomeação pelo Prefeito Municipal.

Secretário – não há concurso ou admissão específica para a função.

**P:** Em relação às condições de trabalho dos professores, inclusive salarial, da rede municipal de ensino após a municipalização do ensino fundamental aponte: vantagens e desvantagens e comente-as.

**E06:** 24. **Vantagens:** organização da vida funcional, formação em serviço, apoio da equipe pedagógica, ampliação de cargos (Professor Coordenador em todas as Unidades Escolares) e mais material para os alunos.

**Desvantagem:** desatualização do Plano de Carreira e diferença salarial da Rede Municipal com a Rede Estadual.

**P:** Você gostaria de acrescentar alguma observação ou tecer algum comentário, em relação ao processo de implantação, funcionamento e acompanhamento social do FUNDEF, do FUNDEB ou em relação à municipalização do ensino no município?

## **ANEXO 11: QUESTIONAMENTOS À PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (COMED) GESTÃO 2008.**

**Pesquisadora: P**

**Obs.** As questões foram deixadas com a professora, que respondeu por escrito.

**Professora Entrevistada 07: (E07)**

### **Identificação**

**Nome:** [...]

**Formação:** Graduação – dois cursos superiores e pós-graduação em Gestão Educacional.

### **Período de atuação**

**Em sala de aula:** De 1977 a 2001, **na gestão escolar:** De 2002 em diante,

**Em Conselhos Municipais:** Presidente do COMED – gestão 2008.

**P:** Fale sobre sua trajetória como profissional da Educação

**E07:** Professora efetiva da rede Estadual de Ensino de 1977 a 2001, tendo ocupado funções de Coordenador do Ciclo Básico, Vice-Diretor de Escola e em 2002 assumi cargo efetivo de Diretor de Escola. Em, 2006 passei a trabalhar na rede Municipal de Ensino, fazendo parte do convênio de Parceria Estado x Município.

### **Questões**

**P:** Você poderia nos contar resumidamente o que vem ocorrendo na rede municipal de ensino e na rede estadual de ensino, durante os últimos 12 anos, por influência da criação do FUNDEF e posteriormente do FUNDEB?

**E07:** Na rede estadual de ensino as decisões são centralizadas na Secretaria de Educação e não sabemos quando uma ação é financiada pelo FUNDEF ou FUNDEB ou quando por outras fontes.

Na rede municipal após o período inicial de implantação da municipalização, no qual poucas atitudes foram tomadas, observou-se, melhorias na aquisição de materiais de consumo e permanentes para a manutenção do ensino e também a oferta de vários cursos que possibilitam a melhoria das condições de trabalho ao professor no ano de 2007/2008 foram disponibilizados os seguintes cursos: - Pró-gestão, Letra e Vida, Ecoteca, Matemática, Módulo I, II e III, Dificuldades de Aprendizagem, Participação no Congresso de Educação na cidade e região.

**P:** A legislação prevê a constituição de conselhos municipais de educação e de controle social do FUNDEF/FUNDEB, com representações do poder público e da sociedade civil. Como tem se dado o referido processo de escolha dos conselheiros durante esse período? Houve mudanças? Quais e quando?

**E07:** No município estão instituídos e ativos vários Conselhos como: COMED, CAE, FUNDEB, CMDCA, dentre outros. Quanto ao COMED está regulamentado pela Lei nº 2.702/1997 e pelo Regimento Interno de março de 2008, contando com a participação de representantes do poder público com Divisão Municipal de Educação, Câmara de Vereadores e de ativos e inativos, OAB, Educação Especial, CMDCA, Defesa dos Direitos da Cidadania entre outros.

A eleição dos conselheiros acontece a cada 02 anos, por voto secreto. Houve a substituição de alguns segmentos e esta mudança ocorreu no ano de 2009.

**P:** Como tem sido o funcionamento dos referidos conselhos, quanto à presença dos conselheiros, periodicidade de reuniões e dias escolhidos para reunião?

**E07:** Referente ao COMED a presença de seus membros tem sido regular, as reuniões são bimestrais, sempre as 5ª feiras do segundo mês do bimestre.

**P:** Como é a articulação dos membros dos conselhos com os setores que eles representam?

**E07:** O relacionamento entre os conselheiros é satisfatório não tendo ocorrido desentendimentos em defesa de valores próprios.

**P:** Os conselhos têm fiscalizado satisfatoriamente a referida aplicação dos recursos educacionais? Justifique.

**E07:** Ao COMED não compete fiscalização de aplicação de recursos.

**P:** Como tem sido estruturada a DME nesse período, quanto ao espaço físico e recursos humanos envolvidos? Houve mudanças? Quais e quando?

**E07:** A DME está se estruturando a partir de 2007, o espaço físico é “insuficiente”, falta espaço para organização de documentos e para reuniões. O local não é adequado porque está em um espaço com muito trânsito de pessoas tornando-o barulhento.

Falta recurso humano para atender às necessidades de administração e pedagógicas. O bom trabalho que vem sendo realizado deve-se ao empenho e comprometimento das pessoas que lá trabalham.

**P:** Como é feito o planejamento dos gastos educacionais? Quais atores estão envolvidos nesse planejamento?

**E07:** As escolas indicam suas necessidades e são quase sempre atendidas em sua totalidade.

**P:** No decorrer desse período, houve algum questionamento sobre a aplicação dos recursos da educação? Em caso afirmativo, quem os fez? Quais os resultados?

**E07:** Não sei.

**P:** Existe Plano Municipal de Educação? Em caso afirmativo, como ele foi elaborado? Em caso negativo, existe alguma proposta de construção desse plano?

**E07:** O Plano Municipal de Educação não está pronto mas existe preparação, por parte da DME, para sua execução.

**P:** O A implantação do FUNDEF em 1997/1998 ou processo de municipalização do ensino fundamental em 2007 acarretou mudanças na estruturação da rede, no processo de ensino e aprendizagem, nas condições de trabalho e no plano de carreira e remuneração do magistério? Quais foram?

**E07:** Não sei avaliar as mudanças advindas da implantação do FUNDEF em 1997/1998. Entretanto a municipalização de 2006 em Pirapozinho ampliou a rede municipal, trazendo experiências e vivências da rede estadual, acarretando mudanças positivas no processo ensino-aprendizagem e nas condições de trabalho. Entretanto, existe descontentamento dos docentes quanto ao salário. Observamos que muitos deles têm optado por lecionar nos municípios vizinhos ou em acumular funções para aumentar a remuneração.

**P:** Em relação aos demais trabalhadores da Educação no município houve alterações? Se sim, positivas ou negativas?

**E07:** Os docentes que se afastam para assumir funções de gestores ou pedagógicas acabam retornando a sala de aula porque sofrem prejuízos financeiros.

A rede acaba perdendo bons professores coordenadores ou técnicos pedagógicos em razão do baixo salário.

**P:** Como e quando era feita a formação continuada dos professores antes da implantação do FUNDEF e do processo de municipalização? Houve alguma alteração? Quais? E com relação ao FUNDEB, houve alteração? Quais?

**E07:** Não conheço o processo de formação continuada dos professores antes da implantação do FUNDEF e antes da municipalização no município. Com o FUNDEB aumentou abrangência da formação continuada dando amparo também ao Ensino Infantil que até então era visto como assistencial e não educacional.

**P:** No decorrer do processo de municipalização do ensino fundamental, o que aconteceu com os professores estaduais que trabalhavam nas escolas que foram municipalizadas?

**E07:** A maioria dos professores opta por permanecer no município fazendo parte do projeto de parceria Estado/Município. A maior insegurança vem da contínua mudança de sede de seus cargos afastando-os cada vez mais do local de sua residência caso a parceria seja cancelada.

**P:** O plano de carreira vigente atende a legislação atual que estipula piso salarial profissional do magistério? Por quê?

**E07:** Não, o plano de carreira ainda não está adaptado a nova lei do piso salarial. Esse processo ocorrerá em 2010.

**P:** O processo de municipalização do ensino fundamental acarretou mudanças na jornada de trabalho dos professores? Em caso afirmativo, quais foram?

**E07:** Não houve mudança na jornada de trabalho do professor.

**P:** A atual legislação determina que o professor dedique, no mínimo, um terço da jornada de trabalho a atividades extraclasse. O plano de carreira vigente garante tal jornada?

**E07:** Ainda não foi implantado.

**P:** Dentro da atual jornada de trabalho dos professores estão previstas horas dedicadas à formação continuada? Em caso afirmativo, quantas horas?

**E07:** De 02 a 03 horas semanais dependendo da carga horária do docente.

**P:** Como foi feita a distribuição das aulas/classes nas escolas municipalizadas, durante o processo de municipalização? Como é feita hoje esta distribuição?

**E07:** Mediante classificação por títulos para os efetivos e provas e títulos para os contratados.

**P:** Como tem sido a seleção dos profissionais do magistério que atuam nas escolas municipais de ensino fundamental?

Professor: Concurso Público de provas e títulos.

Professor substituto: Processo Seletivo.

Diretor (gestor escolar): Concurso Público de Prova e títulos.

Vice-diretor: Escolhido pelo Diretor em lista tríplice apresentada pelos docentes.

Coordenador pedagógico ou equivalente: Escolhido pelo Diretor em lista tríplice apresentada pelos docentes.

Outros

Pedagogo (supervisor) - Livre nomeação pelo Prefeito Municipal.

Secretário – não há concurso ou admissão específica para a função.

Como é feita a seleção dos profissionais do magistério que atuam nos órgãos gestores de educação municipal? Não respondeu

Secretário/dirigente:

Supervisor (ou equivalente):

Coordenador/orientador/assistente pedagógico (ou equivalente):

Outros:

**P:** Em relação às condições de trabalho dos professores da rede municipal de ensino após a municipalização do ensino fundamental aponte: vantagens e desvantagens.

**E07:** Em relação às condições de trabalho dos professores da rede municipal após a municipalização notou-se:

Vantagens:

- organização da vida funcional;
- melhoria de qualidade da formação em serviço;
- apoio de equipe pedagógica no desempenho da função;
- professor coordenador em todas as unidades;
- ampliação de cargos, mais escolas;
- mais material para alunos.

Desvantagens:

- diferença salarial das redes municipal e estadual;

- desatualização do plano de carreira;
- o não pagamento das vantagens constantes no atual plano de carreira.

**P:** Você gostaria de acrescentar alguma observação ou tecer algum comentário, em relação ao processo de implantação do FUNDEF, do FUNDEB ou em relação à municipalização do ensino no município?

**E07:** A implantação da municipalização trouxe muitas vantagens para a qualidade do ensino. O descontentamento está voltado apenas para questões salariais e tentativas de influências de outros poderes que pensam poder intervir na educação

## **ANEXO 12: ENTREVISTA COM UMA PROFESSORA EFETIVA DA REDE ESTADUAL QUE PRESTA SERVIÇO NA REDE MUNICIPAL PELO CONVÊNIO DE MUNICIPALIZAÇÃO.**

**Pesquisadora: P**

**Obs.** As questões foram deixadas com a professora, que respondeu por escrito.

**Professora Entrevistada 08: E08**

**P:** Fale um pouco sobre você: sua história enquanto profissional da educação, sua formação, sua experiência como professora e/ou na gestão escolar e sua participação nos conselhos municipais (de educação e do FUNDEF/FUNDEB).

**E08:** Sou professora há 24 anos, com formação em Pedagogia. Desde que estou na Educação participei de alguns Conselhos municipais como COMED, Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, Saúde e outros.

**P:** Você poderia nos contar resumidamente o que vem ocorrendo nas redes municipal e estadual de ensino, durante os últimos 13 anos, por influência da criação do FUNDEF e posteriormente do FUNDEB?

**E08:** A meu ver, a princípio, principalmente para os profissionais da educação um pouco de desconforto, pois com isto veio o desespero pela municipalização do ensino: “Prefeituras loucas para ter acesso a esse dinheiro e o Estado desesperado para se ver livre da Educação”.

**P:** A legislação nacional prevê a constituição de conselhos municipais de educação e de controle social do FUNDEF/FUNDEB, com representações do poder público e da sociedade civil. Como tem se dado o referido processo de escolha dos conselheiros durante esse período? Houve mudanças? Quais e quando?

**E08:** A escolha tem acontecido mediante a eleição de alguns representantes de vários segmentos da sociedade. Se houve mudança, não sei.

**P:** Você participa ou já participou de algum dos conselhos citados na questão anterior? Em caso afirmativo, conte-nos um pouco de sua experiência.

**E08:** Não

**P:** Como tem sido estruturada a Divisão Municipal de Educação (DME) nesse período, quanto ao espaço físico e recursos humanos envolvidos? Houve mudanças? Quais e quando?

**E08:** Quanto ao espaço físico acho que precisa melhorar, ter o seu próprio cantinho. Quanto aos recursos humanos envolvidos, dá para se perceber o compromisso e dedicação por parte dos profissionais envolvidos.

**P:** Como é feito o planejamento dos gastos educacionais? Quais agentes sociais estão envolvidos nesse planejamento?

**E08:** Não faço a menor idéia.

**P:** No decorrer desse período, houve algum questionamento sobre a aplicação dos recursos da educação? Em caso afirmativo, quem os fez? Quais os resultados?

**E08:** Não soube de nada parecido.

**P:** Existe Plano Municipal de Educação? Em caso afirmativo, como ele foi elaborado? Em caso negativo, existe alguma proposta de construção desse plano? (não respondeu)

Como é feito o planejamento das ações educacionais? Quais agentes sociais estão envolvidos nesse planejamento?

**E08:** O planejamento tem sido feito envolvendo os profissionais da área: professores, gestores, suporte pedagógico.

**P:** O A implantação do FUNDEF em 1997/1998 e/ou processo de municipalização das séries iniciais do ensino fundamental em 2006 acarretou mudanças na estruturação da rede, no

processo de ensino e aprendizagem, nas condições de trabalho e no plano de carreira e remuneração do magistério? Quais foram? Fale um pouco sobre estas.

**E08:** Com a municipalização houve muitas mudanças principalmente no processo de ensino e aprendizagem, já que a escola tem mais autonomia hoje para atacar e sanar as dificuldades encontradas. Quanto à carreira e remuneração, não sei dizer.

**P:** Em relação às condições de trabalho e de formação dos demais trabalhadores da educação no município houve alterações com a implantação do FUNDEF? Se sim, positivas ou negativas? Fale um pouco sobre estas.

**E08:** O município tem procurado investir em cursos de atualização, tem feito algumas tentativas de acerto neste sentido.

**P:** Como e quando era feita a formação continuada dos professores antes da implantação do FUNDEF e do processo de municipalização? Houve alguma alteração nos últimos 12 anos? Quais? Fale um pouco sobre elas.

**E08:** A municipalização veio a favorecer principalmente aos professores do município, quanto aos professores do estado “efetivos” é desgastante, já que as leis que existem são muito falhas.

**P:** No decorrer do processo de municipalização do ensino fundamental, o que aconteceu com os professores estaduais que trabalhavam nas escolas que foram municipalizadas? E os professores admitidos pelo governo estadual em caráter temporário antes do processo de municipalização, como ficaram após o referido processo?

**E08:** Quanto aos efetivos, o convênio garantiu a permanência dos mesmos, porém com algumas dores de cabeça, pois não temos paradeiro. A cada escola que municipaliza precisamos juntar papeladas e sair à procura de uma escola que nos abrigue. Quando há algum problema com nossa vida funcional, então a dor de cabeça é maior, pois parecemos “filhos sem pai”; ninguém é responsável. No meu caso, estou com meu cargo abrigado em Bauru; se há algum problema, preciso ir lá para tentar resolver.

E não preciso falar na lei do adido que é uma porcária ...

Quanto aos ACTs, foi um verdadeiro descaso. Ficaram desempregados, abandonados à própria sorte.

**P:** O plano de carreira vigente atende a legislação atual que estipula um piso salarial profissional do magistério de R\$ 950,00 mensais, por uma jornada de 40 horas semanais? Justifique sua informação?

**E08:** Não sei

**P:** A atual legislação determina que o professor dedique, no mínimo, um terço da jornada de trabalho a atividades extraclasse. O plano de carreira vigente garante tal jornada?

**E08:** Não sei dizer, já que sou professora do estado em situação diferente dos professores do município.

**P:** Dentro da atual jornada de trabalho dos professores estão previstas horas dedicadas à formação continuada? Em caso afirmativo, quantas horas? Qual (quais) entidade (s) oferece (m) este processo de formação? (não respondeu)

**P:** Como foi feita a distribuição das aulas/classes nas escolas municipalizadas, durante o processo de municipalização? Como é feita hoje esta distribuição? (não respondeu)

**P:** Como tem sido a seleção dos profissionais do magistério que atuam nas escolas municipais de ensino fundamental? Professor, Professor substituto, Diretor (gestor), Vice-diretor, Coordenador pedagógico ou equivalente, Outros.

**E08:** Professores por concurso e os demais por indicação, exceto aqueles que já exerciam essas funções e que não foram mudados na época da municipalização (alguns diretores e coordenadores).

**P:** Como é feita a seleção dos profissionais do magistério que atuam nos órgãos gestores de educação municipal? Secretário/dirigente, Supervisor (ou equivalente), Coordenador/orientador/assistente pedagógico (ou equivalente), Outros.

**E08:** Creio que por indicação da própria Prefeitura e seus envolvidos.

**P:** Em relação às condições de trabalho dos professores, inclusive salarial, das séries iniciais do ensino fundamental, após a municipalização do ensino fundamental aponte: vantagens e desvantagens.

**E08:** Em relação às condições de trabalho houve um apoio maior ao professor em sala de aula, até mesmo quanto à questão salarial.

**P:** Você gostaria de acrescentar alguma observação ou tecer algum comentário, em relação ao processo de implantação, funcionamento e acompanhamento social do FUNDEF, do FUNDEB ou em relação à municipalização das séries iniciais do ensino fundamental no município?

**E08:** Um comentário em relação à municipalização:

Brigamos tanto contra ela e fomos vencidos por ela, mas nos esquecemos de brigar pelas Leis que dessem amparo ao professor nessa situação.

Fatalmente a municipalização chegará a todas as escolas do ensino fundamental (principalmente do 1º ao 5º ano) e que leis garantem “a nossa situação funcional e profissional?”

Como fica nossa aposentadoria? Nossos cargos? Nossa vida?

“Como ficou a situação dos ACT” ... Abandonados!!!



## **ANEXO 13: ENTREVISTA COM UMA PROFESSORA QUE FOI PRESIDENTE DO PRIMEIRO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEF.**

**Pesquisadora: P**

**Obs.** As questões foram deixadas com a professora, que respondeu por escrito.

**Entrevistada 09: E09**

**P:** Fale um pouco sobre você: sua história enquanto profissional da educação, sua formação, sua experiência como professora e/ou na gestão escolar e sua participação nos Conselhos Municipais (de Educação e do FUNDEF/FUNDEB).

**E09:** Eu me chamo [...], sou Professora de Educação Básica I (PEB I), efetiva do estado, exerço minha profissão há 32 anos. Minha experiência como docente foi muito rica, trabalhei em escolas rurais 15 anos, incluindo Agrovilas e Assentamentos. Estou há 13 anos como Professora Coordenadora da mesma escola, me sinto realizada no meu trabalho. Já fiz parte dos Conselhos Municipais COMED e FUNDEF.

**P:** Você poderia nos contar resumidamente o que vem ocorrendo nas redes municipal e estadual de ensino, durante os últimos 13 anos, por influência da criação do FUNDEF e posteriormente do FUNDEB?

**E09:** Nos últimos anos, com a implantação do FUNDEF e posteriormente o FUNDEB, o município de Pirapozinho no ano de 1996 assumiu as crianças que completariam 7 anos no 2º semestre do ano vigente. No ano seguinte, 1ª e 2ª séries, criando a rede paralela de ensino, sendo que dez anos depois, em 2006, se concretizou a municipalização do ensino de 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental, e hoje se implantou o ensino de 09 anos.

**P:** A legislação nacional prevê a constituição de conselhos municipais de educação e de controle social do FUNDEF/FUNDEB, com representações do poder público e da sociedade civil. Como tem se dado o referido processo de escolha dos conselheiros durante esse período? Houve mudanças? Quais e quando?

**E09:** Na minha opinião, a escolha dos membros do Conselho do FUNDEB tem ocorrido de forma clara dentro da legislação, através de eleições entre os pares.

**P:** Você participa ou já participou de algum dos conselhos citados na questão anterior? Em caso afirmativo, conte-nos um pouco de sua experiência.

**E09:** Sim, eu já participei por duas gestões, quando iniciou o Conselho, na época FUNDEF, apesar de a gente não estar bem preparada para tal conselho, procurei me informar, pois é nosso dever fiscalizar como está sendo gasto o dinheiro da educação, foi uma experiência gratificante.

**P:** Como tem sido o funcionamento dos referidos conselhos, quanto à presença dos conselheiros, periodicidade de reuniões e dias escolhidos para reunião?

**E09:** Quando eu participei, as reuniões eram mensais, os dias eram escolhidos conforme disponibilidade dos membros do Conselho e do Contador da Prefeitura. Hoje eu não sei como funciona pois não faço parte do conselho.

**P:** Como é a articulação dos membros dos membros dos Conselhos com os setores que eles representam?

**E09:** Hoje eu não sei, mas no meu tempo, representando os professores, sempre que podia dava informações e prestava conta de tudo que ocorria aos meus pares.

**P:** Os Conselhos têm fiscalizado satisfatoriamente a aplicação dos recursos educacionais? Justifique.

**E09:** Eu acredito que sim, porque desde o momento que os pares elegem um companheiro para fazer parte do conselho, é porque acreditam que ele possa fazer seu trabalho com competência.

**P:** Como é feito o planejamento dos gastos educacionais? Quais agentes sociais estão envolvidos nesse planejamento?

**E09:** Pela equipe de planejamento

**P:** No decorrer desse período, houve algum questionamento sobre a aplicação dos recursos da educação? Em caso afirmativo, quem os fez? Quais os resultados?

**E09:** Durante a minha gestão, houve alguns casos questionados como pagamento de transportes de alunos, onde todos os membros instigavam e questionavam, mas eram resolvidos satisfatoriamente.

**P:** Em seu trabalho de Conselheira do FUNDEF, você se negou a assinar alguma prestação de contas do executivo por não ter sido convencida da correta aplicação dos recursos financeiros destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino? Em caso afirmativo, conte-nos como foi resolvido o impasse.

**E09:** Sempre chegamos ao bom senso, pois o conselho tem poder e o executivo sabe disto, então procurávamos fazer sempre da melhor forma possível.

**P:** Como tem sido estruturada a Divisão Municipal de Educação (DME) nesse período, quanto ao espaço físico e recursos humanos envolvidos? Houve mudanças? Quais e quando?

**E09:** A DME vem se estruturando automaticamente com o decorrer e crescimento da rede municipal de ensino.

**P:** Existe Plano Municipal de Educação? Em caso afirmativo, como ele foi elaborado? Em caso negativo, existe alguma proposta de construção desse plano?

**E09:** Sim existe, mas nem sempre atende todas as necessidades dos profissionais, é preciso estar sempre reformulando e atualizando o mesmo.

**P:** Como é feito o planejamento das ações educacionais? Quais agentes sociais estão envolvidos nesse planejamento?

**E09:** O planejamento das ações educacionais deve ser feito pela equipe e compartilhado com os profissionais da área.

**P:** O A implantação do FUNDEF em 1997/1998 e/ou processo de municipalização das séries iniciais do ensino fundamental em 2006 acarretou mudanças na estruturação da rede, no processo de ensino e aprendizagem, nas condições de trabalho e no plano de carreira e remuneração do magistério? Quais foram? Fale um pouco sobre estas.

**E09:** Com a implantação do FUNDEF e a municipalização a rede cresceu, houve mudanças que na minha opinião foram para melhor. A DME vem se estruturando a cada dia, procurando atender da melhor forma possível tanto aos profissionais como a clientela escolar..

**P:** Em relação às condições de trabalho e de formação dos demais trabalhadores da educação no município houve alterações com a implantação do FUNDEF? Se sim, positivas ou negativas? Fale um pouco sobre estas.

**E09:** Sim, eu acredito que houve mudança, mas sempre para melhor, pois desde que o profissional exerce funções na educação deve cumprir seus deveres como tal.

**P:** Como e quando era feita a formação continuada dos professores antes da implantação do FUNDEF e do processo de municipalização? Houve alguma alteração nos últimos 12 anos? Quais? Fale um pouco sobre elas.

**E09:** Antes da implantação do FUNDEF e da municipalização a formação continuada não dava muita oportunidade aos profissionais, pois eram sempre fora da cidade e nem todos podiam participar. Após a municipalização, ficou mais centrada no profissional dando mais oportunidades a eles.

**P:** No decorrer do processo de municipalização do ensino fundamental, o que aconteceu com os professores estaduais que trabalhavam nas escolas que foram municipalizadas? E os

professores admitidos pelo governo estadual em caráter temporário antes do processo de municipalização, como ficaram após o referido processo?

**E09:** Em nosso município não houve mudanças. Cada professor efetivo ficou na Unidade Escolar (U.E) em que estava atuando, seus cargos foram para outras U.E, e os professores temporários não quiseram ficar, eles preferiram atuar em escolas estaduais, nós efetivos do estado continuamos até hoje na parceria sem prejuízo na remuneração.

**P:** O plano de carreira vigente atende a legislação atual que estipula um piso salarial profissional do magistério de R\$ 950,00 mensais, por uma jornada de 40 horas semanais? Justifique sua informação? Não sei

**P:** A atual legislação determina que o professor dedique, no mínimo, um terço da jornada de trabalho a atividades extraclasse. O plano de carreira vigente garante tal jornada? Não sei.

**P:** Dentro da atual jornada de trabalho dos professores estão previstas horas dedicadas à formação continuada? Em caso afirmativo, quantas horas? Qual (quais) entidade (s) oferece (m) este processo de formação? Não sei

**P:** Como foi feita a distribuição das aulas/classes nas escolas municipalizadas, durante o processo de municipalização? Como é feita hoje esta distribuição?

**E09:** As classes são formadas pelos alunos do setor, e as aulas são atribuídas seguindo uma classificação geral dos profissionais.

**P:** Como tem sido a seleção dos profissionais do magistério que atuam nas escolas municipais de ensino fundamental? Professor, Professor substituto, Diretor (gestor escolar), Vice-diretor, Coordenador pedagógico ou equivalente, Outros.

**E09:** A seleção dos profissionais do magistério tem sido através de processo seletivo.

**P:** Como é feita a seleção dos profissionais do magistério que atuam nos órgãos gestores de educação municipal? Secretário/dirigente, Supervisor (ou equivalente), Coordenador/orientador/assistente pedagógico (ou equivalente), Outros.

**E09:** Acredito que seja por afinidade e competência

**P:** Em relação às condições de trabalho dos professores, inclusive salarial, após a municipalização dos anos iniciais do ensino fundamental, aponte vantagens e desvantagens e comente-as.

**E09:** Em relação às condições de trabalho, eu acho que melhorou muito, temos recebido muitos materiais pedagógicos e didáticos para subsidiar os professores. Quanto ao salário, também melhorou.

**P:** Você gostaria de acrescentar alguma observação ou tecer algum comentário, em relação ao processo de implantação, funcionamento e acompanhamento social do FUNDEF, do FUNDEB ou em relação à municipalização das séries iniciais do ensino fundamental no município?

**E09:** Gostaria de acrescentar que a municipalização do ensino é certa na maioria dos municípios, então o nosso sindicato deveria lutar para mudar a lei do adido, para que os professores pudessem se aposentar naturalmente sem ter prejuízo de salário e não ter que ficar se removendo a todo ano, parecendo mais uma bola de *ping pong*.

## **ANEXO 14: DEPOIMENTO DE UMA DIRETORA DE ESCOLA DA REDE ESTADUAL QUE PRESTA SERVIÇO NA REDE MUNICIPAL.**

### **Professora Entrevistada 10: E10**

Sou [...], me formei em 1985 e comecei a trabalhar com magistério em 1987, substituindo em escolas isoladas, como eram chamadas as escolas rurais antigamente. Entrei no magistério por acaso, mas, hoje sou de alma.

No início nada foi fácil, agora se não é, pelo menos tenho uma visão bem diferente dos fatos que acontecem.

Em dezembro de 2006, fiz meu TCC - Memorial de Formação - Pos Graduação em Gestão Escolar pela Unicamp, onde relatei muitas histórias da minha vida, as dificuldades enfrentadas e os sucessos alcançados, entretanto, os fatos a seguir não fizeram parte desse documento porque ocorreram a partir de 28 de fevereiro de 2007.

Antes um pouco da minha história...

A primeira vez que fui designada para a direção de escola foi em 1994, ocupando a função de vice-diretora até o final de 1995, quando houve a reorganização das escolas no Estado. Logo em seguida, em 1997, fui designada diretora, até o ano de 2000, passando neste período por seis unidades diferentes, onde cada realidade se manifestava de maneira diversa e as experiências me faziam crescer em conhecimento e atitudes, sendo chamada muitas vezes de “diretora de reformas” na Diretoria de Ensino, por sempre deixar algo diferente nas escolas. Porém, mal sabiam eles, que as maiores reformas eram realizadas na minha vida, como ser humano.

Em 2001 passei no concurso de diretor e fui efetivada em uma escola pertencente à Diretoria de Ensino de Votorantim, onde fiquei pouco tempo, pois, logo retornei para uma escola em Presidente Prudente através da legislação que amparava o afastamento de diretores.

No primeiro concurso de remoção em 2002, fiz 120 indicações, se fosse removida para uma escola até 200 Km, já estaria perto de casa. Durante a indicação, lembrei de um conselho que uma diretora muito experiente tinha me dado ainda na época da remoção para professora em 1992, “coloque sempre em primeiro lugar a escola do seu coração, de repente, na remoção pode dar certo”. Dito e o feito ocorreu. Durante o concurso, a primeira escola indicada foi a E.E “Professor Celestino Martins Padovan”, em Pirapozinho, cidade onde sempre morei e não por acaso aprendi nos bancos desta mesma escola meus primeiros contornos que me fariam “aprender” a partir dos sete anos de idade.

Fui removida para a primeira escola indicada. Radiante, porém, extremamente preocupada com tamanha responsabilidade, coloquei meus pés nesta escola no dia 23 de julho de 2002.

Muito serviço, muita alegria e desafios. Hoje penso que o gestor precisa de desafios para crescer e viver a realidade da escola no dia-a-dia, principalmente preparando um ambiente sólido, organizado e harmonioso para o sucesso das crianças, a confiança dos pais e a realização pessoal dos profissionais.

Esta escola passou por lutas, e uma delas foi quando a Secretaria de Estado da Educação quis em 2004 mudar alunos e professores para um outro prédio escolar, transferindo-os sem consulta prévia a quem de direito, a comunidade escolar. Os pais não aceitaram, houve mobilização por parte de todos e por fim, depois de muitas batalhas, a troca não ocorreu e a comunidade mostrou que era forte!

Depois de muitas lutas, para que não houvesse a municipalização, em 2005, os professores estaduais ouviram a seguinte sentença do Executivo Municipal: “ou ocorre a municipalização ou as classes de 1ª série serão passadas para a rede municipal, sem direito ao afastamento dos profissionais através do Convênio de Parceria Estado X Município”. E assim, sucessivamente ano-a-ano. Sofrendo a pressão, e para não sair das escolas, em março de 2006, os profissionais

em educação solicitaram da Câmara Municipal que autorizasse o Convênio, dando oportunidade para que todos ficassem na cidade, saindo somente o cargo. Assim ocorreu. A municipalização trouxe vantagens para as escolas em termos estruturais e materiais e tudo corria bem.

O ano letivo de 2007 se iniciou como tantos outros, muito serviço e desafios, onde a preocupação maior sempre foi quanto à aprendizagem das crianças. A escola onde trabalho, atende alunos de 05 a 10 anos, (Educação Infantil e Ensino Fundamental de Ciclo I).

No início do ano de 2007, um fato novo ocorreu no município. O prefeito foi cassado e o vice tomou posse, porém, independente do ocorrido, estávamos prontos para dar continuidade às atividades normais, como sempre acontecia em todos os anos. O fato de mudar prefeito ou dirigente de educação nunca foi uma preocupação no meu trabalho, pois, as mudanças ocorrem sempre e em todos os governos.

Por motivos até hoje não relatados, no dia 28 de fevereiro as 17h30, recebi sem nenhuma explicação um ofício dispensando-me e outro em anexo enviado à Diretoria Regional de Ensino informando que a partir de 01 de março eu estaria retornando para a escola onde estava o meu cargo no estado.

Muitos fatos magoaram. O ofício aberto, expondo minha situação funcional; o mesmo sendo enviado e assinado pela substituta do secretário administrativo municipal; a Diretoria de Ensino ciente antes de você; a não solicitação para conversa ou suposta explicação do motivo que originou a dispensa, aliás, o fato de não saber do motivo da dispensa; o julgamento precipitado por parte de algumas pessoas que não eram do meu convívio; o não ser valorizado como profissional ou pessoa; enfim ...

Tudo isso foi passado e pesado no momento, mas houve o lado positivo. No dia seguinte à minha “dispensa”, quando tudo foi passado pela vice-diretora aos pais na entrada do período, o que se viu, segundo ela, foi impressionante, professores, crianças, funcionários chorando, pais revoltados, indignados com o que ouviam. Imediatamente, mães (“olha a força das mulheres se manifestando!”), foram até a minha casa, para mostrar a indignação e se colocarem do meu lado independente do que tinha motivado tal coisa. O que elas sempre ressaltaram foi que “quando houve a intenção do Estado em mudar as crianças do prédio eu lutei pela escola e agora era o momento delas lutarem por mim”. Isso me consolava e deixava bem claro que o trabalho e carinho dedicado a minha comunidade escolar, não tinha sido em vão (nunca é!!).

Diante dessa loucura, procurei meus direitos, através da Diretoria de Ensino e a resposta que obtive da Secretaria de Estado da Educação era que a Administração Municipal, através do Chefe do Executivo podia tomar esta decisão. Mas eu sabia que não, algo que sempre fui é ser chata com a legislação, conhecer os direitos e os deveres é condição *sine qua non* para toda pessoa.

A lei que ampara o Convênio de Parceria Educacional Estado Município diz que “o afastamento dos profissionais pode ser cessado pelo o Chefe do Executivo Municipal somente ao final do ano letivo e mediante relatório circunstanciado.”

Não era final de ano e não havido nenhum relatório até aquele momento. A lei não estava sendo cumprida.

Procurei um advogado particular e relatei o fato. Não gostando de resolver as coisas desta maneira, solicitei que este procurasse o prefeito para conversar. Ele assim fez, porém, o mesmo estava irredutível (acredito que, geralmente as pessoas se deixam inflamar, se deixam levar e agem através de emoção, pois, na época eu não conhecia o prefeito, não permitia comentários políticos dentro da escola ou algo que viesse denegrir a imagem dos outros). Entretanto nem esta minha postura profissional me livrou de ser alvo. Não teve jeito e o caso foi parar nas vias judiciais.

Os relatórios anexados ao processo mostravam que eles não conseguiam provar nada, pois, nada existia.

O resultado foi que no dia 06 de julho do mesmo ano, depois de quatro meses de sofrimento a decisão judicial foi favorável a mim, determinando a administração municipal retornar-me para as minhas funções.

Hoje entendo quando leio o seguinte versículo “Deus faz forte ao cansado e multiplica as forças daqueles que não tem mais nenhum vigor”. Quando somos fracos, somos fortes! Exercendo meu direito, retornei para a escola no primeiro dia depois do recesso escolar, agradecendo aos pais o apoio e a dedicação e mostrando a importância da parceria entre pais e direção. Nunca entrei no mérito da questão, não estava ali para isso.

Quanto ao relacionamento com as pessoas que me causaram todo este sofrimento, sempre procurei tratá-los com respeito profissional.

O importante são as lições que tiramos dos fatos: agir sempre com transparência, fazer tudo mediante amparo legal e sempre lutar por aquilo que se acredita. “As pedras no caminho...melhor usá-las como degraus e não como obstáculo”

## **ANEXO 15: ENTREVISTA COM UMA PROFESSORA QUE TRABALHA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRAPOZINHO E DE OUTRO MUNICÍPIO DA REGIÃO**

**Pesquisadora: P**

**Identificação:**

**Professora Entrevistada 11: E11**

**P:** Fale livremente sobre os Impactos do FUNDEF na Estruturação da Rede Municipal de Ensino e nas condições de trabalho dos professores:

**E11:** Basicamente para nós da rede municipal de Pirapozinho, aconteceram as duas coisas concomitantemente.

**P:** Quais duas coisas?

**E11:** Municipalização e FUNDEF. Na época FUNDEF, que hoje se tornou FUNDEB. Para nós, como os dois processos foram para discussão juntos, ficou muito difícil para o professor ter clareza das duas coisas separadas. Porque para nós historicamente foi uma briga. Isso que eu te falei anteriormente. Foi uma briga de professor municipal e professor estadual. Ao invés de ficar discutindo a qualidade do que seria. Se haveria mais qualidade, se haveria menos qualidade, o que aconteceria com o Plano de Carreira do professor e tal, a primeira briga foi para saber quem ficaria com o quê. Então, a partir de quando se começou esta discussão, é que pediram que reformulasse o Plano de Carreira. Com a reformulação do Plano de Carreira do professor, nós vimos assim: que muita coisa melhorou, porque o nosso plano era muito vago. O plano de Carreira do professor, o Plano de Carreira, o Estatuto do Magistério de Pirapozinho já existia, mas ele era muito vago, então as coisas foram mais bem definidas. Mas o ponto negativo é que muita coisa até hoje ainda não vale. Muitos pontos dessa lei até hoje não foram regulamentados.

**P:** Quais os pontos que já foram regulamentados e os que não foram regulamentados que você lembra assim de imediato?

**E11:** Olha praticamente foi em relação a tudo. Vou te falar, por exemplo, do processo de atribuição: ele se tornou um pouco mais democrático. E assim, a gente tem mais amparo na Lei agora. Porque anteriormente era muito restrito, ficava a critério apenas de duas pessoas e ficava uma coisa que não era democrática. Era uma coisa bem imposta. Hoje a atribuição de professor, eu acredito que mesmo que ainda aconteça algum entrave, ela é uma coisa mais democrática, ela é uma coisa mais explícita na Lei. Não é uma coisa que fica implícita. É uma coisa que tá bem clara. Outras coisas assim, com relação ao ganho salarial, eu acho que não mudou muita coisa ainda. Porque nós queríamos. A princípio, o que nós queríamos era que fossem regulamentados os nossos cursos e essas coisas todas e, até hoje ainda não aconteceu.

**P:** A evolução não acadêmica.

**E11:** Não acadêmica. Ainda não aconteceu. Então o que a gente sente, até não só em relação ao professor, mas o que a gente sente é que a qualidade no ensino público municipal de Pirapozinho avançou muito. É. Em questão material, nós tivemos muita aquisição de material. Nossa biblioteca está muito bem sortida. Vou falar pela minha escola. A minha escola era desnuda. Ela não tinha DVD, ela não tinha rádio. (E11)

**P:** Qual é a sua escola?

**E11:** [...] Hoje eu considero que a minha escola está um brinco. Ela está muito bem sortida na biblioteca, muito bem sortida com mobiliário.

**P:** E você atribui isso a que?

**E11:** Eu acredito que seja a mudança, de repente uma mudança de concepção política. E atribuo isso também aos recursos do FUNDEF, do FUNDEB hoje, né? Porque eu acho assim: com todo esse monitoramento, com essa pressão, com essa fiscalização dos recursos, eu acredito que eles tenham que ser realmente mais voltados pra educação. Inclusive eu ouvi uma vez de um prefeito que como não havia ainda essa fiscalização com o dinheiro da educação infantil, que ele conseguia manobrar esse dinheiro para outros setores e depois ele repunha. Eu acho que isso hoje não é mais possível, porque hoje a fiscalização é mais intensa, mais democrática, mais pessoas participam dessa fiscalização. Por este motivo também, acredito que a gente possa ter melhor aparelhamento das nossas escolas.

**P:** Você participou de algum Conselho?

**E11:** Na época eu participava do COMED, do COMAD que é o Conselho antidrogas.

**P:** Você não participou do Conselho do FUNDEF?

**E11:** Do FUNDEF não.

**P:** Como você avalia a participação desses Conselhos?

**E11:** Uma das sugestões que eu dei agora. Eu acho importantíssimo que aconteçam, eu acho que tem acontecido de uma forma mais democrática, Mas o que foi a nossa grande briga na época também? A gente queria saber mais. Porque se falam assim: 20% dos recursos, mas esses 20% dos recursos, que montante que é esse? É um milhão? São dois milhões? A gente não tinha conhecimento da receita do município. Porque ela é dividida aí e a gente não tem esse conhecimento. Então a nossa briga é assim: nós queremos ir lá e queremos ver. Então nós fomos convidados até pela nossa diretora de Divisão, na época, que estivéssemos indo à prefeitura e que estivéssemos vendo essas notas. E nós fomos realmente. Só que para nós professores, você chegar numa sala, e pega uma pasta, e você abre e tem lá: uma nota x de empenho tal, que foi gasto tanto, que tinha tanto e ficou tanto. Aí você vira aquele empenho e tem lá outro empenho com dados diferentes. Se lá tinha 22 mil reais, no empenho seguinte você vê lá 18 mil reais.

**P:** Você acha que as pessoas precisam aprender mais sobre orçamento público, para poder entender melhor essas contas?

**E11:** Sim. E que os dados fossem mais divulgados. Eu não sei aqui em Pirapó, eu não tenho conhecimento se tem um *site* propriamente para estar divulgando qual é o valor, como foi gasto. A gente estava até rindo ouvindo uma propaganda de manhã, que dizia que geralmente nossos políticos dizem que as contas públicas são tão transparentes, são tão transparentes as contas, que elas se tornam invisíveis. Porque ninguém vê em lugar nenhum. Então assim, eu acho que deveria ser mais bem divulgado sim. Porque eu fiz congresso. Eu fiz sua oficina o ano passado e quando você falou o montante que tinha para aquele ano, eu caí, eu abri o queixo.

**P:** Foi a primeira vez que você viu minhas planilhas?

**E11:** Não, eu já tinha visto anteriormente, mas eu não imaginava que um montante daquele para Educação do Pirapó naquele ano e você fica imaginando assim: “aonde que foi gasto aquele dinheiro todo”. Porque o professor na verdade, ele sabe que gasta com merenda, com transporte, com isso, com aquilo, com aquilo outro, mas não tem assim: como disse o meu amigo locutor hoje de manhã: as contas são tão transparentes que elas se tornam invisíveis. A gente acaba não tendo essa dimensão.

**P:** Fale um pouco mais sobre o Plano de Carreira e a jornada de trabalho instituída por ele.

**E11:** O Plano de Carreira que existia antes de 1999. Mas ele era um Plano muito amplo, ele não trazia as especificidades de cada parte. Com a reivindicação de que nós queríamos um Plano novo, foi contratado o Professor Pedro Rotta, junto ao executivo, que elaborou esse Plano novo. Então, anterior a esse, nós havíamos apresentado uma proposta de Plano para o prefeito municipal da época, que era meio que um “*Frankstein*”. A gente tinha costurado um pedaço do Plano de Carreira de cada município juntando tudo que a gente achava que era



melhor para nós da rede municipal de Pirapozinho. Quando nós apresentamos essa proposta para ele, que ele viu que nós havíamos conseguido apresentar uma proposta, ele contratou o Professor Pedro Rotta para então apresentar uma proposta do executivo. Quando foi apresentada a proposta do executivo, eu me lembro bem que, na época, os professores ficaram meio que com uma “cortina de fumaça” nos olhos, porque as discussões que se faziam na época eram para saber se quem tinha formação universitária iria contar mais pontos ou não. Em detrimento daqueles que já estavam há mais tempo na rede, se ia contar 10 pontos. Então foi uma “cortina de fumaça”. Não se atentou para outros detalhes como, por exemplo, essa questão da “dobra”, do acúmulo de cargos. Depois que as pessoas foram acordar e foram ver que realmente, pra nós foi uma perda. Porque a intenção era de que houvesse exclusividade. Mas a Rede ficou bem dividida, porque havíamos nós, que acreditávamos realmente que poderíamos ter aumento de salário com o Plano de Carreira, que poderíamos ter uma carga exclusiva, que poderíamos ter exclusividade com a Rede Municipal de Pirapozinho e tentasse melhorar a qualidade e havia os professores da época, que ainda não dobravam [jornada] em outro município, mas dobravam, tinham dois cargos entre o município e o estado [Rede Estadual de Ensino]. Com o Plano de Carreira, apenas os professores do município não puderam mais ter esses dois cargos. Eles só poderiam ter um cargo ou uma carga [horária] que não poderia passar de 48 horas semanais. Então, na verdade, quem saiu perdendo foram os professores que tinham exclusividade no município. Porque, quem já tinha dois cargos, continuou com os dois cargos do mesmo jeito. E aquele professor que tinha mais vontade de ser exclusivo do município, só poderia ter o cargo dele e completar só com uma jornada mínima de 10 ou 12 horas semanais.

**P:** E o salário não subiu a contento pra suprir essa dobra de jornada?

**E:** Não. Na verdade uma das promessas do prefeito de então seria que com a municipalização haveria uma equiparação de salários, mas isso não aconteceu até hoje.

**P:** Equiparação salarial com os professores do estado?

**E:** Equiparação com os professores da rede estadual.

**P:** Então, nesse novo Plano de Carreira, que está sendo elaborado pelo executivo, vocês reivindicam que seja possível dobrar a jornada na própria rede?

**E:** Na verdade a maior parte dos professores e até a minha maior vontade também, seria não que a gente dobrasse, mas sim que a gente tivesse uma melhor condição salarial pra não precisar ter esse desgaste dessa correria de uma escola pra outra. Mas seria muito mais conveniente para gente, é o que a maioria gostaria é de que, realmente, a gente tivesse nem que fosse essa equiparação salarial.

**P:** Enquanto a equiparação salarial não vem, o que os professores estão fazendo com relação a essa questão?

**E:** Correndo de uma escola pra outra, dobrando. Não pode ser feita [a dobra de jornada] no município, no município prevalece a lei de 48 horas, mas por lei maior, a gente dobra em outros municípios. A gente tem um acúmulo de cargos ou com o estado ou em outros municípios.

**P:** Isso provoca um desgaste maior do que se dobrasse na própria rede.

**E:** Com certeza!

**P:** Muito obrigada professora

## **ANEXO 16: QUESTIONAMENTO A UM DIRETOR ADMINISTRATIVO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO FUNDEF**

**Pesquisadora: P**

**Entrevistado 12: E12**

### **Identificação:**

**Formação:** Superior completo: Pedagogia, Administração e Supervisão Escolar.

**Período de atuação:**

**Como professor da rede estadual de ensino:** 1961 a 1979

**Como diretor de escola da rede estadual de ensino:** 1969 a 1991

**Como assessor do executivo municipal:** 2001 a 2008

### **Questões**

**P:** Conte-nos um pouco de sua trajetória como profissional da Educação atuando na assessoria do executivo municipal.

**E12:** Assumindo a assessoria municipal em 2001, como diretor administrativo e já desligado da secretaria de educação, mas com alguma experiência, uma vez que trabalhei como voluntário na administração da [...] de Pirapozinho, durante seis anos, procurei auxiliar a responsável pelo setor de educação do município.

**P:** Qual importância da Educação entre as prioridades dos gestores municipais de Pirapozinho desde a década de 1990 até o ano de 2008?

**E12:** Como ocupante de cargo no magistério estadual, no período após 1990, verificou-se que os agentes municipais deram suas contribuições ao ensino, de acordo com suas possibilidades e principalmente de acordo com a cultura de quem esteve no cargo de prefeito municipal. Após 2001, o interesse pela educação, foi meta principal da administração municipal, direcionando principalmente pela municipalização do ensino.

**P:** Quando o senhor assumiu o cargo de assessor municipal, quais eram as responsabilidades da esfera municipal com a educação? Como e em que eram aplicados os recursos financeiros constitucionalmente destinados ao ensino em Pirapozinho?

**E12:** Muito pouco. Dizia-se ser responsabilidade do estado. Aproveitava-se para cumprir promessas eleitoreiras colocando funcionários para prestar serviço nas escolas e muito poucos recursos para merenda e transporte de alunos.

**P:** O Sr. poderia nos descrever o que aconteceu no município de Pirapozinho durante o período de criação e implantação do FUNDEF, no qual ficava retida parte significativa das transferências intergovernamentais, que só retornavam ao município se este tivesse alunos matriculados no ensino fundamental?

**E12:** Na época, eu ainda não estava assessorando a administração municipal. Em 2001, quando comecei, o número de alunos do ensino fundamental não permitia o retorno de todo dinheiro retido no FUNDEF, reduzindo as verbas disponíveis para a educação. Como o ensino não foi municipalizado a administração municipal foi obrigada a tomar ações de economia de gastos.

**P:** O que foi feito pelos gestores municipais para amenizar os efeitos da nova legislação sobre o financiamento da educação naquela época?

**E12:** A construção da cozinha piloto e a contratação de uma nutricionista para reformular o cardápio, evitar desperdícios de alimentos e diminuir o número de merendeiras do município que trabalhavam nas escolas estaduais. Outra ação foi a retirada de funcionários municipais que prestavam serviços nas escolas estaduais. Isso dificultou o trabalho nas escolas, pois o governo estadual não contratava número de funcionários suficiente.

**P:** Como foi o processo de discussão e negociação com o governo estadual e a comunidade de Pirapozinho que ocorreu desde a implantação do FUNDEF e que adiou a municipalização das séries iniciais do ensino fundamental no município de Pirapozinho até o ano de 2006?

**E12:** A discussão foi longa e um pouco conturbada, devido ao histórico político do município. Através de debates democráticos, o nosso prefeito empossado com gestão a partir de 2001, promoveu encontros com professores e comunidades locais, e também com professores de municípios já municipalizados, e entidades ligadas ao magistério como a APEOESP.

Patrocinou e participou de uma viagem a São Paulo, com mais ou menos 20 pessoas, ligadas ao magistério, até a Secretaria da Educação, para que se tirassem as dúvidas e se certificassem das vantagens que o município e o setor de educação teriam com a municipalização do ensino. Ao retorno da viagem, novos encontros e debates foram efetuados, sempre enfrentando um grupo resistente; mas com respeito e atendendo a maioria da população, foi finalmente realizada a municipalização do ensino.

**P:** Quais foram os principais agentes políticos do município e da região que participaram daqueles debates?

**E12:** Município: Vereadora Regina Célia Ramos, liderou a parte política e elementos ligados ao magistério. Diretores de escola, professores, entidades ligadas ao magistério e outros. Da região professores e elementos ligados à educação de municípios já municipalizados.

**P:** Com a municipalização em 2006, o que mudou na situação financeira do município?

**E12:** Por tratar-se de município com grande número de alunos o repasse de verbas aumentou consideravelmente, e os recursos passaram a ser utilizados de acordo com a legislação em vigor. As escolas tiveram um aumento no fornecimento de material didático pedagógico, nunca antes acontecido, a assistência na manutenção dos prédios foi satisfatória, melhoria na qualidade da merenda e transporte de alunos, assim como uma melhor assistência aos profissionais da educação e facilidade para participação em cursos de aperfeiçoamento profissional.

**P:** O Senhor poderia fazer uma avaliação crítica da participação desta professora, que também era representante da APEOESP em Pirapozinho, foi vereadora municipal na legislatura de 2001 a 2004 e que hoje está aqui como pesquisadora?

**E12:** A professora foi independente, procurando esclarecer sempre a verdade sobre o assunto, comentando sempre com seus colegas, as vantagens e desvantagens para o município e escolas assim como as mudanças no magistério, que só seriam positivas se os recursos fossem bem aplicados.

**P:** Faça suas observações sobre os pontos positivos e negativos do FUNDEF e da municipalização das séries iniciais do ensino fundamental em Pirapozinho.

**E12:** Positivo: aumento considerável de recursos para o município.

Negativo: pessoal sem capacidade profissional para a aplicação dos recursos, atendendo mais a fatores políticos do que educacionais. O município não tem uma estrutura física e pessoal de uma secretaria de educação, que visualize com prioridade a educação e não o fator político.

Deve-se separar política e educação.

**P:** O senhor gostaria de fazer algumas considerações finais?

**E12:** A indicação para ocupar o cargo de secretário de educação do município não deveria ser política, mas deveria obedecer a indicação dos diretores de escola e coordenadores pedagógicos, através de uma lista tríplice.

## **ANEXO 17: AÇÕES REALIZADAS EM 2007**

### **01- FÓRUM DE EDUCAÇÃO EM BARRETOS/ SP**

PARTICIPANTE: DIRIGENTE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### **02- ORIENTAÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DO FUNDEB NO MUNICÍPIO**

PARTICIPANTES: DIVISÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SETOR DE CONTADORIA E SETOR DE DEPARTAMENTO PESSOAL

### **03- VI FÓRUM REGIONAL DO PONTAL DO PARANAPANEMA EM TACIBA**

#### ***“EDUCAÇÃO INFANTIL E INCLUSIVA”***

PARTICIPANTES: 51 PESSOAS (15 INFANTIL, 15 ENSINO FUNDAMENTAL, DIRETORES E PROFESSORES DA DIVISÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO)

### **04- CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

***GESTÃO DO CURRÍCULO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL: O FOCO NOS DIREITOS DA CRIANÇA E NO PAPEL DOS PROFISSIONAIS DA CRECHE E DA PRÉ ESCOLA – FASE 3 - 2007***

PARTICIPANTES: 04 COORDENADORAS DE CRECHE, 01 COORDENADORA PEDAGÓGICA E 01 DIRETOR DE ESCOLA

### **05- CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

***“FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DE MATEMÁTICA PARA AS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL”***

REPASSE PARA TODA A REDE

### **06- XI CONGRESSO DE EDUCAÇÃO – PRESIDENTE PRUDENTE/ SP *NOVOS OLHARES PARA A EDUCAÇÃO***

PARTICIPANTES: 38 (PROFESSORES DE 2ª, 3ª e 4ª SÉRIES, PROFESSORES COORDENADORES e DIRETORES)

### **07- CURSO DE RECREAÇÃO – TERRA PARQUE – PRESIDENTE PRUDENTE/SP**

PARTICIPANTES: 10 ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA

### **08 - CAPACITAÇÃO DE 02 MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM PRESIDENTE EPITÁCIO/SP**

### **09- CURSO DE FORMAÇÃO PARA O TUTOR DO CURSO PROGESTÃO**

PARTICIPANTE: 01 PROFESSOR TUTOR

### **10 – PROGESTÃO**

PARTICIPANTES: GESTORES DO MUNÍCIPIO DE PIRAPOZINHO – DIRETORES E COORDENADORES DE ESCOLA

**11- CURSO UNIVERSITÁRIO À DISTÂNCIA – EDUCON E FACINTER**  
PARTICIPANTES: 12 PROFESSORES E ADIs

**12 – CURSO LETRA E VIDA**

PARTICIPANTES (CURSO CONCLUÍDO): 21 PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL - 2006

PARTICIPANTES (EM FORMAÇÃO): 43 PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL - 2007

**13 – PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO CURSO LETRA E VIDA**

PARTICIPANTE: 01 PROFESSOR FORMADOR – EFETIVO

**14- TRABALHO DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DA EQUIPE PEDAGÓGICA DA DIVISÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

PARTICIPANTES:

- VERA LÚCIA FIORAVANTE CAVALLI – **DIRIGENTE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

- ANDREA APARECIDA MAJOR MARTINS ARAUJO – **COORDENADORA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

- LINDA MARA PEREIRA DA SILVA BERNARDES – **ASSESSORA ADMINISTRATIVA ESCOLAR**

- LUCIANA MOREIRA PANTOROTO MARQUES – **ASSESSORA DE PLANEJAMENTO**

- LUCIENE SAYOMI SHIMABUKURO – **COORDENADORA/ FORMADORA DO CURSO LETRA E VIDA**

- VALDECI CALIXTO TITO – **COORDENADORA DA REDE MUNICIPAL**

**15- PROJETO DE RECUPERAÇÃO/REFORÇO – 2007**

TODAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL

**16- ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS EM HTPCs**

PARTICIPANTES: PROFESSORES E COORDENADORES PEDAGÓGICOS

**17 – VISITAS ÀS UNIDADES ESCOLARES PARA ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES**

**18 – ECOTECA: OFICINA E CAIXA ITINERANTE DE LEITURA, PROJETOS (DIÁRIO DO LEITOR E CULTURA DA INFÂNCIA)**

PARTICIPANTES: 41 PROFESSORES E EDUCADORES REPRESENTANTES DAS ESCOLAS, INSTITUIÇÕES E GRUPO DE JOVENS

**19 – OFICINAS:**

- DANÇA
- FUTEBOL
- FLAUTA
- CORAL

**20 – ELABORAÇÃO DE REGIMENTO COMUM:**

- EMEIS
- EMEIFS

**21 - XI ENCONTRO ESTADUAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO**

- DIRIGENTE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- PRESIDENTE DO COMED

**PÚBLICO ALVO**

• **05 ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO I: 1º E 2º ANOS/ 09 ANOS; 2ª ÀS 4ª SÉRIES /08 ANOS**

• **06 ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: BERÇÁRIO/MATERNAL/ PRÉ- ESCOLA I E II**

- **EJA - TERMOS I E II**

## **ANEXO 18: AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO**

**-: LEI N.º 3.235/05 :-**

**DISPÕE SOBRE: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, OBJETIVANDO A IMPLANTAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO.**

**SÉRGIO PINAFFI**, Prefeito Municipal de Pirapozinho, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por leis em vigor; Faz saber que a Câmara Municipal de Pirapozinho aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**ARTIGO 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio e Termos Aditivos com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando a implantação e do desenvolvimento de Programa na Área da Educação Fundamental de 1ª à 4º.

**ARTIGO 2º** - Fica ainda o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias à execução do convênio referido do artigo anterior.

**ARTIGO 3º** - O Município solicitará à Secretaria da Educação do Estado, o afastamento do pessoal docente, técnico e administrativo, efetivos, que por opção desejarem prestar serviços ao Município.

**ARTIGO 4º** - Fica assegurado ao Professor efetivo do Estado, que se afastar para prestar serviço ao Município, o direito e garantia da função docente, na sede do Município, durante a vigência do Convênio Estado/Município, regidos de acordo com a Lei nº 3.088/03 (Estatuto do Magistério Público Municipal).

**Parágrafo Único** – O afastamento do docente, Diretor de Escola e Pessoal Técnico Administrativo, somente poderá ser cessado ao final do ano letivo:

**I** – Por opção do profissional;

**II** – Por não cumprimento da legislação em vigor, mediante apresentação de relatório circunstanciado e documentado sobre o desempenho profissional, assinado pelo superior imediato e representante da Educação do Estado e Município.

**ARTIGO 5º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PM – Pirapozinho, 17 de outubro de 2.005.

**SÉRGIO PINAFFI**  
**PREFEITO**



## ANEXO 19: COMENTÁRIO DO MINISTRO PAULO RENATO DE SOUZA AO PARECER CNE Nº 02/97

PRON: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - FUND. Nº. 1 081 2440690

Apr. 22 1997 02:53F

A primeira refere-se ao fato de que o projeto de Resolução se aplica a toda Educação Básica, ao contrário da proposta do MEC que tomava como referência apenas o ensino fundamental. A posição do Ministério se justifica pelo fato de que foi apenas em relação ao ensino fundamental que se conseguiu assegurar recursos suficientes para a melhoria da qualidade do ensino ao mesmo tempo em que se garante sua efetiva universalização. Sem dúvida a proposta do Ministério terá repercussão imediata nos demais níveis de ensino. Mas, sendo impossível, neste momento, fixar o montante dos recursos e a amplitude do atendimento em relação ao ensino médio e à educação infantil, que devem se expandir, o cálculo do custo-aluno mínimo só pode ser feito em relação ao ensino fundamental. Como é este cálculo que deve servir de referência salarial, a extensão da proposta a todo o Ensino Básico apenas dificulta ou mesmo impede a relação, que se deseja tornar não ambígua, entre custo-aluno e salário do professor.

Insiste também o projeto de Resolução na fixação de um Piso Salarial Nacional. Convém lembrar que a Constituição (Art. 206, inciso V) estabelece, entre os princípios do ensino, a "valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional..." (grifo nosso). A Constituição remete, portanto, a questão à forma da lei, isto é, à LDB. Na LDB, a questão é tratada no Artigo 67, que se refere, explicitamente, aos sistemas de ensino, os quais, pelos mesmos dispositivos legais, são autônomos. A expressão está colocada no plural. São, portanto, os diferentes sistemas de ensino (federal, estaduais e municipais) os responsáveis pela valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes o inciso III, entre outros direitos, "piso salarial profissional" e, como consta no próprio *caput*, "estatutos e planos de carreira do magistério". Como se verifica, não pode o Ministério da Educação e do Desporto fixar de um piso nacional (expressão esta que não ocorre em nenhum documento legal), nem estabelecer um plano nacional de carreira do magistério, mas tão somente diretrizes nacionais para a carreira e salário. Queremos deixar claro que interpretamos o item *b*, do inciso I, do Art. 1º do projeto de Resolução apresentado pela Câmara, como um princípio a ser cumprido pelos Estados e Municípios, aos quais cabe a definição do piso salarial profissional de seu Magistério Público, não devendo, nem podendo, a União estabelecer um piso nacional.

Fala ainda o projeto do custo-aluno-qualidade. Esta questão não consta da proposta encaminhada pelo Ministério à Câmara de Ensino Básico pela simples razão de que não foram realizados ainda nem os estudos, nem as consultas necessárias para formular um projeto neste sentido. Particularmente importantes são as consultas ao CONSED e à UNDIME. Consideramos, por esta razão, que são prematuras propostas neste sentido. Do mesmo modo, consideramos inócuas as propostas de ampliação dos recursos para a educação que não estejam baseados em medidas concretas para sua viabilização.

Acreditamos, finalmente, também necessário um esclarecimento sobre os estudos deste Ministério que resultaram na indicação de um salário médio mensal de R\$ 300,00. A indicação do Governo é a de que, uma vez implantado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, será possível assegurar um salário médio, no mínimo, igual ao gasto médio por aluno/ano. Os cálculos efetuados permitem ao Governo Federal assegurar uma complementação de recursos que garanta um gasto mínimo por aluno/ano no valor de R\$ 300,00, para os Estados onde o efeito da redistribuição promovida pelo Fundo seja inferior a esta quantia e, portanto, uma remuneração mensal média igual a este valor nesses Estados. Calculou-se que, em se mantendo uma média de 25 alunos por classe, o investimento (gasto) correspondente a 13 alunos pagaria o salário do docente (13 meses) e o equivalente aos restantes 12 alunos financiariam os demais funcionários e outras despesas. Trata-se de uma média,

11 | 11

porque o salário mínimo viável para cada sistema depende da amplitude da dispersão salarial permitida pela carreira em cada caso. Queremos também insistir em que todos os cálculos do Ministério se referem apenas aos impostos transferidos entre as diferentes instâncias governamentais, porque uma regulamentação que incluisse os impostos locais interferiria com a autonomia dos Estados e Municípios, além de tornar os processos de cálculo tão complexos que inviabilizariam a medida. Entretanto, continuam Estados e Municípios obrigados a aplicar, desses impostos, 15% em ensino fundamental e outros 10% em educação de qualquer nível.

Isto significa, portanto, que a remuneração média mensal de R\$ 300,00, com o menor valor nacional, aplica-se apenas àqueles municípios que não coletam nenhum imposto, mas vivem tão somente de recursos transferidos.

Mais especificamente, apresentamos os seguintes comentários relativos a alguns dispositivos do projeto de Resolução:

Art. 1º, inciso I, letras b e d.

A redação está confusa porque não deixa claro de quem é a responsabilidade pela fixação do piso salarial profissional e pela definição dos componentes do padrão de qualidade do ensino. Como o *caput* se refere a princípios a serem observados em todos os sistemas de ensino, presumimos que cabe a cada um deles definir estas questões (ver observação anterior).

Art. 1º, inciso I, letra e.

Consideramos impróprio colocar como princípio a "aplicação correta dos recursos", pois constitui pressuposto básico da sociedade democrática a aplicação correta das leis. Se imaginarmos que os governantes vão desrespeitar a lei, a inclusão da letra e é inócua. Se imaginarmos o contrário, ela é desnecessária.

Art. 1º, inciso I, letra f e inciso III.

A mesma razão que nos levou a não tomar o ensino básico como referência da proposta do MEC, leva-nos a considerar que não se devam incluir na proposta da CEB referências a "contribuições progressivas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios..." e "Ampliação dos recursos financeiros públicos". Se não há propostas concretas no sentido de assegurar esta ampliação progressiva, a inclusão destes itens é inócua pois traduz apenas boas intenções e não impõem obrigações reais. Toda a argumentação desenvolvida no PARECER que fundamenta estes Incisos e Artigos é inteiramente irreal pois, se houver efetivo decréscimo da receita fiscal, ou se se configurar um panorama recessivo da economia, não há como assegurar um aumento progressivo do salário dos professores. Infelizmente a valorização salarial não depende apenas de vontade política, mas de condições econômicas e do montante dos recursos à disposição do Poder Executivo.

Art. 1º, inciso XIV, letra a.

Coloca-se na letra a, novamente, a questão do piso nacional, que já comentamos longamente.

Artigo 1º, inciso XIV, letra b

Na letra *b* estabelece-se um parâmetro salarial muito diverso daquele proposto pelo Ministério da Educação e do Desporto. Consideramos a proposta inviável por dois motivos.

Em primeiro lugar, porque ignora os gastos com o ensino superior que são muito elevados em alguns estados como São Paulo, Paraná e Ceará. Embora este Ministério partilhe da orientação política segundo a qual Estados e Municípios não deveriam desenvolver o ensino superior enquanto não tivessem satisfeito plenamente as necessidades do ensino básico, não vê nenhuma possibilidade nem interesse educacional em fechar as atuais universidades estaduais e municipais, nem condená-las à inadimplência, quanto mais não fosse porque há direitos adquiridos envolvidos, tanto no que diz respeito ao corpo docente e administrativo como ao corpo discente.

A viabilidade da proposta do Ministério, baseada inteiramente em cálculos referentes ao ensino fundamental, se assenta em pressupostos muito específicos:

- a) trata-se do único nível de ensino no qual se logrou atingir algo próximo à universalização do acesso, o que significa não haver necessidade de prever recursos para expansão a taxas superiores às do crescimento natural da população. Não é o caso da educação infantil nem do ensino médio;
- b) trata-se do único nível de ensino para o qual se logrou estabelecer uma adequada divisão de responsabilidades entre União, Estados e Municípios de forma a se poder prever o montante do recurso destinados a este nível de ensino. No caso da educação infantil e do ensino médio, a inversão a ser feita por Estados e Municípios está condicionada aos projetos de manutenção e expansão da rede, os quais, por sua vez, dependem dos recursos não consumidos pelo ensino fundamental e de outras responsabilidades educativas já assumidas por essas instâncias administrativas.

Pode-se verificar facilmente que a aprovação do critério proposto pela CEB do CNE tem, como consequência imediata:

- a) um aumento substancial do salário dos docentes;
- b) um congelamento da expansão necessária da educação infantil e do ensino médio, uma vez que a média salarial é calculada sobre o montante dos estudantes atualmente existentes nos três níveis do ensino básico;
- c) a inviabilização de outras responsabilidades educativas já assumidas por Estados e Municípios, inclusive aquelas com o ensino superior.

O aumento salarial dos professores não deve ser assegurado pelo sacrifício do sistema educacional no seu conjunto, nem pelo congelamento da expansão necessária do atendimento

Artigo 1º, inciso XIV, letra c

É importante que não se vinculem, neste momento, as Diretrizes de Carreira e Remuneração do Magistério, ao "custo-aluno-qualidade" e ao Plano Nacional de Educação, sobre os quais não há ainda uma definição clara.

Artigo 2º, inciso VIII

Não há possibilidade de todos os sistemas educacionais assegurarem licenciamento remunerado para frequência a programas permanentes e regulares de aperfeiçoamento profissional, inclusive em nível de pós-graduação. Como ocorre nos demais países, programas de aperfeiçoamento profissional devem ser normalmente oferecidos em serviço ou no período de férias escolares e, muito excepcionalmente envolvendo pós-graduação, além do nível de especialização. O interesse pelo aperfeiçoamento continuado, que ocorre em todas as profissões e não apenas no magistério, tem como componente importante a ascensão profissional e é, por isso, dependente também da iniciativa e empenho do próprio interessado.

Artigo 2º, inciso IX, letra b

A média de alunos por professor nos sistemas de ensino, fixada em 22, é demasiado reduzida e médias mais elevadas são observáveis nos países desenvolvidos, sem qualquer incompatibilidade com níveis de qualidade bem superiores aos nossos. Nos países em desenvolvimento, a média costuma ser maior. A insistência do Ministério no aumento da média para 25 decorre do fato de que a eliminação da margem de ociosidade existente no sistema é um recurso fundamental para aumentar a capacidade do Poder Público de elevar a remuneração média aos professores.

Artigo 4º

A questão do enquadramento nos novos Planos por simples transposição, no caso dos docentes efetivos nos atuais sistemas precisa ser formulada de modo a não incluir os atuais aposentados e pensionistas, que não só não contribuíram para permitir a aposentadoria em níveis mais elevados que os atuais, mas gozaram de benefícios compensatórios que devem ser eliminados nas novas carreiras (como faltas abonadas e justificadas, incorporação nos vencimentos de remuneração por exercício temporário, etc.).

Por todas estas razões, solicito o reexame do Parecer e do consequente projeto de Resolução apresentado pela Câmara de Ensino Básico do Conselho Nacional de Educação - CNE.

Atenciosamente,



PAULO RENATO SOUZA

Ministro de Estado da Educação e do Desporto

11 4 11

## ANEXO

## Observações da Assessoria Técnica

Da análise do Parecer da Câmara de Educação Básica sobre as diretrizes nacionais para a remuneração e a carreira do magistério público, resultam as seguintes observações:

No que tange ao título II, intitulado PARECER:

- 1) No parágrafo 3º (pág. 8), os professores são considerados atores do processo de desvalorização do magistério ocorrido no século XIX. Não só isto atribui aos professores a responsabilidade pela desvalorização do seu salário, o que é injusto e incorreto, mas afirma a existência deste processo no século passado; não há nem estudos nem análises que comportem esta última afirmação, isto é, de que teria havido uma redução salarial naquele período. As evidências indicam é a presença de salários muito baixos em todo o período, mas não um processo de erosão salarial.
- 2) No parágrafo seguinte, há duas outras afirmações que se nos afiguram incorretas. Pressupõe-se que o aumento da oferta de ensino nas escolas confessionais tenha sido uma "solução", inventada pelos poderes públicos, para contornar a desvalorização do magistério. Na verdade, a situação foi muito diversa, pois a presença das escolas confessionais constitui a preservação de uma tradição colonial, a qual atribuiu à Igreja Católica a responsabilidade pela educação. Convém lembrar a conturbada história das relações entre Igreja e Estado antes e depois do período republicano. Também é incorreto afirmar que o salário então pago era menor que o de hoje, pois não há nenhuma pesquisa histórica que confirme esta constatação. Finalmente, convém rever a questão dos professores da classe média urbana habilitados nas escolas normais, as quais constituem, no Brasil, uma conquista deste século. Com efeito, no final do século passado existiam em todo o país, não mais que 5 escolas normais. A formação de professores para o ginásio e o colegial, por outro lado, só tem início na década de 30, com a criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.
- 3) Na página 9, encontramos a afirmação de que, após a 2ª Guerra Mundial, "o professor é convidado a dobrar sua jornada para atender à necessidade das novas escolas". Esta afirmação não corresponde à realidade da vida dos professores antes daquela época. Mesmo no Estado de São Paulo, a jornada de meio período prevalecia apenas no caso de professoras primárias, cujo salário era considerado como complementação da renda familiar. Os professores de sexo masculino, tanto na escola primária como na secundária, costumavam acumular jornadas duplas ou triplas ou associar o emprego como professor a outra carreira fora do magistério.
- 4) Na mesma página, no parágrafo seguinte, a transposição dos professores para o ensino de 3º grau aparece como artifício para permitir a permanência de baixos salários nos demais níveis de ensino ou compensá-los. Na verdade, os dois processos não estão associados. A ampliação do acesso ao ensino superior atraiu um número grande de professores normalistas que puderam, deste modo, aumentar a sua

qualificação, de forma a ingressar no magistério dos níveis ginasial ou colegial, cujos salários eram maiores do que o da escola primária. Uma minoria, particularmente talentosa, foi recrutada para a docência de nível superior. Não se trata, portanto, de um mecanismo compensatório, mas de um processo muito positivo, apesar de excepcional, de ascensão profissional. Finalmente, ainda no mesmo parágrafo, mas já na página seguinte, afirma-se que a inserção dos professores públicos no ensino pago foi o mecanismo então encontrado para fazer face ao arrocho salarial. Convém lembrar que a associação entre emprego no magistério e no particular é muito anterior, datando do século passado e que tende a diminuir em virtude do decréscimo do percentual de atendimento na rede particular em relação à pública, o qual tem sido constante em todo o período posterior à 2ª Guerra.

5) No 3º parágrafo da página 10, afirma-se que a vinculação de parcela de impostos para a educação foi comprometida pela sonegação de impostos e isenções que diminuem a arrecadação. Cria-se a impressão de que a sonegação e as isenções são fenômenos recentes e se estabeleceram com o intuito de prejudicar a educação. Deve-se considerar que a sonegação de impostos constitui prática corrente no Brasil desde o seu descobrimento e é parte integrante da nossa cultura. Tendo se mantido constante (e até mesmo diminuído) não impediu que houvesse, com a vinculação de impostos, um real aumento de recursos destinados à educação. Os problemas maiores em termos do uso desses recursos constituíram seu desvio para outras finalidades que não a educação, especialmente no caso de municípios.

6) Na página 12, no 3º parágrafo, a expressão "com tantas propostas colocadas pelos políticos de 'prioridade' para a educação", as aspas colocadas na expressão "prioridade" constitui uma condenação generalizada de todos os políticos (e de todos os governos) cometendo-se uma clara injustiça contra inúmeros políticos e governantes que têm se dedicado seriamente à causa do ensino.

7) No final da mesma página, a afirmação de que os trabalhadores da educação foram ainda mais desvalorizados no período após a Constituição precisaria ser revista. O conjunto do PARECER acaba afirmando que houve uma desvalorização constante do magistério durante todo o período que vai da Independência aos nossos dias. Este tipo de afirmação não só não corresponde à verdade, pois houve obviamente períodos de valorização, como também ignora as variações regionais que são muito importantes.

8) No tratamento do Fórum Permanente de Valorização do Magistério e da Qualidade da Educação Básica há algumas incorreções que precisariam ser revistas, que dizem respeito especialmente ao Pacto pela Valorização do Magistério e da Qualidade da Educação.

O referido Pacto não comprometeu o Governo a nada mais do que estudar a viabilização das propostas apresentadas pelo Fórum, especialmente a referente ao Piso Nacional. Quando o atual governo tomou posse, os estudos estavam em andamento. Foram apresentados no 1º semestre de 1995 e se revelaram inconclusivos. Muito da discussão havia gerado em torno da metodologia e, em nenhum momento, se comprovou a viabilidade do Pacto nem foram propostos mecanismos para a implantação do Plano.

Foi em virtude disto que o Ministério realizou estudos próprios, que se restringiram à questão do ensino fundamental, considerado por todos como a grande prioridade para a política educacional. A proposta do Ministério, modificada por sugestões do Fórum, foi por este aprovada. O

CNTE, então representado pelo atual Conselheiro Montevade e pelo Presidente da Confederação, foi a única entidade discordante, a qual abandonou o Fórum em protesto.

Após esta aprovação o Fórum ainda se reuniu para discutir as diretrizes de carreira, dando origem ao Projeto enviado pelo Ministério à Câmara Educação Básica, proposta esta que é objeto presente Parecer. O Fórum se encerrou com o encaminhamento, ao Congresso Nacional, da proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o qual foi subsequentemente aprovado através de Emenda Constitucional. O encaminhamento das Diretrizes de Carreira à Câmara de Educação Básica cumpre o outro compromisso assumido pelo MEC com o Fórum.

9) A parte final do PARECER, trata extensamente das Leis 9.394/96 e 9.424/96, especialmente no que se refere aos dispositivos referentes ao conceito de Piso Salarial Profissional e o de "custo-aluno-qualidade". Como se trata de questões basilares da manifestação da Câmara de Educação Básica agora submetida ao Ministro da Educação e do Desporto, é necessária uma análise mais detalhada da legislação citada.

a) Piso Salarial Profissional:

Convém lembrar que a Constituição (Art. 206, inciso V) estabelece, entre os princípios do ensino, "valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional..." (grifo nosso). A Constituição remete, portanto, a questão à forma da lei, isto é, à LDB. Na LDB, a questão é tratada no Artigo 67, que se refere, explicitamente, aos sistemas de ensino, os quais, pelos mesmos dispositivos legais são autônomos. A expressão está colocada no plural. São portanto os diferentes sistemas de ensino (federal, estaduais e municipais) os responsáveis pela valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes o inciso III, entre outros direitos, "piso salarial profissional" e, como consta no próprio caput, "estatutos e planos de carreira do magistério". Foi por esta razão que o Ministério da Educação e do Desporto não considerou ser responsabilidade da União nem a fixação de um piso nacional (expressão esta que não ocorre em nenhum documento legal), nem um plano nacional de carreira do magistério, mas tão somente diretrizes nacionais para a carreira e salário. Queremos deixar claro que interpretamos o item b, do inciso I, do art. 1º, do Projeto de Resolução apresentado pela Câmara como um princípio a ser cumprido pelos Estados e Municípios aos quais cabe a definição do Piso Salarial Profissional de seu Magistério Público, não devendo nem podendo a União estabelecer um Piso Nacional.

b) Custo-aluno-qualidade:

A questão do custo-aluno-qualidade, que toma uma parte substancial do PARECER, não consta da proposta encaminhada pelo Ministério à Câmara de Educação Básica, pela simples razão de que não foram realizados ainda nem os estudos, nem as consultas necessárias para formular um projeto neste sentido. Particularmente importantes são as consultas ao CONSED e à UNDIME. Consideramos, por esta razão, que são prematuras propostas neste sentido. Do mesmo modo, consideramos inócuas as propostas de ampliação dos recursos para a educação que não estejam baseados em medidas concretas para sua viabilização.

10) Acreditamos ser também necessário um esclarecimento sobre a proposta governamental de R\$ 300.00. A proposta do Governo é a de que o Fundo poderá garantir um salário médio de, no mínimo, R\$ 300,00. Os cálculos efetuados permitem, ao Governo Federal, assegurar uma complementação de recursos que garanta um gasto mínimo por aluno nesse valor, para os Estados onde o efeito da

redistribuição promovida pelo Fundo seja inferior a esta quantia. Esses Estados incluem, além do Pará e Minas Gerais, todos os do Nordeste com exceção de Sergipe. Calculou-se que, em se mantendo uma média de 25 alunos por classe, o investimento (gasto) correspondente a 13 alunos pagaria o salário do docente (13 meses) e o equivalente aos restantes 12 alunos financiariam os demais funcionários e outras despesas. Trata-se de uma média porque o salário mínimo viável para cada sistema depende da dispersão salarial permitida pela carreira. Queremos também insistir em que todos os cálculos do Ministério se referem apenas aos impostos transferidos entre as diferentes instâncias governamentais porque uma regulamentação que incluísse transferência de impostos locais interferiria com a autonomia dos Estados e Municípios, além de tornar os processos de cálculo tão complexos que inviabilizariam a medida. Entretanto, continuam Estados e Municípios obrigados a aplicar, desses impostos, 15% em ensino fundamental e outros 10% em educação de qualquer nível.

Isto significa portanto, que a média de R\$ 300,00 se aplica apenas àqueles municípios que não coletam nenhum imposto, mas vivem tão somente de recursos transferidos.

" 8 "



## ANEXO 20: BOLETIM DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

# HISTÓRICO DO "ACORDO NACIONAL" DO PISO SALARIAL PROFISSIONAL

### 1) Processo de Origem desse "Acordo Nacional"

No XXIV Congresso da CNTE realizado em Jan/93, no Rio de Janeiro, o ministro da educação se "comprometeu" perante os delegados a implementar a proposta da CNTE, de criar 1 Grupo de trabalho, com a presença das entidades dos dirigentes municipais (UNDIME) e dirigentes estaduais (CONSED) coordenado pelo MEC, para discutir a regulamentação do Piso Salarial Nacionalmente Unificado, previsto na Constituição de 88 (artigo 206), por conquista da CNTE.

Mesmo que tardiamente, o ministro atende a CNTE, instituindo a 08 de junho/94, o "Fórum Permanente do Magistério da Educação Básica", cuja participação vai além das entidades governamentais.

Deste Fórum participam as seguintes entidades, além da CNTE: MEC, CONSED (Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Educação), UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), INEP, Secretaria de Relações do Trabalho - MTB, o Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB e a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE.

O objetivo do Fórum para a CNTE, estabelecido desde o início, era discutir um "valor" para o piso salarial, prazo para sua implementação e formas de operacionalizar financeiramente nos respectivos sistemas esta implantação. Juntamente com o piso salarial, seriam discutidas as diretrizes fundamentais de um novo Plano de Carreira, à partir deste piso profissional.

O cronograma de trabalho deste Fórum estaria "colado" à realização da Conferência Nacional de Educação, quando então, se divulgará ou não, o resultado alcançado nas discussões.

Fóruns realizadas seis reuniões do Fórum, no período de 90 dias.

Mas foi somente nas duas últimas reuniões do Fórum, ocorridas paralelamente à Conferência Nacional de Educação que o CONSED, a UNDIME e o MEC, apresentaram como "contra-proposta de acordo" para a CNTE, o piso salarial profissional Nacional com "valor" mínimo de R\$ 300,00 (valor do mês de julho/94), para uma jornada de 40 horas semanais com pelo menos 25% de aulas extra-classe.

O prazo para implementação deste piso, seria gradualmente, de 12 meses a partir de 15 de outubro de 94.

A operacionalização financeira, seria através do estabelecimento de uma "parceria" entre as três esferas de governo, a ser "articulada politicamente" via o "Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação" tendo como subsídios os estudos apresentados pela Comissão Técnica do Fórum, com outros solicitados pelo Fórum.

Como a "contra-proposta de acordo" não correspondia a deliberação da CNTE (piso de 6 salários mínimos, emergencial, para uma jornada de 40 horas com 50% de horas extra-classe), foi convocada reunião em caráter extraordinário da Direção Nacional para que juntos com os membros da direção executiva presentes em Brasília, analisássemos se, "arrecadávamos ou não", a "Contra-proposta apresentada para acordo".

Reunida em 01/09/94, com a presença de 25 entidades

afiliadas, e com duas abstenções e nenhum voto contrário, a D. Nacional deliberou pela aceitação, como patamar mínimo, desta "contra-proposta", autorizando seus representantes no Fórum, a assinarem esta proposta final de "Acordo Nacional", que segue anexa.

### 2) Histórico dos itens centrais desse "Acordo Nacional"

O chamado "Acordo Nacional de Educação para Todos" compreende 3 partes, sendo a III que trata da Profissionalização do Magistério a parte central para a CNTE.

#### A PARTE I - INTRODUÇÃO:

Trata das considerações mais gerais sobre a conjuntura mundial que exige um tratamento prioritário para a Educação Básica como condição de desenvolvimento econômico para o país.

#### A PARTE II - COMPROMISSOS:

Trata dos compromissos estabelecidos entre as esferas governamentais e entidades dos educadores e de outros segmentos da sociedade, durante o processo de discussão do Plano Decenal.

#### QUAIS SÃO ESTES COMPROMISSOS?

Destacamos como itens centrais os que seguem abaixo:

#### 2.1 Recursos financeiros para a Educação

a) Retomar os 18% mínimos para Educação em âmbito Federal, alterado pela criação da F.S.E (Fundo Social de Emergência), com corte de 20% por Emenda Constitucional, para 14,3%;

b) Aumento dos recursos financeiros para a Educação Básica, através de redução das isenções fiscais e rigor na fiscalização do recolhimento e distribuição das tributas, com a participação no Conselho Deliberativo do FNDE, das entidades CONSED e UNDIME;

#### 2.2 Competências e responsabilidades de cada esfera do governo

a) Da União representada pelo MEC, cabe o papel de coordenação do processo de definição de políticas e diretrizes nacionais de educação, articulação de parcerias, redistribuição de recursos financeiros, "estabelecimento de parâmetros de custo e medidas de "execução de programas" e projetos de educação básica.

#### COMENTÁRIOS DA CNTE

Caberá ao MEC no "espaço desse Fórum", apresentar como critério de repasse dos recursos, o parâmetro de custo aluno qualidade no Ensino Básico para todo o país, incluindo nesse custo aluno, o valor mínimo do piso salarial profissional estabelecido nestes compromissos.

b) Para a CNTE, o MEC é o responsável primeiro, pela criação e execução do Programa de Emergência que viabilize a complementaridade de recursos financeiros entre as 3 esferas, para real implementação do piso salarial profissional, através dos devidos mecanismos legais.

b) Dos Estados e DF representados pelas Secretarias Estaduais de Educação (CONSED). São as mesmas responsabilidades do governo federal no âmbito estadual, acrescidas do cumprimento e implementação dos planos, programas e projetos conforme políticas e as diretrizes nacionais estabelecidas no "Acordo Nacional".

#### COMENTÁRIOS DA CNTE

Saberá portanto, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, mediante compromisso estabelecido, as medidas legais e financeiras, para implementação do piso profissional salarial nacional, através dos "novos planos de carreira" e participação num mecanismo que reuna as 3 esferas do governo para viabilidade financeira do piso.

c) Dos municípios, representados pelas suas Secretarias Municipais de Educação (UNDIME)

o São as mesmas responsabilidades nacionais, no âmbito de atuação municipal, acrescidas do cumprimento e implementação dos planos, programas e projetos conforme as diretrizes nacionais e estaduais estabelecidas no "Acordo Nacional".

### 2.3 Das entidades da sociedade civil, representadas pelos: CRUB, Conselhos Est. de Educação, ANFORE, etc...

o Participar das várias instâncias colegiadas representativas de caráter deliberativo, nos sistemas de ensino respectivo, para acompanhar e avaliar os resultados da implantação desses compromissos na Educação Básica.

### 2.4 Das entidades dos educadores representadas pela CNTE

a) Participação nas negociações (Nacionais, Estaduais e Municipais), para implementação nos novos Estatutos do Magistério, Plano de Cargos e Salários, do Piso Salarial Profissional Nacional e novo regime de trabalho, conforme compromissos estabelecidos no "Acordo Nacional".

b) Ouvir a comunidade escolar nas deliberações sobre mobilizações e paralisações das redes de ensino, sem que tal atitude possa ferir os princípios de autonomia e liberdade sindical.

### A PARTE III - PROGRAMAS DE EMERGÊNCIA

Dentre eles, a CNTE destaca o "Programa de Profissionalização do Magistério"

#### COMENTÁRIOS DA CNTE

o Este tem sido o item central de intervenção da CNTE nos últimos 5 anos, na busca da Profissionalização, via diretrizes nacionais de um Novo Plano de Carreira, através da nossa participação, elaboração e tramitação da Nova LDB e mais recentemente também na discussão do Plano Decenal de Educação, via Fórum Permanente de Educação Básica, para regulamentação do Piso Profissional, estabelecido na Const. Federal de 88, e também no capít. de Plano de Carreira dos Profissionais da Educação, do Projeto de LDB, atualmente bloqueada em sua tramitação, na comissão de Educação do Senado Federal.

o Este programa ainda não foi criado, é apenas parte de um termo geral de compromissos estabelecido quando da realização da Conferência Nacional de Educação. Isto é, não passa até o momento de "intenções políticas" anunciadas pelas entidades governamentais participantes do Fórum de Valorização e aceita como patamares iniciais de negociação pela CNTE.

Falta o essencial, que é toda operacionalização.

### QUAL É O CONTEÚDO CENTRAL DESSE PROGRAMA DE EMERGENCIAL?

1º - A criação de um Piso salarial Profissional Nacional

de no mínimo R\$ 300,00 (trezentos reais) em (valores de 1º de julho 94), correspondente portanto, a R\$ em outubro/94;

#### COMENTÁRIOS DA CNTE

o Piso Profissional não é salário e sim um instrumento de política salarial, que precisa ser implantado via "novos planos de carreira";

o Entende-se como Piso Salarial Profissional do Magistério como "a quantia abaixo da qual não se pode fixar os vencimentos-base nos planos de carreira dos sistemas estaduais e municipais de educação básica.

No valor acordado, no se implantar o piso nos sistemas, supõe novos planos de carreira que incorporem no vencimento-base do professor os abonos e gratificações que compõem atualmente sua remuneração. Sobre esse novo vencimento-base incidirão a progressão funcional por titulação, o adicional de tempo de serviço e outras vantagens pessoais a que o professor fizer jus.

2º - A criação de um novo regime de trabalho de 40 horas semanais em que, pelo menos, 25% deste tempo se destine a trabalho extra classe, conforme definido.

#### COMENTÁRIOS DA CNTE

Na composição desse novo regime de trabalho de 40 horas estabeleceu-se no "mínimo" 25% de tempo extra classe para outras atividades da profissão. Isto significa que no mínimo seria uma jornada de 30 h em classe e 10 extra classe.

Em ambos os casos, piso e jornada, podem ser diferentes, mas não inferiores aos patamares mínimos estabelecidos no "acordo".

3º - O de Piso Salarial Profissional entendido como a remuneração total de início de carreira, portanto excluídas as vantagens pessoais. É para o professor habilitado em nível de 2º grau magistério, em exercício na unidade escolar.

4º - O direito ao piso e ao novo regime de trabalho, nos novos Planos de Carreira - serão oferecidos obrigatoriamente pelos sistemas públicos estaduais e municipais, através da revisão dos atuais estatutos do magistério e dos novos concursos públicos de ingresso na profissão.

Não é obrigatório para os professores PI, que já estão em exercício, mas de sua livre opção.

5º - Com relação a data de 15.10.94, é preciso que fique claro que é o início da deflagração desse processo de implantação do piso, tendo como prazo limite 12 meses para a revisão dos estatutos nos respectivos sistemas públicos municipais e estaduais.

Portanto, não significa que em 16/10/94, todos os professores já irão receber no salário de novembro/94 novos salários.

6º - O acompanhamento da implementação do piso salarial profissional será feito pelo Fórum de Valorização a cada 100 dias, o que requer informação das nossas entidades para a CNTE, muito regulares e com muito precisão de como irão caminhar as negociações nos estados e municípios com seus respectivos secretários de educação locais.

#### COMENTÁRIOS DA CNTE

A CNTE entende o "Documento firmado" na Conferência de Educação Nacional, apenas como "um protocolo de compromissos iniciais.

Na avaliação da CNTE não se trata nem de um "acordo nacional" e nem de "pacto" no que tradicionalmente se tem como conceitos, desses tipos de relação no movimento sindical trabalhista.

A CNTE entende este "protocolo de compromissos iniciais" como um instrumento de mobilização para nossas lutas futuras, sem as quais, nada sairá do papel.

Texto elaborado pela CNTE.

**Planilhas para o  
acompanhamento dos gastos  
com MDE no período de  
vigência do FUNDEF**

## ANEXO 21: QUADRO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NO ENSINO - RECEITAS

<b>MUNICÍPIO :</b>		<b>1998</b>			
<b>QUADRO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NO ENSINO - RECEITAS</b>					
<b>R E C E I T A S</b>	<b>JANEIRO</b>	<b>FEVEREIRO</b>	<b>MARÇO</b>	<b>1º TRIMESTRE</b>	<b>TOTAL NO ANO</b>
<b>RECEITAS MUNICIPAIS</b>					
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU				-	-
Imposto s/ Serviços de Q. Natureza - ISS				-	-
Imposto s/ Transm. de Bens Imóveis - ITBI				-	-
Dívida Ativa Tributária dos Impostos				-	-
Aplicações Financeiras (Conta Educação)				-	-
Outras Receitas				-	-
<b>TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO</b>					
<b>Fundo de Participação dos Municípios - FPM</b>	-	-	-	-	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF				-	-
Cota-Parte Imposto Territorial Rural - ITR				-	-
<b>Desoneração das Exportações (LC 87/96)</b>				-	-
<b>TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO</b>					
<b>Cota-Parte ICMS</b>				-	-
Cota-Parte IPVA				-	-
<b>Cota-Parte IPI-Exportação</b>				-	-
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>					
<b>TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEF</b>					
Trânsferência do FUNDEF			-	-	-
Aplicações Financeiras				-	-
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA</b>					
Oper. Créd. destinada ao Ens. Fundamental			-	-	-

## ANEXO 22: RESUMO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA

MUNICÍPIO :		1998				
RESUMO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA						
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	1º TRIMESTRE	TOTAL NO ANO	
<b>MAN. E DES. DO ENSINO</b>						
25% Impostos e Transferências	-	-	-	-	-	-
100% da Receita Líquida do FUNDEF (*)	-	-	-	-	-	-
100% da Receitas de Convênios	-	-	-	-	-	-
100% das Receitas de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
<b>NO ENSINO FUNDAMENTAL</b>						
100% da Receita Líquida do FUNDEF (*)	-	-	-	-	-	-
15% Impostos e Transferências	-	-	-	-	-	-
100% da Receitas de Convênios	-	-	-	-	-	-
100% das Receitas de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-

(\*) - Ganho do município com o FUNDEF

**ANEXO 23: QUADRO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NO ENSINO - DESPESAS**

**MUNICÍPIO : - 1998**  
**QUADRO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NO ENSINO - DESPESAS**

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	1º TRIMESTRE	TOTAL ANUAL
<b>08.41 - EDUCAÇÃO DE 0 A 6 ANOS</b>	-	-	-	-	-
<b>08.41.185 - CRECHE</b>	-	-	-	-	-
3111 - Pessoal Civil				-	-
3113 - Obrigações Patronais				-	-
3120 - Material de Consumo				-	-
3132 - Outros Serviços e Encargos				-	-
3231 - Subvenções Sociais				-	-
3253 - Salário Família				-	-
4110 - Obras e Instalações				-	-
4120 - Equipamentos e Material Perman.				-	-
<b>08.41.190 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR</b>	-	-	-	-	-
3111 - Pessoal Civil				-	-
3113 - Obrigações Patronais				-	-
3120 - Material de Consumo				-	-
3132 - Outros Serviços e Encargos				-	-
3231 - Subvenções Sociais				-	-
3253 - Salário Família				-	-
4110 - Obras e Instalações				-	-
4120 - Equipamentos e Material Perman.				-	-
<b>08.42.188 - ENSINO FUNDAMENTAL</b>	-	-	-	-	-
3111 - Pessoal Civil				-	-
3113 - Obrigações Patronais				-	-
3120 - Material de Consumo				-	-
3132 - Outros Serviços e Encargos				-	-

**ANEXO 24: (CONTINUAÇÃO): QUADRO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NO ENSINO – DESPESAS**

3231 - Subvenções Sociais					-	-
3222 - Transferências ao FUNDEF					-	-
3253 - Salário Família					-	-
4110 - Obras e Instalações					-	-
4120 - Equipamentos e Material Perman.					-	-
<b>08.45.213 - ENSINO SUPLETIVO (*)</b>					-	-
3111 - Pessoal Civil					-	-
3113 - Obrigações Patronais					-	-
3120 - Material de Consumo					-	-
3132 - Outros Serviços e Encargos					-	-
3231 - Subvenções Sociais					-	-
3253 - Salário Família					-	-
4110 - Obras e Instalações					-	-
4120 - Equipamentos e Material Perman.					-	-
<b>08.47-ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS (*)</b>					-	-
235 - Bolsas de Estudo					-	-
236 - Livro Didático					-	-
237 - Material de Apoio Pedagógico					-	-
239 - Transporte Escolar					-	-
<b>08.49 - EDUCAÇÃO ESPECIAL (*)</b>					-	-
08.49.252 - Deficientes Físico/Visuais					-	-
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES NO ENSINO</b>					-	-
(*) - Ensino Fundamental					-	-
<b>MINIMO LEGAL NO ENSINO</b>					-	-
<b>FALTOU APLICAR</b>					-	-
<b>MÍNIMO LEGAL NO ENS. FUNDAMENTAL</b>					-	-
<b>FALTOU APLICAR</b>					-	-

**ANEXO 25: QUADRO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEF**

**MUNICÍPIO :** - **1998**

**QUADRO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEF**

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	1º TRIMESTRE	TOTAL ANUAL
<b>08.42 - ENSINO FUNDAMENTAL</b>					
3111 - Pessoal Civil (Total)	-	-	-	-	-
3113 - Obrigações Patronais (Total)	-	-	-	-	-
3111 - Pessoal Civil (Magistério)					
3113 - Obrigações Patronais (Magistério)					
3111 - Pessoal Civil (Funcionários)					
3113 - Obrigações Patronais (Funcionários)					
3120 - Material de Consumo					
3132 - Outros Serviços e Encargos					
4110 - Obras e Instalações					
4120 - Equipamento e Material Permanente					
<b>TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEF</b>	-	-	-	-	-
<b>FALTOU APLICAR (ens. fund)</b>	-	-	-	-	-
<b>FALTOU APLICAR (salários)</b>	-	-	-	-	-



**ANEXO 26: RESUMO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA**

**MUNICÍPIO : - 1998**

**RESUMO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA**

	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL ANUAL
<b>MAN. E DES. DO ENSINO</b>	-	-	-	-	-
25% Impostos e Transferências	-	-	-	-	-
100% da Receita Líquida do FUNDEF (*)	-	-	-	-	-
100% da Receitas de Convênios	-	-	-	-	-
100% das Receitas de Operações de Crédito	-	-	-	-	-
<b>NO ENSINO FUNDAMENTAL</b>	-	-	-	-	-
100% da Receita Líquida do FUNDEF (*)	-	-	-	-	-
15% Impostos e Transferências	-	-	-	-	-
100% da Receitas de Convênios	-	-	-	-	-
100% das Receitas de Operações de Crédito	-	-	-	-	-

(\*) - Ganho do município com o FUNDEF

## ANEXO 27: QUADRO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NO ENSINO - DESPESAS

MUNICÍPIO : -		1998			
QUADRO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NO ENSINO - DESPESAS					
ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL ANUAL
<b>08.41 - EDUCAÇÃO DE 0 A 6 ANOS</b>	-	-	-	-	-
<b>08.41.185 - CRECHE</b>	-	-	-	-	-
3111 - Pessoal Civil					
3113 - Obrigações Patronais					
3120 - Material de Consumo					
3132 - Outros Serviços e Encargos					
3231 - Subvenções Sociais					
3253 - Salário Família					
4110 - Obras e Instalações					
4120 - Equipamentos e Material Perman.					
<b>08.41.190 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR</b>	-	-	-	-	-
3111 - Pessoal Civil					
3113 - Obrigações Patronais					
3120 - Material de Consumo					
3132 - Outros Serviços e Encargos					
3231 - Subvenções Sociais					
3253 - Salário Família					
4110 - Obras e Instalações					
4120 - Equipamentos e Material Perman.					
<b>08.42.188 - ENSINO FUNDAMENTAL</b>	-	-	-	-	-
3111 - Pessoal Civil					
3113 - Obrigações Patronais					
3120 - Material de Consumo					
3132 - Outros Serviços e Encargos					
3231 - Subvenções Sociais					
3222 - Transferências ao FUNDEF					
3253 - Salário Família					
4110 - Obras e Instalações					
4120 - Equipamentos e Material Perman.					

**ANEXO 28: QUADRO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NO ENSINO - DESPESAS**

**MUNICÍPIO : - 1998**

**QUADRO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NO ENSINO - DESPESAS**

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL ANUAL
<b>08.45.213 - ENSINO SUPLETIVO (*)</b>					
3111 - Pessoal Civil					-
3113 - Obrigações Patronais					-
3120 - Material de Consumo					-
3132 - Outros Serviços e Encargos					-
3231 - Subvenções Sociais					-
3253 - Salário Família					-
4110 - Obras e Instalações					-
4120 - Equipamentos e Material Perman.					-
<b>08.47-ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS (*)</b>					
235 - Bolsas de Estudo					-
236 - Livro Didático					-
237 - Material de Apoio Pedagógico					-
239 - Transporte Escolar					-
<b>08.49 - EDUCAÇÃO ESPECIAL (*)</b>					
08.49.252 - Deficientes Físico/Visuais					-
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES NO ENSINO</b>					
(*) - Ensino Fundamental					-

